



FINANÇAS DOS
MUNICÍPIOS

CAPIXABAS

ANO 25
2019

Digital quando você quiser, ao seu lado sempre que precisar.

FAÇA TUDO PELO APP.



CARTÕES BANESTES:
O MELHOR PROGRAMA
DE PONTOS.



A MAIOR REDE:
800 PONTOS
DE ATENDIMENTO.



SOLUÇÕES PARA
SUA EMPRESA.



SEGUROS.





INVESTIMENTOS.



CRÉDITO IMOBILIÁRIO.



CDC VEÍCULOS.



CRÉDITO CONSIGNADO.



CRÉDITO PESSOAL.



BANESTES
crescemos juntos

ABRA SUA CONTA. **#TMJ**

banestes.com.br



NOTAS METODOLÓGICAS 04

PANORAMA

06	Receitas	06
	Despesas	10

RECEITA	ISS	20
20	IPTU	26
	ITBI	32
	QPM-ICMS	38
	FPM	46
	Royalties	54

DESPESA	Pessoal	60
60	Custeio	68
	Investimentos	74

DESPESA POR FUNÇÃO	Saúde	80
80	Educação	86
	Câmaras municipais	94

EXPEDIENTE



Rua: Dr. Eurico de Aguiar,
nº 888, sl. 505 e 506
CEP: 29.056-200, Vitória-ES
Tels.: (27) 3235-7841 / 3235-7546

EQUIPE TÉCNICA:

- **Alberto Jorge Mendes Borges**
- **Tânia Mara Cursino Villela**
- **Victor Batista Trindade**
- **Arthur Mendonça Emery Cade (estagiário)**
- **Luiza Borges de Lima (estagiária)**

ADMINISTRATIVO:

Marta Luiza Cursino Villela

ASSESSORIA DE IMPRENSA:

C2 Comunicação

REVISÃO:

Andréia Pegoretti

PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO:

Link Editoração

CAPA:

Cristina Xavier

FOTO:

Vitor Nogueira
Plantação de café, o principal
produto agrícola do Estado
do Espírito Santo.

IMPRESSÃO:

Gráfica e Editora GSA

VISITE O NOSSO SITE

E VEJA TODAS AS EDIÇÕES:

www.aequus.com.br

Copyright by Aequus Consultoria S/S Ltda
Proibida a reprodução total ou parcial da
mesma sem a autorização dos titulares.

Finanças dos Municípios
Capixabas /
Organização de Alberto J. M
Borges e Tânia M. C. Villela,
v25 (2019). Vitória, ES:
Aequus Consultoria,
julho/2019

CDU:336.1
ISSN 2317-5273



LUCIANO REZENDE
PREFEITO DE VITÓRIA

APRESENTAÇÃO

período da crise econômica e política, que teve início em 2014, resultou numa Federação brasileira esgarçada: os três níveis de governo encontram-se fiscalmente fragilizados, a taxa de desemprego continua elevada, as carências sociais aumentaram, a infraestrutura nacional apresenta-se depreciada, e a população clama por soluções. É nesse contexto que, em 2019, o país entra, inevitavelmente, numa fase de reformas.

O município, como ente federado que atende direta e cotidianamente à população em suas mais variadas demandas, tem sido fortemente impactado não apenas pela redução das receitas nos últimos anos, como também pela diminuição da participação da União no cofinanciamento da saúde. Somem-se a isso as diversas legislações que, durante as duas últimas décadas, estipularam novas obrigações aos municípios sem estabelecerem as fontes de recursos para custeá-las.

Os dados desta edição de **Finanças dos Municípios Capixabas** revelam que, mesmo com o crescimento nas receitas, os atuais prefeitos administraram suas cidades, em 2018, com um montante equivalente ao que possuíam em 2011.

Para os municípios capixabas, os problemas fiscais tiveram início já em 2013. Com o forte baque sofrido pelo sistema Fundap, os prefeitos que começaram seus mandatos naquele ano, como eu, passaram os últimos seis exercícios gerindo a crise e buscando alternativas. Vitória teve ainda um significativo agravante. Por ser sede da maior parte das empresas fundapianas, viu a sua fatia na distribuição do bolo do ICMS encolher vertiginosamente desde 2013 para chegar a 12,68% em 2018, sendo que este indicador costumava ficar acima dos 20% no início da presente década.

O anuário mostra também que a capacidade de investimento dos municípios do Espírito Santo com recursos próprios está no seu nível mais baixo em 20 anos! Ao menos, as transferências de capital da União e do Estado, que andavam muito minguadas, deram algum fôlego aos investimentos municipais em 2018.

O que fica claro, portanto, é a grande necessidade de o país encarar com muita seriedade o debate sobre o papel de cada esfera de governo na Federação. Às propostas de reforma tributária que estão sendo elaboradas atualmente deve ser acrescentado um capítulo sobre a redistribuição de recursos entre União, estados e municípios. Caso contrário, correremos o risco de perpetuarmos os desequilíbrios que hoje tanto afetam a gestão pública e a vida da maioria dos brasileiros.

O atual ambiente político, propício a reformas, configura-se como uma excelente oportunidade de concretizarmos a mensagem tão divulgada pelo novo governo federal: “mais Brasil, menos Brasília”.

Índices de preços para atualização de valores

Todos os dados apresentados no anuário **Finanças dos Municípios Capixabas** foram atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com a finalidade de possibilitar a comparação real entre diversos períodos. Foi utilizada a média aritmética dos números índices de janeiro a dezembro de cada ano para a formação dos índices médios anuais, corrigindo-se os valores para preços de 2018.

IPCA médio de 2018, utilizado como multiplicador para a atualização dos valores dos respectivos anos

2013	2014	2015	2016	2017	2018
1,3519	1,2714	1,1661	1,0724	1,0366	1,000

Fonte de dados

As informações contábeis publicadas em **Finanças dos Municípios Capixabas** foram extraídas dos balanços municipais consolidados, obtidos das prestações de contas anuais de governo junto ao Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES) e ao Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi), da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

Alguns municípios não haviam apresentado todos os demonstrativos contábeis em suas prestações de contas ou os enviaram sem consolidação até 10 de julho de 2019, data final da coleta dos dados de 2018 no TCE-ES, após a qual a Aequus Consultoria, realizadora deste anuário, buscou as informações com a Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Mesmo assim, nove municípios, por diversas razões, não forneceram a totalidade ou parte das informações até o fechamento do anuário.

Para tornar a série histórica compatível e corrigir a falta de dados dos municípios citados acima, optou-se pela utilização de estimativas que foram somadas somente nos valores totais. A metodologia das estimativas supõe que o município sem informação tenha tido o mesmo comportamento da média dos municípios que pertençam à mesma faixa populacional e que apresentaram dados.

Outras fontes constantes na publicação são a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), o Banco Central do Brasil, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), a Secretaria da Fazenda do Estado do Espírito Santo (Sefaz), o Sistema de Informações sobre Orçamento Público em Saúde (Siops) e o Sistema de Informações sobre Orçamento Público em Educação (Siope).

Deduções do Fundeb

Os dados sobre as receitas total e corrente dos municípios são apresentados já deduzidos os valores do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

Os valores recebidos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e da Quota-Parte Municipal do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre a

Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (QPM-ICMS) estão publicados integralmente, sem os descontos do Fundeb.

Receitas e despesas intraorçamentárias

Com o intuito de apresentar dados mais próximos da realidade, **Finanças dos Municípios Capixabas** desconsiderou os valores registrados nas operações intraorçamentárias. Na prática, essa medida visa a não contabilizar os repasses das prefeituras às suas administrações indiretas, evitando, desse modo, uma superestimação das receitas e despesas públicas. Como essas operações são contabilizadas como despesa para a prefeitura e, subsequentemente, como receita para as autarquias, se fez necessário expurgar tanto as receitas intraorçamentárias como as despesas entre órgãos de todas as categorias econômicas.

Ressalta-se ainda a possibilidade de alguns municípios terem apresentado, em alguns anos, balanços com as receitas e despesas intraorçamentárias incluídas, mas não discriminadas nos documentos aos quais a publicação teve acesso. Nesses casos, podem ocorrer variações muito acentuadas de um ano para outro nos dados aqui publicados.

Despesa com pessoal

O conceito de despesa com pessoal utilizado por **Finanças dos Municípios Capixabas** engloba toda a despesa corrente empenhada com pessoal e encargos sociais (exceto as com sentenças judiciais e as de exercícios anteriores) e inclui os gastos com aposentadorias e reformas, pensões e salário-família registrados em outras despesas correntes.

Despesa com investimento

Finanças dos Municípios Capixabas considera como despesa com investimento toda a despesa de capital empenhada, excluídas as amortizações da dívida. Portanto, as inversões financeiras estão incluídas.

Despesa com custeio

A despesa com custeio utilizada por **Finanças dos Municípios Capixabas** abrange toda a despesa corrente empenhada, excluídos os juros e encargos da dívida e a despesa com pessoal calculada conforme exposto acima.

Sinais convencionais utilizados

Na apresentação das tabelas, quando necessário, utilizam-se os seguintes sinais convencionais:

- 0 ou 0,0 → dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente positivo;
- 0 ou -0,0 → dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente negativo;
- dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento;
- .. não se aplica dado numérico; e
- ... dado numérico não disponível.

AGILIDADE E TRANSPARÊNCIA!

Cachoeiro se transforma para ser cada vez mais empreendedora



Aprova Lei de **Incentivos Fiscais**:

- isenção de ITBI até 10 anos,
- isenção de IPTU até 10 anos,
- redução de até 2% de ISS por 10 anos;



Adere ao **Programa Cidade Empreendedora**

- SEBRAE, para garantir e viabilizar políticas de desenvolvimento;



Adere ao Programa **10 Medidas contra a Burocracia**, do FINDES, para agilizar processos de licenciamento ambiental;



É **Nota A** em Gestão Fiscal e seu Portal da Transparência ocupa o **6º lugar** no ranking do Tribunal de Contas do Estado (TCE-ES);



Reestrutura **Sala do Empreendedor** concentrando, em um só local, serviços públicos para facilitar abertura de empresas e apoio ao setor produtivo;



Faz parte das **100 cidades** mais promissoras do país para realizar negócios conforme Consultoria Urban Systems.

cachoeiro.es.gov.br



Prefeitura Municipal de
Cachoeiro de Itapemirim

I - RECEITAS

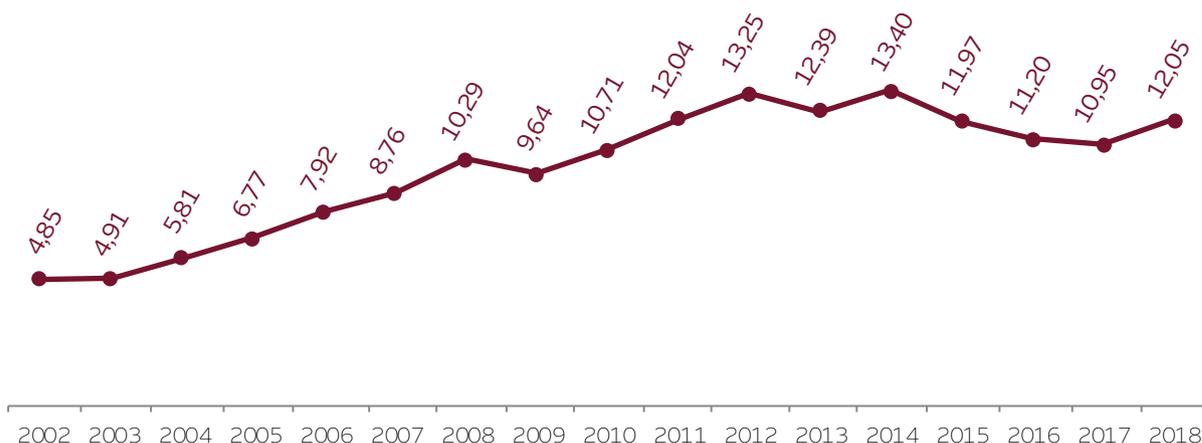
COMPORTAMENTO dos principais itens

Após três exercícios marcados por um comportamento bastante adverso, notadamente no biênio 2015-2016, os municípios capixabas registraram um aumento expressivo no conjunto de suas receitas, que passaram de R\$ 10,95 bilhões, em 2017, para R\$ 12,05 bilhões, em 2018, com alta de 10,1% em termos reais, ou seja, já considerada a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) médio nesse último

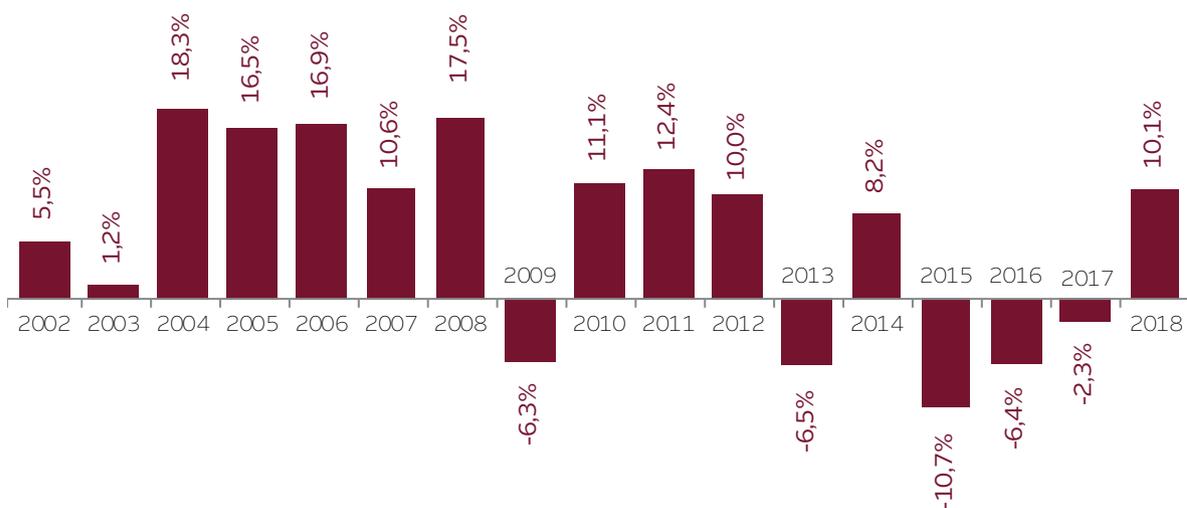
ano. Esse excelente desempenho deve ser visto com cautela. Mesmo contando com a expansão de quase todas as principais fontes de recursos, ele foi assentado, em grande parte, na forte elevação das receitas de capital, que por sua natureza são recursos não regulares e de aplicação específica, e nos royalties de petróleo e gás natural, que estão concentrados em poucos municípios produtores, como será detalhado adiante.

Evolução da receita total

em R\$ bilhões - IPCA médio de 2018



Taxa de crescimento da receita total em relação ao ano anterior



As receitas correntes, aquelas que ingressam nos cofres municipais com definida periodicidade, apresentaram avanço de 7,4% e atingiram R\$ 11,60 bilhões – R\$ 797,2 milhões a mais que no ano anterior. Entretanto, a taxa de variação regride para 5% quando são desconsiderados os montantes oriundos dos royalties de petróleo. Essa exclusão é justificada pelo fato de a maior fatia desse dinheiro ser destinada a um reduzido número de municípios.

Depois da severa queda de 3,5% observada tanto em 2015 quanto em 2016, o Produto Interno Bruto (PIB) nacional registrou ligeira melhora em 2017 e 2018, de 1,1% em cada um dos anos.

A economia capixaba logrou taxas um pouco mais robustas, de 2,7% e 2,3%, nestes últimos intervalos analisados, segundo apurou o Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), entidade que calcula o PIB estadual. Tais índices positivos, ainda que muito baixos, permitiram que as receitas correntes municipais deixassem de recuar num primeiro momento (2017) e abriram espaço para a expansão de 2018. O comportamento dos principais itens da receita é comentado a seguir.

Em 2018, a Quota-Parte Municipal no Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre a Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (QPM-ICMS) alcançou o melhor resultado desde 2012. O governo estadual transferiu R\$ 2,52 bilhões às prefeituras, valor que superou em 5,8% o realizado no ano anterior, levando-se em conta a inflação medida IPCA médio de 2018.

Desagregando a QPM-ICMS em ICMS-normal (aquele arrecadado sobre todas as atividades, exceto as importações) e ICMS-Fundap (proveniente das importações sob o amparo dos incentivos do sistema Fundap), nota-se que a fração municipal advinda da primeira modalidade obteve incremento de 5,7% em 2018. Já a evolução da segunda foi de 9,5%, interrompendo uma sequência de seis anos consecutivos de declínio, isto é, desde 2012. Veja mais sobre o tema na página 38.

As prefeituras capixabas receberam da União R\$ 1,85 bilhão a título do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) em 2018, cifra 4,7% acima da

repassada em 2017, em termos reais. A boa performance do FPM, um dos principais fundos constitucionais das cidades, deveu-se ao crescimento da arrecadação federal do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), cuja parcela de 24,5% é utilizada para formar o Fundo. Em 2018, o IR respondeu por 87% do total do FPM, e o IPI, por 13%. Veja mais sobre o FPM na página 46.

O somatório dos royalties e participações especiais do petróleo e gás natural pagos pelas empresas exploradoras aos municípios capixabas subiu pelo segundo ano consecutivo, chegando a R\$ 1,15 bilhão em 2018. Como se vê, a quantia ultrapassou novamente a barreira do um bilhão, mas não superou às de 2012, 2013 e 2014. Em relação ao volume repassado em 2017, houve acréscimo real de 35,7%, o que injetou nos cofres municipais, principalmente naquelas localidades onde há a extração do óleo e do gás, um adicional de R\$ 303,9 milhões.

A recuperação dos preços do petróleo em 2018, ainda que estes estejam longe dos maiores patamares cravados entre 2011 e 2013, foi o fator explicativo da impulsão dos royalties. A produção petrolífera, atividade que também pesa no cálculo desses repasses, amargou contração de 11,2% entre 2017 e 2018, sendo que já havia diminuído 4,5% no período anterior. Também a produção de gás natural teve retração – de 8,3% – em 2018. Veja mais sobre os royalties na página 54.

De 2014 a 2017, as verbas originárias da União e do Estado para o financiamento dos serviços na área de saúde dos municípios sofreram tombos contínuos. Em 2018, enfim, ocorreu a reversão desse quadro, pois os envios conseguiram progredir 12,3% (R\$ 75,4 milhões adicionais), atingindo R\$ 689,5 milhões, nível próximo do anotado em 2015.

Com relação à movimentação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), os municípios capixabas receberam a soma de R\$ 1,91 bilhão, ao passo que contribuíram com R\$ 925,4 milhões. O saldo positivo foi, portanto, da ordem R\$ 986,1 milhões, 9,1% acima do auferido no ano anterior, e correspondeu a 8,5% da receita corrente municipal.

O Fundeb, de âmbito estadual, é formado por parcelas das receitas estaduais e municipais. Os estados destinam ao Fundo 20% da arrecadação bruta do ICMS, do Fundo de Participação dos Estados (FPE), do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), do Imposto sobre Produtos Industrializados na saída de produtos para o exterior (IPI-Exportação), da Compensação pela Desoneração do ICMS das Exportações (Lei Complementar nº 87/1996), do Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCD), do FPM e das receitas provenientes da cobrança da dívida ativa, juros e multas relativas aos referidos impostos. As cidades contribuem com 20% da Quota-Parte Municipal no ICMS, da Quota-Parte Municipal no IPVA, do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), do FPM e também da receita da dívida ativa, juros e multas dos tributos mencionados. Os recursos do Fundeb são distribuídos entre o Estado

e seus municípios de acordo com o número de matrículas em suas respectivas redes educacionais, considerando-se o nível de ensino de atuação prioritária de cada ente federado, determinado no artigo 121 da Constituição Federal.

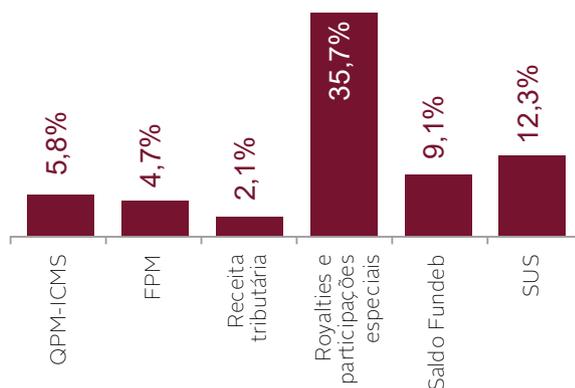
As transferências de capital, por sua vez, compõem-se majoritariamente de recursos que os municípios recebem da União e do Estado através de convênios e que são destinados exclusivamente às despesas de capital, ou seja, para investimentos. Em 2018, apresentaram alta após terem chegado, em 2017, ao seu menor patamar desde 2004. Os repasses dessa modalidade feitos pela União pularam de R\$ 97,8 milhões para R\$ 169 milhões, uma ascensão de 72,8%, ou R\$ 71,2 milhões a mais. Já os do Estado, que haviam sido de apenas de R\$ 18,1 milhões em 2017, foram alcançados a R\$ 149,1 milhões, uma expansão de 724%, ou R\$ 131 milhões adicionais. Ver tabela com os valores das transferências de capital na página 76.

Evolução das transferências de capital do Estado e da União

em R\$ milhões - IPCA médio de 2018



Taxa de crescimento das principais receitas 2018/2017



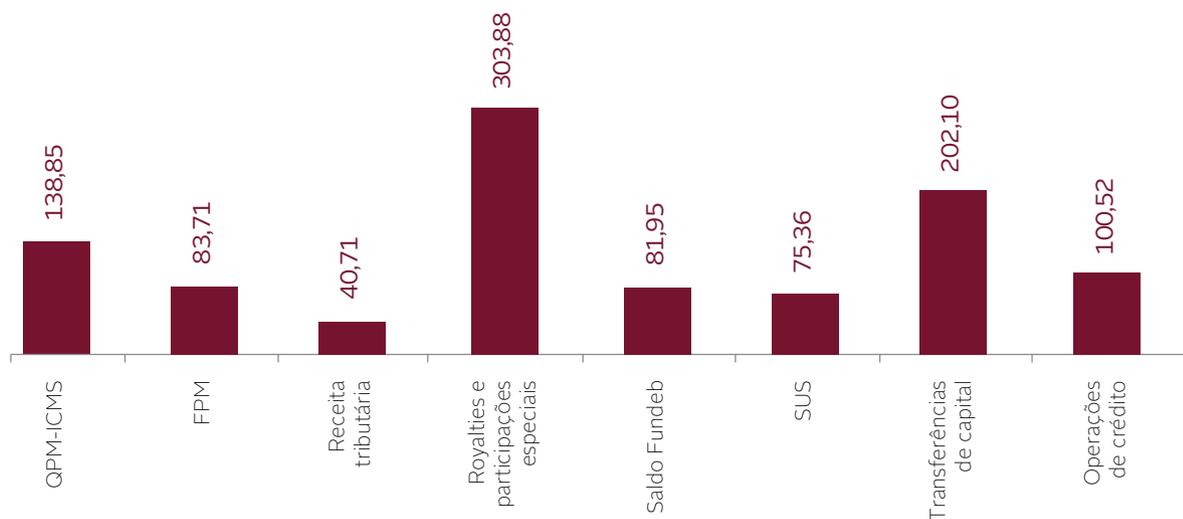
Nota: as transferências de capital tiveram variação de 172% e as operações de crédito, de 724%. Por serem percentuais muito mais elevados que os das demais receitas, não foram inseridos no gráfico.

As operações de crédito, que também financiam os investimentos municipais, tornaram-se responsáveis por injetar R\$ 114,4 milhões nos cofres municipais, em 2018, um acréscimo de R\$ 100,5 milhões em relação a 2017. Porém, apenas 10 cidades tiveram acesso a esses recursos, sendo que 79% do total ficou concentrado em apenas três: Vitória (R\$ 41,2 milhões), Serra (R\$ 25 milhões) e Cariacica (R\$ 23,8 milhões).

Entre os tributos coletados diretamente pela esfera local de governo, as receitas do Imposto sobre a Prestação de Serviços de Qualquer Natureza (ISS) e as provenientes das taxas municipais apresentaram aumento. O recolhimento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) ficou estável. E o do Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis *Inter Vivos* (ITBI) ainda se mantém em baixa.

Variação de valores das principais receitas - 2018/2017

em R\$ milhões - IPCA médio de 2018



A arrecadação conjunta do ISS dos municípios capixabas foi de R\$ 1,08 bilhão em 2018. Já incluída a inflação medida pelo IPCA, a cifra é 3,4% maior que a de 2017. Apesar de a alta pôr fim a uma série de três anos consecutivos de forte retrocesso nas receitas do tributo, o volume de 2018 ainda é 19,5% menor que o de 2014 – período de pico no recolhimento entre os registros mais recentes – e está próximo dos níveis prevaletentes no biênio 2008-2009. Veja mais sobre o ISS na página 20.

As taxas municipais contabilizaram expansão nos últimos três anos, sendo a mais substancial a de 2018 (de 3,5%), quando a captação das prefeituras do Espírito Santo acumulou R\$ 191,5 milhões. Tal receita abrange as taxas cobradas pela prestação de serviços e as referentes ao exercício do poder de polícia.

O recolhimento do IPTU, por sua vez, tendeu a estabilizar-se, passando de R\$ 299,9 milhões, em 2017, para R\$ 298,8 milhões, em 2018. Houve, portanto, um pequeno recuo de 0,4%, em termos reais.

Das 78 cidades do Estado, 51 observaram aumento nas entradas do tributo, e 27 tiveram queda no período. Veja mais sobre o IPTU na página 26.

A receita originária do ITBI encurtou-se pelo quinto ano subsequente. A retração de 2,7% em 2018, embora seja mais branda que a dos exercícios anteriores, resultou em R\$ 148,1 milhões – R\$ 4,1 milhões a menos do que em 2017, em termos reais. Foi a primeira vez na década que o desempenho global ficou abaixo de R\$ 150 milhões. As sucessivas perdas que vêm ocorrendo desde 2014 levaram a uma defasagem de R\$ 57,5 milhões nas entradas de ITBI em 2018 em relação à performance de 2013, momento anterior ao início da crise econômica no país. Veja mais sobre o ITBI na página 32.

RECEITA per capita

A receita total média per capita dos municípios capixabas foi de R\$ 3.034,00 em 2018, representando uma alta de 11,3% em comparação aos R\$ 2.725,59 de 2017. O avanço desse indicador é atribuído ao comportamento das duas variáveis que o compõem: a elevação da receita e a queda da população do Espírito Santo, que segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) caiu 1,1% no período: de 4.016.356 para 3.972.388 habitantes.

A exemplo do que é visto em âmbito nacional, há uma grande disparidade da receita por habitante entre os municípios capixabas, em razão dos critérios de distribuição utilizados pela União e pelos estados para entregar os recursos às prefeituras. Essas diferenças se refletem na capacidade financeira de cada ente local em prover sua população com serviços públicos.

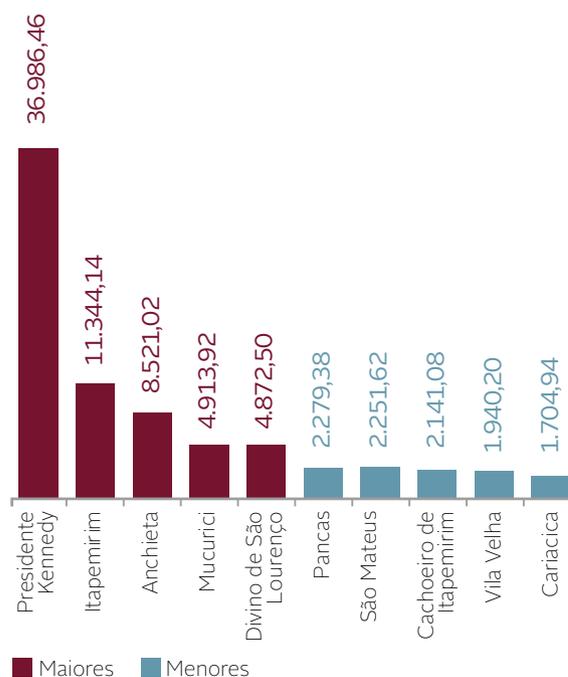
No topo do ranking da receita per capita no mapa capixaba em 2018, encontram-se Presidente Kennedy (R\$ 36.986,46), Itapemirim (R\$ 11.344,14) e Anchieta (R\$ 8.521,02), cidades beneficiadas pelos royalties de petróleo e/ou detentoras de fatias significativas na repartição do ICMS transferido pelo governo estadual. Ressalta-se que Presidente Kennedy também ostenta a maior receita per capita do Brasil.

Reproduzindo o ocorrido no ano anterior, entre os municípios com as menores receitas per capita estão

Cariacica (R\$ 1.704,94), Vila Velha (R\$ 1.940,20), Cachoeiro de Itapemirim (R\$ 2.141,08), São Mateus (R\$ 2.251,62) e Pancas (R\$ 2.279,38). Com exceção de Pancas, os demais estão entre os mais populosos do Espírito Santo e, por não possuírem uma base econômica pujante, absorvem parcelas proporcionalmente menores de ICMS em comparação com cidades que possuem grandes plantas industriais, pois a partilha leva em conta, principalmente, a riqueza produzida no município. Ao mesmo tempo, o FPM que recebem da União também é relativamente pequeno se comparado ao seu porte demográfico; nesse caso, as regras de rateio beneficiam os municípios menos populosos.

As cinco maiores e as cinco menores receitas per capita - 2018

em R\$ - IPCA médio de 2018

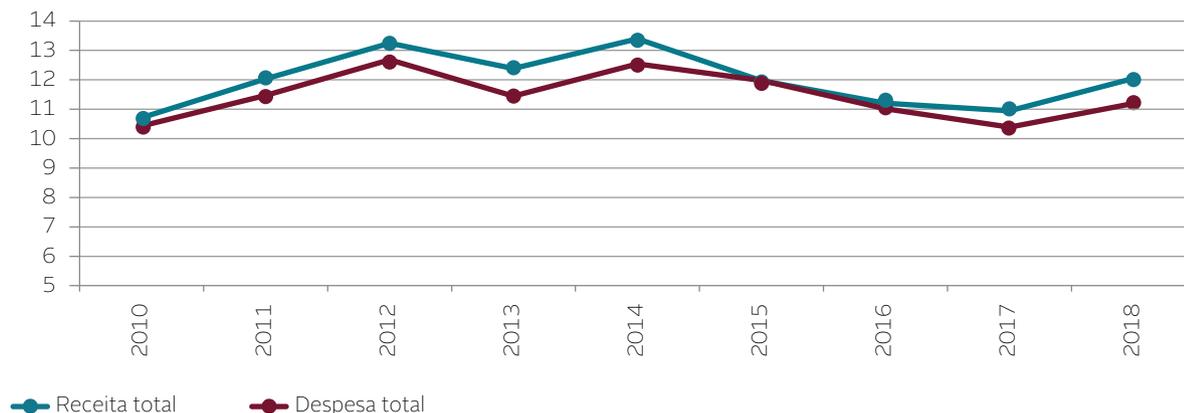


II - DESPESAS

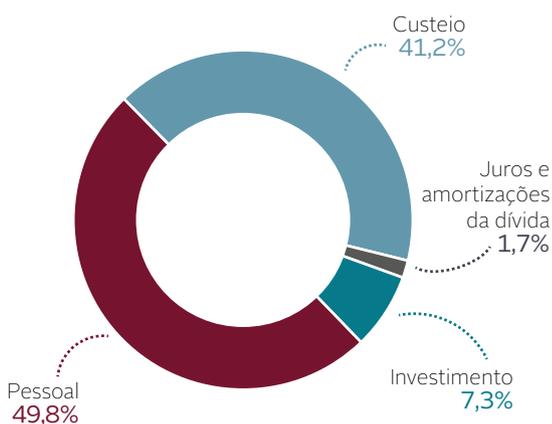
Em 2018, as despesas dos municípios capixabas totalizaram R\$ 11,20 bilhões, montante 7,8% maior frente ao ano anterior, já com a correção do IPCA. Foi o primeiro exercício de expansão dos desembolsos depois de três de encolhimentos sequenciais. Entre os grandes grupos de gastos, a alta foi puxada por custeio e investimento.

Evolução da receita total e da despesa total

em R\$ bilhões - IPCA médio de 2018



Composição da despesa por categoria econômica - 2018



O crescimento foi mais intenso nos investimentos, que, depois de três anos seguidos de queda, aumentaram 39,3%, chegando a R\$ 812,5 milhões. Esse volume, entretanto, não beirou nem sequer os níveis constatados na fase mais aguda da crise econômica do país, em 2015 e 2016. Assim, nos últimos 14 anos, os aportes de 2018 só não foram menores que os de 2017. A elevação dos investimentos em 2018 foi impulsionada pelas transferências de capital da União e, sobretudo, pelas do governo estadual. Houve também a captação de recursos via operações de crédito realizadas por alguns dos maiores municípios capixabas. Veja mais sobre investimentos na página 74.

Os municípios capixabas também expandiram suas despesas com custeio em 2018. Em relação ao ano anterior, a alta foi de 11,9%: de R\$ 4,13 bilhões para R\$ 4,62 bilhões. Foram R\$ 491,6 milhões a mais que o empenhado em 2017, em valores reajustados pelo IPCA. Apesar do acentuado acréscimo, a quantia consumida em 2018 ficou abaixo daquela praticada em 2014, de R\$ 4,80 bilhões. Nesse período de quatro anos, os esforços realizados pelas administrações municipais para ajustar as despesas ao impacto da crise econômica nos caixas geraram um conjunto de demandas represadas que naturalmente transbordariam tão logo as receitas dessem algum sinal de melhora. Foi o que aconteceu em 2018, quando o ganho de 7,4% na receita corrente também quebrou uma série de três anos de seu encolhimento. Veja mais sobre o tema na página 68.

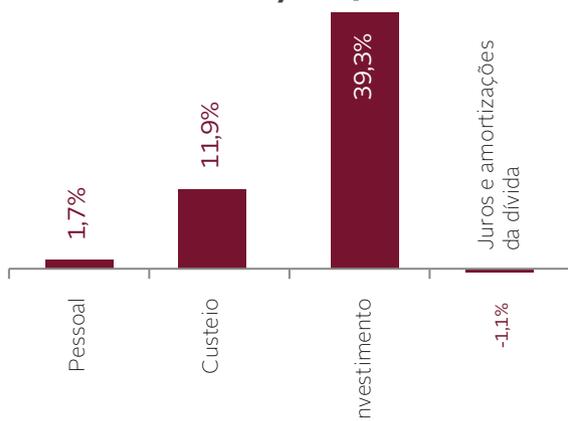
As despesas com pessoal, que também demonstravam viés descendente, apontaram ligeira subida em termos reais em 2018, de 1,7%, quando somaram R\$ 5,58 bilhões. A exemplo do custeio, o pequeno adicional ocorreu concomitantemente ao da receita corrente. O salto mais intenso da receita corrente do que da despesa com pessoal fez com que o indicador pessoal/receita corrente diminuísse de 50,8%, em 2017, para 48,1%, em 2018. Para o cálculo, são inseridos os gastos dos poderes Executivo e Legislativo (câmaras municipais).

Avaliando-se o Executivo, dados do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES) revelam

que apenas quatro municípios terminaram 2018 com porcentagem acima do limite máximo estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) – esse número já havia chegado a 11 em 2017 e a 18 em 2016. Por consequência, ocorreu um expressivo crescimento do grupo que ficou abaixo do nível de alerta, ou seja, o que comprometeu menos de 48,6% de suas receitas correntes líquidas com pessoal. Esse contingente mais que dobrou, passando de 20 cidades, em 2017, para 49, em 2018. Veja mais sobre a despesa com pessoal na página 60.

Para finalizar a análise sob a ótica das despesas por categoria econômica, destaca-se que os desembolsos com encargos e amortizações da dívida dos municípios capixabas registraram ligeiro recuo (-1,1%) em 2018, quando alcançaram R\$ 186,1 milhões, importância que correspondeu, em média, a 1,6% das receitas correntes.

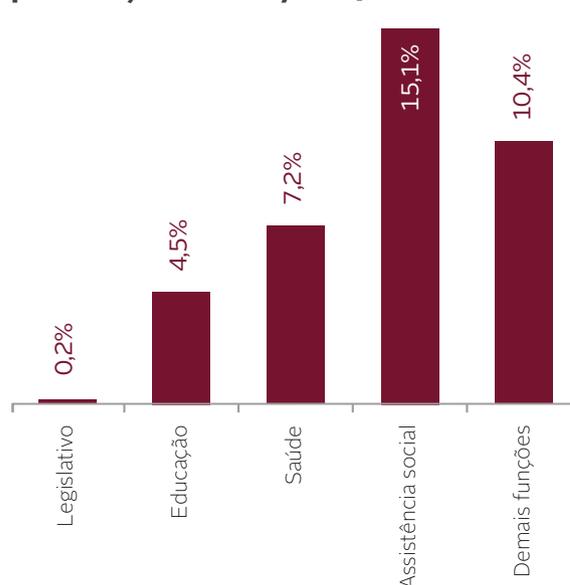
Taxa de crescimento dos principais itens da despesa por categoria econômica - 2018/2017



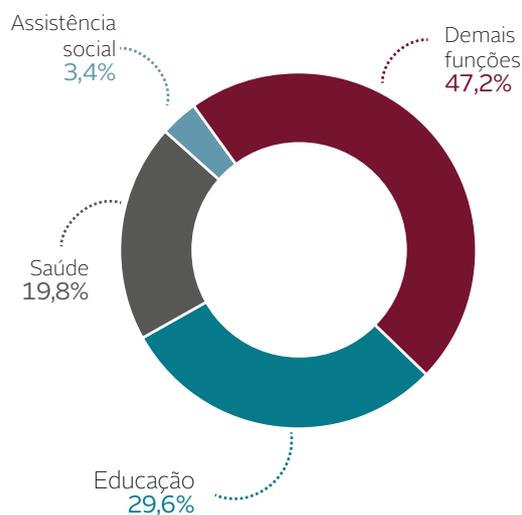
Observando as despesas pela classificação funcional, é possível notar um incremento de 6,1% nos recursos direcionados às áreas sociais em 2018, depois de três anos de recuos em série, quando acumularam baixa de 14,2%. Educação, saúde e assistência tiveram variações positivas, de 4,5%, 7,2% e 15,1%, respectivamente, entre 2017 e 2018. Juntas, tais pastas responderam por mais da metade (52,8%) de todo o gasto municipal de 2018, sendo 29,6% referentes à educação; 19,8%, à saúde; e 3,4%, à assistência social. Veja mais sobre educação na página 86 e sobre saúde na 80.

Os custos nos legislativos dos municípios capixabas ficaram estáveis em 2018, com leve ampliação de 0,2% em termos reais, situando-se no patamar de R\$ 317,8 milhões. O desempenho marca a interrupção de cinco exercícios seguidos de declínios motivados pela contínua perda das receitas municipais, mais especificamente aquelas vinculadas aos repasses ao Poder Legislativo. Ver mais sobre o tema na página 94.

Taxa de crescimento dos principais itens da despesa por função - 2018/2017



Composição da despesa por função - 2018



Mais um passo para reduzir a nossa emissão de poeira.



Luciano Domingos
Supervisor de implantação
de projetos Pelotização

A Vale instalou na Unidade Tubarão, em Vitória, uma tecnologia inédita no Brasil para reduzir a emissão de poeira: **os canhões de névoa.**

Esses canhões lançam microbolhas de água sobre o pátio de pelotas, impedindo que as partículas de minério sejam arrastadas pelo vento. A iniciativa faz parte do Plano Diretor Ambiental, o maior investimento em meio ambiente da empresa no Espírito Santo.

Até 2023, serão mais de 150 ações utilizando o que há de mais moderno em controles ambientais. Com isso, damos um importante passo para melhorar e dar mais eficiência à nossa gestão ambiental.

Saiba mais: vale.com/es

RECEITA TOTAL¹ - 2013-2018

Municípios	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Variável relativa 2018/2017	Partic. no total da rec. total 2018	Rec. total per capita 2018 em R\$
em R\$ mil - IPCA médio de 2018									
Afonso Cláudio	88.824,0	94.238,3	82.522,7	77.680,9	75.450,9	82.117,1	8,8	0,7	2.673,08
Água Doce do Norte	40.541,1	41.834,1	37.110,7	33.239,5	32.412,7	35.699,9	10,1	0,3	3.207,25
Água Branca	37.160,1	39.649,3	36.314,1	38.237,1	34.644,3	39.533,0	14,1	0,3	4.095,42
Alegre	83.850,1	93.896,5	81.478,9	75.596,5	72.980,8	89.893,6	23,2	0,7	2.940,77
Alfredo Chaves	56.030,2	54.508,0	50.005,6	45.431,3	45.277,5	51.602,9	14,0	0,4	3.542,70
Alto Rio Novo	27.462,4	36.285,5	25.149,5	22.947,5	24.589,6	26.520,2	7,9	0,2	3.400,90
Anchieta	410.336,1	384.834,1	319.354,2	279.132,4	258.500,3	244.860,1	-5,3	2,0	8.521,02
Apiacá	28.914,9	28.106,5	24.089,4	22.822,0	22.355,3	26.461,2	18,4	0,2	3.490,92
Aracruz	404.072,5	467.847,6	450.898,4	400.397,8	387.914,2	404.032,3	4,2	3,4	4.068,60
Atílio Vivácqua	36.917,1	43.027,5	37.522,8	36.213,0	35.081,9	38.393,8	9,4	0,3	3.263,39
Baixo Guandu	88.832,2	98.787,4	84.692,9	79.439,2	78.659,4	90.154,0	14,6	0,7	2.921,20
Barra de São Francisco	115.164,9	127.316,0	115.055,4	105.466,9	107.056,3
Boa Esperança	54.308,7	53.522,5	47.494,0	47.797,8	43.881,7	52.198,1	19,0	0,4	3.484,06
Bom Jesus do Norte	27.596,8	31.343,7	24.487,8	24.924,4	26.698,2	32.891,7	23,2	0,3	3.319,04
Brejetuba	40.688,8	44.507,1	38.225,7	35.112,9	33.806,5	40.639,8	20,2	0,3	3.282,43
Cachoeiro de Itapemirim	431.378,1	463.550,1	427.949,3	423.494,1	408.234,3	443.896,7	8,7	3,7	2.141,08
Cariacica	691.493,2	700.914,4	640.348,0	597.558,8	581.427,1	645.494,7	11,0	5,4	1.704,94
Castelo	100.431,7	106.090,3	100.128,5	90.778,6	80.532,0	96.988,1	20,4	0,8	2.599,03
Colatina	334.825,6	360.628,5	334.541,9	336.041,6	322.799,2	335.619,3	4,0	2,8	2.760,48
Conceição da Barra	102.059,9	109.499,5	93.653,0	89.165,3	86.098,5	94.354,4	9,6	0,8	3.058,59
Conceição do Castelo	43.655,7	44.966,5	39.675,2	36.676,7	36.870,4	41.231,7	11,8	0,3	3.262,52
Divino de São Lourenço	20.969,9	22.958,8	18.862,9	18.561,9	18.066,3	21.136,9	17,0	0,2	4.872,50
Domingos Martins	115.118,8	127.385,0	113.570,0	108.179,5	104.956,6	120.412,5	14,7	1,0	3.571,91
Dores do Rio Preto	25.782,5	28.301,2	25.981,0	25.323,6	24.275,1	30.164,9	24,3	0,3	4.484,15
Ecoporanga	67.753,8	73.086,4	66.937,2	60.777,6	59.767,1	65.402,0	9,4	0,5	2.841,83
Fundão	71.014,4	78.226,0	65.789,8	60.527,1	60.356,9	71.903,5	19,1	0,6	3.414,06
Governador Lindenberg	38.177,0	44.491,3	36.086,1	34.254,1	33.083,7	39.378,1	19,0	0,3	3.141,46
Guaçuí	82.776,6	90.354,7	79.280,6	78.913,1	74.983,7	82.448,7	10,0	0,7	2.693,79
Guarapari	309.151,9	334.199,3	317.362,9	291.411,5	290.833,3	316.711,5	8,9	2,6	2.575,27
Ibatiba	59.824,4	66.355,1	58.429,9	55.458,8	54.474,4	61.175,5	12,3	0,5	2.377,41
Ibiraçu	38.985,6	44.455,2	38.655,8	37.008,9	35.842,1	43.877,5	22,4	0,4	3.548,52
Itabirama	34.894,1	36.227,9	30.365,5	29.190,6	28.534,1	32.362,1	13,4	0,3	3.628,44
Iconha	49.069,6	54.066,4	50.078,2	49.315,3	47.732,7	50.592,8	6,0	0,4	3.680,81
Irupi	39.073,4	41.679,5	35.003,3	34.066,6	34.427,7	36.683,1	6,6	0,3	2.773,56
Itaguaçu	48.832,4	51.531,3	46.340,6	41.961,9	39.676,6	45.972,3	15,9	0,4	3.258,37
Itapemirim	378.940,0	464.243,6	407.574,5	332.022,5	367.590,8	386.063,6	5,0	3,2	11.344,14
Itarana	37.405,0	42.134,9	35.037,6	36.603,6	31.928,7	36.578,4	14,6	0,3	3.444,62
Itáua	72.773,8	74.954,5	65.898,3	62.518,5	61.208,6	68.306,1	11,6	0,6	2.352,95
Jaguaré	102.972,4	102.418,8	94.578,4	99.828,7	86.099,6	93.028,4	8,0	0,8	3.110,90
Jerônimo Monteiro	38.399,0	42.742,1	35.633,5	35.366,4	35.027,5	39.472,3	12,7	0,3	3.361,06
João Neiva	53.844,9	59.186,5	52.862,1	51.645,3	51.555,4	57.524,6	11,6	0,5	3.462,42
Laranjal da Terra	36.522,3	43.502,5	32.576,5	33.824,6	39.042,1	35.757,6	-8,4	0,3	3.262,26
Linhares	624.826,2	689.225,0	616.439,1	559.795,1	572.033,2	684.037,0	19,6	5,7	4.015,15
Mantenópolis	43.027,5	48.058,3	39.784,1	39.017,0	36.942,8	44.726,5	21,1	0,4	2.943,70
Marataizes	198.836,8	218.342,2	197.812,4	165.427,4	166.469,3	178.689,5	7,3	1,5	4.689,03
Marechal Floriano	51.849,3	58.142,0	54.132,0	54.046,6	51.282,5	60.744,1	18,4	0,5	3.689,51
Marilândia	40.288,5	41.748,0	39.507,8	35.373,8	33.844,2	38.590,9	14,0	0,3	3.038,66
Mimoso do Sul	71.705,7	76.164,0	67.801,0	64.920,3	63.343,1	67.840,1	7,1	0,6	2.590,21
Montanha	60.359,2	65.093,3	55.193,2	52.160,5	53.275,3	57.320,2	7,6	0,5	3.053,82
Mucurici	30.800,2	33.862,9	27.129,6	25.241,6	25.399,9	27.282,1	7,4	0,2	4.913,92
Muniz Freire	62.652,5	64.070,2	55.348,9	52.960,9	52.368,1	55.845,3	6,6	0,5	3.170,69
Muqui	41.392,6	43.586,8	37.614,1	35.245,3	34.563,0	40.138,3	16,1	0,3	2.611,47
Nova Venécia	130.693,9	141.337,0	130.792,9	121.813,0	122.786,1	128.644,5	4,8	1,1	2.584,26
Pancas	56.926,3	60.884,4	50.329,7	46.157,2	45.402,8	52.560,1	15,8	0,4	2.279,38
Pedro Canário	64.247,4	73.241,0	62.932,6	60.965,5	58.192,5	66.837,6	14,9	0,6	2.572,46
Pinheiros	77.152,9	79.544,2	71.282,0	73.175,9	65.272,4	72.977,7	11,8	0,6	2.726,81
Piúma	77.141,1	94.412,5	77.684,3	71.933,5	74.765,7	81.145,6	8,5	0,7	3.798,42
Ponto Belo	27.672,0	29.140,5	26.526,4	23.157,6	23.032,6	24.818,4	7,8	0,2	3.188,39
Presidente Kennedy	412.989,6	489.958,5	441.374,3	361.215,7	369.233,9	424.900,5	15,1	3,5	36.986,46
Rio Bananal	68.204,1	81.901,4	76.012,8	77.185,5	71.983,4	83.258,5	15,7	0,7	4.379,95
Rio Novo do Sul	38.342,1	40.123,8	35.685,2	37.429,6	34.802,0	44.514,0	27,9	0,4	3.831,47
Santa Leopoldina	40.720,8	43.883,5	38.777,9	35.286,4	34.919,0	43.875,7	25,7	0,4	3.567,13
Santa Maria de Jetibá	107.380,2	121.311,3	112.882,6	117.371,2	112.798,3	134.787,8	19,5	1,1	3.382,46
Santa Teresa	75.934,9	79.609,9	74.997,9	66.167,0	67.855,3	82.551,8	21,7	0,7	3.529,06
São Domingos do Norte	31.010,7	39.588,7	32.228,5	30.930,9	30.719,8	34.814,4	13,3	0,3	4.053,37
São Gabriel da Palha	87.559,8	86.581,0	86.100,9	80.214,2	77.062,8	93.485,1	21,3	0,8	2.502,21
São José do Calçado	38.385,4	41.590,2	33.524,3	31.674,3	31.718,9
São Mateus	342.329,5	381.081,0	309.572,9	266.856,0	262.401,5	289.427,5	10,3	2,4	2.251,62
São Roque do Canaã	37.157,0	41.244,3	32.319,9	30.307,6	29.367,2	35.081,2	19,5	0,3	2.847,96
Serra	1.161.670,8	1.307.163,7	1.176.485,1	1.138.726,7	1.101.131,1	1.222.407,4	11,0	10,1	2.408,22
Sooretama	74.177,3	82.002,2	75.451,4	69.688,3	67.334,7	69.587,3	3,3	0,6	2.362,98
Vargem Alta	68.794,4	74.031,5	63.702,4	62.147,7	60.283,0	67.428,6	11,9	0,6	3.179,54
Venda Nova do Imigrante	67.597,8	71.858,0	68.210,0	62.045,3	61.555,0	69.948,8	13,6	0,6	2.820,51
Viana	187.148,8	215.131,2	186.581,2	185.666,5	184.350,3	232.805,5	26,3	1,9	3.025,26
Vila Pavão	31.909,8	35.079,7	30.380,7	29.101,6	27.015,0	30.115,0	11,5	0,2	3.283,72
Vila Valério	48.237,3	54.862,1	48.272,7	45.319,4	44.376,7	47.890,1	7,9	0,4	3.399,60
Vila Velha	992.730,5	1.009.012,5	933.931,4	930.598,5	879.853,5	943.340,1	7,2	7,8	1.940,20
Vitória	1.847.833,0	1.936.921,3	1.705.366,8	1.589.606,7	1.544.462,8	1.617.175,5	4,7	13,4	4.513,88
TOTAL	12.386.512,0	13.397.642,5	11.969.771,6	11.203.844,5	10.946.932,1	12.052.243,4	10,1	100,0	3.034,00

Fonte: balanços municipais coletados no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi) e no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), ainda não apreciados em plenário. Nota: 'receita total, exceto intraorçamentárias (ver "Notas metodológicas" na página 4).

RECEITA TOTAL

Posição	Município	Receita total ¹ em R\$	População 2018
1º	Vitória	1.617.175.470,16	358.267
2º	Serra	1.222.407.422,84	507.598
3º	Vila Velha	943.340.050,10	486.208
4º	Linhares	684.036.958,56	170.364
5º	Cariacica	645.494.732,02	378.603
6º	Cachoeiro de Itapemirim	443.896.650,88	207.324
7º	Presidente Kennedy	424.900.471,11	11.488
8º	Aracruz	404.032.265,24	99.305
9º	Itapemirim	386.063.618,80	34.032
10º	Colatina	335.619.283,14	121.580
11º	Guarapari	316.711.518,23	122.982
12º	São Mateus	289.427.478,99	128.542
13º	Anchieta	244.860.065,19	28.736
14º	Viana	232.805.495,92	76.954
15º	Marataizes	178.689.453,47	38.108
16º	Santa Maria de Jetibá	134.787.813,62	39.849
17º	Nova Venécia	128.644.549,03	49.780
18º	Domingos Martins	120.412.543,18	33.711
19º	Castelo	96.988.110,04	37.317
20º	Conceição da Barra	94.354.383,19	30.849
21º	São Gabriel da Palha	93.485.056,91	37.361
22º	Jaguaré	93.028.373,15	29.904
23º	Baixo Guandu	90.154.020,44	30.862
24º	Alegre	89.893.559,49	30.568
25º	Rio Bananal	83.258.498,86	19.009
26º	Santa Teresa	82.551.754,64	23.392
27º	Guaçuí	82.448.694,08	30.607
28º	Afonso Cláudio	82.117.065,73	30.720
29º	Piúma	81.145.630,37	21.363
30º	Pinheiros	72.977.676,73	26.763
31º	Fundão	71.903.527,66	21.061
32º	Venda Nova do Imigrante	69.948.759,18	24.800
33º	Sooretama	69.587.270,20	29.449
34º	Iúna	68.306.053,00	29.030
35º	Mimoso do Sul	67.840.110,12	26.191
36º	Vargem Alta	67.428.568,74	21.207
37º	Pedro Canário	66.837.635,32	25.982
38º	Ecoporanga	65.401.985,17	23.014
39º	Ibatiba	61.175.479,20	25.732
40º	Marechal Floriano	60.744.121,52	16.464
41º	João Neiva	57.524.647,97	16.614
42º	Montanha	57.320.230,23	18.770
43º	Muniz Freire	55.845.277,89	17.613
44º	Pancas	52.560.133,73	23.059
45º	Boa Esperança	52.198.140,07	14.982
46º	Alfredo Chaves	51.602.949,78	14.566
47º	Iconha	50.592.790,44	13.745
48º	Vila Valério	47.890.133,06	14.087
49º	Itaguaçu	45.972.280,84	14.109
50º	Mantenópolis	44.726.535,95	15.194
51º	Rio Novo do Sul	44.514.027,14	11.618
52º	Ibiraçu	43.877.501,12	12.365
53º	Santa Leopoldina	43.875.684,73	12.300
54º	Conceição do Castelo	41.231.665,83	12.638
55º	Brejetuba	40.639.776,78	12.381
56º	Muqui	40.138.337,16	15.370
57º	Água Branca	39.533.047,07	9.653
58º	Jerônimo Monteiro	39.472.339,86	11.744
59º	Governador Lindenberg	39.378.142,89	12.535
60º	Marilândia	38.590.942,12	12.700
61º	Atílio Vivácqua	38.393.762,14	11.765
62º	Irupi	36.683.091,00	13.226
63º	Itarana	36.578.388,10	10.619
64º	Laranja da Terra	35.757.589,64	10.961
65º	Água Doce do Norte	35.699.909,22	11.131
66º	São Roque do Canaã	35.081.222,75	12.318
67º	São Domingos do Norte	34.814.423,05	8.589
68º	Bom Jesus do Norte	32.891.707,53	9.910
69º	Ibitirama	32.362.083,06	8.919
70º	Dores do Rio Preto	30.164.865,99	6.727
71º	Vila Pavão	30.114.965,76	9.171
72º	Mucurici	27.282.090,29	5.552
73º	Alto Rio Novo	26.520.217,72	7.798
74º	Apiacá	26.461.194,41	7.580
75º	Ponto Belo	24.818.447,62	7.784
76º	Divino de São Lourenço	21.136.916,62	4.338
	Barra de São Francisco	...	44.315
	São José do Calçado	...	10.566
TOTAL		12.052.243.389,26	3.972.388

RECEITA TOTAL PER CAPITA

Posição	Município	A / B	Receita total ¹ (A)	População
			em R\$	2018 (B)
1º	Presidente Kennedy	36.986,46	424.900.471,11	11.488
2º	Itapemirim	11.344,14	386.063.618,80	34.032
3º	Anchieta	8.521,02	244.860.065,19	28.736
4º	Mucurici	4.913,92	27.282.090,29	5.552
5º	Divino de São Lourenço	4.872,50	21.136.916,62	4.338
6º	Marataizes	4.689,03	178.689.453,47	38.108
7º	Vitória	4.513,88	1.617.175.470,16	358.267
8º	Dores do Rio Preto	4.484,15	30.164.865,99	6.727
9º	Rio Bananal	4.379,95	83.258.498,86	19.009
10º	Água Branca	4.095,42	39.533.047,07	9.653
11º	Aracruz	4.068,60	404.032.265,24	99.305
12º	São Domingos do Norte	4.053,37	34.814.423,05	8.589
13º	Linhares	4.015,15	684.036.958,56	170.364
14º	Rio Novo do Sul	3.831,47	44.514.027,14	11.618
15º	Piúma	3.798,42	81.145.630,37	21.363
16º	Marechal Floriano	3.689,51	60.744.121,52	16.464
17º	Iconha	3.680,81	50.592.790,44	13.745
18º	Ibitirama	3.628,44	32.362.083,06	8.919
19º	Domingos Martins	3.571,91	120.412.543,18	33.711
20º	Santa Leopoldina	3.567,13	43.875.684,73	12.300
21º	Ibiraçu	3.548,52	43.877.501,12	12.365
22º	Alfredo Chaves	3.542,70	51.602.949,78	14.566
23º	Santa Teresa	3.529,06	82.551.754,64	23.392
24º	Apiacá	3.490,92	26.461.194,41	7.580
25º	Boa Esperança	3.484,06	52.198.140,07	14.982
26º	João Neiva	3.462,42	57.524.647,97	16.614
27º	Itarana	3.444,62	36.578.388,10	10.619
28º	Fundão	3.414,06	71.903.527,66	21.061
29º	Alto Rio Novo	3.400,90	26.520.217,72	7.798
30º	Vila Valério	3.399,60	47.890.133,06	14.087
31º	Santa Maria de Jetibá	3.382,46	134.787.813,62	39.849
32º	Jerônimo Monteiro	3.361,06	39.472.339,86	11.744
33º	Bom Jesus do Norte	3.319,04	32.891.707,53	9.910
34º	Vila Pavão	3.283,72	30.114.965,76	9.171
35º	Brejetuba	3.282,43	40.639.776,78	12.381
36º	Atílio Vivácqua	3.263,39	38.393.762,14	11.765
37º	Conceição do Castelo	3.262,52	41.231.665,83	12.638
38º	Laranja da Terra	3.262,26	35.757.589,64	10.961
39º	Itaguaçu	3.258,37	45.972.280,84	14.109
40º	Água Doce do Norte	3.207,25	35.699.909,22	11.131
41º	Ponto Belo	3.188,39	24.818.447,62	7.784
42º	Vargem Alta	3.179,54	67.428.568,74	21.207
43º	Muniz Freire	3.170,69	55.845.277,89	17.613
44º	Governador Lindenberg	3.141,46	39.378.142,89	12.535
45º	Jaguaré	3.110,90	93.028.373,15	29.904
46º	Conceição da Barra	3.058,59	94.354.383,19	30.849
47º	Montanha	3.053,82	57.320.230,23	18.770
48º	Marilândia	3.038,66	38.590.942,12	12.700
49º	Viana	3.025,26	232.805.495,92	76.954
50º	Mantenópolis	2.943,70	44.726.535,95	15.194
51º	Alegre	2.940,77	89.893.559,49	30.568
52º	Baixo Guandu	2.921,20	90.154.020,44	30.862
53º	São Roque do Canaã	2.847,96	35.081.222,75	12.318
54º	Ecoporanga	2.841,83	65.401.985,17	23.014
55º	Venda Nova do Imigrante	2.820,51	69.948.759,18	24.800
56º	Irupi	2.773,56	36.683.091,00	13.226
57º	Colatina	2.760,48	335.619.283,14	121.580
58º	Pinheiros	2.726,81	72.977.676,73	26.763
59º	Guaçuí	2.693,79	82.448.694,08	30.607
60º	Afonso Cláudio	2.673,08	82.117.065,73	30.720
61º	Muqui	2.611,47	40.138.337,16	15.370
62º	Castelo	2.599,03	96.988.110,04	37.317
63º	Mimoso do Sul	2.590,21	67.840.110,12	26.191
64º	Nova Venécia	2.584,26	128.644.549,03	49.780
65º	Guarapari	2.575,27	316.711.518,23	122.982
66º	Pedro Canário	2.572,46	66.837.635,32	25.982
67º	São Gabriel da Palha	2.502,21	93.485.056,91	37.361
68º	Serra	2.408,22	1.222.407.422,84	507.598
69º	Ibatiba	2.377,41	61.175.479,20	25.732
70º	Sooretama	2.362,98	69.587.270,20	29.449
71º	Iúna	2.352,95	68.306.053,00	29.030
72º	Pancas	2.279,38	52.560.133,73	23.059
73º	São Mateus	2.251,62	289.427.478,99	128.542
74º	Cachoeiro de Itapemirim	2.141,08	443.896.650,88	207.324
75º	Vila Velha	1.940,20	943.340.050,10	486.208
76º	Cariacica	1.704,94	645.494.732,02	378.603
	São José do Calçado	10.566
	Barra de São Francisco	44.315
TOTAL		3.034,00	12.052.243.389,26	3.972.388

RANKING 2018

Fonte: balanços municipais coletados no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi) e no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), ainda não apreciados em plenário. População para 2018 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nota: ¹ receita total, exceto intraorçamentárias (ver "Notas metodológicas" na página 4).

RECEITA CORRENTE¹ - 2013-2018

Municípios	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Variação relativa 2018/2017	Partic. na rec. total ² 2018	Receita corrente per capita 2018 em R\$
	em R\$ mil - IPCA médio de 2018								
Afonso Cláudio	84.832,4	85.722,0	79.428,7	74.846,4	73.494,2	77.339,6	5,2	94,2	2.517,57
Água Doce do Norte	35.369,4	36.055,1	34.535,8	31.787,3	30.793,9	33.807,5	9,8	94,7	3.037,23
Águia Branca	34.727,2	36.365,9	35.572,1	33.763,6	33.106,5	35.286,7	6,6	89,3	3.655,51
Alegre	83.281,8	85.622,0	80.237,5	75.035,2	72.918,6	87.778,0	20,4	97,6	2.871,57
Alfredo Chaves	49.491,2	50.441,7	47.147,0	45.110,6	44.601,8	49.420,6	10,8	95,8	3.392,87
Alto Rio Novo	26.962,6	27.437,5	24.255,9	21.756,7	21.736,5	24.971,0	14,9	94,2	3.202,24
Anchieta	410.051,7	383.594,6	319.354,2	278.302,2	258.500,3	240.949,7	-6,8	98,4	8.384,94
Apiacá	27.348,0	26.278,8	24.089,4	22.479,9	22.355,3	24.634,1	10,2	93,1	3.249,88
Aracruz	402.929,3	461.539,7	447.087,0	392.961,7	383.934,1	397.882,0	3,6	98,5	4.006,67
Atílio Vivácqua	35.729,8	38.150,4	36.945,6	35.561,9	33.492,9	36.048,2	7,6	93,9	3.064,02
Baixo Guandu	84.355,5	89.593,0	82.344,1	76.943,2	76.728,1	86.449,2	12,7	95,9	2.801,15
Barra de São Francisco	112.156,1	115.527,6	113.441,3	104.240,6	106.431,4
Boa Esperança	48.337,5	50.012,2	45.303,2	42.838,4	41.811,5	48.966,4	17,1	93,8	3.268,35
Bom Jesus do Norte	26.684,5	27.593,5	23.996,9	22.635,1	25.129,2	28.566,5	13,7	86,9	2.882,59
Brejetuba	38.852,1	41.504,4	36.695,6	34.327,6	33.702,2	39.044,1	15,9	96,1	3.153,55
Cachoeiro de Itapemirim	419.106,6	455.406,7	418.507,0	419.699,1	407.643,1	438.791,8	7,6	98,8	2.116,45
Cariacica	680.202,7	682.124,8	624.623,0	577.440,2	570.225,8	599.410,8	5,1	92,9	1.583,22
Castelo	97.917,0	100.941,5	98.012,0	89.845,0	79.614,5	93.233,9	17,1	96,1	2.498,43
Colatina	318.673,2	334.095,0	324.579,1	305.843,7	311.981,6	321.091,7	2,9	95,7	2.640,99
Conceição da Barra	99.136,7	101.750,0	93.653,0	88.967,8	86.098,5	91.980,0	6,8	97,5	2.981,62
Conceição do Castelo	41.703,0	40.962,3	37.291,6	35.393,2	35.405,0	38.095,6	7,6	92,4	3.014,37
Divino de São Lourenço	20.664,9	22.278,4	18.688,9	18.402,3	17.859,3	19.723,5	10,4	93,3	4.546,68
Domingos Martins	112.832,4	114.672,7	109.093,6	106.042,4	101.926,4	114.079,9	11,9	94,7	3.384,05
Dores do Rio Preto	25.455,8	26.069,7	25.458,1	24.876,1	24.229,2	27.955,9	15,4	92,7	4.155,77
Ecoporanga	67.238,9	68.746,4	65.216,1	60.693,8	58.517,3	63.085,5	7,8	96,5	2.741,18
Fundão	70.904,2	78.226,0	65.037,9	59.707,7	60.265,0	71.333,5	18,4	99,2	3.387,00
Governador Lindenberg	34.501,2	36.455,0	34.021,8	32.402,0	31.763,2	34.824,3	9,6	88,4	2.778,17
Guaçu	82.506,6	86.569,1	78.011,2	74.908,1	73.895,6	79.145,4	7,1	96,0	2.585,86
Guarapari	298.354,4	324.876,5	316.877,0	287.487,2	289.384,8	306.271,7	5,8	96,7	2.490,38
Ibatiba	58.737,7	62.613,3	58.167,4	54.930,3	53.296,1	59.198,1	11,1	96,8	2.300,56
Ibiraçu	36.430,3	38.711,3	36.558,5	35.582,0	34.239,1	39.953,3	16,7	91,1	3.231,16
Ibitirama	33.065,8	32.813,1	30.281,3	28.967,7	27.340,8	29.774,8	8,9	92,0	3.338,36
Iconha	44.995,9	48.689,0	47.614,2	47.385,9	46.452,6	48.060,5	3,5	95,0	3.496,58
Irupi	37.889,1	37.818,6	34.639,5	33.649,5	33.568,3	35.649,4	6,2	97,2	2.695,41
Itaguaçu	45.845,8	45.890,2	41.194,1	38.646,8	39.081,7	41.865,8	7,1	91,1	2.967,31
Itapemirim	376.749,6	462.722,3	405.643,1	327.951,6	367.227,8	385.416,2	5,0	99,8	11.325,11
Itarana	34.691,5	36.671,4	32.532,1	31.074,0	30.117,6	33.829,3	12,3	92,5	3.185,73
Júna	71.199,3	71.343,4	64.619,3	61.804,6	60.990,9	66.475,6	9,0	97,3	2.289,89
Jaguaré	98.148,6	97.037,2	90.628,7	95.275,4	84.462,4	89.411,5	5,9	96,1	2.989,95
Jerônimo Monteiro	35.691,2	37.784,8	34.208,0	33.037,4	33.042,2	35.416,2	7,2	89,7	3.015,69
João Neiva	52.959,8	53.699,3	50.946,0	50.843,9	51.454,9	56.258,1	9,3	97,8	3.386,18
Laranja da Terra	34.363,8	34.273,9	31.390,4	29.690,9	39.000,6	31.213,0	-20,0	87,3	2.847,64
Linhares	624.105,7	689.061,0	616.439,1	553.337,5	571.383,5	678.681,2	18,8	99,2	3.983,71
Mantenópolis	43.027,5	42.902,0	39.201,9	37.938,3	36.587,8	41.779,1	14,2	93,4	2.749,71
Marataizes	198.080,3	214.634,3	196.785,9	165.427,4	166.054,6	175.107,0	5,5	98,0	4.595,02
Marechal Floriano	51.723,1	52.848,1	50.919,6	50.404,5	50.495,4	57.687,7	14,2	95,0	3.503,87
Mariilândia	37.075,3	38.476,4	35.966,2	33.473,2	32.655,9	34.994,7	7,2	90,7	2.755,49
Mimoso do Sul	69.558,4	71.622,1	66.885,5	63.978,5	62.423,2	65.881,3	5,5	97,1	2.515,42
Montanha	57.670,7	58.557,2	53.831,5	51.642,1	51.481,0	55.890,2	8,6	97,5	2.977,63
Munurici	29.391,6	32.778,7	26.865,4	24.894,7	24.379,6	26.769,2	9,8	98,1	4.821,54
Muniz Freire	60.355,7	58.514,0	53.035,4	51.060,7	51.852,1	54.077,9	4,3	96,8	3.070,34
Muqui	40.238,7	40.737,4	36.566,9	34.844,0	34.181,8	37.129,5	8,6	92,5	2.415,71
Nova Venécia	128.822,4	132.743,8	125.611,5	118.994,8	119.022,9	125.894,0	5,8	97,9	2.529,01
Pancas	55.563,8	57.575,9	49.545,7	45.826,7	45.205,6	49.970,0	10,5	95,1	2.167,05
Pedro Canário	62.334,1	67.207,8	61.568,5	60.184,4	58.192,5	63.766,8	9,6	95,4	2.454,27
Pinheiros	76.902,8	75.417,0	68.803,6	71.251,1	64.728,4	68.598,6	6,0	94,0	2.563,19
Piúma	76.077,0	94.121,7	77.684,3	71.011,6	74.374,9	78.507,8	5,6	96,7	3.674,94
Ponto Belo	26.011,6	28.173,9	24.425,0	22.680,5	22.409,4	23.679,8	5,7	95,4	3.042,11
Presidente Kennedy	412.989,6	489.958,5	441.374,3	361.209,2	368.982,9	424.528,2	15,1	99,9	36.954,06
Rio Bananal	65.424,2	75.539,6	72.214,5	73.594,1	70.418,9	81.083,8	15,1	97,4	4.265,55
Rio Novo do Sul	38.314,9	40.123,8	35.489,2	37.245,4	34.802,0	40.396,5	16,1	90,8	3.477,06
Santa Leopoldina	39.014,7	39.951,8	37.506,8	35.125,6	34.370,9	41.824,3	21,7	95,3	3.400,35
Santa Maria de Jetibá	104.805,9	112.635,7	110.956,9	110.748,6	110.289,3	125.004,1	13,3	92,7	3.136,95
Santa Teresa	74.212,1	75.268,6	72.445,4	63.949,6	66.959,9	75.595,7	12,9	91,6	3.231,69
São Domingos do Norte	30.902,6	32.962,5	30.597,0	29.186,1	29.836,6	32.506,7	8,9	93,4	3.784,69
São Gabriel da Palha	82.262,2	83.217,0	81.923,4	77.576,1	75.988,3	89.944,9	18,4	96,2	2.407,45
São José do Calçado	37.844,3	39.557,9	33.524,3	31.674,3	30.702,7
São Mateus	325.815,7	347.619,4	307.189,0	259.487,3	255.491,9	282.455,2	10,6	97,6	2.197,38
São Roque do Canaã	34.528,3	34.249,8	30.811,3	29.613,1	28.679,0	30.511,3	6,4	87,0	2.476,97
Serra	1.141.361,0	1.243.635,3	1.159.553,1	1.115.995,9	1.091.881,0	1.167.500,9	6,9	95,5	2.300,05
Sooretama	72.896,6	79.261,3	71.936,2	68.238,4	65.232,2	67.552,8	3,6	97,1	2.293,89
Vargem Alta	64.080,8	67.324,8	59.270,5	58.990,8	54.814,5	59.832,9	9,2	88,7	2.821,38
Venda Nova do Imigrante	64.137,0	65.664,5	63.908,7	60.471,5	60.797,7	67.313,8	10,7	96,2	2.714,27
Viana	181.363,4	192.245,6	178.196,5	178.779,5	180.464,3	208.185,0	15,4	89,4	2.705,32
Vila Pavão	29.469,7	30.290,8	27.570,9	26.816,5	25.767,4	27.146,3	5,4	90,1	2.960,02
Vila Valério	45.761,2	48.468,5	45.228,5	42.861,2	43.089,5	44.107,9	2,4	92,1	3.131,11
Vila Velha	952.959,2	948.759,3	917.654,8	902.130,5	870.418,7	920.490,4	5,8	97,6	1.893,20
Vitória	1.809.736,9	1.871.379,6	1.679.626,2	1.567.277,7	1.534.875,7	1.567.045,1	2,1	96,9	4.373,96
TOTAL	12.075.894,5	12.762.165,7	11.739.040,8	10.931.060,2	10.807.113,4	11.604.286,6	7,4	96,3	2.921,24

Fonte: balanços municipais coletados no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi) e no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), ainda não apreciados em plenário. Notas: ¹ receita corrente, exceto intraorçamentárias, deduzida da parcela destinada ao Fundeb; ² receita total, exceto intraorçamentárias (ver "Notas metodológicas" na página 4).

RECEITA CORRENTE

Posição	Município	Receita corrente ¹ em R\$	População 2018
1º	Vitória	1.567.045.086,76	358.267
2º	Serra	1.167.500.915,93	507.598
3º	Vila Velha	920.490.360,26	486.208
4º	Linhares	678.681.207,06	170.364
5º	Cariacica	599.410.795,15	378.603
6º	Cachoeiro de Itapemirim	438.791.805,17	207.324
7º	Presidente Kennedy	424.528.211,11	11.488
8º	Aracruz	397.882.039,20	99.305
9º	Itapemirim	385.416.212,41	34.032
10º	Colatina	321.091.722,66	121.580
11º	Guarapari	306.271.710,43	122.982
12º	São Mateus	282.455.162,54	128.542
13º	Anchieta	240.949.738,32	28.736
14º	Viana	208.184.963,60	76.954
15º	Marataizes	175.107.028,07	38.108
16º	Nova Venécia	125.894.037,61	49.780
17º	Santa Maria de Jetibá	125.004.123,69	39.849
18º	Domingos Martins	114.079.855,31	33.711
19º	Castelo	93.233.871,37	37.317
20º	Conceição da Barra	91.979.986,46	30.849
21º	São Gabriel da Palha	89.944.887,48	37.361
22º	Jaguare	89.411.504,27	29.904
23º	Alegre	87.778.003,57	30.568
24º	Baixo Guandu	86.449.168,27	30.862
25º	Rio Bananal	81.083.848,86	19.009
26º	Guaçuí	79.145.393,22	30.607
27º	Piúma	78.507.835,89	21.363
28º	Afonso Cláudio	77.339.600,39	30.720
29º	Santa Teresa	75.595.672,21	23.392
30º	Fundão	71.333.527,66	21.061
31º	Pinheiros	68.598.584,18	26.763
32º	Sooretama	67.552.779,33	29.449
33º	Venda Nova do Imigrante	67.313.795,44	24.800
34º	Lúna	66.475.636,33	29.030
35º	Mimoso do Sul	65.881.336,98	26.191
36º	Pedro Canário	63.766.762,61	25.982
37º	Ecoporanga	63.085.469,03	23.014
38º	Vargem Alta	59.832.934,21	21.207
39º	Ibatiba	59.198.116,23	25.732
40º	Marechal Floriano	57.687.693,02	16.464
41º	João Neiva	56.258.066,41	16.614
42º	Montanha	55.890.159,74	18.770
43º	Muniz Freire	54.077.948,03	17.613
44º	Pancas	49.970.045,26	23.059
45º	Alfredo Chaves	49.420.551,00	14.566
46º	Boa Esperança	48.966.384,37	14.982
47º	Iconha	48.060.456,79	13.745
48º	Vila Valério	44.107.948,14	14.087
49º	Itaguaçu	41.865.756,58	14.109
50º	Santa Leopoldina	41.824.284,73	12.300
51º	Mantenópolis	41.779.139,04	15.194
52º	Rio Novo do Sul	40.396.526,64	11.618
53º	Ibiraçu	39.953.311,83	12.365
54º	Brejetuba	39.044.086,21	12.381
55º	Conceição do Castelo	38.095.611,60	12.638
56º	Muqui	37.129.466,91	15.370
57º	Atílio Vivácqua	36.048.169,49	11.765
58º	Irupi	35.649.446,80	13.226
59º	Jerônimo Monteiro	35.416.216,93	11.744
60º	Água Branca	35.286.669,69	9.653
61º	Mariândia	34.994.692,92	12.700
62º	Governador Lindenberg	34.824.317,52	12.535
63º	Itarana	33.829.306,11	10.619
64º	Água Doce do Norte	33.807.454,35	11.131
65º	São Domingos do Norte	32.506.738,52	8.589
66º	Laranja da Terra	31.212.952,30	10.961
67º	São Roque do Canaã	30.511.294,98	12.318
68º	Ibitirama	29.774.824,45	8.919
69º	Bom Jesus do Norte	28.566.511,77	9.910
70º	Dores do Rio Preto	27.955.882,27	6.727
71º	Vila Pavão	27.146.324,73	9.171
72º	Mucurici	26.769.165,29	5.552
73º	Alto Rio Novo	24.971.041,18	7.798
74º	Apicá	24.634.113,80	7.580
75º	Ponto Belo	23.679.760,12	7.784
76º	Divino de São Lourenço	19.723.486,62	4.338
	Barra de São Francisco	...	44.315
	São José do Calçado	...	10.566
TOTAL		11.604.286.577,98	3.972.388

RECEITA CORRENTE PER CAPITA

Posição	Município	A / B	Receita corrente ¹ (A) em R\$	População 2018 (B)
1º	Presidente Kennedy	36.954,06	424.528.211,11	11.488
2º	Itapemirim	11.325,11	385.416.212,41	34.032
3º	Anchieta	8.384,94	240.949.738,32	28.736
4º	Mucurici	4.821,54	26.769.165,29	5.552
5º	Marataizes	4.595,02	175.107.028,07	38.108
6º	Divino de São Lourenço	4.546,68	19.723.486,62	4.338
7º	Vitória	4.373,96	1.567.045.086,76	358.267
8º	Rio Bananal	4.265,55	81.083.848,86	19.009
9º	Dores do Rio Preto	4.155,77	27.955.882,27	6.727
10º	Aracruz	4.006,67	397.882.039,20	99.305
11º	Linhares	3.983,71	678.681.207,06	170.364
12º	São Domingos do Norte	3.784,69	32.506.738,52	8.589
13º	Piúma	3.674,94	78.507.835,89	21.363
14º	Água Branca	3.655,51	35.286.669,69	9.653
15º	Marechal Floriano	3.503,87	57.687.693,02	16.464
16º	Iconha	3.496,58	48.060.456,79	13.745
17º	Rio Novo do Sul	3.477,06	40.396.526,64	11.618
18º	Santa Leopoldina	3.400,35	41.824.284,73	12.300
19º	Alfredo Chaves	3.392,87	49.420.551,00	14.566
20º	Fundão	3.387,00	71.333.527,66	21.061
21º	João Neiva	3.386,18	56.258.066,41	16.614
22º	Domingos Martins	3.384,05	114.079.855,31	33.711
23º	Ibitirama	3.338,36	29.774.824,45	8.919
24º	Boa Esperança	3.268,35	48.966.384,37	14.982
25º	Apicá	3.249,88	24.634.113,80	7.580
26º	Santa Teresa	3.231,69	75.595.672,21	23.392
27º	Ibiraçu	3.231,16	39.953.311,83	12.365
28º	Alto Rio Novo	3.202,24	24.971.041,18	7.798
29º	Itarana	3.185,73	33.829.306,11	10.619
30º	Brejetuba	3.153,55	39.044.086,21	12.381
31º	Santa Maria de Jetibá	3.136,95	125.004.123,69	39.849
32º	Vila Valério	3.131,11	44.107.948,14	14.087
33º	Muniz Freire	3.070,34	54.077.948,03	17.613
34º	Atílio Vivácqua	3.064,02	36.048.169,49	11.765
35º	Ponto Belo	3.042,11	23.679.760,12	7.784
36º	Água Doce do Norte	3.037,23	33.807.454,35	11.131
37º	Jerônimo Monteiro	3.015,69	35.416.216,93	11.744
38º	Conceição do Castelo	3.014,37	38.095.611,60	12.638
39º	Jaguare	2.989,95	89.411.504,27	29.904
40º	Conceição da Barra	2.981,62	91.979.986,46	30.849
41º	Montanha	2.977,63	55.890.159,74	18.770
42º	Itaguaçu	2.967,31	41.865.756,58	14.109
43º	Vila Pavão	2.960,02	27.146.324,73	9.171
44º	Bom Jesus do Norte	2.882,59	28.566.511,77	9.910
45º	Alegre	2.871,57	87.778.003,57	30.568
46º	Laranja da Terra	2.847,64	31.212.952,30	10.961
47º	Vargem Alta	2.821,38	59.832.934,21	21.207
48º	Baixo Guandu	2.801,15	86.449.168,27	30.862
49º	Governador Lindenberg	2.778,17	34.824.317,52	12.535
50º	Mariândia	2.755,49	34.994.692,92	12.700
51º	Mantenópolis	2.749,71	41.779.139,04	15.194
52º	Ecoporanga	2.741,18	63.085.469,03	23.014
53º	Venda Nova do Imigrante	2.714,27	67.313.795,44	24.800
54º	Viana	2.705,32	208.184.963,60	76.954
55º	Irupi	2.695,41	35.649.446,80	13.226
56º	Colatina	2.640,99	321.091.722,66	121.580
57º	Guaçuí	2.585,86	79.145.393,22	30.607
58º	Pinheiros	2.563,19	68.598.584,18	26.763
59º	Nova Venécia	2.529,01	125.894.037,61	49.780
60º	Afonso Cláudio	2.517,57	77.339.600,39	30.720
61º	Mimoso do Sul	2.515,42	65.881.336,98	26.191
62º	Castelo	2.498,43	93.233.871,37	37.317
63º	Guarapari	2.490,38	306.271.710,43	122.982
64º	São Roque do Canaã	2.476,97	30.511.294,98	12.318
65º	Pedro Canário	2.454,27	63.766.762,61	25.982
66º	Muqui	2.415,71	37.129.466,91	15.370
67º	São Gabriel da Palha	2.407,45	89.944.887,48	37.361
68º	Ibatiba	2.300,56	59.198.116,23	25.732
69º	Serra	2.300,05	1.167.500.915,93	507.598
70º	Sooretama	2.293,89	67.552.779,33	29.449
71º	Lúna	2.289,89	66.475.636,33	29.030
72º	São Mateus	2.197,38	282.455.162,54	128.542
73º	Pancas	2.167,05	49.970.045,26	23.059
74º	Cachoeiro de Itapemirim	2.116,45	438.791.805,17	207.324
75º	Vila Velha	1.893,20	920.490.360,26	486.208
76º	Cariacica	1.583,22	599.410.795,15	378.603
	São José do Calçado	10.566
	Barra de São Francisco	44.315
TOTAL		2.921,24	11.604.286.577,98	3.972.388

RANKING 2018

Fonte: balanços municipais coletados no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi) e no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), ainda não apreciados em plenário. População para 2018 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nota: ¹ receita corrente, exceto intraorçamentárias, deduzida da parcela destinada ao Fundeb (ver "Notas metodológicas" na página 4).

COMPOSIÇÃO DA RECEITA - 2018

Municípios	Receita tributária	FPM	QPM-ICMS	Royalties e participações especiais	Outras	Total ¹
	em %					
Afonso Cláudio	4,1	27,7	25,8	3,7	38,6	100,0
Água Doce do Norte	4,2	31,8	21,9	6,4	35,6	100,0
Água Branca	3,1	21,6	27,3	5,5	42,5	100,0
Alegre	6,9	25,3	15,8	3,4	48,6	100,0
Alfredo Chaves	10,0	27,5	25,0	4,6	32,9	100,0
Alto Rio Novo	3,7	32,2	21,4	8,2	34,6	100,0
Anchieta	8,6	8,1	46,7	14,3	22,2	100,0
Apiacá	3,6	32,2	16,6	8,2	39,4	100,0
Aracruz	21,8	10,6	20,4	9,0	38,2	100,0
Atílio Vivácqua	3,8	29,6	23,6	5,7	37,3	100,0
Baixo Guandu	5,9	25,2	23,0	3,4	42,6	100,0
Barra de São Francisco
Boa Esperança	2,9	27,2	18,9	4,8	46,2	100,0
Bom Jesus do Norte	4,2	34,6	14,6	6,6	40,0	100,0
Brejetuba	3,5	28,0	32,4	5,6	30,6	100,0
Cachoeiro de Itapemirim	14,6	17,2	21,6	1,0	45,6	100,0
Cariacica	15,6	11,8	21,8	0,7	50,1	100,0
Castelo	8,2	26,4	24,4	3,3	37,7	100,0
Colatina	9,1	14,4	17,1	1,2	58,2	100,0
Conceição da Barra	7,8	24,1	20,6	3,9	43,6	100,0
Conceição do Castelo	5,1	27,6	26,9	5,6	34,8	100,0
Divino de São Lourenço	3,2	40,3	21,4	10,3	24,8	100,0
Domingos Martins	8,1	18,9	26,8	2,5	43,7	100,0
Dores do Rio Preto	4,6	28,3	24,0	7,2	35,9	100,0
Ecoporanga	5,1	30,4	31,1	4,3	29,0	100,0
Fundão	8,6	23,7	12,1	20,7	34,9	100,0
Governador Lindenberg	2,9	28,9	29,9	5,8	32,5	100,0
Guaçuí	7,0	27,6	14,0	3,6	47,8	100,0
Guarapari	23,7	15,3	8,1	1,3	51,6	100,0
Ibatiba	4,5	32,5	16,0	4,6	42,3	100,0
Ibiraçu	7,3	25,9	16,2	5,2	45,4	100,0
Ibitirama	2,9	26,3	21,7	6,7	42,4	100,0
Iconha	11,0	28,1	19,7	4,7	36,4	100,0
Irupi	3,2	31,0	26,4	6,2	33,2	100,0
Itaguaçu	4,4	30,9	17,7	5,5	41,6	100,0
Itapemirim	4,2	5,9	12,3	63,0	14,6	100,0
Itarana	5,5	31,1	23,7	6,3	33,5	100,0
Iúna	5,9	29,1	22,4	4,3	38,3	100,0
Jaguaré	8,3	21,4	25,0	9,9	35,4	100,0
Jerônimo Monteiro	4,4	28,8	14,4	5,8	46,6	100,0
João Neiva	8,3	29,6	11,6	4,4	46,1	100,0
Laranja da Terra	4,0	31,8	26,4	6,4	31,4	100,0
Linhares	10,4	11,2	22,0	18,1	38,4	100,0
Mantenópolis	4,2	31,8	16,1	5,4	42,6	100,0
Marataizes	6,4	14,3	8,7	44,3	26,3	100,0
Marechal Floriano	10,4	23,4	30,8	4,1	31,3	100,0
Marilândia	3,8	29,5	22,0	5,9	38,9	100,0
Mimoso do Sul	5,1	29,3	20,6	4,3	40,7	100,0
Montanha	5,1	29,8	26,3	4,6	34,3	100,0
Mucurici	3,5	31,3	29,3	8,0	28,0	100,0
Muniz Freire	6,7	30,5	22,8	4,9	35,0	100,0
Muqui	4,5	35,4	18,3	6,2	35,5	100,0
Nova Venécia	5,9	24,3	27,6	2,6	39,7	100,0
Pancas	4,7	32,4	22,9	5,4	34,6	100,0
Pedro Canário	5,2	29,8	13,6	4,2	47,3	100,0
Pinheiros	7,8	27,3	23,0	3,9	38,0	100,0
Piúma	7,8	21,0	23,5	24,6	23,1	100,0
Ponto Belo	2,7	34,4	22,5	8,8	31,7	100,0
Presidente Kennedy	2,3	2,7	1,9	72,2	21,0	100,0
Rio Bananal	3,8	20,5	26,2	3,1	46,4	100,0
Rio Novo do Sul	6,3	25,5	14,0	5,1	49,0	100,0
Santa Leopoldina	3,3	25,9	28,1	5,5	37,2	100,0
Santa Maria de Jetibá	5,6	19,0	39,6	2,3	33,5	100,0
Santa Teresa	5,8	24,1	20,9	3,4	45,8	100,0
São Domingos do Norte	5,0	24,5	35,5	6,3	28,7	100,0
São Gabriel da Palha	6,3	27,4	17,6	3,3	45,5	100,0
São José do Calçado
São Mateus	13,7	16,7	16,8	11,5	41,3	100,0
São Roque do Canaã	3,2	32,4	24,1	6,5	33,8	100,0
Serra	22,5	6,3	29,1	2,5	39,6	100,0
Sooretama	3,1	28,6	24,9	4,1	39,4	100,0
Vargem Alta	4,3	25,3	19,6	4,0	46,8	100,0
Venda Nova do Imigrante	8,8	28,4	26,7	4,1	32,0	100,0
Viana	10,8	15,9	22,2	2,4	48,7	100,0
Vila Pavão	2,6	28,3	28,2	7,2	33,7	100,0
Vila Valério	4,1	29,7	31,6	5,0	29,6	100,0
Vila Velha	31,2	8,1	16,8	2,2	41,8	100,0
Vitória	38,1	11,1	19,8	1,5	29,5	100,0
TOTAL	16,2	15,4	20,9	9,6	38,0	100,0

Fonte: balanços municipais coletados no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi) e no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), ainda não apreciados em plenário. Nota: ¹ receita total, exceto intraorçamentárias (ver "Notas metodológicas" na página 4).

DESPESA TOTAL¹ - 2013-2018

Municípios	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Variação 2018/2017	Partic. no total da desp. total 2018	Desp. total per capita 2018
	em R\$ mil - IPCA médio de 2018						em %		em R\$
Afonso Cláudio	90.788,4	96.734,6	82.422,1	74.795,1	72.530,0	76.323,7	5,2	0,7	2.484,50
Água Doce do Norte	40.290,8	42.625,5	41.913,5	36.928,0	37.583,8	36.251,3	-3,5	0,3	3.256,79
Água Branca	35.777,6	37.700,6	33.015,4	30.899,5	28.018,9	36.535,4	30,4	0,3	3.784,87
Alegre	78.845,3	86.695,7	81.142,7	81.764,8	76.211,6	86.135,5	13,0	0,8	2.817,83
Alfredo Chaves	54.045,2	54.682,4	51.085,0	47.473,6	46.378,2	48.249,2	4,0	0,4	3.312,46
Alto Rio Novo	24.430,8	38.480,9	25.781,8	24.095,5	22.730,2	25.507,4	12,2	0,2	3.271,02
Anchieta	351.656,7	419.295,7	379.401,4	265.992,8	214.542,8	210.247,1	-2,0	1,9	7.316,50
Apiacá	25.357,6	27.012,1	24.912,6	23.871,8	23.462,6	23.914,2	1,9	0,2	3.154,91
Aracruz	390.032,7	425.456,1	432.181,7	408.421,7	364.217,8	366.438,2	0,6	3,3	3.690,03
Atílio Vivácqua	36.640,7	42.188,0	37.481,4	40.679,9	32.930,3	34.658,1	5,2	0,3	2.945,87
Baixo Guandu	80.924,1	95.928,8	92.935,9	79.960,1	75.435,2	80.847,3	7,2	0,7	2.619,64
Barra de São Francisco	107.997,2	129.544,7	118.629,9	123.789,1	97.778,0
Boa Esperança	53.253,3	52.529,5	47.046,8	43.069,8	43.237,3	44.317,4	2,5	0,4	2.958,04
Bom Jesus do Norte	27.737,0	32.693,0	25.794,3	27.170,8	24.899,6	27.457,6	10,3	0,2	2.770,69
Brejetuba	37.446,5	44.399,8	40.008,1	34.083,8	32.957,5	36.599,9	11,1	0,3	2.956,13
Cachoeiro de Itapemirim	392.844,4	422.653,9	395.310,7	384.703,6	349.113,7	408.117,4	16,9	3,6	1.968,50
Cariacica	600.643,0	661.531,6	646.349,1	564.450,1	535.437,7	582.248,8	8,7	5,2	1.537,89
Castelo	98.447,7	106.080,1	94.601,0	95.025,1	83.243,0	91.788,3	10,3	0,8	2.459,69
Colatina	348.019,5	366.717,0	353.094,9	315.889,5	327.234,7	329.761,4	0,8	2,9	2.712,30
Conceição da Barra	95.561,6	95.208,6	94.236,8	84.318,8	85.421,8	87.393,1	2,3	0,8	2.832,93
Conceição do Castelo	37.799,3	41.679,9	41.819,6	35.709,1	37.645,2	40.135,6	6,6	0,4	3.175,78
Divino de São Lourenço	20.347,0	23.082,0	18.913,8	18.942,2	17.718,4	19.265,2	8,7	0,2	4.441,04
Domingos Martins	108.467,1	117.989,5	111.447,9	101.321,2	94.706,1	103.654,8	9,4	0,9	3.074,81
Dores do Rio Preto	21.698,1	24.073,4	24.590,1	24.572,2	22.949,5	27.352,5	19,2	0,2	4.066,08
Ecoporanga	67.857,5	70.685,9	66.868,3	59.163,4	52.995,5	55.534,7	4,8	0,5	2.413,08
Fundão	65.118,6	77.084,7	75.963,6	67.312,4	56.786,6	62.990,3	10,9	0,6	2.990,85
Governador Lindenberg	33.836,2	43.616,0	38.392,0	35.309,4	33.368,2	36.552,5	9,5	0,3	2.916,03
Guacuí	78.692,5	87.640,1	78.692,0	79.525,1	77.879,4	80.884,1	3,9	0,7	2.642,67
Guarapari	277.666,0	273.406,8	296.553,9	288.393,9	280.854,3	292.815,3	4,3	2,6	2.380,96
Ibatiba	54.994,9	64.033,5	62.069,5	60.941,5	53.223,0	57.711,0	8,4	0,5	2.242,77
Ibiraçu	38.223,1	43.568,3	38.797,8	35.059,6	34.826,1	38.003,8	9,1	0,3	3.073,49
Ibitirama	34.987,7	36.091,8	31.092,2	31.276,1	30.491,9	29.069,2	-4,7	0,3	3.259,25
Iconha	44.871,7	48.518,4	47.809,2	42.293,5	44.181,1	47.208,8	6,9	0,4	3.434,61
Irupi	40.825,9	41.620,4	35.001,1	36.668,9	34.400,2	37.256,8	8,3	0,3	2.814,92
Itaguaçu	47.063,8	53.368,9	49.215,0	39.104,8	38.635,2	45.809,4	18,6	0,4	3.246,82
Itapemirim	251.756,6	376.597,9	489.908,3	452.533,9	372.808,0	370.238,8	-0,7	3,3	10.879,14
Itarana	33.719,5	39.328,5	37.148,1	37.568,7	31.367,7	33.118,2	5,6	0,3	3.118,77
Iúna	70.071,0	76.729,1	69.008,4	65.515,9	61.260,6	62.336,3	1,8	0,6	2.147,31
Jaguaré	100.715,5	105.144,0	103.620,2	98.088,1	87.680,6	90.767,1	3,5	0,8	3.035,28
Jerônimo Monteiro	36.248,8	38.440,7	36.394,8	31.779,8	33.735,7	37.749,8	11,9	0,3	3.214,39
João Neiva	47.216,8	59.004,0	54.341,6	51.918,0	47.528,9	48.315,0	1,7	0,4	2.908,09
Laranja da Terra	35.527,2	43.946,4	34.568,5	33.225,5	28.737,3	33.019,0	14,9	0,3	3.012,41
Linhares	561.136,5	637.117,7	616.395,5	504.658,3	487.786,9	569.042,2	16,7	5,1	3.340,15
Mantenedópolis	43.226,4	46.335,2	43.677,1	39.828,2	36.089,4	39.798,9	10,3	0,4	2.619,38
Marataizes	146.104,9	163.746,8	210.877,0	224.676,3	195.860,2	186.691,8	-4,7	1,7	4.899,02
Marechal Floriano	51.513,5	56.700,3	59.065,9	52.014,1	53.632,9	59.807,1	11,5	0,5	3.632,60
Marilândia	36.435,4	41.495,4	39.811,2	34.591,7	33.466,7	36.543,9	9,2	0,3	2.877,47
Mimoso do Sul	69.826,5	75.325,0	69.122,0	66.358,2	63.109,6	64.067,5	1,5	0,6	2.446,16
Montanha	57.263,6	68.446,4	55.002,8	54.025,5	51.152,2	54.777,1	7,1	0,5	2.918,33
Mucurici	29.838,3	34.023,4	28.413,4	25.569,5	24.069,7	25.284,6	5,0	0,2	4.554,14
Muniz Freire	66.687,9	64.019,5	62.476,5	57.710,7	53.387,1	56.408,8	5,7	0,5	3.202,68
Muqui	38.073,4	41.504,9	38.247,5	36.871,5	35.556,4	35.985,2	1,2	0,3	2.341,26
Nova Venécia	120.827,6	137.938,3	139.672,9	121.918,5	119.003,5	123.042,5	3,4	1,1	2.471,73
Pancas	51.601,6	56.457,1	50.603,2	48.801,0	46.228,1	52.120,0	12,7	0,5	2.260,29
Pedro Canário	56.635,1	59.856,0	54.267,2	46.025,0	53.761,7	55.158,7	2,6	0,5	2.122,96
Pinheiros	76.543,0	76.642,2	72.419,7	70.078,2	61.537,9	69.030,5	12,2	0,6	2.579,33
Piúma	79.284,1	96.205,7	92.189,2	73.937,1	72.212,6	75.089,8	4,0	0,7	3.514,95
Ponto Belo	28.603,4	30.997,3	23.924,9	23.460,2	22.246,1	21.254,3	-4,5	0,2	2.730,51
Presidente Kennedy	142.011,8	196.111,4	275.279,3	347.653,7	347.427,5	378.858,4	9,0	3,4	32.978,62
Rio Bananal	62.227,0	68.439,4	65.777,5	66.733,8	56.319,1	58.433,2	3,8	0,5	3.073,98
Rio Novo do Sul	35.239,7	36.772,5	34.891,6	34.044,7	29.454,5	35.111,9	19,2	0,3	3.022,20
Santa Leopoldina	37.430,6	41.569,8	39.501,3	35.967,8	33.052,7	40.540,0	22,7	0,4	3.295,94
Santa Maria de Jetibá	100.103,3	113.553,0	107.459,1	104.649,0	98.095,2	108.598,4	10,7	1,0	2.725,25
Santa Teresa	72.638,5	81.092,3	81.031,3	68.431,7	64.660,5	72.820,6	12,6	0,7	3.113,06
São Domingos do Norte	28.880,5	39.560,9	34.638,7	28.163,1	28.052,5	34.438,3	22,8	0,3	4.009,59
São Gabriel da Palha	77.933,0	99.138,5	89.520,4	72.715,8	72.997,9	85.616,2	17,3	0,8	2.291,59
São José do Calçado	34.497,2	40.786,9	32.366,2	28.388,6	35.377,8
São Mateus	337.518,0	375.528,1	332.554,9	291.638,1	263.084,9	278.819,9	6,0	2,5	2.169,10
São Roque do Canaã	34.220,1	40.263,4	32.261,4	32.789,9	28.012,7	31.432,6	12,2	0,3	2.551,76
Serra	1.132.272,4	1.256.401,8	1.205.711,8	1.134.889,8	1.097.167,4	1.165.168,3	6,2	10,4	2.295,45
Sooretama	78.822,6	89.616,3	78.471,1	69.662,2	59.013,5	70.532,3	19,5	0,6	2.395,06
Vargem Alta	62.827,6	64.310,8	63.625,6	54.796,6	52.436,9	58.148,1	10,9	0,5	2.741,93
Venda Nova do Imigrante	66.054,1	71.164,7	68.960,3	62.613,2	59.892,7	69.431,8	15,9	0,6	2.799,67
Viana	196.137,2	211.906,9	195.246,7	174.570,1	174.342,4	193.344,8	10,9	1,7	2.512,47
Vila Pavão	31.646,0	36.841,3	30.080,4	28.425,8	24.140,0	52.579,5	117,8	0,5	5.733,23
Vila Valério	48.168,9	54.759,0	48.237,4	48.234,5	40.530,2	45.484,2	12,2	0,4	3.228,81
Vila Velha	913.011,0	975.511,6	888.087,3	889.172,9	800.111,6	898.581,5	12,3	8,0	1.848,14
Vitória	1.924.573,0	1.896.616,4	1.678.827,0	1.446.255,1	1.469.474,4	1.575.490,7	7,2	14,1	4.397,53
TOTAL	11.448.258,4	12.540.564,7	11.978.256,3	11.013.927,3	10.389.889,4	11.200.180,4	7,8	100,0	2.819,51

Fonte: balanços municipais coletados no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi) e no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), ainda não apreciados em plenário. Nota: ¹ despesa total, exceto intraintraorçamentárias (ver "Notas metodológicas" na página 4).

DESEMPENHO

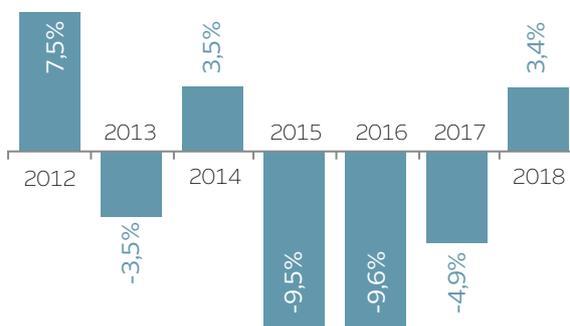
A arrecadação conjunta do Imposto sobre a Prestação de Serviços de Qualquer Natureza (ISS) dos municípios capixabas foi de R\$ 1,08 bilhão em 2018. Já considerando a inflação medida pelo IPCA médio no mesmo ano, a cifra é 3,4% maior do que a obtida em 2017. Apesar de a alta pôr fim a uma série de três anos consecutivos de forte encolhimento nas receitas do tributo, o volume verificado em 2018 ainda é 19,5% menor que o de 2014 – período de pico no recolhimento entre os registros mais recentes – e está próximo dos níveis prevalentes no biênio 2008-2009.

Evolução da arrecadação do ISS

em R\$ milhões - IPCA médio 2018



Taxa de crescimento do ISS em relação ao ano anterior

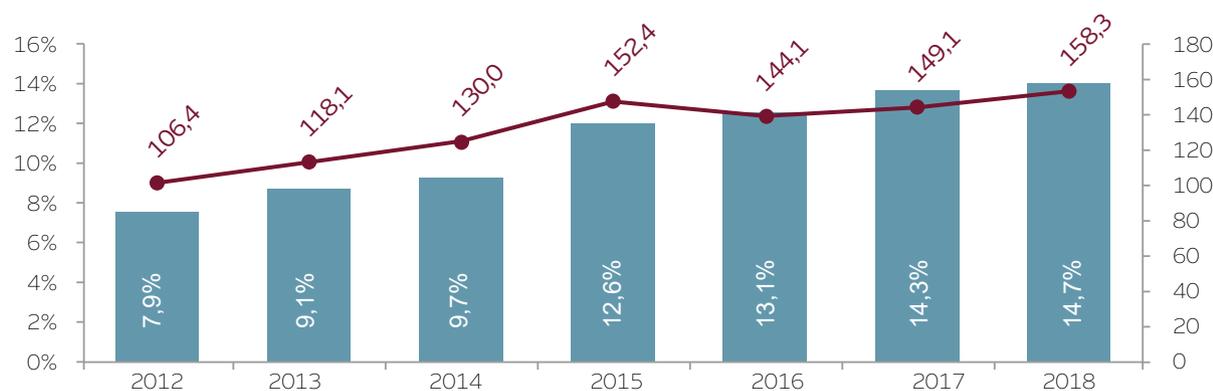


A interrupção da sequência de quedas que vinham assolando o resultado do ISS dos municípios do Espírito Santo deu-se num cenário de relativa melhora do ambiente econômico em níveis nacional e estadual. Após a forte recessão de 2015 e 2016, a economia brasileira esboçou um frágil crescimento de 1,1% em cada um dos dois anos seguintes. Já o panorama capixaba alcançou taxas mais elevadas, de 2,7% em 2017 e de 2,3% em 2018, segundo apurou o Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), instituição responsável por calcular o Produto Interno Bruto (PIB) estadual.

Desde a implementação do Simples Nacional, em 2007, a parcela da receita do ISS proveniente desse regime de arrecadação vem apresentando um desempenho melhor do que o do sistema no qual as empresas prestadoras de serviços fazem o pagamento diretamente às fazendas municipais. Em 2018, o valor de R\$ 158,3 milhões ingressados por meio do Simples Nacional representou uma expansão de 6,1%, em relação a 2017, ao passo que o recolhimento direto, de R\$ 921,3 milhões, cresceu apenas 2,9%. Assim, por mais um ano, houve aumento da fatia do ISS via Simples Nacional, que respondeu por 14,7% de toda a captação do tributo em 2018. Essa parcela é mais do que o dobro do que a observada em 2010, de 6,5%.

Além da melhora do ambiente econômico, a boa performance do ISS Simples Nacional, em 2018, foi motivada pelas novas regras que entraram em vigor em 1º de janeiro do mesmo ano. A atualização das normas foi estabelecida pela Lei Complementar nº 155/2016, que modificou a LC nº 123/2006. Entre as mudanças com maior impacto, vale mencionar a ampliação do limite máximo de receita bruta anual para que pequenas empresas participem do regime especial de tributação do Simples Nacional, que passou de R\$ 3,6 milhões para R\$ 4,8 milhões.

Participação do Simples Nacional na arrecadação do ISS dos municípios



● Arrecadação do ISS Simples Nacional - em R\$ milhões - IPCA médio de 2018

■ Participação do ISS Simples Nacional no ISS total - em %

O Simples Nacional é um regime tributário especial, unificado e simplificado, em que o contribuinte paga oito impostos e contribuições (municipais, estaduais e federais) de uma vez, numa única guia de recolhimento. Foi instituído pela LC nº 123/2006 e é aplicável às micro (receita bruta anual de até R\$ 360 mil) e pequenas empresas (receita bruta anual acima de R\$ 360 mil e até R\$ 4,8 milhões). A adesão ao sistema é facultativa.

COMPORTAMENTO nos municípios

Nos três maiores polos municipais de arrecadação de ISS, todos com cifras acima de R\$ 100 milhões anuais, houve algum aumento no recolhimento em 2018. Na capital Vitória, onde o desempenho se mostrou mais tímido, foram arrecadados R\$ 407,3 milhões, valor 1,1% maior que o do ano anterior. Com crescimento de apenas 2,2%, a receita do imposto na Serra chegou a R\$ 145,5 milhões. Em Vila Velha, os números foram mais significativos: alta de 7,8%

e entrada de R\$ 123,2 milhões no mesmo período.

Quarto maior no ranking, o município de Cariacica obteve excelentes dados referentes ao ISS em 2018. Com incremento de 13,9% em comparação a 2017, a captação totalizou R\$ 59,7 milhões. Apesar do impulso, esse montante está distante da média anual constatada na primeira metade da presente década, próximo a R\$ 76 milhões.

Já Linhares e Cachoeiro de Itapemirim amargaram quedas de 14,9% e 9,2%, respectivamente. Linhares não conseguiu sustentar, em 2018, o bom nível de 2017, ao passo que Cachoeiro acusou o quarto ano consecutivo de recuo. São Mateus (-1,3%) e Colatina (0,9%) praticamente reproduziram, em 2018, as mesmas quantias coletadas no ano anterior.

Entre os demais municípios, vale citar um grupo com elevadas taxas de crescimento na arrecadação do tributo no período: Divino de São Lourenço (249%), Alto Rio Novo (89,8%), Marechal Floriano (82,8%), Rio Novo do Sul (72,7%), Laranja da Terra (71,2%), Ecoporanga (70,4%), João Neiva (68,9%), Ibatiba (62,2%), Vila Valério (59,9%), Bom Jesus do Norte (51,6%) e Alfredo Chaves (51,4%). No outro extremo, Vargem Alta (-23,8%) e Vila Pavão (-34,7%) sofreram as retrações mais acentuadas.

PARTICIPAÇÃO no orçamento

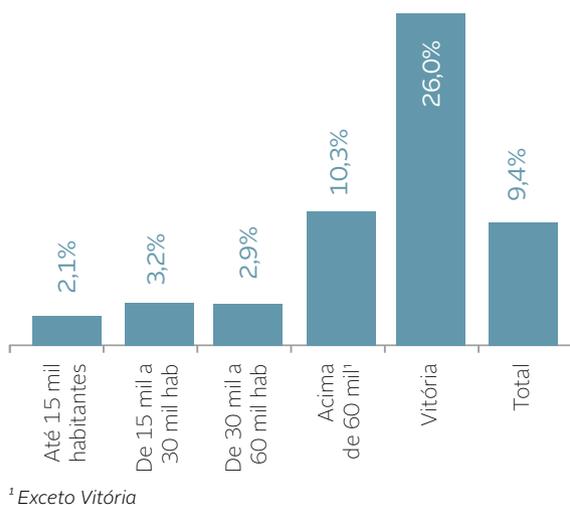
O ISS é o principal tributo administrado pelas prefeituras. Em 2018, respondeu por 55,3% de toda a arrecadação tributária para os caixas municipais. São muito poucos os casos em que seu recolhimento é superado pelo de qualquer outro tributo de competência municipal. Somente em Piúma e em Guarapari é que a receita do IPTU é maior que a do ISS; em outros cinco pequenos municípios os recursos do IRRF prevalecem sobre este.

Porém, trata-se de um imposto muito mais importante nos orçamentos dos grandes centros urbanos do que dos pequenos. Em Vitória, por exemplo, foi responsável por 26% de toda a receita corrente de 2018. É a principal fonte de recursos fiscais para a capital desde

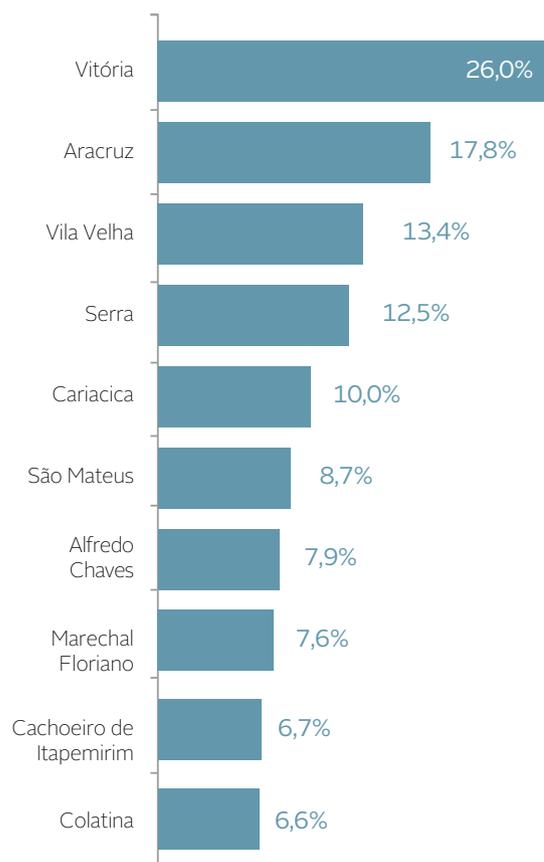
2015, quando superou os valores da quota-parte do ICMS, devido à vertiginosa queda da participação do município na distribuição do ICMS estadual (veja mais na página 40). Outros três cofres em que o ISS tem um peso expressivo na receita corrente são os de Vila Velha (13,4%), Serra (12,5%) e Cariacica (10%).

Nos municípios de menor porte populacional, a presença desse imposto na formação do total da receita corrente é substancialmente mais baixa, devido à maior importância que as transferências constitucionais possuem em seus orçamentos e ao fato de a base tributária nesses locais ser relativamente mais estreita que a de cidades maiores, uma vez que não possuem grandes empresas prestadoras de serviços instaladas em seu território. Em 2018, os recursos do ISS representaram 2,7% da receita corrente daqueles com até 60 mil habitantes.

Participação do ISS na receita corrente dos municípios agrupados por faixa populacional - 2018



Municípios onde o ISS tem as maiores participações na receita corrente - 2018



VILA VELHA

EQUILÍBRIO FINANCEIRO E NOVAS OBRAS



Este ano, **Vila Velha** recebeu da Secretaria do Tesouro Nacional o conceito **TRIPLO A** em finanças. O que significa que a **administração municipal** tem se comportado de modo austero e extremamente responsável no que tange ao uso do dinheiro público.

O **reconhecimento** desse aspecto da **gestão municipal** credencia a cidade a obter **novos financiamentos** do governo federal para **investimento em obras e serviços** estruturantes, como as **novas creches, escolas e unidades de saúde** que estão sendo construídas, além da **drenagem e pavimentação de vias**.



UMEF Barramares



UPA Riviera da Barra

Relação das principais ações que estão sendo desenvolvidas nas áreas de Educação e Saúde:

EM OBRAS

EDUCAÇÃO

- UMEF Gil Bernardes (Alvorada)
- UMEF Dijayro G. Lima (Barramares)
- UMEF Dir Zdmea Camargo (Santos Dumont)
- UMEF Pedro Herkenhoff (Cobilândia)
- UMEF Ulisses Álvares (Ataíde)
- UMEI Julierme da Cruz Dias (Alecrim)
- UMEI Gaivotas
- UMEI São Torquato

SAÚDE

- UPA Riviera
- USF Divino Espírito Santo
- USF São Torquato
- USF Vila Batista

EM LICITAÇÃO

EDUCAÇÃO

- UMEF Des. Ferreira Coelho (Glória)
- UMEI Jabaeté 5
- UMEI Jaburuna
- UMEI São Conrado 2
- UMEI São Conrado
- UMEI M° da Penha F. Mauro (Sítio Batalha)

ARRECAÇÃO DO ISS - 2013-2018

Municípios	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Variação relativa 2018/2017	Participação 2018		ISS per capita 2018 em R\$
								no total do ISS	na receita corrente¹	
em R\$ mil - IPCA médio de 2018							em %			
Afonso Cláudio	2.284,8	2.675,1	1.671,6	1.523,8	1.303,7	1.429,3	9,6	0,1	1,8	46,53
Água Doce do Norte	464,0	662,0	400,4	303,3	279,8	367,6	31,4	0,0	1,1	33,02
Água Branca	686,4	588,7	701,8	683,6	393,5	433,7	10,2	0,0	1,2	44,93
Alegre	4.738,4	3.565,0	2.578,2	2.644,2	2.425,7	2.421,2	-0,2	0,2	2,8	79,21
Alfredo Chaves	2.873,3	3.358,7	2.752,3	2.549,1	2.591,8	3.923,3	51,4	0,4	7,9	269,35
Alto Rio Novo	724,3	559,4	331,3	261,9	241,7	458,8	89,8	0,0	1,8	58,84
Anchieta	69.747,7	62.127,3	34.776,2	17.525,6	8.295,7	8.679,2	4,6	0,8	3,6	302,03
Apiacá	377,7	275,4	205,0	244,9	303,2	341,8	12,7	0,0	1,4	45,09
Aracruz	67.058,1	78.298,0	86.777,8	66.549,4	63.579,7	70.643,6	11,1	6,5	17,8	711,38
Atílio Vivácqua	708,6	1.005,1	802,4	773,3	809,9	889,5	9,8	0,1	2,5	75,61
Baixo Guandu	2.115,4	3.871,7	2.658,1	1.881,5	2.255,3	2.934,5	30,1	0,3	3,4	95,08
Barra de São Francisco	3.261,9	5.396,6	3.850,1	3.481,9	3.343,1	3.538,6	5,8	0,3	..	79,85
Boa Esperança	873,5	933,0	733,2	674,6	619,9	644,6	4,0	0,1	1,3	43,02
Bom Jesus do Norte	359,8	446,6	441,1	417,2	348,0	527,6	51,6	0,0	1,8	53,24
Brejetuba	487,3	800,2	773,7	526,9	562,7	689,7	22,6	0,1	1,8	55,71
Cachoeiro de Itapemirim	37.881,4	43.674,0	37.750,0	33.439,2	32.590,4	29.578,5	-9,2	2,7	6,7	142,67
Cariacica	75.633,0	83.816,8	68.032,5	57.276,6	52.412,6	59.673,0	13,9	5,5	10,0	157,61
Castelo	2.432,7	2.905,3	2.888,2	2.813,4	2.687,4	2.859,3	6,4	0,3	3,1	76,62
Colatina	22.640,2	25.153,0	23.785,5	22.407,0	20.973,1	21.170,4	0,9	2,0	6,6	174,13
Conceição da Barra	8.392,8	7.504,9	6.854,1	5.923,1	4.245,3	5.392,1	27,0	0,5	5,9	174,79
Conceição do Castelo	481,1	979,5	679,0	560,7	610,1	838,9	37,5	0,1	2,2	66,38
Divino de São Lourenço	236,8	243,6	256,5	121,5	114,5	399,6	249,0	0,0	2,0	92,12
Domingos Martins	5.974,5	6.083,5	4.908,4	4.414,4	4.459,1	5.439,2	22,0	0,5	4,8	161,35
Dores do Rio Preto	848,6	427,8	386,5	410,4	385,8	570,1	47,8	0,1	2,0	84,75
Ecoporanga	1.747,2	2.214,9	1.698,8	1.095,1	1.038,4	1.768,9	70,4	0,2	2,8	76,86
Fundão	3.259,0	3.502,4	3.646,2	3.388,2	3.164,4	3.321,7	5,0	0,3	4,7	157,72
Governador Lindenberg	508,6	709,9	333,7	275,3	353,3	394,5	11,6	0,0	1,1	31,47
Guaçuí	4.207,1	2.693,5	2.403,8	2.162,4	2.212,3	2.230,0	0,8	0,2	2,8	72,86
Guarapari	21.242,4	22.578,5	20.713,4	19.663,3	17.849,3	18.079,8	1,3	1,7	5,9	147,01
Ibatiba	1.097,2	1.279,8	1.262,1	1.256,1	992,0	1.608,7	62,2	0,1	2,7	62,52
Ibiraçu	2.008,7	2.252,9	3.079,0	2.420,5	1.950,4	1.971,1	1,1	0,2	4,9	159,41
Ibitirama	356,1	442,7	317,6	370,3	350,5	330,3	-5,8	0,0	1,1	37,04
Iconha	1.261,5	1.857,6	1.696,8	1.639,3	2.742,3	3.121,5	13,8	0,3	6,5	227,10
Irupi	278,1	293,8	233,0	248,6	433,8	532,2	22,7	0,0	1,5	40,24
Itaguaçu	1.112,0	1.594,4	926,5	824,8	590,3	859,2	45,6	0,1	2,1	60,90
Itapemirim	5.129,2	6.943,8	7.342,5	10.639,3	6.646,9	5.823,5	-12,4	0,5	1,5	171,12
Itarana	795,3	1.648,5	842,3	945,6	774,7	1.011,6	30,6	0,1	3,0	95,26
Iúna	1.020,8	1.271,0	1.192,9	1.291,8	1.324,9	1.508,0	13,8	0,1	2,3	51,95
Jaguaré	4.991,8	4.052,8	5.011,1	16.548,3	3.430,8	3.297,9	-3,9	0,3	3,7	110,28
Jerônimo Monteiro	686,4	1.068,0	561,9	517,3	515,9	559,5	8,4	0,1	1,6	47,64
João Neiva	1.739,6	2.125,4	2.029,8	1.574,4	1.713,9	2.895,1	68,9	0,3	5,1	174,26
Laranja da Terra	1.026,9	893,6	577,4	459,4	315,8	540,5	71,2	0,1	1,7	49,31
Linhares	55.935,0	50.695,3	49.139,0	39.749,6	51.430,3	43.779,1	-14,9	4,1	6,5	256,97
Mantenópolis	326,1	443,0	356,9	373,9	373,9	618,0	5,8	0,1	1,5	40,67
Maratáizes	2.870,9	2.346,1	6.100,2	3.638,4	3.347,7	2.877,0	-14,1	0,3	1,6	75,50
Marechal Floriano	1.804,4	2.311,0	2.011,7	2.261,0	2.386,2	4.361,6	82,8	0,4	7,6	264,92
Marilândia	342,0	461,9	557,0	583,2	637,1	668,0	4,9	0,1	1,9	52,60
Mimoso do Sul	1.285,6	2.607,9	1.951,9	1.953,7	1.655,6	1.996,4	20,6	0,2	3,0	76,22
Montanha	2.208,4	1.867,7	2.889,8	2.275,0	1.930,8	1.817,1	-8,9	0,2	3,3	96,81
Mucurici	581,9	1.129,0	840,9	455,1	462,7	472,7	2,2	0,0	1,8	85,14
Muniz Freire	1.041,7	914,7	1.019,7	832,4	786,2	824,2	4,8	0,1	1,5	46,79
Muqui	717,1	1.062,2	846,6	812,4	634,6	748,7	18,0	0,1	2,0	48,71
Nova Venécia	5.140,7	5.580,4	5.215,9	4.917,2	4.462,6	4.360,8	-2,3	0,4	3,5	87,60
Pancas	798,7	1.616,4	1.123,3	664,7	803,4	1.114,8	38,8	0,1	2,2	48,35
Pedro Canário	1.840,1	2.544,0	2.496,7	2.018,6	1.898,2	2.082,9	9,7	0,2	3,3	80,17
Pinheiros	2.225,7	2.245,5	2.375,7	2.133,3	3.686,1	3.927,1	6,5	0,4	5,7	146,74
Piúma	2.914,6	6.194,0	5.346,0	1.909,6	1.346,1	1.410,8	4,8	0,1	1,8	66,04
Ponto Belo	331,3	354,5	241,6	228,5	224,8	302,0	34,3	0,0	1,3	38,80
Presidente Kennedy	1.206,2	1.457,4	2.644,1	6.264,4	5.810,8	4.776,6	-17,8	0,4	1,1	415,79
Rio Bananal	534,5	658,9	2.281,8	804,1	578,4	619,8	7,1	0,1	0,8	32,60
Rio Novo do Sul	960,9	1.218,6	1.448,3	1.201,2	903,5	1.560,7	72,7	0,1	3,9	134,33
Santa Leopoldina	1.266,1	1.269,3	1.302,3	682,1	572,6	606,7	6,0	0,1	1,5	49,33
Santa Maria de Jetibá	3.694,7	3.066,8	2.722,7	2.564,4	2.502,8	3.015,7	20,5	0,3	2,4	75,68
Santa Teresa	2.382,2	2.693,5	2.909,3	2.571,0	2.378,8	2.080,4	-12,5	0,2	2,8	88,94
São Domingos do Norte	1.254,8	1.304,0	633,0	564,4	670,8	929,3	38,5	0,1	2,9	108,19
São Gabriel da Palha	2.197,4	3.040,2	2.425,9	2.033,1	1.914,7	2.062,6	7,7	0,2	2,3	55,21
São José do Calçado	516,8	784,2	879,9	659,7	679,9	823,4	21,1	0,1	..	77,93
São Mateus	28.172,4	30.458,8	28.102,2	25.164,0	24.764,9	24.453,1	-1,3	2,3	8,7	190,23
São Roque do Canaã	1.171,7	914,2	581,3	501,9	528,1	578,9	9,6	0,1	1,9	47,00
Serra	157.705,4	173.808,8	150.467,2	150.729,5	142.327,2	145.453,3	2,2	13,5	12,5	286,55
Sooretama	2.242,5	1.872,7	1.963,1	1.540,3	1.232,4	1.517,6	23,1	0,1	2,2	51,53
Vargem Alta	2.026,7	2.160,7	1.391,5	1.215,6	1.761,8	1.342,7	-23,8	0,1	2,2	63,31
Venda Nova do Imigrante	2.267,5	2.726,6	2.451,2	2.562,9	2.386,4	2.917,8	22,3	0,3	4,3	117,65
Viana	13.068,8	15.855,9	11.906,3	9.902,0	8.652,9	10.175,5	17,6	0,9	4,9	132,23
Vila Pavão	351,4	668,9	431,1	684,5	342,2	223,4	-34,7	0,0	0,8	24,36
Vila Valério	1.013,4	2.648,2	1.450,3	1.050,4	540,0	863,7	59,9	0,1	2,0	61,31
Vila Velha	169.709,9	156.328,3	140.483,0	134.115,1	114.359,9	123.228,3	7,8	11,4	13,4	253,45
Vitória	459.958,7	463.038,8	435.597,1	395.403,8	402.776,5	407.326,5	1,1	37,7	26,0	1.136,94
TOTAL	1.295.816,7	1.341.122,8	1.213.446,5	1.097.748,3	1.044.193,2	1.079.615,2	3,4	100,0	9,3	271,78

Fonte: balanços municipais coletados no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi) e no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), ainda não apreciados em plenário. Nota: ¹ receita corrente, exceto intraorçamentárias, deduzida da parcela destinada ao Fundeb (ver "Notas metodológicas" na página 4).

ISS

Posição	Município	ISS em R\$	População 2018
1º	Vitória	407.326.541,58	358.267
2º	Serra	145.453.265,14	507.598
3º	Vila Velha	123.228.341,81	486.208
4º	Aracruz	70.643.601,35	99.305
5º	Cariacica	59.672.989,43	378.603
6º	Linhares	43.779.117,82	170.364
7º	Cachoeiro de Itapemirim	29.578.529,38	207.324
8º	São Mateus	24.453.103,51	128.542
9º	Colatina	21.170.446,08	121.580
10º	Guarapari	18.079.797,53	122.982
11º	Viana	10.175.524,73	76.954
12º	Anchieta	8.679.195,65	28.736
13º	Itapemirim	5.823.547,72	34.032
14º	Domingos Martins	5.439.162,22	33.711
15º	Conceição da Barra	5.392.089,24	30.849
16º	Presidente Kennedy	4.776.589,09	11.488
17º	Marechal Floriano	4.361.620,02	16.464
18º	Nova Venécia	4.360.772,98	49.780
19º	Pinheiros	3.927.131,26	26.763
20º	Alfredo Chaves	3.923.335,29	14.566
21º	Barra de São Francisco	3.538.614,22	44.315
22º	Fundão	3.321.650,82	21.061
23º	Jaguaré	3.297.902,36	29.904
24º	Iconha	3.121.520,75	13.745
25º	Santa Maria de Jetibá	3.015.666,76	39.849
26º	Baixo Guandu	2.934.460,04	30.862
27º	Venda Nova do Imigrante	2.917.752,81	24.800
28º	João Neiva	2.895.126,48	16.614
29º	Marataízes	2.877.023,44	38.108
30º	Castelo	2.859.327,62	37.317
31º	Alegre	2.421.163,16	30.568
32º	Guaçuí	2.229.970,38	30.607
33º	Pedro Canário	2.082.853,12	25.982
34º	Santa Teresa	2.080.392,75	23.392
35º	São Gabriel da Palha	2.062.559,80	37.361
36º	Mimoso do Sul	1.996.358,27	26.191
37º	Ibiraçu	1.971.064,16	12.365
38º	Montanha	1.817.136,46	18.770
39º	Ecoporanga	1.768.933,12	23.014
40º	Ibatiba	1.608.706,88	25.732
41º	Rio Novo do Sul	1.560.686,37	11.618
42º	Sooretama	1.517.562,11	29.449
43º	Ílúna	1.508.001,12	29.030
44º	Afonso Cláudio	1.429.334,95	30.720
45º	Piúma	1.410.845,97	21.363
46º	Vargem Alta	1.342.689,19	21.207
47º	Pancas	1.114.792,53	23.059
48º	Itarana	1.011.602,34	10.619
49º	São Domingos do Norte	929.263,59	8.589
50º	Atílio Vivácqua	889.537,03	11.765
51º	Vila Valério	863.683,38	14.087
52º	Itaguaçu	859.202,29	14.109
53º	Conceição do Castelo	838.860,47	12.638
54º	Muniz Freire	824.191,39	17.613
55º	São José do Calçado	823.401,42	10.566
56º	Muqui	748.711,98	15.370
57º	Brejetuba	689.720,74	12.381
58º	Marilândia	668.014,62	12.700
59º	Boa Esperança	644.558,74	14.982
60º	Rio Bananal	619.770,71	19.009
61º	Mantenópolis	618.000,27	15.194
62º	Santa Leopoldina	606.731,84	12.300
63º	São Roque do Canaã	578.947,93	12.318
64º	Dores do Rio Preto	570.107,20	6.727
65º	Jerônimo Monteiro	559.482,11	11.744
66º	Laranja da Terra	540.481,82	10.961
67º	Irupi	532.220,63	13.226
68º	Bom Jesus do Norte	527.569,15	9.910
69º	Mucurici	472.680,77	5.552
70º	Alto Rio Novo	458.839,51	7.798
71º	Águia Branca	433.718,97	9.653
72º	Divino de São Lourenço	399.598,50	4.338
73º	Governador Lindenberg	394.479,95	12.535
74º	Água Doce do Norte	367.557,44	11.131
75º	Apiacá	341.782,97	7.580
76º	Ibitirama	330.317,28	8.919
77º	Ponto Belo	302.010,41	7.784
78º	Vila Pavão	223.380,33	9.171
TOTAL		1.079.615.223,25	3.972.388

ISS PER CAPITA

Posição	Município	A / B	ISS (A)	População 2018 (B)
			em R\$	
1º	Vitória	1.136,94	407.326.541,58	358.267
2º	Aracruz	711,38	70.643.601,35	99.305
3º	Presidente Kennedy	415,79	4.776.589,09	11.488
4º	Anchieta	302,03	8.679.195,65	28.736
5º	Serra	286,55	145.453.265,14	507.598
6º	Alfredo Chaves	269,35	3.923.335,29	14.566
7º	Marechal Floriano	264,92	4.361.620,02	16.464
8º	Linhares	256,97	43.779.117,82	170.364
9º	Vila Velha	253,45	123.228.341,81	486.208
10º	Iconha	227,10	3.121.520,75	13.745
11º	São Mateus	190,23	24.453.103,51	128.542
12º	Conceição da Barra	174,79	5.392.089,24	30.849
13º	João Neiva	174,26	2.895.126,48	16.614
14º	Colatina	174,13	21.170.446,08	121.580
15º	Itapemirim	171,12	5.823.547,72	34.032
16º	Domingos Martins	161,35	5.439.162,22	33.711
17º	Ibiraçu	159,41	1.971.064,16	12.365
18º	Fundão	157,72	3.321.650,82	21.061
19º	Cariacica	157,61	59.672.989,43	378.603
20º	Guarapari	147,01	18.079.797,53	122.982
21º	Pinheiros	146,74	3.927.131,26	26.763
22º	Cachoeiro de Itapemirim	142,67	29.578.529,38	207.324
23º	Rio Novo do Sul	134,33	1.560.686,37	11.618
24º	Viana	132,23	10.175.524,73	76.954
25º	Venda Nova do Imigrante	117,65	2.917.752,81	24.800
26º	Jaguaré	110,28	3.297.902,36	29.904
27º	São Domingos do Norte	108,19	929.263,59	8.589
28º	Montanha	96,81	1.817.136,46	18.770
29º	Itarana	95,26	1.011.602,34	10.619
30º	Baixo Guandu	95,08	2.934.460,04	30.862
31º	Divino de São Lourenço	92,12	399.598,50	4.338
32º	Santa Teresa	88,94	2.080.392,75	23.392
33º	Nova Venécia	87,60	4.360.772,98	49.780
34º	Mucurici	85,14	472.680,77	5.552
35º	Dores do Rio Preto	84,75	570.107,20	6.727
36º	Pedro Canário	80,17	2.082.853,12	25.982
37º	Barra de São Francisco	79,85	3.538.614,22	44.315
38º	Alegre	79,21	2.421.163,16	30.568
39º	São José do Calçado	77,93	823.401,42	10.566
40º	Ecoporanga	76,86	1.768.933,12	23.014
41º	Castelo	76,62	2.859.327,62	37.317
42º	Mimoso do Sul	76,22	1.996.358,27	26.191
43º	Santa Maria de Jetibá	75,68	3.015.666,76	39.849
44º	Atílio Vivácqua	75,61	889.537,03	11.765
45º	Marataízes	75,50	2.877.023,44	38.108
46º	Guaçuí	72,86	2.229.970,38	30.607
47º	Conceição do Castelo	66,38	838.860,47	12.638
48º	Piúma	66,04	1.410.845,97	21.363
49º	Vargem Alta	63,31	1.342.689,19	21.207
50º	Ibatiba	62,52	1.608.706,88	25.732
51º	Vila Valério	61,31	863.683,38	14.087
52º	Itaguaçu	60,90	859.202,29	14.109
53º	Alto Rio Novo	58,84	458.839,51	7.798
54º	Brejetuba	55,71	689.720,74	12.381
55º	São Gabriel da Palha	55,21	2.062.559,80	37.361
56º	Bom Jesus do Norte	53,24	527.569,15	9.910
57º	Marilândia	52,60	668.014,62	12.700
58º	Ílúna	51,95	1.508.001,12	29.030
59º	Sooretama	51,53	1.517.562,11	29.449
60º	Santa Leopoldina	49,33	606.731,84	12.300
61º	Laranja da Terra	49,31	540.481,82	10.961
62º	Muqui	48,71	748.711,98	15.370
63º	Pancas	48,35	1.114.792,53	23.059
64º	Jerônimo Monteiro	47,64	559.482,11	11.744
65º	São Roque do Canaã	47,00	578.947,93	12.318
66º	Muniz Freire	46,79	824.191,39	17.613
67º	Afonso Cláudio	46,53	1.429.334,95	30.720
68º	Apiacá	45,09	341.782,97	7.580
69º	Águia Branca	44,93	433.718,97	9.653
70º	Boa Esperança	43,02	644.558,74	14.982
71º	Mantenópolis	40,67	618.000,27	15.194
72º	Irupi	40,24	532.220,63	13.226
73º	Ponto Belo	38,80	302.010,41	7.784
74º	Ibitirama	37,04	330.317,28	8.919
75º	Água Doce do Norte	33,02	367.557,44	11.131
76º	Rio Bananal	32,60	619.770,71	19.009
77º	Governador Lindenberg	31,47	394.479,95	12.535
78º	Vila Pavão	24,36	223.380,33	9.171
TOTAL		271,78	1.079.615.223,25	3.972.388

RANKING 2018

Fonte: balanços municipais coletados no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi) e no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), ainda não apreciados em plenário. População para 2018 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

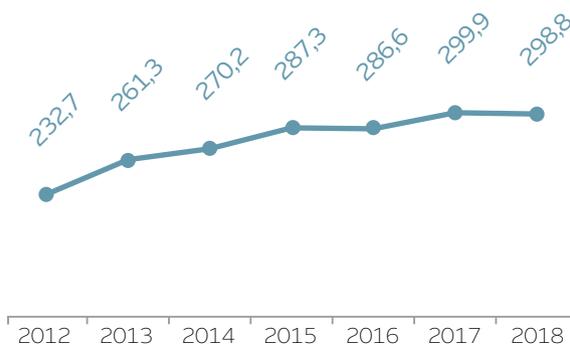
DESEMPENHO

A arrecadação do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) dos municípios capixabas tendeu a estabilizar-se, passando de R\$ 299,9 milhões, em 2017, para R\$ 298,8 milhões, em 2018. Houve, portanto, um pequeno recuo de 0,4%, já considerada a variação da inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

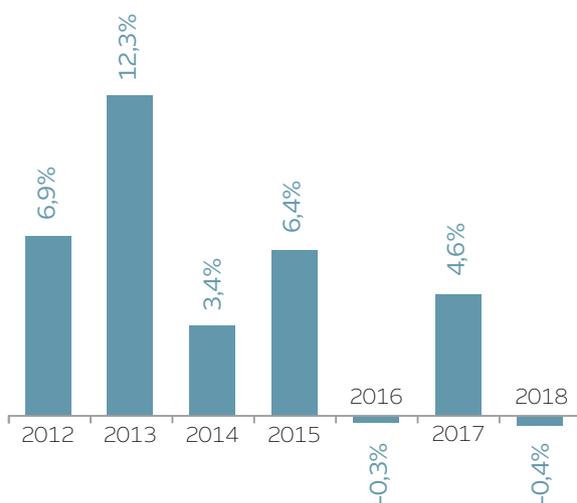
Das 78 cidades do Estado, 51 registraram aumento nas entradas do tributo, e 27 tiveram queda no período.

Evolução da arrecadação do IPTU

em R\$ milhões - IPCA médio 2018



Taxa de crescimento do IPTU em relação ao ano anterior



As maiores altas percentuais ocorreram em Irupi (143%), Vargem Alta (109,1%), Água Branca (67,1%),

Água Doce do Norte (50,8%) e Fundão (50%). São locais onde o recolhimento de IPTU é baixo e o tributo representa apenas 1% ou menos de suas respectivas receitas correntes. Assim, mesmo com a acentuada expansão, continuam com reduzidos valores de arrecadação per capita, característica comum à grande parte dos municípios brasileiros.

Em contrapartida, fortes retrações foram verificadas em Ibatiba (-67,6%), Afonso Cláudio (-58,1%), Montanha (-38%), Ibirajuru (-37,9%), Conceição da Barra (-20,5%), São Gabriel da Palha (-18,8%), Brejetuba (-13%) e Sooretama (-11,9%). Em quase todos, no entanto, houve expansão de suas captações em 2017. Em Conceição da Barra e Sooretama, por exemplo, os recursos advindos do IPTU em 2017 foram os mais robustos em suas respectivas séries históricas, sendo que os de 2018, apesar de terem ficado aquém do exercício anterior, alcançaram patamar maior que o padrão dos últimos anos.

Guarapari apresentou o melhor resultado entre os principais polos de arrecadação do Estado. Com crescimento de 11,6%, sua receita de IPTU totalizou R\$ 24,4 milhões, em 2018. Apesar da liderança, o desempenho no período ainda é inferior ao do biênio 2014-2015, da ordem de R\$ 27,8 milhões ao ano. Em Cachoeiro de Itapemirim, o salto de 5% elevou as cifras para R\$ 16,8 milhões, em 2018. Em Cariacica e Serra, os avanços foram mais moderados, de 2,5% e 2%, respectivamente.

A capital estadual, Vitória, anotou ligeiro revés de 1,6%, fazendo com que sua arrecadação encolhesse de R\$ 73,3 milhões para R\$ 72,1 milhões. A queda registrada em Vila Velha de 11,5%, no entanto, merece mais explicações. A diminuição provavelmente não corresponde ao quadro real, pois se deve a alterações contábeis. De 2013 a 2017, o dado do IPTU de Vila Velha aqui utilizado refere-se à receita bruta. Em 2018, devido a mudanças estabelecidas por Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional¹, o número empregado é o montante principal do tributo. Caso se adote o valor de 2017 líquido de deduções, ainda assim há uma perda, mas de intensidade menor, de 4,9%, em 2018.

¹ Portaria Interministerial do Ministério da Fazenda/Secretaria do Tesouro Nacional, nº 5, de 25 de agosto de 2015.

PESO NA receita corrente

As entradas do IPTU e seu peso no orçamento municipal são influenciados por alguns fatores estruturais, tais como o porte populacional, o grau do desenvolvimento socioeconômico e o perfil da economia local. São essas variáveis que determinam a quantidade, o tipo e o valor dos imóveis residenciais e dos estabelecimentos comerciais e industriais.

Em áreas mais populosas, o tributo tende a ter uma participação maior na composição dos caixas. Nas cidades capixabas com mais de 60 mil habitantes, essa parcela respondeu por 3,7% da receita corrente, em média, em 2018. Para as que se encontram abaixo dessa faixa populacional, não alcançou 1%, na média.

O perfil da economia local também exerce impacto. É o que acontece, por exemplo, nas cidades litorâneas e/ou turísticas, que, por possuírem grande quantidade de residências, hotéis, pousadas e estabelecimentos comerciais voltados para atender à demanda aquecida nas altas temporadas, contam com uma base tributária mais ampla. Muitas dessas edificações são de elevado padrão construtivo, condição que contribui para aumentar o recolhimento. Em Guarapari, cujo arranjo é assentado no turismo, o IPTU correspondeu a 8% de sua receita corrente de 2018, o indicador mais alto entre os municípios capixabas.

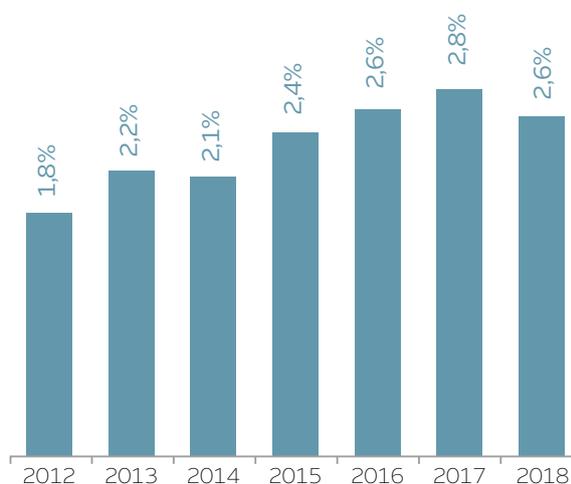
Além das razões estruturais citadas, há um fator, este de natureza conjuntural, que ajuda a explicar os movimentos de ascensão ou descenso da relevância do tributo na formação dos recursos municipais ao longo dos anos: os ciclos econômicos.

Por ser uma obrigação que incide sobre a propriedade, a arrecadação do IPTU não sofre, como no caso do ITBI, do ISS, do FPM e da quota-parte do ICMS, os efeitos da conjuntura econômica de forma tão direta. Tanto sua base de cálculo como o valor venal dos imóveis e até suas alíquotas não variam no curto prazo na mesma velocidade que a atividade econômica.

De 2004 a 2008, fase marcada por forte crescimento da economia brasileira, o peso médio do IPTU na receita corrente dos municípios do Espírito Santo

encontrava-se bastante reduzido, na média de 1,9% para o período. Já durante a crise recente, de 2014 a 2017, ocorreu o fenômeno inverso: o percentual elevou-se e chegou a 2,5% dos recebimentos correntes das prefeituras.

Participação do IPTU na receita corrente dos municípios



Assim, quando a economia avança, o IPTU tem sua presença no orçamento contraída, pois as demais receitas tendem a subir mais, empurradas pelos ventos favoráveis desse cenário. Entretanto, quando os negócios pioram e os demais recursos públicos sentem diretamente os baques do momento adverso, a arrecadação do imposto mantém seu curso relativamente estável, com consequente incremento de sua importância orçamentária.²

Por ser mais estável e previsível ao longo dos anos, o recolhimento do IPTU passa a ser uma fonte financeira segura nos momentos de crise econômica. Portanto, esse é mais um motivo para que as administrações municipais estejam atentas a tal crédito fiscal, mantendo a Planta Genérica de Valores (PGV) e o cadastro imobiliário sempre atualizados.

Além do já citado caso de Guarapari, os municípios onde o tributo acusou as maiores participações

² Tais conclusões estão baseadas nas análises dos dados da arrecadação do IPTU para o conjunto dos municípios brasileiros e podem ser conferidas no anuário "Multi Cidades – Finanças dos Municípios do Brasil – ano 14 – 2019", editado pela Frente Nacional de Prefeitos e pela Aequus Consultoria. Veja em http://www.aequus.com.br/anuarios_brasil.html

na receita corrente, em 2018, foram Vila Velha (7%), Vitória (4,6%), Serra (4,4%) e Cachoeiro de Itapemirim (3,8%). E as menores ocorreram em Vila Valério (0,04%), Ibatiba, Presidente Kennedy, Montanha, Sooretama e Santa Leopoldina, com 0,1% cada um.

O valor do IPTU por habitante também difere bastante entre os municípios e é afetado pelas mesmas variáveis que explicam as disparidades de seu peso na receita corrente. A maior quantia, de R\$ 201,19 per capita, foi obtida por Vitória, seguida por Guarapari (R\$ 198,57), Anchieta (R\$ 154,13), Vila Velha (R\$ 132,50) e Serra (R\$ 100,95). Nas cidades com até 15 mil habitantes, o indicador foi, em média, de R\$ 16,68 per capita.

IPTU per capita dos municípios agrupados por porte populacional - 2018

em R\$ - IPCA médio de 2018



¹ exceto Vitória

ALÍQUOTA, CADASTRO, PGV e inadimplência

Além dos fatores estruturais e conjunturais que explicam o menor ou maior peso do IPTU nos orçamentos, deve ser considerada a capacidade administrativa e política dos governos na gestão do imposto.

O volume de arrecadação depende também das alíquotas praticadas, da qualidade do cadastro imobiliário, da atualização dos valores dos imóveis e da taxa de inadimplência.

As alíquotas podem ser diferenciadas, conforme o tipo de uso do imóvel, e progressivas, em razão da precificação da unidade imobiliária. Não existe um teto legal para os percentuais incidentes, mas estes não podem ser tão elevados a ponto de caracterizar o confisco do patrimônio do contribuinte.

Uma vez definidas as alíquotas, é importante que o município tenha um cadastro imobiliário com informações confiáveis sobre os imóveis e os contribuintes e que este seja sempre atualizado, o que não é uma tarefa fácil, pois as cidades brasileiras estão em contínuo processo de expansão, e as unidades prediais passam por reformas e ampliações. Por isso, torna-se essencial a adoção de procedimentos que evitem a defasagem dos dados.

A PGV, por sua vez, serve de base de cálculo para a cobrança do IPTU, e sua atualização tem se mostrado uma das questões mais delicadas para as administrações municipais. Atualizar os valores dos imóveis cadastrados e/ou aumentar as alíquotas é uma tarefa governamental impopular que pode sofrer ampla resistência. No entanto, quanto mais defasada a PGV, mais difícil torna-se sua atualização. A solução, em tais casos, pode ser a de estabelecer essa revisão diluindo-a ao longo de alguns anos, acompanhada de adequada política de comunicação com a população.

Outro problema para a boa arrecadação é a inadimplência. Não são poucos os municípios brasileiros que enfrentam altos níveis de inadimplência no IPTU, recolhendo assim apenas uma pequena parcela do valor lançado. Concorre para isso uma série de fatores. Em muitos casos, as administrações lançam o imposto para pessoas com baixa capacidade contributiva que, na verdade, deveriam estar isentas do tributo. Cadastros com informações equivocadas, como endereço incorreto ou ausente, também são um sério problema, pois dificultam a entrega do carnê de pagamento e engrossam a lista de devedores.

As medidas para conter a inadimplência vão desde campanhas de conscientização pública quanto à importância do tributo, até a adoção de uma política eficaz da cobrança da dívida ativa.

Nesse sentido, é importante a implantação de uma incisiva cobrança administrativa. Entretanto, a ausência de consequências mais sérias para o contribuinte faz com que essa modalidade de recuperação dos créditos tributários muitas vezes não alcance os objetivos desejados. O processo judicial também tem suas limitações, sendo a principal delas o grande número de ações de baixo valor que sobrecarregam a Justiça, tornando muita lenta a resolução de cada caso.

Nesse contexto, o protesto em cartório e a inscrição no Serasa ou no Serviço de Proteção ao Crédito (SPC) das Certidões da Dívida Ativa têm sido interessantes alternativas adotadas por diversos entes governamentais como modo de desafogar o Judiciário e de agilizar o recebimento dos créditos, sem gerar novos custos para a administração.

Finalmente, os municípios podem aumentar o recolhimento do IPTU reduzindo os descontos que concedem para o pagamento em cota única, o que se tornou possível graças à queda da inflação e das taxas de juros.

IPTU x IPVA

Um dado que sugere a existência de um potencial de recolhimento não explorado pelo IPTU é a sua comparação com as entradas do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), que, assim como o Imposto Predial e Territorial Urbano, incide sobre um tipo de propriedade. Dos 78 municípios capixabas, 70 recebem montantes de IPVA superiores aos do IPTU. Cabe lembrar que a receita do primeiro é dividida entre o município e o Governo do Estado. Portanto, se considerado o total de recursos do IPVA em cada cidade, antes de ser efetuada a sua divisão com o Estado, será verificado que praticamente todos os locais possuem uma receita de IPTU menor que a do IPVA. A única exceção é Anchieta.

Considerando-se o conjunto das cidades brasileiras, com dados de 2017, em 86,5% delas a parcela municipal do IPVA ultrapassa a do IPTU. Naquelas com até 20 mil habitantes, a proporção chegou a 93,2%. A situação se inverte nos grandes centros urbanos, onde cerca de 70% dos municípios com mais de 200 mil moradores registraram, em 2017, entradas de IPTU superiores a de IPVA.

Dessa forma, conclui-se que no Brasil, apesar de automóveis e imóveis serem ambos fatos geradores da tributação sobre a propriedade, os cidadãos pagam mais pela posse do primeiro bem do que pela do segundo.

CIDADANIA E FUNÇÃO EXTRAfiscal do IPTU

Muitas vezes, medidas para a melhoria da arrecadação do IPTU deixam de ser tomadas não apenas por causa da pequena representatividade do imposto no orçamento, mas também devido à pouca conscientização a respeito do papel da cobrança para a construção da cidadania e para o exercício da sua função extrafiscal.

A construção da cidadania ocorre na medida em que a universalidade da cobrança do imposto colabora para lembrar à população de sua responsabilidade para com o financiamento da despesa pública e de seus direitos de acesso aos serviços públicos.

Já a função extrafiscal da administração do IPTU vai além de recolhimento de recursos para a provisão de serviços públicos. Trata-se do papel do imposto como instrumento de política urbana reforçado pelo § 4º do artigo 182 da Constituição Federal e pelo Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/2001). Com isso, a tributação do IPTU volta-se para a promoção do desenvolvimento urbano com o propósito de baixar os custos de uma ocupação desordenada do território, evitando, por exemplo, a ociosidade e a especulação da terra urbanizada.

ARRECAÇÃO DO IPTU - 2013-2018

Municípios	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Variação relativa 2018/2017	Participação 2018		IPTU per capita 2018 em R\$
								no total do IPTU	na receita corrente ¹	
em R\$ mil - IPCA médio de 2018							em %			
Afonso Cláudio	524,0	580,4	648,5	707,3	702,6	294,1	-58,1	0,1	0,4	9,57
Água Doce do Norte	168,4	142,0	143,9	140,9	138,3	208,5	50,8	0,1	0,6	18,73
Águia Branca	40,8	54,4	56,5	49,7	47,5	79,4	67,1	0,0	0,2	8,22
Alegre	678,8	727,7	724,9	731,6	778,6	764,5	-1,8	0,3	0,9	25,01
Alfredo Chaves	317,4	319,1	343,1	313,6	273,7	293,2	7,1	0,1	0,6	20,13
Alto Rio Novo	26,2	27,2	34,1	28,3	33,6	43,8	30,5	0,0	0,2	5,62
Anchieta	2.183,4	2.451,6	3.780,7	3.981,5	4.251,4	4.429,0	4,2	1,5	1,8	154,13
Apiacá	104,8	110,1	110,1	108,7	131,6	121,0	-8,0	0,0	0,5	15,97
Aracruz	3.813,7	5.611,6	5.052,2	5.565,7	6.203,2	6.333,6	2,1	2,1	1,6	63,78
Atílio Vivacqua	76,5	82,3	142,5	139,7	133,1	128,5	-3,5	0,0	0,4	10,92
Baixo Guandu	573,6	743,9	750,1	457,5	470,5	566,7	20,4	0,2	0,7	18,36
Barra de São Francisco	958,1	1.075,3	1.118,1	1.162,9	1.281,7	1.513,1	18,1	0,5	..	34,14
Boa Esperança	143,3	121,3	110,6	117,6	125,3	121,2	-3,3	0,0	0,2	8,09
Bom Jesus do Norte	125,8	131,2	125,4	123,8	135,0	159,0	17,8	0,1	0,6	16,04
Brejetuba	99,2	70,4	12,1	255,5	247,1	215,0	-13,0	0,1	0,6	17,37
Cachoeiro de Itapemirim	11.224,1	11.561,3	12.586,4	15.091,7	15.990,2	16.787,8	5,0	5,6	3,8	80,97
Cariacica	11.696,2	12.270,1	11.791,6	11.853,1	12.290,9	12.598,9	2,5	4,2	2,1	33,28
Castelo	976,6	993,0	981,5	1.046,0	1.113,1	1.138,7	2,3	0,4	1,2	30,52
Colatina	3.787,8	4.039,6	3.880,5	3.859,0	4.054,1	4.130,2	1,9	1,4	1,3	33,97
Conceição da Barra	357,8	331,6	336,1	425,5	645,6	513,4	-20,5	0,2	0,6	16,64
Conceição do Castelo	258,3	300,6	322,4	358,6	365,9	361,0	-1,3	0,1	0,9	28,56
Divino de São Lourenço	76,2	81,5	70,1	89,8	81,3	73,3	-9,8	0,0	0,4	16,90
Domingos Martins	702,4	683,8	679,7	701,7	809,7	1.065,0	31,5	0,4	0,9	31,59
Dores do Rio Preto	61,3	41,0	133,2	159,7	254,6	250,6	-1,5	0,1	0,9	37,26
Ecoporanga	215,5	149,8	122,7	117,8	125,7	152,5	21,4	0,1	0,2	6,63
Fundão	1.932,4	1.688,9	769,7	647,7	484,4	726,8	50,0	0,2	1,0	34,51
Governador Lindenberg	81,5	81,4	76,4	79,8	87,2	91,2	4,6	0,0	0,3	7,27
Guaçuí	565,7	602,3	921,7	696,6	1.111,2	1.240,8	11,7	0,4	1,6	40,54
Guarapari	22.974,8	27.820,3	27.785,3	26.363,2	21.876,9	24.421,1	11,6	8,2	8,0	198,57
Ibatiba	109,7	105,4	124,3	127,8	124,6	40,3	-67,6	0,0	0,1	1,57
Ibiraçu	207,5	298,4	251,5	239,4	340,4	211,4	-37,9	0,1	0,5	17,09
Ibitirama	80,8	77,6	71,0	67,8	68,2	64,6	-5,3	0,0	0,2	7,24
Iconha	464,0	533,8	584,9	619,6	639,6	629,1	-1,7	0,2	1,3	45,77
Irupi	35,3	53,1	42,7	54,7	28,6	69,5	143,0	0,0	0,2	5,25
Itaguaçu	273,2	271,5	279,0	283,0	275,3	276,7	0,5	0,1	0,7	19,61
Itapemirim	1.070,4	1.115,4	1.099,8	1.106,0	1.183,3	1.254,2	6,0	0,4	0,3	36,85
Itarana	118,9	120,0	129,8	143,8	154,6	158,1	2,2	0,1	0,5	14,89
Iúna	275,8	227,5	288,1	268,8	302,5	330,0	9,1	0,1	0,5	11,37
Jaguaré	181,2	196,8	194,9	268,6	288,3	299,5	3,9	0,1	0,3	10,01
Jerônimo Monteiro	377,4	377,2	364,6	362,2	383,4	398,5	3,9	0,1	1,1	33,93
João Neiva	173,6	166,5	161,0	146,4	152,8	142,0	-7,1	0,0	0,3	8,55
Laranja da Terra	57,4	57,2	61,2	58,5	66,5	63,9	-4,0	0,0	0,2	5,83
Linhares	5.137,2	5.781,0	5.928,5	6.055,5	6.867,3	7.782,6	13,3	2,6	1,1	45,68
Mantenópolis	225,2	226,4	231,6	253,6	263,4	277,0	5,2	0,1	0,7	18,23
Maratáizes	1.813,8	1.839,8	1.844,1	1.795,8	1.900,6	2.358,4	24,1	0,8	1,3	61,89
Marechal Floriano	235,6	229,0	246,8	266,3	285,8	284,9	-0,3	0,1	0,5	17,30
Mariilândia	208,3	225,7	221,6	190,1	235,0	226,4	-3,7	0,1	0,6	17,83
Mimoso do Sul	396,3	453,4	513,4	525,8	551,8	568,8	3,1	0,2	0,9	21,72
Montanha	40,9	76,5	54,1	73,3	107,4	66,6	-38,0	0,0	0,1	3,55
Mucurici	52,9	46,9	55,9	47,5	41,0	56,6	38,2	0,0	0,2	10,20
Muniz Freire	552,7	553,8	545,9	546,4	593,6	602,3	1,5	0,2	1,1	34,20
Muqui	125,3	132,4	138,0	217,5	223,3	251,2	12,5	0,1	0,7	16,35
Nova Venécia	783,9	767,0	790,7	812,2	888,8	858,9	-3,4	0,3	0,7	17,25
Pancas	206,2	382,1	306,6	238,3	237,7	218,9	-7,9	0,1	0,4	9,49
Pedro Canário	84,4	61,3	104,1	123,7	186,1	238,5	28,1	0,1	0,4	9,18
Pinheiros	76,2	171,9	67,8	91,7	85,5	112,0	31,0	0,0	0,2	4,18
Piúma	1.935,3	2.088,7	2.044,6	1.958,8	1.997,5	1.980,0	-0,9	0,7	2,5	92,68
Ponto Belo	32,3	93,0	63,1	64,0	69,7	63,6	-8,8	0,0	0,3	8,17
Presidente Kennedy	557,4	576,9	541,4	470,4	430,4	447,3	3,9	0,1	0,1	38,93
Rio Bananal	252,8	252,3	247,6	251,3	268,6	299,3	11,4	0,1	0,4	15,75
Rio Novo do Sul	275,2	266,6	309,6	374,0	280,4	291,3	3,9	0,1	0,7	25,08
Santa Leopoldina	34,8	34,5	40,0	38,6	47,3	52,6	11,1	0,0	0,1	4,27
Santa Maria de Jetibá	328,5	327,2	296,6	333,0	377,5	398,6	5,6	0,1	0,3	10,00
Santa Teresa	718,0	727,8	685,5	766,5	868,5	899,4	3,6	0,3	1,2	38,45
São Domingos do Norte	58,2	100,2	101,7	101,6	100,6	104,2	3,5	0,0	0,3	12,13
São Gabriel da Palha	622,2	629,6	583,0	585,6	635,3	515,9	-18,8	0,2	0,6	13,81
São José do Calçado	253,8	251,1	247,8	239,4	276,9	325,0	17,4	0,1	..	30,76
São Mateus	1.450,9	1.478,3	1.765,1	1.813,9	1.761,1	1.804,6	2,5	0,6	0,6	14,04
São Roque do Canaã	81,8	76,1	69,9	65,9	60,8	73,3	20,6	0,0	0,2	5,95
Serra	32.528,3	34.829,8	40.380,7	40.924,2	50.242,1	51.240,1	2,0	17,2	4,4	100,95
Sooretama	59,5	61,2	63,5	70,9	94,9	83,6	-11,9	0,0	0,1	2,84
Vargem Alta	202,9	219,9	205,6	233,3	179,3	374,9	109,1	0,1	0,6	17,68
Venda Nova do Imigrante	512,1	586,9	538,9	564,9	578,0	634,0	9,7	0,2	0,9	25,56
Viana	4.124,3	3.896,9	3.814,6	4.354,9	4.720,7	5.874,1	24,4	2,0	2,8	76,33
Vila Pavão	71,9	66,2	89,7	89,2	101,7	127,0	25,0	0,0	0,5	13,85
Vila Valério	29,9	21,1	18,8	16,8	17,8	18,1	1,3	0,0	0,0	1,28
Vila Velha	67.144,6	63.935,7	75.458,7	70.672,5	72.816,2	64.420,6	-11,5	21,6	7,0	132,50
Vitória	71.880,1	72.219,2	71.466,6	72.248,3	73.254,0	72.080,1	-1,6	24,1	4,6	201,19
TOTAL	261.263,5	270.180,0	287.345,4	286.596,5	299.898,4	298.770,4	-0,4	100,0	2,6	75,21

Fonte: balanços municipais coletados no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi) e no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), ainda não apreciados em plenário. Nota: ¹ receita corrente, exceto intraorçamentárias, deduzida da parcela destinada ao Fundeb (ver "Notas metodológicas" na página 4).

IPTU

Posição	Município	IPTU em R\$	População 2018
1º	Vitória	72.080.056,47	358.267
2º	Vila Velha	64.420.628,94	486.208
3º	Serra	51.240.121,78	507.598
4º	Guarapari	24.421.143,47	122.982
5º	Cachoeiro de Itapemirim	16.787.794,69	207.324
6º	Cariacica	12.598.885,01	378.603
7º	Linhares	7.782.570,06	170.364
8º	Aracruz	6.333.639,84	99.305
9º	Viana	5.874.107,72	76.954
10º	Anchieta	4.429.006,70	28.736
11º	Colatina	4.130.222,42	121.580
12º	Marataízes	2.358.374,08	38.108
13º	Piúma	1.979.963,11	21.363
14º	São Mateus	1.804.617,37	128.542
15º	Barra de São Francisco	1.513.131,79	44.315
16º	Itapemirim	1.254.248,37	34.032
17º	Guaçuí	1.240.846,04	30.607
18º	Castelo	1.138.744,38	37.317
19º	Domingos Martins	1.065.035,19	33.711
20º	Santa Teresa	899.449,01	23.392
21º	Nova Venécia	858.897,60	49.780
22º	Alegre	764.487,41	30.568
23º	Fundão	726.819,35	21.061
24º	Venda Nova do Imigrante	633.969,19	24.800
25º	Iconha	629.053,70	13.745
26º	Muniz Freire	602.328,49	17.613
27º	Mimoso do Sul	568.793,21	26.191
28º	Baixo Guandu	566.707,41	30.862
29º	São Gabriel da Palha	515.883,45	37.361
30º	Conceição da Barra	513.368,58	30.849
31º	Presidente Kennedy	447.253,24	11.488
32º	Santa Maria de Jetibá	398.636,07	39.849
33º	Jerônimo Monteiro	398.507,18	11.744
34º	Vargem Alta	374.860,99	21.207
35º	Conceição do Castelo	360.994,33	12.638
36º	Iúna	329.958,40	29.030
37º	São José do Calçado	325.032,78	10.566
38º	Jaguaré	299.466,40	29.904
39º	Rio Bananal	299.311,08	19.009
40º	Afonso Cláudio	294.090,45	30.720
41º	Alfredo Chaves	293.197,63	14.566
42º	Rio Novo do Sul	291.322,54	11.618
43º	Marechal Floriano	284.907,25	16.464
44º	Mantenópolis	276.977,69	15.194
45º	Itaguaçu	276.706,19	14.109
46º	Muqui	251.225,19	15.370
47º	Dores do Rio Preto	250.643,75	6.727
48º	Pedro Canário	238.475,51	25.982
49º	Marilândia	226.388,07	12.700
50º	Pancas	218.862,10	23.059
51º	Brejetuba	215.025,73	12.381
52º	Ibiraçu	211.364,19	12.365
53º	Água Doce do Norte	208.526,70	11.131
54º	Bom Jesus do Norte	158.978,78	9.910
55º	Itarana	158.093,23	10.619
56º	Ecoporanga	152.525,38	23.014
57º	João Neiva	141.967,06	16.614
58º	Atílio Vivácqua	128.462,90	11.765
59º	Vila Pavão	127.031,51	9.171
60º	Boa Esperança	121.232,02	14.982
61º	Apiacá	121.015,11	7.580
62º	Pinheiros	111.978,07	26.763
63º	São Domingos do Norte	104.174,83	8.589
64º	Governador Lindenberg	91.179,46	12.535
65º	Sooretama	83.606,79	29.449
66º	Água Branca	79.368,85	9.653
67º	Divino de São Lourenço	73.304,35	4.338
68º	São Roque do Canaã	73.291,11	12.318
69º	Irupi	69.476,13	13.226
70º	Montanha	66.585,62	18.770
71º	Ibitirama	64.561,15	8.919
72º	Laranja da Terra	63.895,37	10.961
73º	Ponto Belo	63.578,70	7.784
74º	Mucurici	56.644,66	5.552
75º	Santa Leopoldina	52.575,04	12.300
76º	Alto Rio Novo	43.839,94	7.798
77º	Ibatiba	40.305,40	25.732
78º	Vila Valério	18.081,52	14.087
TOTAL		298.770.381,27	3.972.388

IPTU PER CAPITA

Posição	Município	A / B	IPTU (A)	População 2018 (B)
			em R\$	
1º	Vitória	201,19	72.080.056,47	358.267
2º	Guarapari	198,57	24.421.143,47	122.982
3º	Anchieta	154,13	4.429.006,70	28.736
4º	Vila Velha	132,50	64.420.628,94	486.208
5º	Serra	100,95	51.240.121,78	507.598
6º	Piúma	92,68	1.979.963,11	21.363
7º	Cachoeiro de Itapemirim	80,97	16.787.794,69	207.324
8º	Viana	76,33	5.874.107,72	76.954
9º	Aracruz	63,78	6.333.639,84	99.305
10º	Marataízes	61,89	2.358.374,08	38.108
11º	Iconha	45,77	629.053,70	13.745
12º	Linhares	45,68	7.782.570,06	170.364
13º	Guaçuí	40,54	1.240.846,04	30.607
14º	Presidente Kennedy	38,93	447.253,24	11.488
15º	Santa Teresa	38,45	899.449,01	23.392
16º	Dores do Rio Preto	37,26	250.643,75	6.727
17º	Itapemirim	36,85	1.254.248,37	34.032
18º	Fundão	34,51	726.819,35	21.061
19º	Muniz Freire	34,20	602.328,49	17.613
20º	Barra de São Francisco	34,14	1.513.131,79	44.315
21º	Colatina	33,97	4.130.222,42	121.580
22º	Jerônimo Monteiro	33,93	398.507,18	11.744
23º	Cariacica	33,28	12.598.885,01	378.603
24º	Domingos Martins	31,59	1.065.035,19	33.711
25º	São José do Calçado	30,76	325.032,78	10.566
26º	Castelo	30,52	1.138.744,38	37.317
27º	Conceição do Castelo	28,56	360.994,33	12.638
28º	Venda Nova do Imigrante	25,56	633.969,19	24.800
29º	Rio Novo do Sul	25,08	291.322,54	11.618
30º	Alegre	25,01	764.487,41	30.568
31º	Mimoso do Sul	21,72	568.793,21	26.191
32º	Alfredo Chaves	20,13	293.197,63	14.566
33º	Itaguaçu	19,61	276.706,19	14.109
34º	Água Doce do Norte	18,73	208.526,70	11.131
35º	Baixo Guandu	18,36	566.707,41	30.862
36º	Mantenópolis	18,23	276.977,69	15.194
37º	Marilândia	17,83	226.388,07	12.700
38º	Vargem Alta	17,68	374.860,99	21.207
39º	Brejetuba	17,37	215.025,73	12.381
40º	Marechal Floriano	17,30	284.907,25	16.464
41º	Nova Venécia	17,25	858.897,60	49.780
42º	Ibiraçu	17,09	211.364,19	12.365
43º	Divino de São Lourenço	16,90	73.304,35	4.338
44º	Conceição da Barra	16,64	513.368,58	30.849
45º	Muqui	16,35	251.225,19	15.370
46º	Bom Jesus do Norte	16,04	158.978,78	9.910
47º	Apiacá	15,97	121.015,11	7.580
48º	Rio Bananal	15,75	299.311,08	19.009
49º	Itarana	14,89	158.093,23	10.619
50º	São Mateus	14,04	1.804.617,37	128.542
51º	Vila Pavão	13,85	127.031,51	9.171
52º	São Gabriel da Palha	13,81	515.883,45	37.361
53º	São Domingos do Norte	12,13	104.174,83	8.589
54º	Iúna	11,37	329.958,40	29.030
55º	Atílio Vivácqua	10,92	128.462,90	11.765
56º	Mucurici	10,20	56.644,66	5.552
57º	Jaguaré	10,01	299.466,40	29.904
58º	Santa Maria de Jetibá	10,00	398.636,07	39.849
59º	Afonso Cláudio	9,57	294.090,45	30.720
60º	Pancas	9,49	218.862,10	23.059
61º	Pedro Canário	9,18	238.475,51	25.982
62º	João Neiva	8,55	141.967,06	16.614
63º	Água Branca	8,22	79.368,85	9.653
64º	Ponto Belo	8,17	63.578,70	7.784
65º	Boa Esperança	8,09	121.232,02	14.982
66º	Governador Lindenberg	7,27	91.179,46	12.535
67º	Ibitirama	7,24	64.561,15	8.919
68º	Ecoporanga	6,63	152.525,38	23.014
69º	São Roque do Canaã	5,95	73.291,11	12.318
70º	Laranja da Terra	5,83	63.895,37	10.961
71º	Alto Rio Novo	5,62	43.839,94	7.798
72º	Irupi	5,25	69.476,13	13.226
73º	Santa Leopoldina	4,27	52.575,04	12.300
74º	Pinheiros	4,18	111.978,07	26.763
75º	Montanha	3,55	66.585,62	18.770
76º	Sooretama	2,84	83.606,79	29.449
77º	Ibatiba	1,57	40.305,40	25.732
78º	Vila Valério	1,28	18.081,52	14.087
TOTAL		75,21	298.770.381,27	3.972.388

RANKING 2018

Fonte: balanços municipais coletados no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi) e no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), ainda não apreciados em plenário. População para 2018 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

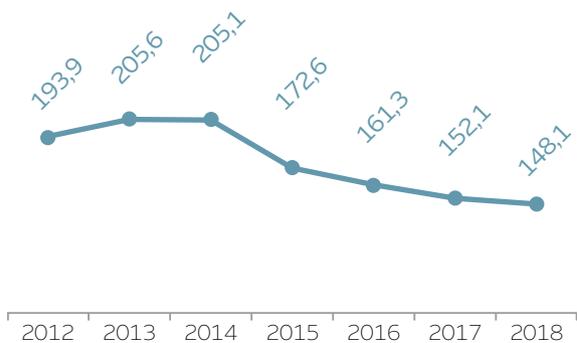
DESEMPENHO

A arrecadação dos municípios capixabas com o Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis *Inter Vivos* (ITBI) encolheu pelo quinto ano consecutivo. A retração de 2,7% em 2018, embora seja mais branda que a dos exercícios anteriores, resultou em uma receita total de R\$ 148,1 milhões, R\$ 4,1 milhões a menos do que em 2017, em valores corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) médio de 2018.

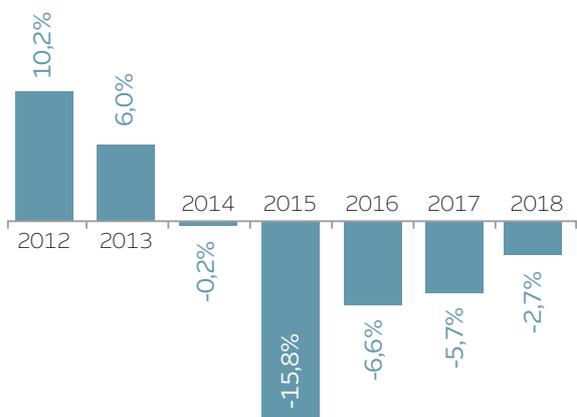
Foi a primeira vez na década que o recolhimento global ficou abaixo de R\$ 150 milhões. As sucessivas perdas que vêm ocorrendo desde 2014 levaram a uma defasagem de R\$ 57,5 milhões nas entradas de ITBI em 2018 em relação ao desempenho de 2013, momento anterior ao início da crise econômica no país.

Evolução da arrecadação do ITBI

em R\$ milhões - IPCA médio 2018



Taxa de crescimento do ITBI em relação ao ano anterior



A recente performance da captação do tributo nas cidades do Espírito Santo esteve atrelada ao colapso ao qual foi submetido o mercado imobiliário, derivado da escassez de crédito, diminuição na poupança nacional, aumento do desemprego e postergação de investimentos. Como é dependente da quantidade e dos valores das transações envolvendo imóveis, o ITBI sofreu os impactos de um setor muito sensível a variações da economia.

Os problemas do segmento ficam ainda mais evidentes quando se observam os dados das operações ligadas ao Sistema Financeiro de Habitação (SFH). Os recursos oriundos da Caderneta de Poupança utilizados para a aquisição de imóveis, sejam eles comerciais ou residenciais, que chegaram a R\$ 1,76 bilhão em 2013, ficaram abaixo de R\$ 500 milhões nos três últimos anos, conforme números do Banco Central do Brasil. Ou seja, o volume concedido apenas em 2013 é superior à soma dos exercícios de 2016, 2017 e 2018.

As cifras disponíveis para essa linha de crédito estão diretamente vinculadas ao comportamento da poupança, que nesse intervalo de cinco anos (2014-2018) registrou uma retirada líquida de R\$ 15,18 bilhões em todo o Brasil. Vale ressaltar que 70% do montante aplicado na caderneta são disponibilizados para o setor imobiliário.

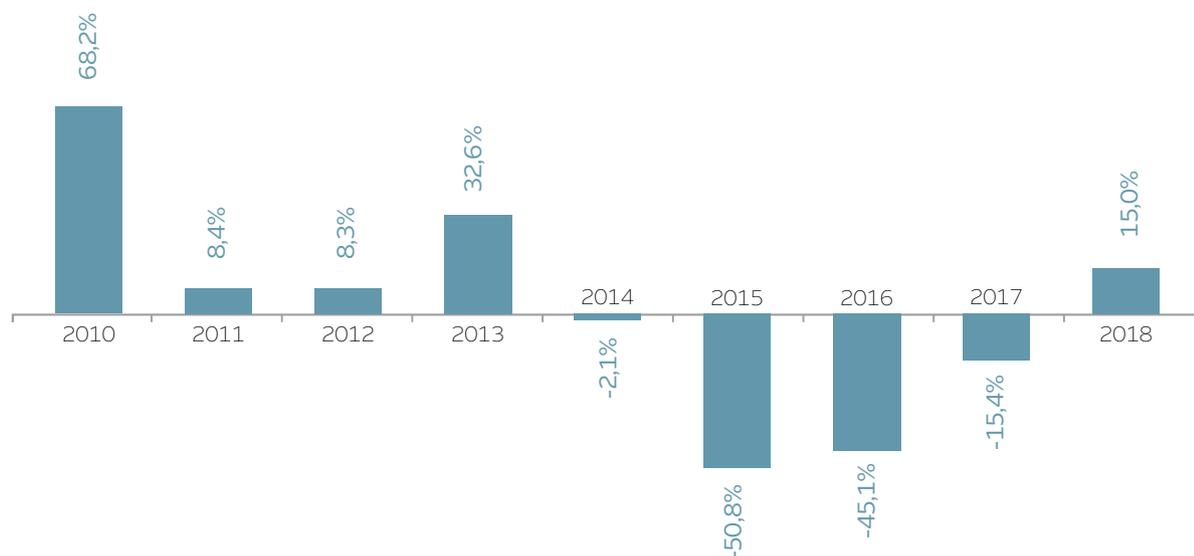
Evolução do financiamento¹ para aquisição de imóveis

em R\$ bilhões - IPCA médio 2018



¹ Com recursos da Caderneta de Poupança através do Sistema Financeiro de Habitação (SFH).

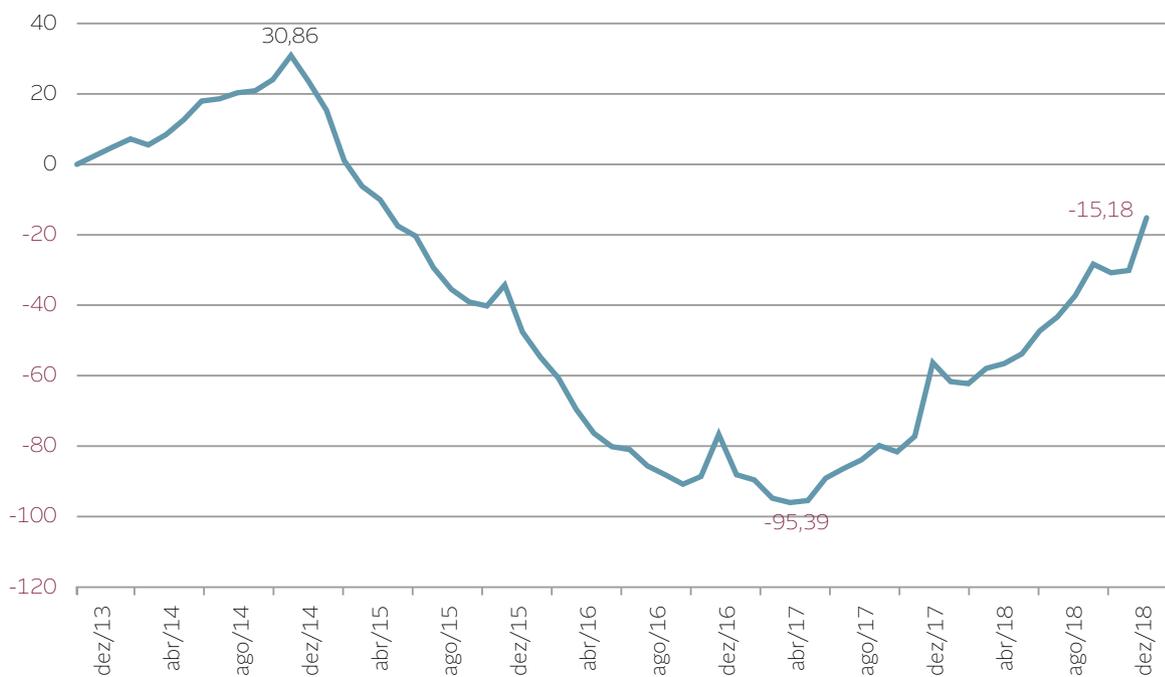
Taxa de crescimento anual do financiamento para aquisição de imóveis



Saldo acumulado da captação líquida na Caderneta de Poupança

dezembro de 2013 = 0

em R\$ bilhões - IPCA de maio 2019



Outro fator importante para entender o cenário atual do ITBI é o aumento do desemprego. Entre 2013 e 2018, a taxa quase dobrou, passando de 6,2% para 11,6% na comparação entre dezembro de cada ano. Esse indicador é relevante por agir de dois modos distintos. O primeiro deles é que o indivíduo desempregado tende a não fazer investimentos de longo prazo, como a aquisição de imóveis residenciais. Outro aspecto é que, quanto menor o número de vagas profissionais formais, menos recursos são captados pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), que, aliado à Caderneta de Poupança, é o grande mantenedor das linhas de crédito no setor imobiliário.

Em que pese a conjuntura econômica mostrar indicadores ruins no período que compreende o fim de 2014 e se estende ao término de 2018, há de se ponderar que nesse último ano o mercado imobiliário começou a mostrar indícios de recuperação em relação aos resultados de 2017. O financiamento para o segmento com valores da poupança via SFH avançou 15%, incremento que só foi possível devido a uma injeção líquida de R\$ 38,26 bilhões na captação das cadernetas.

Além da queda mais branda na arrecadação, a ligeira melhora da conjuntura do mercado imobiliário pode ser constatada quando são excluídos os dados de Vitória (-7,2%) e Cariacica (-57,4%) da análise. Nesse panorama, o ITBI alcançou um crescimento de 4,2% em comparação a 2017, com ingresso adicional de R\$ 4,3 milhões para os cofres municipais em 2018. Entre os melhores desempenhos, destacaram-se Linhares, com uma receita adicional de R\$ 2 milhões, Jaguaré (R\$ 1,6 milhão) e Serra (R\$ 1,5 milhão).

A queda verificada em Cariacica no exercício de 2018 está associada, em grande medida, a uma normalização do recolhimento após uma entrada excepcional ocorrida em 2017. Em novembro daquele ano, uma grande transação imobiliária injetou ao cofre local o montante de R\$ 4,4 milhões. Com esse aporte já consolidado, o ITBI regressou ao patamar menor, passando de R\$ 9,7 milhões, em 2017, para R\$ 4,1 milhões, em 2018.

Já na capital, o pagamento do tributo anotou retração de R\$ 2,8 milhões em 2018. Além de todos os fatores já citados até aqui, em Vitória foi possível constatar um congelamento dos preços dos espaços à venda através do Índice FipeZap. De acordo com o estudo, os imóveis residenciais do município se desvalorizaram 1,2% entre 2017 e 2018. Esse declínio ocorre sistematicamente desde meados de 2015, o que vem corroendo a base do imposto, que em 2018 totalizou R\$ 36 milhões, a maior receita dentre as prefeituras capixabas.

PESO NA receita corrente

Em 2018, o ITBI foi responsável por 1,3% da receita corrente dos municípios, sendo este o nível mais baixo desde 2009. O encolhimento evidencia que o mercado imobiliário enfrentou dificuldades maiores que os demais setores da economia capixaba.

Participação do ITBI na receita corrente



Entre os caixas em que o imposto apresentou maior relevância na receita corrente estão os de Vila Velha e Guarapari, com 3,6% em cada. Na sequência vêm os de Vitória e Jaguaré com os mesmos 2,3%, Serra (1,9%) e Cachoeiro de Itapemirim (1,1%). Isso reflete, em grande medida, o maior estoque imobiliário, o grau de valorização dos imóveis e o volume de transação efetuado nesses locais. No caso específico de Jaguaré, uma arrecadação atípica, em 2018, elevou o percentual ao nível das maiores cidades do Estado. Porém, é de se esperar que, em 2019, esse indicador volte aos níveis históricos, próximo de 0,6%, como na maioria dos municípios do Espírito Santo.

É muito importante que a base de cálculo do ITBI esteja o mais próximo possível do valor da transação de compra e venda das unidades habitacionais ou corporativas. Para isso, é necessário que o município conte com um setor e servidores capacitados para efetuar a avaliação dos imóveis. A adoção, pela

administração tributária, de procedimentos que façam com que a base de cálculo reflita o real valor da transação imobiliária pode alavancar a arrecadação em algumas cidades, tornando-a mais justa.

O ITBI tem como fato gerador a transmissão da propriedade ou do domínio útil de bens imóveis e a transmissão de direitos reais sobre imóveis, exceto os direitos reais de garantia. O contribuinte é definido em lei municipal, podendo ser qualquer uma das partes envolvidas na transação. A base de cálculo do imposto é o valor venal do imóvel, e a definição da alíquota incidente sobre esse pilar é de plena competência da municipalidade, não existindo limite para sua fixação. No Espírito Santo, a alíquota mais usual praticada pelas cidades é de 2%.

ARRECAÇÃO DO ITBI - 2013-2018

Municípios	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Variação relativa 2018/2017	Participação 2018		ITBI per capita 2018 em R\$
	em R\$ mil - IPCA médio de 2018							no total do ITBI	na receita corrente ¹	
							em %			
Afonso Cláudio	408,9	389,7	495,7	477,6	430,4	438,6	1,9	0,3	0,6	14,28
Água Doce do Norte	217,7	116,9	155,0	105,9	136,8	123,6	-9,7	0,1	0,4	11,10
Água Branca	130,5	167,6	124,5	74,6	64,6	153,0	136,7	0,1	0,4	15,85
Alegre	398,6	361,4	452,3	363,4	395,8	354,9	-10,3	0,2	0,4	11,61
Alfredo Chaves	305,5	269,1	290,9	187,4	325,4	336,5	3,4	0,2	0,7	23,10
Alto Rio Novo	65,8	65,4	89,7	67,2	72,1	87,4	21,2	0,1	0,3	11,21
Anchieta	871,3	1.271,3	1.156,9	1.182,5	932,6	1.426,6	53,0	1,0	0,6	49,65
Apiacá	73,6	69,0	52,4	60,0	39,1	120,7	208,8	0,1	0,5	15,93
Aracruz	3.013,9	4.775,8	2.406,4	1.991,0	2.470,7	2.198,2	-11,0	1,5	0,6	22,14
Atílio Vivácqua	118,9	58,0	163,0	83,7	65,5	-	-100,0	0,0	0,0	-
Baixo Guandu	348,9	112,8	26,7	15,1	228,7	485,3	112,2	0,3	0,6	15,72
Barra de São Francisco	1.039,1	919,4	629,1	599,0	616,3	783,2	27,1	0,5	..	17,67
Boa Esperança	492,3	359,3	267,1	215,4	251,1	181,2	-27,8	0,1	0,4	12,10
Bom Jesus do Norte	43,2	88,1	97,5	95,7	104,2	175,6	68,5	0,1	0,6	17,72
Brejetuba	210,4	95,8	171,2	227,3	239,2	157,1	-34,3	0,1	0,4	12,69
Cachoeiro de Itapemirim	5.428,2	5.033,8	4.746,9	7.145,6	4.970,1	4.651,9	-6,4	3,1	1,1	22,44
Cariacica	5.675,8	5.734,0	5.674,6	5.092,1	9.729,1	4.144,1	-57,4	2,8	0,7	10,95
Castelo	991,4	1.054,2	1.027,9	976,8	777,5	891,6	14,7	0,6	1,0	23,89
Colatina	3.414,2	3.158,1	2.696,2	3.109,2	2.934,5	2.963,6	1,0	2,0	0,9	24,38
Conceição da Barra	599,7	835,8	279,9	444,6	358,2	169,2	-52,8	0,1	0,2	5,48
Conceição do Castelo	180,2	219,4	183,8	204,1	179,4	170,9	-4,8	0,1	0,4	13,52
Divino de São Lourenço	48,2	40,4	39,3	86,0	40,7	86,0	111,4	0,1	0,4	19,82
Domingos Martins	704,3	934,2	837,0	827,8	1.096,2	1.040,2	-5,1	0,7	0,9	30,86
Dores do Rio Preto	40,1	106,3	106,1	144,3	122,8	128,7	4,8	0,1	0,5	19,13
Ecoporanga	266,6	633,5	394,2	342,3	426,5	558,1	30,9	0,4	0,9	24,25
Fundão	303,1	279,7	332,2	476,3	537,2	410,9	-23,5	0,3	0,6	19,51
Governador Lindenberg	179,3	283,3	203,8	82,8	84,2	138,7	64,7	0,1	0,4	11,06
Guaçuí	524,2	467,1	386,1	431,1	586,8	460,6	-21,5	0,3	0,6	15,05
Guarapari	14.918,3	15.125,8	14.476,0	10.944,7	11.006,9	10.973,9	-0,3	7,4	3,6	89,23
Ibatiba	122,3	151,6	83,4	96,4	102,2	60,2	-41,1	0,0	0,1	2,34
Ibiraçu	189,1	162,8	507,3	167,1	92,0	80,3	-12,7	0,1	0,2	6,50
Ibitirama	107,7	188,2	167,3	164,6	188,0	109,6	-41,7	0,1	0,4	12,29
Iconha	159,0	176,9	147,0	118,7	123,5	224,6	81,9	0,2	0,5	16,34
Irupi	148,5	129,8	96,6	221,2	155,1	128,3	-17,3	0,1	0,4	9,70
Itaguaçu	320,5	314,8	303,9	150,9	215,9	178,3	-17,4	0,1	0,4	12,64
Itapemirim	658,7	851,3	827,7	390,6	617,1	367,2	-40,5	0,2	0,1	10,79
Itarana	158,2	163,4	199,2	234,2	204,4	158,0	-22,7	0,1	0,5	14,88
Iúna	484,5	597,4	769,1	622,1	546,9	390,1	-28,7	0,3	0,6	13,44
Jaguaré	499,9	670,7	668,3	369,6	481,8	2.082,0	332,2	1,4	2,3	69,62
Jerônimo Monteiro	138,4	147,5	155,0	114,1	117,6	90,3	-23,2	0,1	0,3	7,68
João Neiva	313,6	307,0	282,4	255,1	318,7	194,5	-39,0	0,1	0,3	11,71
Laranja da Terra	112,7	102,7	112,5	150,5	107,4	154,8	44,2	0,1	0,5	14,12
Linhães	4.232,8	4.882,4	5.202,1	5.777,8	4.588,7	6.585,6	43,5	4,4	1,0	38,66
Mantenópolis	220,0	155,5	197,8	192,3	128,9	219,2	70,1	0,1	0,5	14,43
Marataizes	736,7	926,8	836,8	566,2	581,5	684,0	17,6	0,5	0,4	17,95
Marechal Floriano	435,4	492,3	536,5	273,1	427,8	378,2	-11,6	0,3	0,7	22,97
Marilândia	154,6	234,4	167,5	168,8	112,5	142,4	26,5	0,1	0,4	11,21
Mimoso do Sul	211,9	270,9	343,1	252,6	201,7	48,9	-75,8	0,0	0,1	1,87
Montanha	525,3	569,6	342,7	821,7	665,7	477,2	-28,3	0,3	0,9	25,42
Mucurici	29,8	98,6	84,2	265,1	108,8	105,4	-3,1	0,1	0,4	18,99
Muniz Freire	139,1	244,5	390,8	325,7	291,1	240,1	-17,5	0,2	0,4	13,63
Muqui	168,6	152,2	137,6	114,1	114,7	164,1	43,0	0,1	0,4	10,68
Nova Venécia	1.429,8	1.393,5	1.211,9	756,7	914,6	929,4	1,6	0,6	0,7	18,67
Pancas	287,3	260,8	372,6	245,4	380,9	305,1	-19,9	0,2	0,6	13,23
Pedro Canário	312,2	210,0	261,7	255,4	269,0	133,2	-50,5	0,1	0,2	5,13
Pinheiros	663,8	756,6	427,0	544,9	317,5	393,2	23,9	0,3	0,6	14,69
Piúma	802,3	736,9	702,9	519,7	440,8	429,6	-2,5	0,3	0,5	20,11
Ponto Belo	21,3	99,7	80,1	64,3	79,7	94,2	18,2	0,1	0,4	12,11
Presidente Kennedy	155,1	183,3	81,4	547,6	132,8	160,8	21,1	0,1	0,0	13,99
Rio Bananal	286,8	235,5	353,6	182,3	201,4	339,2	68,4	0,2	0,4	17,85
Rio Novo do Sul	62,5	18,6	32,0	91,2	86,5	95,5	10,4	0,1	0,2	8,22
Santa Leopoldina	230,0	346,2	233,5	153,4	212,5	184,7	-13,1	0,1	0,4	15,02
Santa Maria de Jetibá	314,1	396,0	473,4	312,9	493,8	531,7	7,7	0,4	0,4	13,34
Santa Teresa	706,9	746,3	700,3	453,7	750,1	610,4	-18,6	0,4	0,8	26,10
São Domingos do Norte	118,0	243,6	178,3	164,3	158,2	165,8	4,8	0,1	0,5	19,31
São Gabriel da Palha	407,6	412,3	622,9	507,3	530,3	283,3	-46,6	0,2	0,3	7,58
São José do Calçado	104,2	98,4	115,0	103,8	138,7	148,4	7,0	0,1	..	14,05
São Mateus	5.444,8	4.011,4	3.513,8	2.921,6	2.395,0	2.186,2	-8,7	1,5	0,8	17,01
São Roque do Canaã	87,8	176,6	45,1	48,5	77,7	46,2	-40,5	0,0	0,2	3,75
Serra	35.519,2	36.479,1	29.084,2	19.794,2	20.501,7	22.017,0	7,4	14,9	1,9	43,37
Sooretama	135,1	106,6	199,6	347,0	112,5	145,9	29,8	0,1	0,2	4,96
Vargem Alta	198,9	172,9	226,1	198,4	141,0	263,6	87,0	0,2	0,4	12,43
Venda Nova do Imigrante	621,1	668,9	610,9	888,0	811,0	520,6	-35,8	0,4	0,8	20,99
Viana	1.716,8	1.505,8	924,7	1.137,9	1.188,8	1.412,3	18,8	1,0	0,7	18,35
Vila Pavão	173,1	69,4	161,4	132,5	67,1	73,6	9,8	0,0	0,3	8,03
Vila Valério	113,7	203,0	148,8	112,4	121,1	147,9	22,1	0,1	0,3	10,50
Vila Velha	43.937,9	47.629,4	38.410,4	36.829,9	33.053,9	33.359,7	0,9	22,5	3,6	68,61
Vitória	60.441,0	52.922,7	42.950,9	46.078,8	38.823,4	36.009,7	-7,2	24,3	2,3	100,51
TOTAL	205.570,7	205.100,2	172.643,5	161.258,0	152.114,1	148.061,0	-2,7	100,0	1,3	37,27

Fonte: balanços municipais coletados no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi) e no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), ainda não apreciados em plenário. Nota: ¹ receita corrente, exceto intraorçamentárias, deduzida da parcela destinada ao Fundeb (ver "Notas metodológicas" na página 4).

ITBI

Posição	Município	ITBI em R\$	População 2018
1º	Vitória	36.009.675,73	358.267
2º	Vila Velha	33.359.715,96	486.208
3º	Serra	22.016.961,41	507.598
4º	Guarapari	10.973.917,89	122.982
5º	Linhares	6.585.603,93	170.364
6º	Cachoeiro de Itapemirim	4.651.898,38	207.324
7º	Cariacica	4.144.139,76	378.603
8º	Colatina	2.963.625,96	121.580
9º	Aracruz	2.198.165,87	99.305
10º	São Mateus	2.186.200,61	128.542
11º	Jaguaré	2.082.026,39	29.904
12º	Anchieta	1.426.603,77	28.736
13º	Viana	1.412.311,37	76.954
14º	Domingos Martins	1.040.158,13	33.711
15º	Nova Venécia	929.443,58	49.780
16º	Castelo	891.602,42	37.317
17º	Barra de São Francisco	783.182,24	44.315
18º	Marataízes	683.985,16	38.108
19º	Santa Teresa	610.440,83	23.392
20º	Ecoporanga	558.130,59	23.014
21º	Santa Maria de Jetibá	531.676,41	39.849
22º	Venda Nova do Imigrante	520.597,82	24.800
23º	Baixo Guandu	485.252,58	30.862
24º	Montanha	477.163,46	18.770
25º	Guaçu	460.648,03	30.607
26º	Afonso Cláudio	438.627,70	30.720
27º	Piúma	429.605,75	21.363
28º	Fundão	410.903,12	21.061
29º	Pinheiros	393.169,95	26.763
30º	Íluna	390.141,18	29.030
31º	Marechal Floriano	378.224,68	16.464
32º	Itapemirim	367.208,18	34.032
33º	Alegre	354.936,01	30.568
34º	Rio Bananal	339.235,98	19.009
35º	Alfredo Chaves	336.533,81	14.566
36º	Pancas	305.075,36	23.059
37º	São Gabriel da Palha	283.286,83	37.361
38º	Vargem Alta	263.615,13	21.207
39º	Muniz Freire	240.085,68	17.613
40º	Iconha	224.564,49	13.745
41º	Mantenópolis	219.203,83	15.194
42º	João Neiva	194.516,42	16.614
43º	Santa Leopoldina	184.726,95	12.300
44º	Boa Esperança	181.244,05	14.982
45º	Itaguaçu	178.307,33	14.109
46º	Bom Jesus do Norte	175.562,80	9.910
47º	Conceição do Castelo	170.858,61	12.638
48º	Conceição da Barra	169.202,30	30.849
49º	São Domingos do Norte	165.829,76	8.589
50º	Muqui	164.095,56	15.370
51º	Presidente Kennedy	160.762,89	11.488
52º	Itarana	157.997,82	10.619
53º	Brejetuba	157.149,80	12.381
54º	Laranja da Terra	154.805,04	10.961
55º	Água Branca	152.955,59	9.653
56º	São José do Calçado	148.410,57	10.566
57º	Vila Valério	147.931,83	14.087
58º	Sooretama	145.940,81	29.449
59º	Marilândia	142.424,01	12.700
60º	Governador Lindenberg	138.690,46	12.535
61º	Pedro Canário	133.235,47	25.982
62º	Dores do Rio Preto	128.668,81	6.727
63º	Irupi	128.324,31	13.226
64º	Água Doce do Norte	123.551,07	11.131
65º	Apiacá	120.722,82	7.580
66º	Ibitirama	109.597,87	8.919
67º	Mucurici	105.405,80	5.552
68º	Rio Novo do Sul	95.460,13	11.618
69º	Ponto Belo	94.236,37	7.784
70º	Jerônimo Monteiro	90.250,41	11.744
71º	Alto Rio Novo	87.385,35	7.798
72º	Divino de São Lourenço	85.991,18	4.338
73º	Ibiraçu	80.318,85	12.365
74º	Vila Pavão	73.649,87	9.171
75º	Ibatiba	60.164,16	25.732
76º	Mimoso do Sul	48.858,40	26.191
77º	São Roque do Canaã	46.223,89	12.318
78º	Atílio Vivácqua	-	11.765
TOTAL		148.061.003,32	3.972.388

ITBI PER CAPITA

Posição	Município	A / B	ITBI (A)	População
			em R\$	2018 (B)
1º	Vitória	100,51	36.009.675,73	358.267
2º	Guarapari	89,23	10.973.917,89	122.982
3º	Jaguaré	69,62	2.082.026,39	29.904
4º	Vila Velha	68,61	33.359.715,96	486.208
5º	Anchieta	49,65	1.426.603,77	28.736
6º	Serra	43,37	22.016.961,41	507.598
7º	Linhares	38,66	6.585.603,93	170.364
8º	Domingos Martins	30,86	1.040.158,13	33.711
9º	Santa Teresa	26,10	610.440,83	23.392
10º	Montanha	25,42	477.163,46	18.770
11º	Colatina	24,38	2.963.625,96	121.580
12º	Ecoporanga	24,25	558.130,59	23.014
13º	Castelo	23,89	891.602,42	37.317
14º	Alfredo Chaves	23,10	336.533,81	14.566
15º	Marechal Floriano	22,97	378.224,68	16.464
16º	Cachoeiro de Itapemirim	22,44	4.651.898,38	207.324
17º	Aracruz	22,14	2.198.165,87	99.305
18º	Venda Nova do Imigrante	20,99	520.597,82	24.800
19º	Piúma	20,11	429.605,75	21.363
20º	Divino de São Lourenço	19,82	85.991,18	4.338
21º	Fundão	19,51	410.903,12	21.061
22º	São Domingos do Norte	19,31	165.829,76	8.589
23º	Dores do Rio Preto	19,13	128.668,81	6.727
24º	Mucurici	18,99	105.405,80	5.552
25º	Nova Venécia	18,67	929.443,58	49.780
26º	Viana	18,35	1.412.311,37	76.954
27º	Marataízes	17,95	683.985,16	38.108
28º	Rio Bananal	17,85	339.235,98	19.009
29º	Bom Jesus do Norte	17,72	175.562,80	9.910
30º	Barra de São Francisco	17,67	783.182,24	44.315
31º	São Mateus	17,01	2.186.200,61	128.542
32º	Iconha	16,34	224.564,49	13.745
33º	Apiacá	15,93	120.722,82	7.580
34º	Água Branca	15,85	152.955,59	9.653
35º	Baixo Guandu	15,72	485.252,58	30.862
36º	Guaçu	15,05	460.648,03	30.607
37º	Santa Leopoldina	15,02	184.726,95	12.300
38º	Itarana	14,88	157.997,82	10.619
39º	Pinheiros	14,69	393.169,95	26.763
40º	Mantenópolis	14,43	219.203,83	15.194
41º	Afonso Cláudio	14,28	438.627,70	30.720
42º	Laranja da Terra	14,12	154.805,04	10.961
43º	São José do Calçado	14,05	148.410,57	10.566
44º	Presidente Kennedy	13,99	160.762,89	11.488
45º	Muniz Freire	13,63	240.085,68	17.613
46º	Conceição do Castelo	13,52	170.858,61	12.638
47º	Íluna	13,44	390.141,18	29.030
48º	Santa Maria de Jetibá	13,34	531.676,41	39.849
49º	Pancas	13,23	305.075,36	23.059
50º	Brejetuba	12,69	157.149,80	12.381
51º	Itaguaçu	12,64	178.307,33	14.109
52º	Vargem Alta	12,43	263.615,13	21.207
53º	Ibitirama	12,29	109.597,87	8.919
54º	Ponto Belo	12,11	94.236,37	7.784
55º	Boa Esperança	12,10	181.244,05	14.982
56º	João Neiva	11,71	194.516,42	16.614
57º	Alegre	11,61	354.936,01	30.568
58º	Marilândia	11,21	142.424,01	12.700
59º	Alto Rio Novo	11,21	87.385,35	7.798
60º	Água Doce do Norte	11,10	123.551,07	11.131
61º	Governador Lindenberg	11,06	138.690,46	12.535
62º	Cariacica	10,95	4.144.139,76	378.603
63º	Itapemirim	10,79	367.208,18	34.032
64º	Muqui	10,68	164.095,56	15.370
65º	Vila Valério	10,50	147.931,83	14.087
66º	Irupi	9,70	128.324,31	13.226
67º	Rio Novo do Sul	8,22	95.460,13	11.618
68º	Vila Pavão	8,03	73.649,87	9.171
69º	Jerônimo Monteiro	7,68	90.250,41	11.744
70º	São Gabriel da Palha	7,58	283.286,83	37.361
71º	Ibiraçu	6,50	80.318,85	12.365
72º	Conceição da Barra	5,48	169.202,30	30.849
73º	Pedro Canário	5,13	133.235,47	25.982
74º	Sooretama	4,96	145.940,81	29.449
75º	São Roque do Canaã	3,75	46.223,89	12.318
76º	Ibatiba	2,34	60.164,16	25.732
77º	Mimoso do Sul	1,87	48.858,40	26.191
78º	Atílio Vivácqua	-	-	11.765
TOTAL		37,27	148.061.003,32	3.972.388

RANKING 2018

Fonte: balanços municipais coletados no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi) e no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), ainda não apreciados em plenário. População para 2018 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

DESEMPENHO

Em 2018, a Quota-Parte Municipal no Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre a Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (QPM-ICMS) apresentou a maior taxa de crescimento desde 2012. O governo estadual transferiu R\$ 2,52 bilhões aos municípios capixabas, valor que superou em 5,8% o realizado no ano anterior, já considerada a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) médio de 2018. Esse é o segundo ano de resultados positivos, sendo que em 2017 o aumento havia sido de apenas 1,6%.

O cenário deverá ser ainda melhor em 2019, pois, nos seis primeiros meses deste ano, as cifras de ICMS repassadas pelo governo estadual às prefeituras marcaram alta real de 10%, se comparadas com as de igual período do ano anterior.

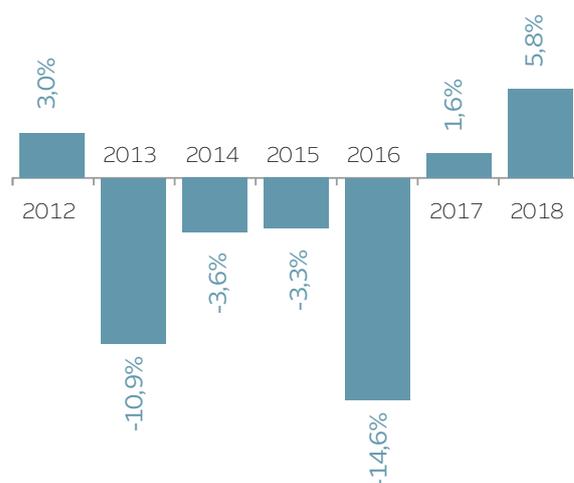
A performance do último biênio foi ancorada pela relativa melhora do ambiente econômico em níveis nacional e estadual. Após a forte recessão que se abateu sobre o Brasil em 2015 e 2016, a economia nacional esboçou um frágil crescimento de 1,1% em cada um dos dois anos seguintes. E a capixaba logrou taxas mais elevadas, de 2,7%, em 2017, e 2,3%, em 2018, segundo o Instituto Jones dos Santos Neves, entidade que apura o Produto Interno Bruto (PIB) do Espírito Santo.

Evolução da QPM-ICMS

em R\$ milhões - IPCA médio de 2018



Taxa de crescimento da QPM-ICMS em relação ao ano anterior



Variação anual do PIB do Brasil e do Estado do Espírito Santo



Fontes: IBGE e Instituto Jones dos Santos Neves.

Desagregando as transferências em ICMS-normal (aquelas que têm origem na arrecadação sobre todas as atividades, exceto as importações) e ICMS-Fundap (provenientes das importações sob o amparo dos incentivos do sistema Fundap), observa-se que a receita municipal advinda da primeira modalidade registrou incremento de 5,7% em 2018, ao passo que o avanço da segunda foi de 9,5%. Esta última progressão interrompe uma sequência de seis anos consecutivos de queda que o ICMS-Fundap vinha sofrendo desde 2012 – no pico, em 2011, os envios desse dinheiro chegaram a R\$ 903,9 milhões (corrigidos pelo IPCA), importância que respondeu por 28,1% do ICMS total encaminhado pelo governo estadual aos municípios capixabas. Em 2018, a quantia foi de R\$ 141,7 milhões, correspondendo a apenas 5,6%.

No entanto, apesar de dois anos de resultados positivos, o montante total de ICMS direcionado aos municípios capixabas está no nível prevaemente em 2006, ou seja, de 12 anos atrás. A combinação de dois fatores adversos explica o posicionamento dos repasses do imposto ainda em patamares muito aquém dos que vigoraram em exercícios anteriores, sobretudo os constatados na segunda metade da década anterior e nos anos iniciais da presente.

O primeiro fator é a já citada aguda recessão vivida pelo Brasil no biênio 2015-2016, seguida de frágil, lenta e incerta recuperação nos dois anos posteriores. O segundo foi o considerável tombo, a partir de 2013, protagonizado pelo ICMS recolhido das importações sob o amparo dos estímulos do sistema Fundap. A nova regra estabelecida

pela Resolução do Senado Federal nº 13, válida desde 2013, promoveu uma abrupta alteração das alíquotas cobradas nas operações interestaduais sobre produtos importados, que despencaram de 12% para 4%. Apenas essa mudança impôs uma baixa real de 60% no ICMS-Fundap reservado aos municípios em 2013. Além disso, muitas empresas foram deixando de operar em portos capixabas devido ao menor incentivo fiscal do sistema Fundap, o que refreou o valor das importações ano a ano e, conseqüentemente, afetou a arrecadação de ICMS no Espírito Santo e fez cair ainda mais os depósitos aos municípios capixabas.

SITUAÇÃO dos municípios

O desempenho da parcela de ICMS atribuída a cada cidade depende não apenas do comportamento da arrecadação estadual do imposto como também da performance de um outro elemento primordial: o Índice de Participação do Município (IPM), calculado com base em critérios diversos. Entre essas variáveis para sua apuração, a de maior peso é o Valor Adicionado Fiscal (VAF), que representa a movimentação econômica no território municipal (veja os critérios adotados no Espírito Santo no quadro abaixo). Assim, mesmo que o total do ICMS partilhado tenha subido 5,8% entre 2017 e 2018, algumas cidades obtiveram elevações ainda mais substanciais, enquanto outras amargaram baixas em tais alocações.

Critérios para distribuição da QPM-ICMS no Estado do Espírito Santo		Peso
1. Valor adicionado	Proporcional ao VA do município, de dois anos anteriores ao da apuração, em relação ao total dos municípios do Estado.	75,0%
2. Área territorial	Proporcional à área do município em relação à área total do Estado.	5,0%
3. Propriedades rurais	Proporcional ao número de propriedades rurais no município em relação ao total do Estado.	7,0%
4. Produção agrícola	Proporcional à comercialização de produtos agrícolas e hortifrutigranjeiros do município, dos dois exercícios anteriores ao da apuração, em relação ao total do Estado.	6,0%
5. Saúde	Percentual rateado igualmente entre os dez municípios de maior VA que estejam enquadrados na gestão mais avançada do Sistema Único de Saúde (SUS).	0,5%
	Para os demais municípios: Percentual dividido igualmente entre os municípios que estejam enquadrados na gestão mais avançada do SUS.	2,5%
	Proporcional à participação do gasto com saúde e saneamento básico no gasto total do município em relação à soma dessas participações de todos os municípios do Estado.	3,0%
	Igualmente distribuído entre os municípios participantes de consórcio para prestação de serviços de saúde.	1,0%

Entre os 12 municípios que sofreram encolhimento na divisão desse bolo tributário em 2018, o maior retrocesso em números absolutos foi verificado em Anchieta, onde os repasses recuaram de R\$ 166,4 milhões, em 2017, para R\$ 114,4 milhões, em 2018, uma perda de R\$ 52 milhões. Na sequência estão Itapemirim (R\$ -19,6 milhões), Aracruz (R\$ -12,6 milhões), Marataízes (R\$ -9,4 milhões) e Piúma (R\$ -3 milhões).

Todas essas cidades foram afetadas por contrações acentuadas em seus IPMs. No caso de Anchieta, a paralisação das atividades da Samarco Mineração, no fim de 2015, em consequência do rompimento de barragem em Mariana (MG), só se refletiu em sua participação no ICMS em 2018, ou seja, dois anos depois, e ainda assim parcialmente. Seu IPM diminuiu de 6,966%, em 2017, para 4,518%, em 2018. Para o exercício em curso (2019), caiu ainda mais, agora para 2,697%. Esse hiato entre a suspensão das atividades da Samarco e seu efeito no IPM de Anchieta ocorre porque no cálculo desse Índice são utilizados os valores adicionados declarados pelas empresas referentes aos dois anos anteriores ao da apuração. Assim, em 2017, quando foi realizada a apuração do IPM que vigoraria em 2018, foram adotados os valores adicionados de 2015 e 2016.

Em Itapemirim, Marataízes e Piúma, a redução de seus IPMs deveu-se, em grande medida, aos fracos níveis do preço do petróleo vistos entre 2015 e 2017, o que comprimiu os valores adicionados dessas cidades.

Com aumento de 45,2%, Linhares assistiu a suas transferências de ICMS saltarem de R\$ 103,4 milhões, em 2017, para 150,2 milhões, em 2018. Foram R\$ 46,7 milhões em recursos acrescidos. Esse

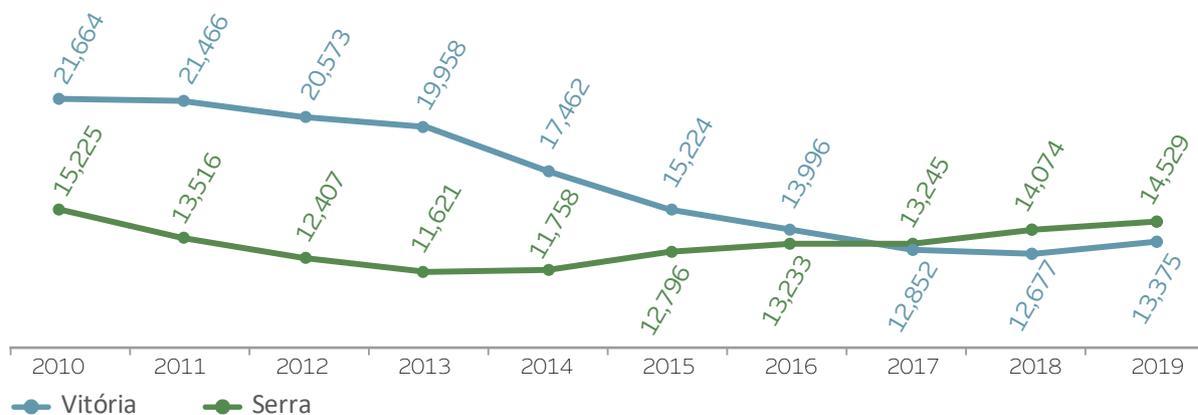
excelente desempenho foi causado pela ascensão de seu IPM, que pulou de 4,330% para 5,936% nesses mesmos anos, com alta de 37,1%. Para o exercício em curso (2019), sua fatia do tributo é ainda mais robusta e atinge 6,824%, ficando atrás somente de Serra (14,529%) e Vitória (13,375%).

Além de Linhares, outros municípios que obtiveram expansão acima de 20%, entre 2017 e 2018, nas transferências de ICMS foram Brejetuba (42,2%), Santa Maria de Jetibá (25,8%), São Mateus (22,8%) e Iúna (22,5%). Todos em razão da elevação de seus IPMs.

Já o município de Serra, que desde 2017 detém a maior parcela da QPM-ICMS no Estado, obteve um incremento de 6,3% em seu IPM em 2018. Isso foi um dos fatores que lhe proporcionou um acréscimo de 12,6% nos seus recebimentos, o que significou uma receita adicional de R\$ 39,7 milhões. Em 2019, seu IPM experimentou nova subida – desta vez de 3,2% –, alcançando 14,529%.

A capital Vitória sofreu, ao longo de 10 anos, sucessivas quedas de participação no ICMS distribuído pelo governo estadual. O declínio de 2018 é que o declínio de 1,4% foi o mais suave dos últimos sete exercícios, levando o seu IPM para 12,677%. Porém, em 2019, pela primeira vez desde 2008, o Índice cresceu – conseguindo um avanço de 5,5% – em relação ao ano anterior e fixou-se em 13,375%. A fase de encolhimento mais severo, que durou quatro anos (de 2014 a 2017), se deu pelo recuo dos preços do minério de ferro no mercado internacional e pela regressão do nível de atividade das empresas de importação que faziam parte do sistema Fundap, devido à entrada em vigor da Resolução do Senado Federal nº 13.

Evolução do IPM de Vitória e Serra



BAIXO GUANDU CRESCEU E APARECEU



Os números comprovam:
Baixo Guandu está na rota dos melhores investimentos do Espírito Santo.

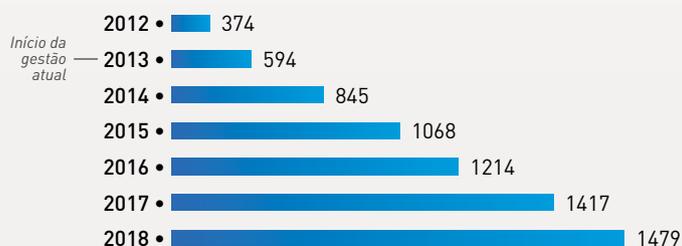
Em 2013, a gestão atual aceitou o desafio de promover o crescimento econômico da cidade, incentivando o mercado através da disseminação de informações sobre regularização, vantagens e deveres para abertura de novos negócios, o que ocorreu de forma exponencial, chegando a dobrar entre os anos de 2013 e 2016.

Atuando com responsabilidade e incentivos fiscais, Baixo Guandu superou a forte crise econômica sem redução no número de empresas, mantendo a arrecadação municipal estabilizada.

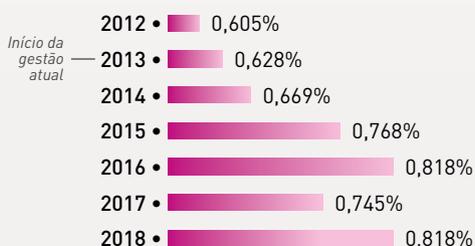
Essa conquista foi possível porque a administração municipal incentivou empresas com a modernização do sistema de emissão de notas fiscais e investiu na educação da população sobre a importância dos tributos referentes à compra de produtos e serviços no município.

Com trabalho e determinação, Baixo Guandu tem se desenvolvido acima da média nacional.

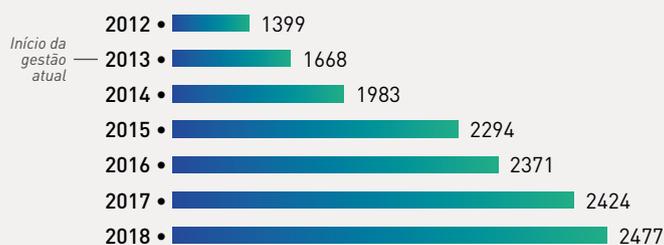
Empresas individuais . FONTE: SEBRAE/ES



Índice de participação no ICMS . FONTE: SEFAZ/ES



Micro e Pequenas Empresas . FONTE: SEBRAE/ES



Faturamento das Empresas . FONTE: SEFAZ/ES



EVOLUÇÃO DOS ÍNDICES DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS NA QPM-ICMS DE 2009 A 2019

Mesorregiões e municípios	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Afonso Cláudio	0,623	0,669	0,693	0,703	0,738	0,729	0,735	0,753	0,769	0,838	0,843
Água Doce do Norte	0,325	0,312	0,283	0,288	0,294	0,290	0,291	0,305	0,303	0,308	0,308
Água Branca	0,373	0,376	0,346	0,351	0,354	0,344	0,395	0,387	0,404	0,426	0,411
Alegre	0,490	0,483	0,510	0,563	0,565	0,540	0,541	0,544	0,541	0,559	0,566
Alfredo Chaves	0,394	0,423	0,460	0,472	0,462	0,454	0,436	0,472	0,482	0,509	0,539
Alto Rio Novo	0,219	0,267	0,278	0,229	0,205	0,211	0,214	0,177	0,219	0,224	0,226
Anchieta	2,710	4,072	4,576	6,320	8,257	7,777	6,846	7,524	6,966	4,518	2,697
Apiacá	0,190	0,178	0,200	0,183	0,182	0,178	0,189	0,192	0,193	0,173	0,196
Aracruz	4,571	4,162	3,831	4,074	4,044	4,143	4,222	3,844	3,980	3,258	2,965
Atílio Vivácqua	0,336	0,345	0,369	0,366	0,340	0,314	0,348	0,357	0,349	0,357	0,373
Baixo Guandu	0,680	0,697	0,708	0,647	0,604	0,605	0,628	0,669	0,768	0,818	0,745
Barra de São Francisco	0,884	0,835	0,810	0,838	0,837	0,839	0,896	0,939	1,006	1,102	1,033
Boa Esperança	0,382	0,355	0,334	0,346	0,339	0,341	0,346	0,362	0,387	0,390	0,397
Bom Jesus do Norte	0,207	0,203	0,170	0,166	0,156	0,154	0,132	0,169	0,174	0,190	0,179
Brejetuba	0,518	0,510	0,466	0,385	0,402	0,398	0,419	0,393	0,387	0,433	0,417
Cachoeiro de Itapemirim	3,323	3,181	3,242	3,421	3,232	3,057	3,121	3,332	3,587	3,782	3,726
Cariacica	3,460	3,735	4,385	4,930	5,697	6,041	5,678	5,519	5,456	5,562	5,837
Castelo	1,031	0,999	0,904	0,761	0,737	0,736	0,792	0,847	0,886	0,937	0,982
Colatina	2,279	2,279	2,227	2,092	1,959	1,950	2,076	2,105	2,219	2,269	2,356
Conceição da Barra	0,727	0,844	1,042	0,949	0,768	0,688	0,664	0,680	0,697	0,770	0,653
Conceição do Castelo	0,524	0,438	0,433	0,446	0,429	0,415	0,390	0,398	0,408	0,439	0,452
Divino de São Lourenço	0,181	0,184	0,180	0,162	0,163	0,196	0,193	0,194	0,188	0,179	0,174
Domingos Martins	0,843	0,887	0,986	1,062	1,059	1,050	1,090	1,132	1,164	1,274	1,350
Dores do Rio Preto	0,208	0,198	0,200	0,217	0,204	0,201	0,217	0,235	0,262	0,287	0,270
Ecoporanga	0,827	0,830	0,843	0,823	0,799	0,756	0,805	0,809	0,782	0,805	0,780
Fundão	0,295	0,337	0,289	0,222	0,218	0,258	0,301	0,314	0,322	0,344	0,344
Governador Lindenberg	0,482	0,461	0,385	0,366	0,385	0,419	0,441	0,458	0,487	0,465	0,422
Guacuí	0,402	0,397	0,398	0,398	0,377	0,398	0,414	0,420	0,444	0,456	0,432
Guarapari	0,815	0,825	0,855	0,880	0,827	0,842	0,933	0,994	0,968	1,020	1,078
Ibatiba	0,375	0,398	0,401	0,371	0,363	0,368	0,374	0,356	0,348	0,388	0,434
Ibiraçu	0,319	0,316	0,317	0,305	0,272	0,255	0,242	0,247	0,264	0,280	0,264
Ibitirama	0,237	0,252	0,271	0,265	0,260	0,259	0,273	0,273	0,259	0,277	0,279
Iconha	0,351	0,338	0,349	0,354	0,354	0,369	0,374	0,394	0,390	0,394	0,418
Irupi	0,354	0,389	0,389	0,356	0,364	0,372	0,359	0,407	0,410	0,383	0,446
Itaguaçu	0,403	0,390	0,395	0,393	0,371	0,383	0,374	0,387	0,400	0,401	0,388
Itapemirim	0,648	0,892	1,353	1,616	1,900	3,552	3,795	2,864	2,806	1,871	1,858
Itarana	0,318	0,309	0,315	0,312	0,309	0,325	0,321	0,328	0,319	0,342	0,362
Iúna	0,520	0,517	0,536	0,531	0,506	0,488	0,460	0,516	0,523	0,605	0,535
Jaguare	1,001	0,893	0,848	0,840	0,772	0,879	0,952	0,941	0,973	0,920	0,847
Jerônimo Monteiro	0,226	0,235	0,242	0,234	0,227	0,208	0,222	0,217	0,221	0,224	0,228
João Neiva	0,418	0,388	0,345	0,318	0,335	0,337	0,347	0,358	0,373	0,373	0,381
Laranja da Terra	0,346	0,334	0,323	0,334	0,330	0,324	0,336	0,345	0,351	0,373	0,399
Linhares	3,426	4,211	4,336	3,588	3,923	4,621	4,719	4,317	4,330	5,936	6,824
Mantenópolis	0,287	0,283	0,279	0,273	0,278	0,286	0,289	0,296	0,280	0,284	0,277
Marataizes	0,341	0,324	0,322	0,303	0,298	0,552	1,070	1,291	1,102	0,614	0,450
Marechal Floriano	0,499	0,492	0,544	0,563	0,513	0,505	0,559	0,630	0,684	0,740	0,737
Marilândia	0,410	0,405	0,380	0,356	0,388	0,407	0,390	0,405	0,424	0,419	0,417
Mimoso do Sul	0,522	0,524	0,528	0,534	0,519	0,521	0,535	0,549	0,550	0,552	0,545
Montanha	0,552	0,538	0,556	0,617	0,557	0,512	0,542	0,528	0,567	0,596	0,554
Muricuri	0,285	0,290	0,319	0,345	0,326	0,284	0,284	0,293	0,311	0,323	0,314
Muniz Freire	0,696	0,650	0,583	0,457	0,476	0,452	0,445	0,446	0,459	0,504	0,520
Muqui	0,262	0,258	0,278	0,284	0,278	0,269	0,269	0,278	0,294	0,290	0,287
Nova Venécia	1,077	1,040	1,017	1,044	1,073	1,130	1,184	1,252	1,377	1,401	1,285
Pancas	0,474	0,483	0,459	0,442	0,458	0,456	0,454	0,477	0,464	0,475	0,464
Pedro Canário	0,386	0,414	0,348	0,338	0,366	0,367	0,372	0,364	0,356	0,358	0,322
Pinheiros	0,613	0,619	0,663	0,693	0,667	0,646	0,634	0,633	0,639	0,663	0,680
Piúma	0,179	0,182	0,212	0,330	0,392	0,431	0,442	0,772	0,927	0,755	0,620
Ponto Belo	0,247	0,245	0,276	0,274	0,243	0,222	0,217	0,222	0,220	0,221	0,219
Presidente Kennedy	0,454	0,463	0,342	0,328	0,302	0,300	0,304	0,313	0,294	0,315	0,320
Rio Bananal	0,678	0,660	0,665	0,658	0,625	0,676	0,751	0,825	0,883	0,861	0,839
Rio Novo do Sul	0,283	0,287	0,222	0,218	0,262	0,265	0,225	0,270	0,259	0,260	0,277
Santa Leopoldina	0,413	0,402	0,403	0,404	0,415	0,426	0,444	0,465	0,478	0,488	0,494
Santa Maria de Jetibá	1,161	1,222	1,333	1,390	1,381	1,470	1,620	1,698	1,776	2,109	2,393
Santa Teresa	0,577	0,550	0,589	0,605	0,622	0,625	0,618	0,641	0,662	0,681	0,692
São Domingos do Norte	0,415	0,408	0,405	0,371	0,352	0,376	0,403	0,430	0,476	0,488	0,476
São Gabriel da Palha	0,755	0,735	0,700	0,658	0,651	0,652	0,621	0,657	0,691	0,651	0,651
São José do Calçado	0,287	0,276	0,263	0,279	0,273	0,245	0,254	0,258	0,248	0,278	0,275
São Mateus	1,887	1,716	1,825	1,853	1,732	2,029	1,958	1,561	1,662	1,927	2,013
São Roque do Canaã	0,332	0,334	0,322	0,330	0,326	0,322	0,325	0,332	0,337	0,334	0,338
Serra	16,325	15,225	13,516	12,407	11,621	11,758	12,796	13,233	13,245	14,074	14,529
Sooretama	0,546	0,523	0,522	0,563	0,573	0,667	0,723	0,713	0,687	0,684	0,693
Vargem Alta	0,500	0,483	0,474	0,480	0,487	0,485	0,477	0,501	0,508	0,522	0,518
Venda Nova do Imigrante	0,789	0,755	0,777	0,773	0,702	0,664	0,653	0,657	0,666	0,738	0,774
Viana	0,943	0,976	1,011	1,098	1,263	1,253	1,514	1,723	1,932	2,042	1,862
Vila Pavão	0,367	0,372	0,343	0,324	0,311	0,305	0,320	0,333	0,343	0,335	0,328
Vila Valério	0,633	0,627	0,593	0,574	0,542	0,586	0,610	0,661	0,695	0,598	0,551
Vila Velha	6,238	6,231	6,642	6,784	5,851	5,327	5,573	5,823	5,887	6,284	6,497
Vitória	22,346	21,664	21,466	20,573	19,958	17,462	15,224	13,996	12,852	12,677	13,375
TOTAL	100,000										

Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda do Espírito Santo.



PREFEITURA DE
ANCHIETA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO



**Fazer melhor a cada dia
é nossa maior riqueza.**

ARTCOM



A Prefeitura de Anchieta olha para o futuro com otimismo até mesmo nos dias mais difíceis.

Para garantir dias ainda melhores em nossa cidade, a administração municipal vem tomando diversas providências.

Quem faz o presente vive o futuro agora.

- Revisão dos valores de royalties do petróleo.
- Cobranças judiciais de dívidas com grandes empresas.
- Emendas parlamentares estaduais e federais.
- Criação do agente de captação de recursos em cada secretaria.
- Estreitamento das relações com os ministérios em Brasília.

QPM-ICMS¹ - 2013-2018

Municípios	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Variação relativa 2018/2017	Participação na receita corrente ² 2018	QPM-ICMS per capita 2018 em R\$
	em R\$ mil - IPCA médio de 2018						em %		
Afonso Cláudio	21.794,5	20.757,2	20.218,3	17.703,4	18.366,8	21.204,2	15,4	27,4	690,24
Água Doce do Norte	8.668,8	8.304,8	8.013,1	7.169,8	7.185,8	7.801,9	8,6	23,1	700,91
Água Branca	10.454,7	9.784,3	10.863,4	9.104,1	9.649,3	10.782,4	11,7	30,6	1.117,00
Alegre	16.687,7	15.376,3	14.913,8	12.807,5	12.923,4	14.184,5	9,8	16,2	464,03
Alfredo Chaves	13.657,3	12.927,2	11.093,5	11.097,1	11.513,6	12.880,0	11,9	26,1	884,25
Alto Rio Novo	6.103,4	6.007,4	5.890,9	4.164,2	4.946,8	5.668,3	14,6	22,7	726,89
Anchieta	243.356,0	221.476,0	188.408,4	176.851,0	166.419,8	114.385,4	-31,3	47,5	3.980,56
Apiacá	5.375,3	5.067,4	5.197,8	4.235,8	4.609,7	4.381,1	-5,0	17,8	577,98
Aracruz	119.437,7	117.760,6	116.189,7	90.404,9	95.069,5	82.458,3	-13,3	20,7	830,35
Atílio Vivácqua	10.043,8	8.942,1	9.569,4	8.389,4	8.336,0	9.043,5	8,5	25,1	768,68
Baixo Guandu	17.842,0	17.225,6	17.273,3	15.726,9	18.342,8	20.698,9	12,8	23,9	670,69
Barra de São Francisco	24.721,8	23.888,1	24.642,5	22.077,3	24.036,4	27.884,8	16,0	..	629,24
Boa Esperança	10.012,6	9.717,4	9.521,7	8.510,3	9.242,8	9.868,8	6,8	20,2	658,71
Bom Jesus do Norte	4.642,4	4.384,9	3.633,1	3.970,9	4.161,1	4.797,5	15,3	16,8	484,11
Brejetuba	11.871,9	11.332,4	11.518,2	9.242,2	9.244,9	13.147,9	42,2	33,7	1.061,94
Cachoeira de Itapemirim	95.442,0	87.036,5	85.885,3	78.629,8	85.668,9	95.699,3	11,7	21,8	461,59
Cariacica	168.199,6	171.968,3	156.354,6	129.774,4	130.333,5	140.731,8	8,0	23,5	371,71
Castelo	21.770,0	20.953,2	21.771,5	19.910,8	21.162,5	23.699,8	12,0	25,4	635,09
Colatina	57.860,3	55.505,5	57.111,5	49.349,4	53.653,4	57.415,8	7,0	17,9	472,25
Conceição da Barra	22.697,7	19.591,7	18.056,2	15.986,9	16.641,2	19.458,1	16,9	21,2	630,75
Conceição do Castelo	12.674,1	11.817,6	10.730,6	9.357,3	9.744,5	11.108,3	14,0	29,2	878,96
Divino de São Lourenço	4.814,3	5.601,4	5.309,5	4.561,3	4.491,4	4.529,8	0,9	23,0	1.044,22
Domingos Martins	31.278,9	29.896,8	29.980,7	26.612,9	27.726,7	32.237,1	16,3	28,3	956,28
Dores do Rio Preto	6.026,5	5.723,2	5.967,9	5.559,0	6.257,8	7.253,1	15,9	25,9	1.078,21
Ecoporanga	23.607,6	21.529,3	22.140,0	19.021,1	18.681,1	20.370,4	9,0	32,3	885,13
Fundão	6.438,5	7.342,0	8.598,0	7.381,8	7.275,0	8.699,5	19,6	12,2	413,06
Governador Lindenberg	11.369,7	11.926,6	12.129,3	10.767,4	11.642,7	11.767,4	1,1	33,8	938,77
Guaçuí	11.132,9	11.326,0	11.388,4	9.693,7	10.471,8	11.539,0	10,2	14,6	377,01
Guarapari	22.093,0	23.967,0	25.655,9	23.367,0	23.124,3	25.791,2	11,5	8,4	209,72
Ibatiba	10.722,3	10.478,5	10.292,0	8.763,7	8.313,2	9.817,8	18,1	16,6	381,54
Ibiraçu	8.036,9	7.103,7	6.678,6	5.849,9	6.327,9	7.089,3	12,0	17,7	573,34
Ibitirama	7.679,8	7.359,2	7.508,6	6.418,8	6.187,4	7.009,3	13,3	23,5	785,88
Iconha	10.455,0	10.502,6	10.287,2	9.262,3	9.315,2	9.970,0	7,0	20,7	725,36
Irupi	10.751,6	10.596,1	9.875,5	9.568,7	9.789,5	9.692,5	-1,0	27,2	732,83
Itaguçu	10.959,8	10.903,8	10.289,0	9.098,3	9.554,7	8.118,0	-15,0	19,4	575,37
Itapemirim	56.091,8	100.958,4	104.340,5	67.400,9	67.023,1	47.389,2	-29,3	12,3	1.392,49
Itarana	9.126,3	9.250,0	8.830,1	7.711,3	7.619,4	8.653,8	13,6	25,6	814,94
Lúna	14.952,5	13.895,0	12.655,7	12.131,7	12.491,4	15.307,9	22,5	23,0	527,31
Jaguaré	22.786,8	25.011,9	26.180,2	22.125,4	23.239,1	23.281,6	0,2	26,0	778,54
Jerônimo Monteiro	6.705,4	5.924,1	6.119,1	5.103,3	5.279,1	5.668,3	7,4	16,0	482,66
João Neiva	9.892,3	9.594,8	8.817,8	8.402,8	8.911,5	6.662,2	-25,2	11,8	401,00
Laranja da Terra	9.747,1	9.225,5	9.241,3	8.110,2	8.383,3	9.438,3	12,6	30,2	861,08
Linhares	115.829,4	130.654,6	129.973,8	101.671,4	103.420,5	150.158,3	45,2	22,1	881,40
Mantenópolis	8.213,2	8.144,9	7.944,6	6.959,1	6.689,1	7.204,2	7,7	17,2	474,15
Marataizes	8.802,0	15.692,2	29.387,2	30.339,3	24.904,3	15.546,5	-37,6	8,9	407,96
Marechal Floriano	15.155,0	14.379,3	15.367,4	14.809,7	16.337,6	18.729,2	14,6	32,5	1.137,58
Marilândia	11.457,2	11.586,4	10.729,9	9.521,4	10.127,9	8.482,2	-16,2	24,2	667,89
Mimoso do Sul	15.330,5	14.833,9	14.715,8	12.907,2	13.138,3	13.968,5	6,3	21,2	533,33
Montanha	16.692,2	14.582,3	14.906,9	12.425,2	13.543,2	15.092,1	11,4	27,0	804,06
Mucurici	9.630,4	8.090,2	7.812,8	6.888,5	7.431,1	7.992,2	7,6	29,9	1.439,52
Muniz Freire	14.056,2	12.868,8	12.241,5	10.486,2	10.963,4	12.752,8	16,3	23,6	724,06
Muqui	8.211,0	7.658,2	7.399,4	6.535,2	7.031,1	7.358,4	4,7	19,8	478,75
Nova Venécia	31.689,6	32.229,9	32.572,0	27.617,8	32.906,2	35.451,6	7,7	28,2	712,17
Pancas	13.527,2	12.988,7	12.493,4	11.213,7	11.087,3	12.019,9	8,4	24,1	521,27
Pedro Canário	10.805,7	10.449,3	10.232,7	8.031,3	8.509,7	9.059,3	6,5	14,2	348,68
Pinheiros	19.702,8	18.392,6	17.424,7	16.585,8	15.108,0	16.777,0	11,0	24,5	626,87
Piúma	11.572,3	12.265,5	12.157,2	18.128,9	22.137,8	19.108,4	-13,7	24,3	894,46
Ponto Belo	7.180,2	6.322,9	5.969,8	5.219,4	5.201,9	5.593,1	7,5	23,6	718,53
Presidente Kennedy	8.922,1	8.541,9	8.362,3	7.358,7	7.023,6	7.894,0	12,4	1,9	687,15
Rio Bananal	18.461,9	19.195,1	21.897,3	18.173,8	21.109,3	21.787,9	3,2	26,9	1.146,19
Rio Novo do Sul	7.734,6	7.544,9	6.193,1	7.226,7	6.187,3	6.210,9	0,4	15,4	534,59
Santa Leopoldina	12.256,5	12.128,1	12.212,2	10.931,7	11.418,0	12.348,9	8,2	29,5	1.003,97
Santa Maria de Jetibá	40.789,8	41.845,8	44.168,6	39.250,6	42.423,5	53.362,9	25,8	42,7	1.339,13
Santa Teresa	18.368,8	17.791,1	17.000,0	15.069,5	15.806,4	17.232,2	9,0	22,8	736,67
São Domingos do Norte	10.366,3	10.530,1	11.088,4	10.129,9	11.362,6	12.355,6	8,7	38,0	1.438,54
São Gabriel da Palha	19.227,1	18.560,9	17.085,0	15.458,7	16.505,5	16.474,1	-0,2	18,3	440,94
São José do Calçado	8.061,2	6.981,8	6.989,1	6.065,9	5.924,5	7.034,4	18,7	..	665,75
São Mateus	51.163,4	57.730,8	53.865,3	36.770,6	39.694,1	48.758,6	22,8	17,3	379,32
São Roque do Canaã	9.628,4	9.166,4	8.939,4	7.801,9	8.048,7	8.451,8	5,0	27,7	686,13
Serra	343.275,8	334.734,4	351.885,8	310.736,1	316.378,3	356.124,1	12,6	30,5	701,59
Sooretama	16.923,3	18.982,0	19.670,8	16.764,9	16.398,7	17.309,0	5,6	25,6	587,76
Vargem Alta	14.383,4	13.809,3	13.122,3	11.778,0	11.259,6	13.209,2	17,3	22,1	622,87
Venda Nova do Imigrante	20.740,5	18.919,2	17.964,1	15.447,2	15.909,0	18.674,1	17,4	27,7	752,99
Viana	37.287,6	35.739,7	41.621,9	39.775,3	46.142,4	51.670,5	12,0	24,8	671,45
Vila Pavão	9.207,0	8.686,0	8.788,6	8.291,5	8.193,2	8.477,5	3,5	31,2	924,38
Vila Valério	16.005,3	16.680,7	16.778,1	15.541,4	16.642,8	15.134,3	-9,1	34,3	1.074,35
Vila Velha	172.883,6	151.685,2	153.274,5	136.890,0	140.612,9	158.586,6	12,8	17,2	326,17
Vitória	589.488,9	497.297,9	418.966,4	329.154,4	306.979,7	320.790,1	4,5	20,5	895,39
TOTAL	2.951.013,1	2.845.631,3	2.750.344,6	2.349.332,0	2.385.916,1	2.524.766,3	5,8	21,8	635,58

Fonte: balanços municipais coletados no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi) e no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), ainda não apreciados em plenário. Nota: ¹ valor correspondente a 100% da QPM-ICMS, ou seja, está sem a dedução do Fundeb. ² receita corrente, exceto intraorçamentárias, deduzida da parcela destinada ao Fundeb (ver "Notas metodológicas" na página 4).

QPM-ICMS

Posição	Município	QPM-ICMS ¹ em R\$	População 2018
1º	Serra	356.124.076,37	507.598
2º	Vitória	320.790.064,75	358.267
3º	Vila Velha	158.586.641,83	486.208
4º	Linhares	150.158.267,43	170.364
5º	Cariacica	140.731.794,85	378.603
6º	Anchieta	114.385.416,69	28.736
7º	Cachoeiro de Itapemirim	95.699.257,94	207.324
8º	Aracruz	82.458.338,91	99.305
9º	Colatina	57.415.809,84	121.580
10º	Santa Maria de Jetibá	53.362.886,27	39.849
11º	Viana	51.670.520,87	76.954
12º	São Mateus	48.758.550,80	128.542
13º	Itapemirim	47.389.153,98	34.032
14º	Nova Venécia	35.451.635,55	49.780
15º	Domingos Martins	32.237.065,05	33.711
16º	Barra de São Francisco	27.884.792,56	44.315
17º	Guarapari	25.791.204,48	122.982
18º	Castelo	23.699.819,01	37.317
19º	Jaguaré	23.281.585,29	29.904
20º	Rio Bananal	21.787.873,16	19.009
21º	Afonso Cláudio	21.204.164,51	30.720
22º	Baixo Guandu	20.698.903,99	30.862
23º	Ecoporanga	20.370.417,99	23.014
24º	Conceição da Barra	19.458.118,93	30.849
25º	Piúma	19.108.362,09	21.363
26º	Marechal Floriano	18.729.181,96	16.464
27º	Venda Nova do Imigrante	18.674.065,38	24.800
28º	Sooretama	17.308.956,15	29.449
29º	Santa Teresa	17.232.214,29	23.392
30º	Pinheiros	16.777.044,78	26.763
31º	São Gabriel da Palha	16.474.141,79	37.361
32º	Marataízes	15.546.519,11	38.108
33º	Íluna	15.307.913,77	29.030
34º	Vila Valério	15.134.333,58	14.087
35º	Montanha	15.092.118,79	18.770
36º	Alegre	14.184.486,62	30.568
37º	Mimoso do Sul	13.968.549,81	26.191
38º	Vargem Alta	13.209.166,11	21.207
39º	Brejetuba	13.147.931,38	12.381
40º	Alfredo Chaves	12.879.956,25	14.566
41º	Muniz Freire	12.752.814,29	17.613
42º	São Domingos do Norte	12.355.619,97	8.589
43º	Santa Leopoldina	12.348.856,00	12.300
44º	Pancas	12.019.867,17	23.059
45º	Governador Lindenberg	11.767.421,53	12.535
46º	Guaçuí	11.539.045,96	30.607
47º	Conceição do Castelo	11.108.343,02	12.638
48º	Água Branca	10.782.355,99	9.653
49º	Iconha	9.970.016,27	13.745
50º	Boa Esperança	9.868.849,46	14.982
51º	Ibatiba	9.817.761,73	25.732
52º	Irupi	9.692.470,02	13.226
53º	Laranja da Terra	9.438.289,44	10.961
54º	Pedro Canário	9.059.300,13	25.982
55º	Átilio Vivácqua	9.043.480,75	11.765
56º	Fundão	8.699.466,84	21.061
57º	Itarana	8.653.817,37	10.619
58º	Marilândia	8.482.186,98	12.700
59º	Vila Pavão	8.477.460,01	9.171
60º	São Roque do Canaã	8.451.799,30	12.318
61º	Itaguaçu	8.117.960,90	14.109
62º	Mucurici	7.992.200,45	5.552
63º	Presidente Kennedy	7.893.954,12	11.488
64º	Água Doce do Norte	7.801.856,08	11.131
65º	Muqui	7.358.414,58	15.370
66º	Dores do Rio Preto	7.253.138,76	6.727
67º	Mantenópolis	7.204.173,01	15.194
68º	Ibiraçu	7.089.336,60	12.365
69º	São José do Calçado	7.034.351,12	10.566
70º	Ibitirama	7.009.262,47	8.919
71º	João Neiva	6.662.172,34	16.614
72º	Rio Novo do Sul	6.210.863,92	11.618
73º	Jerônimo Monteiro	5.668.345,17	11.744
74º	Alto Rio Novo	5.668.266,87	7.798
75º	Ponto Belo	5.593.072,01	7.784
76º	Bom Jesus do Norte	4.797.504,10	9.910
77º	Divino de São Lourenço	4.529.834,47	4.338
78º	Apiacá	4.381.052,45	7.580
TOTAL		2.524.766.284,56	3.972.388

QPM-ICMS PER CAPITA

Posição	Município	A / B	QPM-ICMS ¹ (A)	População
			em R\$	2018 (B)
1º	Anchieta	3.980,56	114.385.416,69	28.736
2º	Mucurici	1.439,52	7.992.200,45	5.552
3º	São Domingos do Norte	1.438,54	12.355.619,97	8.589
4º	Itapemirim	1.392,49	47.389.153,98	34.032
5º	Santa Maria de Jetibá	1.339,13	53.362.886,27	39.849
6º	Rio Bananal	1.146,19	21.787.873,16	19.009
7º	Marechal Floriano	1.137,58	18.729.181,96	16.464
8º	Água Branca	1.117,00	10.782.355,99	9.653
9º	Dores do Rio Preto	1.078,21	7.253.138,76	6.727
10º	Vila Valério	1.074,35	15.134.333,58	14.087
11º	Brejetuba	1.061,94	13.147.931,38	12.381
12º	Divino de São Lourenço	1.044,22	4.529.834,47	4.338
13º	Santa Leopoldina	1.003,97	12.348.856,00	12.300
14º	Domingos Martins	956,28	32.237.065,05	33.711
15º	Governador Lindenberg	938,77	11.767.421,53	12.535
16º	Vila Pavão	924,38	8.477.460,01	9.171
17º	Vitória	895,39	320.790.064,75	358.267
18º	Piúma	894,46	19.108.362,09	21.363
19º	Ecoporanga	885,13	20.370.417,99	23.014
20º	Alfredo Chaves	884,25	12.879.956,25	14.566
21º	Linhares	881,40	150.158.267,43	170.364
22º	Conceição do Castelo	878,96	11.108.343,02	12.638
23º	Laranja da Terra	861,08	9.438.289,44	10.961
24º	Aracruz	830,35	82.458.338,91	99.305
25º	Itarana	814,94	8.653.817,37	10.619
26º	Montanha	804,06	15.092.118,79	18.770
27º	Ibitirama	785,88	7.009.262,47	8.919
28º	Jaguaré	778,54	23.281.585,29	29.904
29º	Átilio Vivácqua	768,68	9.043.480,75	11.765
30º	Venda Nova do Imigrante	752,99	18.674.065,38	24.800
31º	Santa Teresa	736,67	17.232.214,29	23.392
32º	Irupi	732,83	9.692.470,02	13.226
33º	Alto Rio Novo	726,89	5.668.266,87	7.798
34º	Iconha	725,36	9.970.016,27	13.745
35º	Muniz Freire	724,06	12.752.814,29	17.613
36º	Ponto Belo	718,53	5.593.072,01	7.784
37º	Nova Venécia	712,17	35.451.635,55	49.780
38º	Serra	701,59	356.124.076,37	507.598
39º	Água Doce do Norte	700,91	7.801.856,08	11.131
40º	Afonso Cláudio	690,24	21.204.164,51	30.720
41º	Presidente Kennedy	687,15	7.893.954,12	11.488
42º	São Roque do Canaã	686,13	8.451.799,30	12.318
43º	Viana	671,45	51.670.520,87	76.954
44º	Baixo Guandu	670,69	20.698.903,99	30.862
45º	Marilândia	667,89	8.482.186,98	12.700
46º	São José do Calçado	665,75	7.034.351,12	10.566
47º	Boa Esperança	658,71	9.868.849,46	14.982
48º	Castelo	635,09	23.699.819,01	37.317
49º	Conceição da Barra	630,75	19.458.118,93	30.849
50º	Barra de São Francisco	629,24	27.884.792,56	44.315
51º	Pinheiros	626,87	16.777.044,78	26.763
52º	Vargem Alta	622,87	13.209.166,11	21.207
53º	Sooretama	587,76	17.308.956,15	29.449
54º	Apiacá	577,98	4.381.052,45	7.580
55º	Itaguaçu	575,37	8.117.960,90	14.109
56º	Ibiraçu	573,34	7.089.336,60	12.365
57º	Rio Novo do Sul	534,59	6.210.863,92	11.618
58º	Mimoso do Sul	533,33	13.968.549,81	26.191
59º	Íluna	527,31	15.307.913,77	29.030
60º	Pancas	521,27	12.019.867,17	23.059
61º	Bom Jesus do Norte	484,11	4.797.504,10	9.910
62º	Jerônimo Monteiro	482,66	5.668.345,17	11.744
63º	Muqui	478,75	7.358.414,58	15.370
64º	Mantenópolis	474,15	7.204.173,01	15.194
65º	Colatina	472,25	57.415.809,84	121.580
66º	Alegre	464,03	14.184.486,62	30.568
67º	Cachoeiro de Itapemirim	461,59	95.699.257,94	207.324
68º	São Gabriel da Palha	440,94	16.474.141,79	37.361
69º	Fundão	413,06	8.699.466,84	21.061
70º	Marataízes	407,96	15.546.519,11	38.108
71º	João Neiva	401,00	6.662.172,34	16.614
72º	Ibatiba	381,54	9.817.761,73	25.732
73º	São Mateus	379,32	48.758.550,80	128.542
74º	Guaçuí	377,01	11.539.045,96	30.607
75º	Cariacica	371,71	140.731.794,85	378.603
76º	Pedro Canário	348,68	9.059.300,13	25.982
77º	Vila Velha	326,17	158.586.641,83	486.208
78º	Guarapari	209,72	25.791.204,48	122.982
TOTAL		635,58	2.524.766.284,56	3.972.388

Fonte: balanços municipais coletados no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi) e no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), ainda não apreciados em plenário. População para 2018 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nota: ¹ valor correspondente a 100% da QPM-ICMS, ou seja, está sem a dedução do Fundeb.

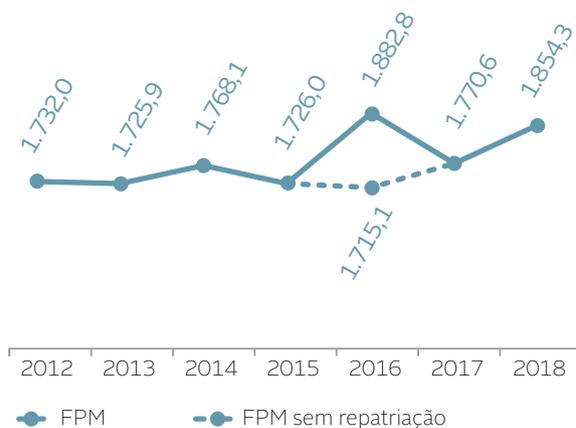
DESEMPENHO

Os municípios capixabas receberam R\$ 1,85 bilhão a título do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) em 2018, valor 4,7% acima do repassado em 2017 em termos reais, ou seja, já descontada a variação da inflação medida pelo IPCA médio de 2018. O bom desempenho deste que é um dos principais mecanismos constitucionais de transferência de recursos da União para as prefeituras deveu-se ao crescimento da arrecadação do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), cuja parcela de 24,5% é utilizada para formar o FPM.

A receita do IR, por ser muito mais elevada que a do IPI, representa a maior parte do Fundo (87%). Assim, o aumento real de 2% no recolhimento líquido do Imposto de Renda, em 2018, foi determinante para a performance do FPM. O IPI líquido, por sua vez, subiu 13,6%, porém, por significar 13% do total do Fundo, influenciou menos no seu comportamento¹.

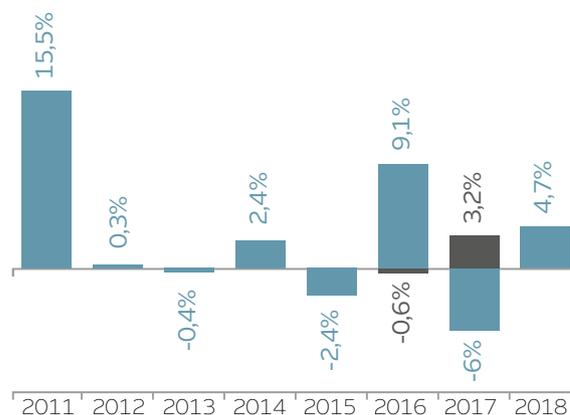
Evolução do FPM no Espírito Santo

em R\$ milhões - IPCA médio de 2018



¹ Dados do "Demonstrativo das transferências das receitas federais aos estados, DF e municípios e aos fundos constitucionais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste" de 2017 e 2018, da Secretaria do Tesouro Nacional em <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/transferencias-constitucionais-e-legais>

Taxa de crescimento do FPM no Espírito Santo em relação ao ano anterior



■ Excluídos os recursos da repatriação em 2016.

Dos 78 municípios capixabas, 70 tiveram incremento de 2,8% na receita do FPM, em 2018, na comparação com 2017. Para os oito restantes, a expansão foi ainda maior. Em Linhares, Cariacica, Serra, Vila Velha e Cachoeiro do Itapemirim, o crescimento chegou a 5,5%, pois seus caixas recebem também o FPM-Reserva. O quadro da página 48 mostra que o Fundo se divide em três: o FPM-Interior, o FPM-Capitais e o FPM-Reserva, voltado aos municípios – exceto capitais – com mais de 142.632 habitantes. Aqueles contemplados pelo FPM-Reserva também participam do FPM-Interior. O rateio deste último leva em conta apenas o critério demográfico. Para os outros dois, considera-se, além do tamanho populacional, o inverso da renda per capita do Estado ao qual o município pertence, de forma a drenar um aporte de recursos maior para as prefeituras de unidades federativas mais pobres.

O FPM-Reserva distribuído em 2018 tomou como base a renda per capita estadual de 2015. Naquele ano, a queda deste indicador no Espírito Santo levou esses municípios a mudarem de faixa na tabela "Fator de Renda per Capita", definida pela Lei 5.172 de 25/10/1966, que estabelece fatores para cada intervalo dos índices do inverso da renda per capita, beneficiando-os na distribuição do FPM-Reserva.

COMO É formado o FPM

O FPM é uma das principais transferências constitucionais que a União realiza para os municípios (artigo 159, inciso I, da Constituição Federal).

De 1993 a 2006, o Fundo foi formado por 22,5% da arrecadação líquida do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). De 2007 a 2014, acrescentou-se 1% do recolhimento do IR e do IPI, sendo repassado integralmente em dezembro.

A Emenda Constitucional nº 84/2014 criou mais um adicional de 1% para o FPM, também entregue em cota única no mês de julho de cada ano. O aumento foi gradual, sendo 0,5% em 2015 e 1% a partir da arrecadação de janeiro de 2016.

Assim, a partir de 2017, o FPM passou a ser composto por 24,5% do recolhimento anual do IR e do IPI, incluídas duas cotas de 1%, sendo uma transferida em julho e a outra, em dezembro.

2007 a 2014

23,5% da arrecadação do IR e do IPI, sendo 1% distribuído em dezembro.

2015

0,5% da arrecadação de janeiro a junho de 2015, distribuído em julho.

2016

0,5% da arrecadação de julho a dezembro de 2015 e 1% da arrecadação de janeiro a junho de 2016, distribuídos em julho.

2017

24,5% da arrecadação do IR e do IPI, sendo 1% distribuído em julho e 1%, em dezembro.

Nova Venécia, São Gabriel da Palha e Vitória obtiveram as maiores altas percentuais, respectivamente de 13,1%, 15,6% e 15%. No caso dos dois primeiros, houve migração de faixa populacional devido a um pequeno aumento nas estimativas do número de habitantes para cada um deles, calculadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Apesar de ter sido bastante tímido nesses dois locais, o crescimento demográfico foi suficiente para que subissem de faixa de acordo com o que está estabelecido na tabela de coeficientes para o repasse do FPM-Interior (veja a tabela na página 48).

Em Vitória, o avanço no FPM de 15% resultou numa receita adicional de R\$ 23,3 milhões, em 2018. Essa elevação foi causada pela queda na renda per capita estadual, suficiente para fazer o município trocar de faixa na tabela do fator de inverso da renda per capita. É o mesmo caso das cidades do FPM-Reserva já citadas.

DISTRIBUIÇÃO do FPM

O Fundo é dividido em três categorias: **FPM-Interior**, que é transferido para todos os municípios, exceto para as capitais, e cujo único critério de distribuição é o número de habitantes; **FPM-Capitais**, que abrange apenas as capitais e considera, além da população, o inverso da renda per capita estadual para seu rateio; e **FPM-Reserva**, que contempla as cidades do interior com mais de 142.632 moradores e possui os mesmos critérios do FPM-Capitais. Em 2018, participaram do FPM-Reserva 174 municípios, sendo cinco do Espírito Santo.

O FPM-Interior é composto por 86,4% de todo o Fundo, enquanto que o FPM-Capitais conta com 10% e o FPM-Reserva, com 3,6%. Veja o quadro a seguir. Para a transferência do FPM-Interior, cujo critério único é o número de habitantes, foram definidas 18 faixas populacionais. Cada uma delas é associada a um coeficiente de participação individual, divulgado anualmente pelo Tribunal de Contas da União (TCU), com base nas informações sobre estimativas populacionais calculadas pelo IBGE.

Divisões do FPM e seus respectivos critérios de distribuição

Divisões do FPM		Critérios de distribuição
FPM-Interior	86,4% do FPM total. É distribuído a todos os municípios do país, exceto as capitais.	Coefficientes definidos por faixa populacional no Decreto-Lei nº 1.881/81. Desde 1990, a participação de cada município é obtida dividindo-se seu coeficiente pelo somatório dos coeficientes dos municípios do Estado.
FPM-Reserva	3,6% do FPM total. É destinado aos municípios do interior com população superior a 142.633 habitantes, exceto as capitais.	De acordo com coeficientes que consideram a população e o inverso da renda per capita do respectivo Estado. Em 2016, participaram desse fundo 173 municípios brasileiros. Desses, cinco são capixabas.
FPM-Capital	10% do FPM total. É distribuído às capitais estaduais.	Coefficientes que consideram a população e o inverso da renda per capita do Estado. A participação da capital é obtida dividindo-se seu coeficiente pelo somatório dos coeficientes de todas as capitais.

Fonte: Lei nº 5.172/1966 e Decreto-Lei nº 1.881/1981.

Há, no entanto, uma outra regra no fatiamento do FPM-Interior que acaba por diferenciar o montante de recursos recebidos por municípios que possuem o mesmo coeficiente, mas que estão situados em estados diferentes. Desde 1990, conforme determinação da Lei Complementar nº 62/1989, o TCU congelou, por meio da Resolução nº 242/1990, a participação dos estados na distribuição do FPM-Interior. Dessa forma, assegurou-se a integridade dos repasses do FPM em cada Estado, impedindo que suas prefeituras sofressem algum prejuízo financeiro em caso de criação de municípios em outros estados. Ou seja, o ônus da repartição do FPM com novos municípios é arcado somente pelas prefeituras do Estado onde houve a emancipação. Por outro lado, a distribuição do FPM perdeu seu caráter nacional. Veja no quadro na página seguinte a participação de cada Estado na repartição do FPM-Interior.

Com isso, locais com o mesmo contingente populacional absorvem montantes distintos, dependendo do Estado onde estão situados. Por exemplo, municípios com cerca de 20 mil habitantes – aqueles com coeficiente 1,2 – no Paraná receberam R\$ 15,1 milhões de FPM cada um, em 2018, enquanto

os de igual porte no Rio de Janeiro levaram R\$ 12,2 milhões e no Amapá, R\$ 7,2 milhões. Tais distorções ocorrem em todas as faixas populacionais e entre diversos estados.

Coefficientes para distribuição do FPM-Interior

Categoria do município segundo o número de habitantes	Coefficiente
Até 10.188 habitantes	0,6
De 10.189 a 13.584	0,8
De 13.585 a 16.980	1,0
De 16.981 a 23.772	1,2
De 23.773 a 30.564	1,4
De 30.565 a 37.356	1,6
De 37.357 a 44.148	1,8
De 44.149 a 50.940	2,0
De 50.941 a 61.128	2,2
De 61.129 a 71.316	2,4
De 71.317 a 81.504	2,6
De 81.505 a 91.692	2,8
De 91.693 a 101.880	3,0
De 101.881 a 115.464	3,2
De 115.465 a 129.048	3,4
De 129.049 a 142.632	3,6
De 142.633 a 156.216	3,8
Acima de 156.216 habitantes	4,0

Fonte: Decreto-lei nº 1.881/1981.

Participação do FPM-Interior, número de municípios e população por Estado

Unidades da Federação	Participação no total a distribuir em %	Número de municípios 2017 ¹	População 2017
Acre	0,2630	21	446.176
Alagoas	2,0883	101	2.346.694
Amapá	0,1392	15	323.016
Amazonas	1,2452	61	1.933.350
Bahia	9,2695	416	12.391.069
Ceará	4,5864	183	6.392.978
Espírito Santo	1,7595	77	3.653.216
Goiás	3,7318	245	5.312.667
Maranhão	3,9715	216	5.942.158
Mato Grosso	1,8949	140	2.754.426
Mato Grosso do Sul	1,5004	78	1.838.937
Minas Gerais	14,1846	852	18.595.742
Pará	3,2948	143	6.947.781
Paraíba	3,1942	222	3.213.960
Paraná	7,2857	398	9.412.533
Pernambuco	4,7952	183	7.836.553
Piauí	2,4015	223	2.369.059
Rio de Janeiro	2,7379	91	10.198.690
Rio Grande do Norte	2,4324	166	2.621.823
Rio Grande do Sul	7,3011	496	9.837.954
Rondônia	0,7464	51	1.286.352
Roraima	0,0851	14	190.616
Santa Catarina	4,1997	294	6.515.323
São Paulo	14,2620	644	32.987.946
Sergipe	1,3342	74	1.638.010
Tocantins	1,2955	138	1.263.407
Total	100	5.542	158.250.436

Fonte: Decisão Normativa nº 162/2017 - Tribunal de Contas da União. Nota: ¹ exceto as capitais.

PESO NO ORÇAMENTO e FPM per capita

O modelo do federalismo fiscal brasileiro, implantado paulatinamente entre 1964 e 1966, apoia a capacidade fiscal dos municípios em três bases principais: nos recursos recolhidos diretamente pelas prefeituras (suas competências tributárias); na participação na arrecadação do principal imposto estadual, o ICMS; e no recebimento de transferências de recursos da União, das quais o FPM é o mais importante. Trata-se de um sistema no qual cada peça exerce uma função para que haja um certo equilíbrio no todo.

Nesse modelo, um dos objetivos do FPM é o de prover as pequenas localidades de uma base mínima de recursos para o seu funcionamento, uma vez que nelas a arrecadação própria não é suficiente para

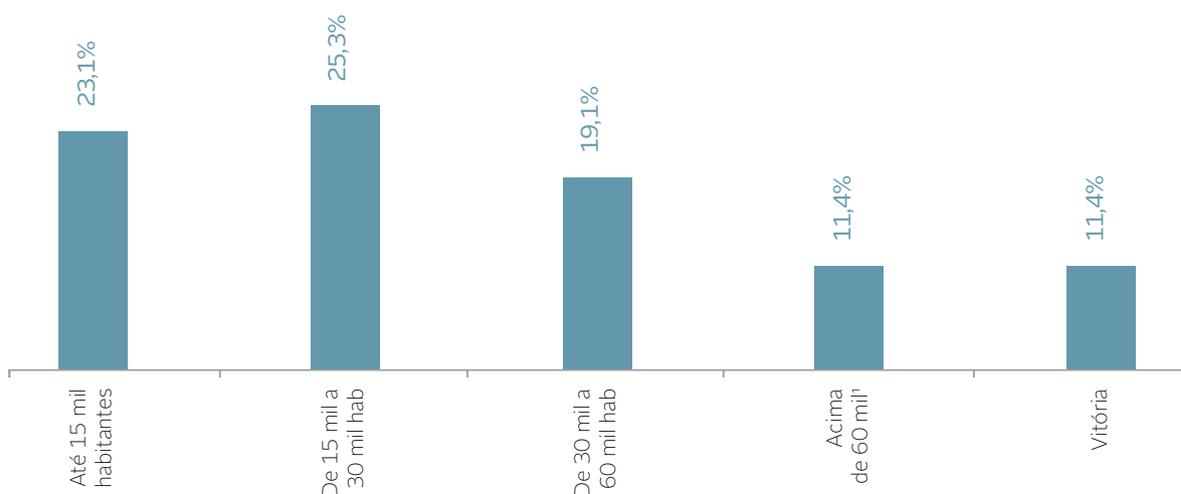
custear os serviços públicos que devem manter levando-se em conta que, independentemente do tamanho da população, os municípios compartilham praticamente as mesmas responsabilidades na prestação de serviços e as mesmas obrigações administrativas e legais, tais como a manutenção de câmaras de vereadores, a estruturação da gestão em diversas secretarias, a aplicação dos mesmos percentuais mínimos em educação e saúde, etc. Já a distribuição do ICMS proporciona maiores receitas para as cidades que possuem uma economia mais pujante.

A forma como o FPM privilegia os menores municípios se dá por meio do critério do rateamento que se apoia no tamanho da população. Em 1966, a Lei nº 5.172 estabeleceu uma tabela com coeficientes de participação na divisão do FPM definidos por faixas populacionais, de tal modo que os intervalos entre estas crescem proporcionalmente mais que os coeficientes de cada uma. Veja a atual tabela dos coeficientes na página 48.

O resultado da aplicação desse método de repartição é que, quanto menor o município, maior é o peso do FPM na sua receita corrente. Em 2018, para aqueles com até 15 mil habitantes, o FPM representou cerca de 23% de sua receita corrente, percentual que subiu para 25,3% para o grupo com população entre 15 mil e 30 mil habitantes, mas diminuiu paulatinamente para as faixas demográficas seguintes, até chegar a 11,4% em Vitória.

Outro indicador revelador da importância do FPM para locais com contingentes populacionais reduzidos é o valor per capita, que também é maior quanto menor for o município. Observando-se os dados do FPM distribuídos a todas as cidades capixabas em 2018, verifica-se que o FPM per capita daquelas com até 15 mil moradores chega a ser quase quatro vezes mais alto que a cifra das que têm mais de 60 mil pessoas, exceto Vitória.

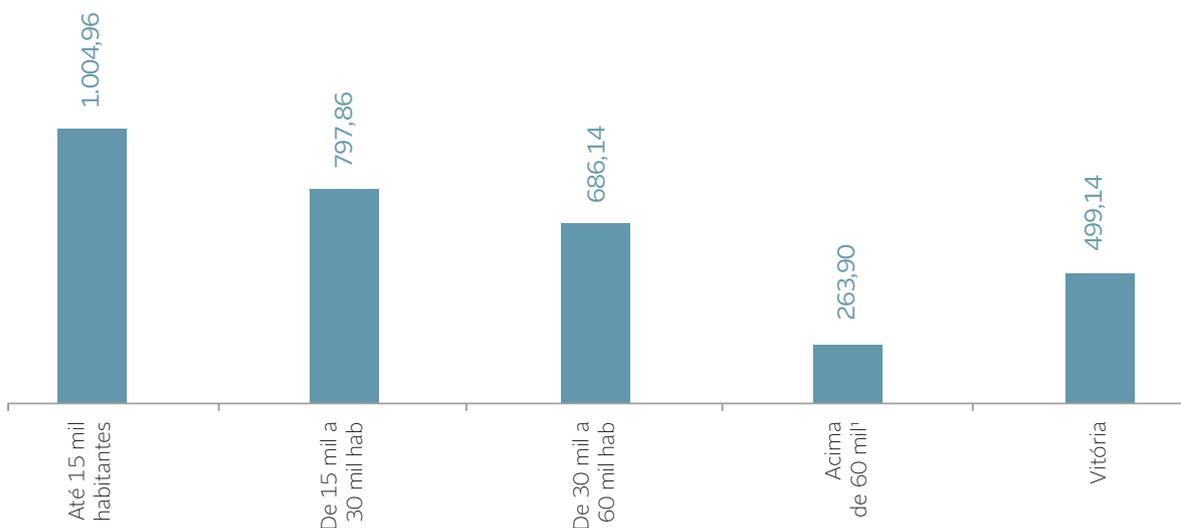
Participação do FPM na receita corrente municipal por faixa populacional - 2018



¹ Exceto Vitória

FPM per capita por faixa populacional 2018

em R\$ - IPCA médio de 2018



¹ Exceto Vitória

FPM EM 2019: o novo congelamento de coeficientes

Em 3 de janeiro de 2019, a Lei Complementar nº 165, que altera a LC nº 91/1997, foi sancionada pela Presidência da República com o objetivo de anular todas as quedas dos coeficientes de participação causadas pela aplicação das estimativas populacionais para a distribuição do FPM de 2019, conforme exigem a Lei nº 5.172/1966, a Lei Complementar nº 59/1988 e o Decreto-Lei nº 1.881/1981. Com a nova LC, os municípios que tiveram a população diminuída de 2017 para 2018 pelas estimativas do IBGE ficam com seus coeficientes de participação no FPM congelados até que haja novo censo demográfico. Ou seja, caso não haja atraso, a próxima pesquisa será realizada em 2020, e seus resultados serão aplicados na partilha do FPM em 2021. Assim, em 2020 deverá haver mais um congelamento.

A Lei Complementar nº 165/2019 abrange somente os municípios do FPM-Interior. No total, 132 cidades de 17 estados tiveram seus coeficientes congelados em 2019. No Espírito Santo foram seis: Bom Jesus do Norte, Castelo, Ecoporanga, João Neiva, Nova Venécia e Santa Teresa².

De acordo com o estudo elaborado pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas da Consultoria Legislativa³, 0,39% de todo o FPM-Interior de 2019 será redistribuído entre as prefeituras do interior dos 17 estados afetados, o que equivale a um volume de R\$ 236,1 milhões com base no valor estimado para o total do FPM no Orçamento Geral da União (Lei nº 13.808/2019). De fato, as 132 cidades terão suas

quotas-partes preservadas, distribuindo-se o ônus ao longo do ano somente entre os municípios interioranos dos estados atingidos, pois a divisão do FPM por Estado está fixada desde 1992, conforme já explicado anteriormente.

Esse congelamento, a exemplo de outros que já ocorreram, deve-se ao acúmulo de municípios cujo número de habitantes está muito próximo dos limites de cada faixa populacional, como aponta um estudo de Leonardo Monastério, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada³ (Ipea). Na medida em que uma pequena alteração no número de habitantes pode causar uma mudança brusca de coeficiente, os municípios que se encontram nos limites entre as faixas populacionais sentem-se premidos a não descerem para uma outra menor ou a subirem o quanto antes para a seguinte. E, para isso, utilizam-se de ações judiciais.

A face mais clara da inadequação da distribuição do FPM está justamente no sistema de coeficientes por faixas populacionais. O método tem sido criticado por diversos estudiosos do assunto⁴, sendo qualificado como ineficaz, causador de desequilíbrios fiscais entre os municípios e de constantes litígios entre estes e o IBGE.

Além da possibilidade de perdas ou ganhos bruscos de receita para municípios que mudam de faixa de um ano para outro, há as disparidades entre as cidades de uma mesma unidade da Federação, pertencentes a uma mesma faixa, o que se deve ao congelamento da distribuição do FPM por Estado.

Algumas propostas para a superação do problema dos “degraus” das faixas populacionais já foram apresentadas no Congresso Nacional, porém, ainda não foram apreciadas.

¹ A Decisão Normativa nº 173/2019 do TCU contém todos os coeficientes atribuídos a cada um dos municípios brasileiros.

² De acordo com estudo de C. Alexandre A. Rocha e Paulo Springer de Freitas, publicado no Boletim Legislativo – Núcleo de Estudos e Pesquisas da Consultoria Legislativa, nº 74, de janeiro de 2019.

³ Monastério, Leonardo; “O FPM e a estranha distribuição da população dos pequenos municípios brasileiros”; in Texto para Discussão – TD1818; disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=17498 (p. 12).

⁴ Além das pesquisas de Rocha e Freitas, veja também os trabalhos de Kleber Castro e outros estudos disponíveis no Portal de Economia, do economista José Roberto Afonso (www.joserobertoafonso.com.br).

FPM¹ - 2013-2018

Municípios	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Variação relativa 2018/2017	Participação na receita corrente ² 2018	FPM per capita 2018 em R\$
	em R\$ mil - IPCA médio de 2018						em %		
Afonso Cláudio	22.744,4	22.836,7	22.126,1	23.686,0	22.124,1	22.737,5	2,8	29,4	740,15
Água Doce do Norte	11.372,2	11.418,4	11.063,0	11.843,0	11.062,0	11.368,8	2,8	33,6	1.021,36
Água Branca	8.529,2	8.563,8	8.297,3	8.882,3	8.296,5	8.526,6	2,8	24,2	883,31
Alegre	22.744,4	22.836,7	22.126,1	23.686,0	22.124,1	22.737,5	2,8	25,9	743,83
Alfredo Chaves	14.215,3	14.272,9	13.828,8	14.803,8	13.827,5	14.210,9	2,8	28,8	975,62
Alto Rio Novo	8.529,2	8.563,8	8.297,3	8.882,3	8.296,5	8.526,6	2,8	34,1	1.093,43
Anchieta	19.901,4	19.982,1	19.360,3	20.725,3	19.358,6	19.895,3	2,8	8,3	692,35
Apiacá	8.529,2	8.563,8	8.297,3	8.882,3	8.296,5	8.526,6	2,8	34,6	1.124,88
Aracruz	39.802,7	39.964,2	41.486,4	44.411,3	41.482,6	42.632,8	2,8	10,7	429,31
Atílio Vivácqua	8.529,2	11.418,4	11.063,0	11.843,0	11.062,0	11.368,8	2,8	31,5	966,32
Baixo Guandu	19.901,4	22.836,7	22.126,1	23.686,0	22.124,1	22.737,5	2,8	26,3	736,75
Barra de São Francisco	25.587,5	25.691,3	27.657,6	29.607,5	27.655,1	28.421,9	2,8	..	641,36
Boa Esperança	14.215,3	14.272,9	13.828,8	14.803,8	13.827,5	14.210,9	2,8	29,0	948,53
Bom Jesus do Norte	8.529,2	8.563,8	8.297,3	8.882,3	11.062,0	11.368,8	2,8	39,8	1.147,20
Brejetuba	11.372,2	11.418,4	11.063,0	11.843,0	11.062,0	11.368,8	2,8	29,1	918,24
Cachoeiro de Itapemirim	72.884,6	72.988,5	70.447,5	77.409,7	72.451,5	76.457,7	5,5	17,4	368,78
Cariacica	72.884,6	72.988,5	70.447,5	77.409,7	72.451,5	76.457,7	5,5	12,8	201,95
Castelo	22.744,4	22.836,7	24.891,9	26.646,8	24.889,6	25.579,7	2,8	27,4	685,47
Colatina	45.488,8	48.528,0	47.017,9	50.332,8	47.013,6	48.317,2	2,8	15,0	397,41
Conceição da Barra	19.901,4	22.836,7	22.126,1	23.686,0	22.124,1	22.737,5	2,8	24,7	737,06
Conceição do Castelo	11.372,2	11.418,4	11.063,0	11.843,0	11.062,0	11.368,8	2,8	29,8	899,57
Divino de São Lourenço	8.529,2	8.563,8	8.297,3	8.882,3	8.296,5	8.526,6	2,8	43,2	1.965,55
Domingos Martins	22.744,4	22.836,7	22.126,1	23.686,0	22.124,1	22.737,5	2,8	19,9	674,48
Dores do Rio Preto	8.529,2	8.563,8	8.297,3	8.882,3	8.296,5	8.526,6	2,8	30,5	1.267,51
Ecoporanga	17.058,3	19.982,1	19.360,3	20.725,3	19.358,6	19.895,3	2,8	31,5	864,49
Fundão	17.058,3	17.127,5	16.594,6	17.764,5	16.593,0	17.053,1	2,8	23,9	809,70
Governador Lindenberg	11.372,2	11.418,4	11.063,0	11.843,0	11.062,0	11.368,8	2,8	32,6	906,96
Guacuí	19.901,4	19.982,1	19.360,3	23.686,0	22.124,1	22.737,5	2,8	28,7	742,89
Guarapari	45.488,8	48.528,0	47.017,9	50.332,8	47.013,6	48.317,2	2,8	15,8	392,88
Ibatiba	17.058,3	19.982,1	19.360,3	20.725,3	19.358,6	19.895,3	2,8	33,6	773,17
Ibiraçu	11.372,2	11.418,4	11.063,0	11.843,0	11.062,0	11.368,8	2,8	28,5	919,43
Ibitirama	8.529,2	8.563,8	8.297,3	8.882,3	8.296,5	8.526,6	2,8	28,6	956,00
Iconha	11.372,2	11.418,4	13.828,8	14.803,8	13.827,5	14.210,9	2,8	29,6	1.033,90
Irupi	11.372,2	11.418,4	11.063,0	11.843,0	11.062,0	11.368,8	2,8	31,9	859,58
Itaguaçu	14.215,3	14.272,9	13.828,8	14.803,8	13.827,5	14.210,9	2,8	33,9	1.007,23
Itapemirim	22.744,4	22.836,7	22.126,1	23.686,0	22.124,1	22.737,5	2,8	5,9	668,12
Itarana	11.372,2	11.418,4	11.063,0	11.843,0	11.062,0	11.368,8	2,8	33,6	1.070,61
Iúna	19.901,4	19.982,1	19.360,3	20.725,3	19.358,6	19.895,3	2,8	29,9	685,34
Jaguaré	19.901,4	19.982,1	19.360,3	20.725,3	19.358,6	19.895,3	2,8	22,3	665,31
Jerônimo Monteiro	11.372,2	11.418,4	11.063,0	11.843,0	11.062,0	11.368,8	2,8	32,1	968,05
João Neiva	14.215,3	14.272,9	13.828,8	17.764,5	16.593,0	17.053,1	2,8	30,3	1.026,43
Laranja da Terra	11.372,2	11.418,4	11.063,0	11.843,0	11.062,0	11.368,8	2,8	36,4	1.037,20
Linhares	70.041,5	72.988,5	70.447,5	77.409,7	72.451,5	76.457,7	5,5	11,3	448,79
Mantenópolis	14.215,3	14.272,9	13.828,8	14.803,8	13.827,5	14.210,9	2,8	34,0	935,30
Marataizes	22.744,4	22.836,7	24.891,9	26.646,8	24.889,6	25.579,7	2,8	14,6	671,24
Marechal Floriano	14.215,3	14.272,9	13.828,8	14.803,8	13.827,5	14.210,9	2,8	24,6	863,15
Marilândia	11.372,2	11.418,4	11.063,0	11.843,0	11.062,0	11.368,8	2,8	32,5	895,18
Mimoso do Sul	19.901,4	19.982,1	19.360,3	20.725,3	19.358,6	19.895,3	2,8	30,2	759,62
Montanha	17.058,3	17.127,5	16.594,6	17.764,5	16.593,0	17.053,1	2,8	30,5	908,53
Mucurici	8.529,2	8.563,8	8.297,3	8.882,3	8.296,5	8.526,6	2,8	31,9	1.535,77
Muniz Freire	17.058,3	17.127,5	16.594,6	17.764,5	16.593,0	17.053,1	2,8	31,5	968,21
Muqui	14.215,3	14.272,9	13.828,8	14.803,8	13.827,5	14.210,9	2,8	38,3	924,59
Nova Venécia	28.430,5	28.545,9	27.657,6	29.607,5	27.655,1	31.264,1	13,1	24,8	628,05
Pancas	17.058,3	17.127,5	16.594,6	17.764,5	16.593,0	17.053,1	2,8	34,1	739,54
Pedro Canário	19.901,4	19.982,1	19.360,3	20.725,3	19.358,6	19.895,3	2,8	31,2	765,74
Pinheiros	19.901,4	19.982,1	19.360,3	20.725,3	19.358,6	19.895,3	2,8	29,0	743,39
Piúma	17.058,3	17.127,5	16.594,6	17.764,5	16.593,0	17.053,1	2,8	21,7	798,26
Ponto Belo	8.529,2	8.563,8	8.297,3	8.882,3	8.296,5	8.526,6	2,8	36,0	1.095,40
Presidente Kennedy	11.372,2	11.418,4	11.063,0	11.843,0	11.062,0	11.368,8	2,8	2,7	989,62
Rio Bananal	17.058,3	17.127,5	16.594,6	17.764,5	16.593,0	17.053,1	2,8	21,0	897,11
Rio Novo do Sul	11.372,2	11.418,4	11.063,0	11.843,0	11.062,0	11.368,8	2,8	28,1	978,55
Santa Leopoldina	11.372,2	11.418,4	11.063,0	11.843,0	11.062,0	11.368,8	2,8	27,2	924,29
Santa Maria de Jetibá	22.744,4	25.691,3	24.891,9	26.646,8	24.889,6	25.579,7	2,8	20,5	641,92
Santa Teresa	17.058,3	17.127,5	16.594,6	17.764,5	19.358,6	19.895,3	2,8	26,3	850,52
São Domingos do Norte	8.529,2	8.563,8	8.297,3	8.882,3	8.296,5	8.526,6	2,8	26,2	992,73
São Gabriel da Palha	22.744,4	22.836,7	22.126,1	23.686,0	22.124,1	25.579,7	15,6	28,4	684,66
São José do Calçado	11.372,2	11.418,4	11.063,0	11.843,0	11.062,0	11.368,8	2,8	..	1.075,98
São Mateus	45.488,8	48.528,0	47.017,9	50.332,8	47.013,6	48.317,2	2,8	17,1	375,89
São Roque do Canaã	11.372,2	11.418,4	11.063,0	11.843,0	11.062,0	11.368,8	2,8	37,3	922,94
Serra	72.884,6	72.988,5	70.447,5	77.409,7	72.451,5	76.457,7	5,5	6,5	150,63
Sooretama	19.901,4	19.982,1	19.360,3	20.725,3	19.358,6	19.895,3	2,8	29,5	675,59
Vargem Alta	17.058,3	17.127,5	16.594,6	17.764,5	16.593,0	17.053,1	2,8	28,5	804,13
Venda Nova do Imigrante	17.058,3	17.127,5	16.594,6	17.764,5	19.358,6	19.895,3	2,8	29,6	802,23
Viana	34.116,6	37.109,7	35.954,9	38.489,8	35.951,6	36.948,5	2,8	17,7	480,14
Vila Pavão	8.529,2	8.563,8	8.297,3	8.882,3	8.296,5	8.526,6	2,8	31,4	929,73
Vila Valério	14.215,3	14.272,9	13.828,8	14.803,8	13.827,5	14.210,9	2,8	32,2	1.008,80
Vila Velha	72.884,6	72.988,5	70.447,5	77.409,7	72.451,5	76.457,7	5,5	8,3	157,25
Vitória	133.231,0	138.606,6	134.728,8	163.400,2	155.566,6	178.824,9	15,0	11,4	499,14
TOTAL	1.725.852,6	1.768.131,7	1.726.027,4	1.882.787,8	1.770.599,0	1.854.309,9	4,7	16,0	466,80

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Nota: ¹ valor correspondente a 100% do FPM, ou seja, está sem a dedução do Fundeb. ² receita corrente, exceto intraorçamentárias, deduzida da parcela destinada ao Fundeb (ver "Notas metodológicas" na página 4).

FPM

Posição	Município	FPM ¹ em R\$	População 2018
1º	Vitória	178.824.868,54	358.267
2º	Cachoeiro de Itapemirim	76.457.727,34	207.324
2º	Cariacica	76.457.727,34	378.603
2º	Linhares	76.457.727,34	170.364
2º	Serra	76.457.727,34	507.598
2º	Vila Velha	76.457.727,34	486.208
7º	Colatina	48.317.228,79	121.580
7º	Guarapari	48.317.228,79	122.982
7º	São Mateus	48.317.228,79	128.542
10º	Aracruz	42.632.849,00	99.305
11º	Viana	36.948.469,16	76.954
12º	Nova Venécia	31.264.089,43	49.780
13º	Barra de São Francisco	28.421.899,45	44.315
14º	Castelo	25.579.709,49	37.317
14º	Marataizes	25.579.709,49	38.108
14º	Santa Maria de Jetibá	25.579.709,49	39.849
14º	São Gabriel da Palha	25.579.709,49	37.361
18º	Afonso Cláudio	22.737.519,64	30.720
18º	Alegre	22.737.519,64	30.568
18º	Baixo Guandu	22.737.519,64	30.862
18º	Conceição da Barra	22.737.519,64	30.849
18º	Domingos Martins	22.737.519,64	33.711
18º	Guaçuí	22.737.519,64	30.607
18º	Itapemirim	22.737.519,64	34.032
25º	Anchieta	19.895.329,75	28.736
25º	Ecoporanga	19.895.329,75	23.014
25º	Ibatiba	19.895.329,75	25.732
25º	Lúna	19.895.329,75	29.030
25º	Jaguaré	19.895.329,75	29.904
25º	Mimoso do Sul	19.895.329,75	26.191
25º	Pedro Canário	19.895.329,75	25.982
25º	Pinheiros	19.895.329,75	26.763
25º	Santa Teresa	19.895.329,75	23.392
25º	Sooretama	19.895.329,75	29.449
25º	Venda Nova do Imigrante	19.895.329,75	24.800
36º	Fundão	17.053.139,84	21.061
36º	João Neiva	17.053.139,84	16.614
36º	Montanha	17.053.139,84	18.770
36º	Muniz Freire	17.053.139,84	17.613
36º	Pancas	17.053.139,84	23.059
36º	Piúma	17.053.139,84	21.363
36º	Rio Bananal	17.053.139,84	19.009
36º	Vargem Alta	17.053.139,84	21.207
44º	Alfredo Chaves	14.210.949,89	14.566
44º	Boa Esperança	14.210.949,89	14.982
44º	Iconha	14.210.949,89	13.745
44º	Itaguaçu	14.210.949,89	14.109
44º	Mantenópolis	14.210.949,89	15.194
44º	Marechal Floriano	14.210.949,89	16.464
44º	Muqui	14.210.949,89	15.370
44º	Vila Valério	14.210.949,89	14.087
52º	Água Doce do Norte	11.368.760,05	11.131
52º	Atílio Vivácqua	11.368.760,05	11.765
52º	Bom Jesus do Norte	11.368.760,05	9.910
52º	Brejetuba	11.368.760,05	12.381
52º	Conceição do Castelo	11.368.760,05	12.638
52º	Governador Lindenberg	11.368.760,05	12.535
52º	Ibiraçu	11.368.760,05	12.365
52º	Irupí	11.368.760,05	13.226
52º	Itarana	11.368.760,05	10.619
52º	Jerônimo Monteiro	11.368.760,05	11.744
52º	Laranja da Terra	11.368.760,05	10.961
52º	Marilândia	11.368.760,05	12.700
52º	Presidente Kennedy	11.368.760,05	11.488
52º	Rio Novo do Sul	11.368.760,05	11.618
52º	Santa Leopoldina	11.368.760,05	12.300
52º	São José do Calçado	11.368.760,05	10.566
52º	São Roque do Canaã	11.368.760,05	12.318
69º	Água Branca	8.526.570,11	9.653
69º	Alto Rio Novo	8.526.570,11	7.798
69º	Apicá	8.526.570,11	7.580
69º	Divino de São Lourenço	8.526.570,11	4.338
69º	Dores do Rio Preto	8.526.570,11	6.727
69º	Ibitirama	8.526.570,11	8.919
69º	Mucurici	8.526.570,11	5.552
69º	Ponto Belo	8.526.570,11	7.784
69º	São Domingos do Norte	8.526.570,11	8.589
69º	Vila Pavão	8.526.570,11	9.171
TOTAL		1.854.309.940,95	3.972.388

FPM PER CAPITA

Posição	Posição	A / B	FPM ¹ (A)	População 2018 (B)
			em R\$	
1º	Divino de São Lourenço	1.965,55	8.526.570,11	4.338
2º	Mucurici	1.535,77	8.526.570,11	5.552
3º	Dores do Rio Preto	1.267,51	8.526.570,11	6.727
4º	Bom Jesus do Norte	1.147,20	11.368.760,05	9.910
5º	Apicá	1.124,88	8.526.570,11	7.580
6º	Ponto Belo	1.095,40	8.526.570,11	7.784
7º	Alto Rio Novo	1.093,43	8.526.570,11	7.798
8º	São José do Calçado	1.075,98	11.368.760,05	10.566
9º	Itarana	1.070,61	11.368.760,05	10.619
10º	Laranja da Terra	1.037,20	11.368.760,05	10.961
11º	Iconha	1.033,90	14.210.949,89	13.745
12º	João Neiva	1.026,43	17.053.139,84	16.614
13º	Água Doce do Norte	1.021,36	11.368.760,05	11.131
14º	Vila Valério	1.008,80	14.210.949,89	14.087
15º	Itaguaçu	1.007,23	14.210.949,89	14.109
16º	São Domingos do Norte	992,73	8.526.570,11	8.589
17º	Presidente Kennedy	989,62	11.368.760,05	11.488
18º	Rio Novo do Sul	978,55	11.368.760,05	11.618
19º	Alfredo Chaves	975,62	14.210.949,89	14.566
20º	Muniz Freire	968,21	17.053.139,84	17.613
21º	Jerônimo Monteiro	968,05	11.368.760,05	11.744
22º	Atílio Vivácqua	966,32	11.368.760,05	11.765
23º	Ibitirama	956,00	8.526.570,11	8.919
24º	Boa Esperança	948,53	14.210.949,89	14.982
25º	Mantenópolis	935,30	14.210.949,89	15.194
26º	Vila Pavão	929,73	8.526.570,11	9.171
27º	Muqui	924,59	14.210.949,89	15.370
28º	Santa Leopoldina	924,29	11.368.760,05	12.300
29º	São Roque do Canaã	922,94	11.368.760,05	12.318
30º	Ibiraçu	919,43	11.368.760,05	12.365
31º	Brejetuba	918,24	11.368.760,05	12.381
32º	Montanha	908,53	17.053.139,84	18.770
33º	Governador Lindenberg	906,96	11.368.759,94	12.535
34º	Conceição do Castelo	899,57	11.368.760,05	12.638
35º	Rio Bananal	897,11	17.053.139,84	19.009
36º	Marilândia	895,18	11.368.760,05	12.700
37º	Água Branca	883,31	8.526.570,11	9.653
38º	Ecoporanga	864,49	19.895.329,75	23.014
39º	Marechal Floriano	863,15	14.210.949,89	16.464
40º	Irupí	859,58	11.368.760,05	13.226
41º	Santa Teresa	850,52	19.895.329,75	23.392
42º	Fundão	809,70	17.053.139,84	21.061
43º	Vargem Alta	804,13	17.053.139,84	21.207
44º	Venda Nova do Imigrante	802,23	19.895.329,75	24.800
45º	Piúma	798,26	17.053.139,84	21.363
46º	Ibatiba	773,17	19.895.329,75	25.732
47º	Pedro Canário	765,74	19.895.329,75	25.982
48º	Mimoso do Sul	759,62	19.895.329,75	26.191
49º	Alegre	743,83	22.737.519,64	30.568
50º	Pinheiros	743,39	19.895.329,75	26.763
51º	Guaçuí	742,89	22.737.519,64	30.607
52º	Afonso Cláudio	740,15	22.737.519,64	30.720
53º	Pancas	739,54	17.053.139,84	23.059
54º	Conceição da Barra	737,06	22.737.519,64	30.849
55º	Baixo Guandu	736,75	22.737.519,64	30.862
56º	Anchieta	692,35	19.895.329,75	28.736
57º	Castelo	685,47	25.579.709,49	37.317
58º	Lúna	685,34	19.895.329,75	29.030
59º	São Gabriel da Palha	684,66	25.579.709,49	37.361
60º	Sooretama	675,59	19.895.329,75	29.449
61º	Domingos Martins	674,48	22.737.519,64	33.711
62º	Marataizes	671,24	25.579.709,49	38.108
63º	Itapemirim	668,12	22.737.519,64	34.032
64º	Jaguaré	665,31	19.895.329,75	29.904
65º	Santa Maria de Jetibá	641,92	25.579.709,49	39.849
66º	Barra de São Francisco	641,36	28.421.899,45	44.315
67º	Nova Venécia	628,05	31.264.089,43	49.780
68º	Vitória	499,14	178.824.868,54	358.267
69º	Viana	480,14	36.948.469,16	76.954
70º	Linhares	448,79	76.457.727,34	170.364
71º	Aracruz	429,31	42.632.849,00	99.305
72º	Colatina	397,41	48.317.228,79	121.580
73º	Guarapari	392,88	48.317.228,79	122.982
74º	São Mateus	375,89	48.317.228,79	128.542
75º	Cachoeiro de Itapemirim	368,78	76.457.727,34	207.324
76º	Cariacica	201,95	76.457.727,34	378.603
77º	Vila Velha	157,25	76.457.727,34	486.208
78º	Serra	150,63	76.457.727,34	507.598
TOTAL		466,80	1.854.309.940,95	3.972.388

RANKING 2018

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (STN). População para 2018 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nota: ¹ valor correspondente a 100% do FPM, ou seja, está sem a dedução do Fundeb.

DESEMPENHO

Cresceu, pelo segundo ano consecutivo, o valor dos royalties e participações especiais do petróleo e gás natural pago pelas empresas exploradoras aos municípios capixabas. Em 2018, o repasse chegou a R\$ 1,15 bilhão, cifra que ultrapassou novamente a barreira do um bilhão, mas que não foi superior aos montantes já registrados em 2012, 2013 e 2014. Em relação ao volume distribuído em 2017, houve aumento real de 35,7%.

Cabe lembrar as quedas acentuadas dos royalties nos anos de 2015 e 2016, quando recuaram 30,8% e 29,6%, respectivamente, ocasionadas pela drástica baixa do preço do barril de petróleo. O cálculo dos royalties e das participações especiais leva em consideração a cotação internacional do produto e a quantidade produzida nos campos que confrontam o território municipal.

Como mostra o gráfico na página seguinte, os preços em âmbito global do petróleo tipo Brent, de acordo com dados da *Organization of the Petroleum Exporting Countries* (Opec), subiram fortemente de 2010 a 2012, atingindo patamares acima de US\$ 100. A partir de meados de 2013, iniciou-se uma trajetória descendente, acarretando o menor valor médio mensal, de US\$ 26,50, em janeiro de 2016. A recuperação veio em seguida, mas ocorreu lentamente, com a média de 2018 marcando US\$ 69,78.

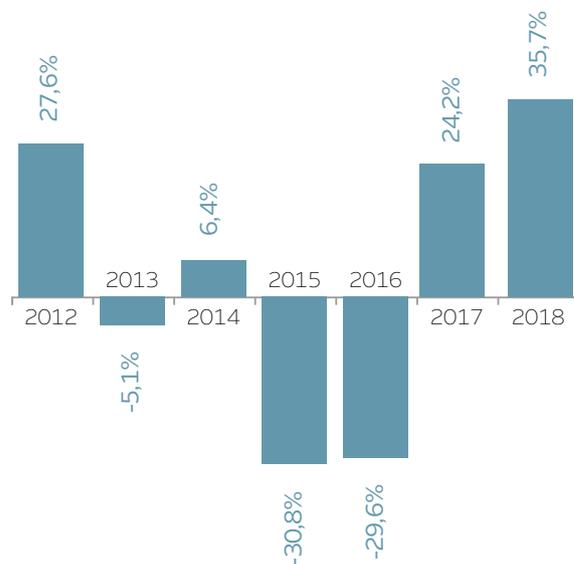
A retomada dos preços do petróleo em 2018, ainda que estes estejam longe dos picos cravados entre 2011 e 2013, foi o fator de ascensão dos royalties. A produção petrolífera, por sua vez, que também participa da composição da quantia a ser paga, amargou declínio de 11,2% entre 2017 e 2018, sendo que já havia caído 4,5% no período anterior. Também a produção de gás natural teve retração, de 8,3%, em 2018. Assim, as extrações de petróleo e gás não colaboraram para a alta dos repasses.

Evolução dos royalties e participações especiais do petróleo e gás natural

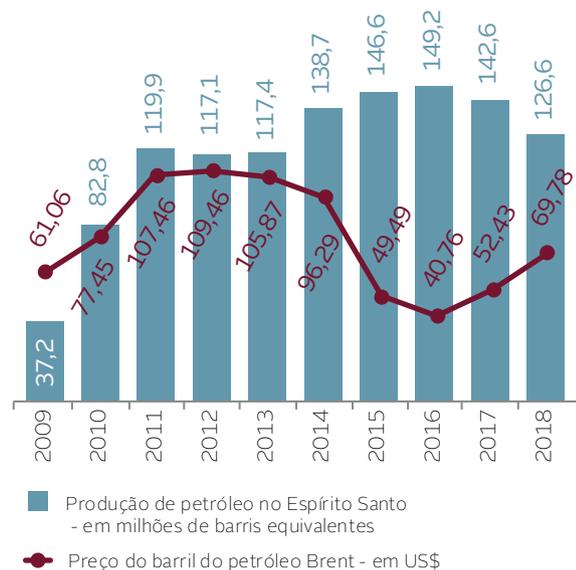
em R\$ milhões - IPCA médio de 2018



Taxa de crescimento dos royalties e participações especiais do petróleo e gás natural em relação ao ano anterior



Evolução do preço e da produção de petróleo no Espírito Santo



Os municípios brasileiros que sediam a produção de petróleo em seus territórios ou que são confrontantes com campos ativos na plataforma continental recebem uma parcela maior dos royalties, de acordo com a legislação vigente¹. Também ganham aqueles classificados como pertencentes à “zona de produção principal” por possuírem três ou mais instalações industriais para processamento, tratamento, armazenamento e escoamento de petróleo e gás e plantas de apoio à exploração, produção e escoamento, tais como portos, aeroportos, oficinas de manutenção e fabricação, armazéns e escritórios. As cidades da “zona de produção secundária”, aquelas que são atravessadas por oleodutos ou gasodutos, incluindo as respectivas estações de bombeio, destinadas exclusivamente ao escoamento da produção petrolífera marítima, ficam com um percentual menor. E outra fatia ainda mais reduzida é direcionada aos municípios limítrofes aos da zona de produção principal ou que possam ser afetados social ou economicamente pelas atividades.

Mesmo os que não estão enquadrados em nenhuma das categorias anteriormente enumeradas são contemplados por uma parte do Fundo Especial (FE). Este aporte é formado por uma pequena parcela dos

royalties relativos à produção da plataforma continental, sendo que 20% dele são encaminhados a todos os estados e 80%, a todos os municípios, utilizando-se as mesmas regras de distribuição dos respectivos Fundos de Participação desses dois grupos de entes federativos, ou seja, do FPM e do FPE.

Dessa forma, todas as cidades capixabas são beneficiadas com algum valor em royalties de petróleo e gás. Por consequência da elevação dessa receita, todas também tiveram incrementos, em menor ou maior grau, nos repasses em 2018.

O crescimento mais pujante foi registrado em Anchieta: 71,3% acima da variação da inflação medida pelo IPCA médio de 2018. Seu cofre recebeu R\$ 35,1 milhões, cifra R\$ 14,6 milhões mais alta do que a de 2017. São Mateus apresentou o segundo maior índice, de 42,3%, ou R\$ 9,9 milhões a mais, seguido de Presidente Kennedy (39,5%), Itapemirim (38,8%) e Linhares (36,5%). Como estes três últimos municípios estão no topo do ranking da distribuição em números absolutos, as expansões trouxeram volumes bastante robustos de receita adicional de um ano para outro, em cada um deles: de R\$ 86,8 milhões, R\$ 68 milhões e R\$ 33,1 milhões, respectivamente.

Presidente Kennedy é líder em entradas de royalties no Estado desde 2008, quando desbancou Linhares, hoje o terceiro do ranking. Itapemirim ocupa a segunda posição desde 2015. Esses três municípios concentraram 58,4% do total pago às cidades capixabas em 2018. Quando a base de avaliação é a lista dos 10 maiores contemplados (veja o ranking na página 59), verifica-se que este último grupo chega a atrair 80,8% do montante dos royalties das prefeituras do Espírito Santo.

Como consequência, os caixas locais possuem uma intensa dependência dos repasses. Em Presidente Kennedy, por exemplo, esse dinheiro representa 72,2% de toda a receita corrente municipal. Em Itapemirim, o percentual é de 63,1%, e em Marataízes, de 45,2%. Esse forte vínculo representa um risco para a máquina pública, pois os municípios criaram, ao longo do período de maior bonança de recebimentos, uma estrutura de administração e serviços

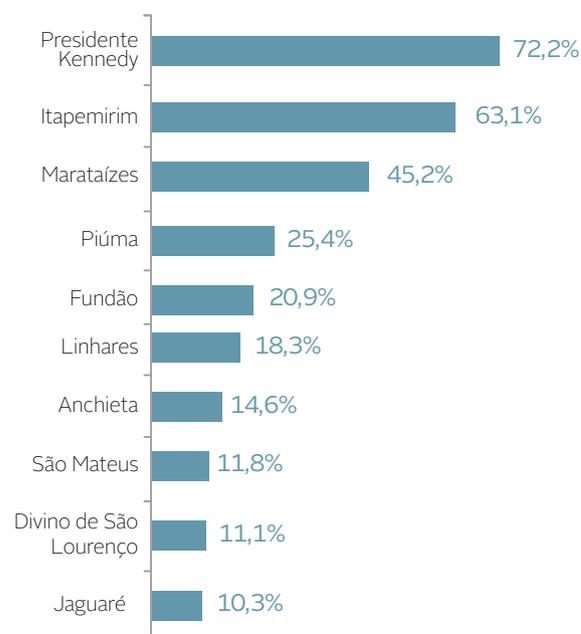
¹ 10% do valor da produção nacional de petróleo e gás são distribuídos a título de royalties aos estados, municípios, Marinha, Ministério da Ciência e Tecnologia e Fundo Especial, conforme os critérios definidos na Lei nº 7.990/1989, na Lei nº 9.748/1997 e no Decreto nº 2.705/1998.

excessivamente “refém” desses valores. Isso os deixa vulneráveis nos momentos em que ocorrem bruscas reduções na produção de gás e petróleo e nos preços deste último. O planejamento do poder público local deve levar essa questão em conta e preparar o município para um possível e provável futuro sem royalties. Seria ainda mais adequado que uma estratégia de desenvolvimento alternativo fosse construída em nível regional, uma vez que os maiores recebedores estão concentrados no Sul do Espírito Santo.

OS ROYALTIES do Estado

As administrações estaduais também absorvem uma parcela de royalties e participações especiais sobre a produção em seus territórios e plataformas continentais confrontantes. Em 2018, os royalties do Governo do Espírito Santo tiveram aumento real de 39,2%; para o total dos estados brasileiros o avanço foi de 70,4%, puxado pelo desempenho do Rio de Janeiro, que tendo a maior receita de royalties entre as Unidades da Federação apresentou uma expansão de 79,6%, em 2018. Nesse mesmo ano, o equivalente a 68,7% de toda a produção de petróleo e gás do país teve origem no Rio de Janeiro.

Municípios com as maiores participações dos royalties na receita corrente - 2018



O Espírito Santo ocupou a colocação de segundo maior produtor do país de 2007 – quando desbancou o Rio Grande do Norte – a 2017. Em 2018, devido à produção de gás, foi superado por São Paulo, conforme dados da Agência Nacional de Petróleo (ANP).

Distribuição dos royalties e participações especiais aos governos estaduais

Estados	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Variação 2018/2017	Part. no total 2018
	em R\$ mil - IPCA médio de 2018							em %	
Alagoas	41.879,9	42.684,5	47.032,2	32.123,0	24.242,7	23.018,1	31.667,1	37,6	0,2
Amazonas	387.270,8	387.100,1	379.764,3	234.196,9	176.008,4	182.944,1	257.694,1	40,9	1,4
Bahia	330.585,8	347.757,8	343.992,0	214.671,3	157.313,0	155.058,0	213.641,9	37,8	1,2
Ceará	20.404,9	25.885,6	22.167,3	13.444,2	9.887,8	9.806,7	21.523,6	119,5	0,1
Espírito Santo	2.374.957,6	2.106.352,6	2.256.158,4	1.584.215,3	1.040.966,1	1.387.525,5	1.931.441,3	39,2	10,5
Maranhão	-	-	64.564,7	41.198,6	39.589,8	37.210,6	53.788,3	44,6	0,3
Paraná	-	9.003,6	10.788,6	6.302,8	4.324,2	4.988,3	7.318,1	46,7	0,0
Rio de Janeiro	11.818.967,7	11.115.226,4	11.068.687,8	6.173.047,2	3.746.088,9	7.372.660,0	13.238.460,7	79,6	71,9
Rio Grande do Norte	379.495,3	393.022,5	375.567,8	210.487,0	140.937,0	144.210,0	191.138,2	32,5	1,0
São Paulo	119.282,7	232.612,6	670.539,8	1.044.111,0	760.236,5	1.416.870,0	2.378.963,0	67,9	12,9
Sergipe	239.750,4	225.919,3	255.081,6	115.097,5	74.928,0	72.471,7	93.680,7	29,3	0,5
Total dos estados	15.712.595,2	14.885.565,1	15.494.344,6	9.668.894,8	6.174.522,5	10.806.763,1	18.419.316,9	70,4	100,0

Fonte: Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

A perspectiva é que a produção de petróleo e gás em território paulista continue em ascensão devido aos campos de Lula e Sapinhoá, ambos na Bacia de Santos, onde se encontra o pré-sal.

O FRDR

Em junho de 2006, o Governo do Estado do Espírito Santo criou o Fundo para a Redução das Desigualdades Regionais (FRDR) por meio da Lei Estadual nº 8.308 e do Decreto nº 1.782, de 12/06/2006, com o objetivo de distribuir às prefeituras 30% dos seus royalties referentes à alíquota de 5%. São utilizados como critérios de rateio a população de cada município e o inverso do Índice de Participação Municipal (IPM) no Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre a Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), ponderados por 20% e 80%, respectivamente. Desse Fundo são excluídas as cidades com IPM acima de 10% e aquelas que ficam com mais de 2% do total dos royalties. Com isso, não participam do FRDR: Anchieta, Aracruz, Itapemirim, Linhares, Marataízes, Piúma, Presidente Kennedy, São Mateus, Serra, Vila Velha e Vitória.

Em 2018, o FRDR teve aumento real de 32,6% em relação ao total repassado no ano anterior. O Fundo chegou a R\$ 141,8 milhões, de acordo com dados da Secretaria de Fazenda do Estado do Espírito Santo. Ainda assim, o repasse não superou o maior valor que foi alcançado em 2014, quando os royalties atingiram seu nível máximo.

Evolução dos repasses do Fundo de Redução das Desigualdades Regionais

em R\$ milhões - IPCA médio de 2018



A Lei que criou o FRDR define que os recursos do Fundo devem ser aplicados exclusivamente em investimentos. No entanto, devido à crise econômica que atingiu duramente as finanças municipais, a partir de 2014 o Governo do Estado e a Assembleia Legislativa vêm editando leis que permitem, em caráter excepcional, que as prefeituras utilizem parte dos recursos do FRDR para pagamento de despesas correntes. Desde 2014, as regras sancionadas foram as seguintes:

2014: através da Lei nº 10.105, de 30/10/2013, foi permitido aplicar até 50% dos recursos do FRDR em despesas correntes, excluídas as despesas de pessoal e encargos e pagamento de dívida.

2016: a Lei nº 10.530, de 19/05/2016, autorizou a utilização de 60% dos recursos do FRDR para pagamento de despesas correntes e 20% para ações de prevenção, controle e combate ao mosquito *Aedes aegypti*. Ficou vedada a utilização desses recursos para pagamento de pessoal e de dívidas, exceto aquelas contraídas com o Estado e a União e suas respectivas entidades.

2017: a Lei nº 10.720, de 31/07/2017, autorizou a aplicação de até 60% do FRDR em despesas correntes, no exercício daquele ano. Não incluiu a permissão para o gasto com ações de combate ao *Aedes aegypti* e continuou com as mesmas vedações da Lei anterior. Contemplou a obrigação dos municípios de enviarem ao Legislativo estadual, até 31 de janeiro de 2018, um relatório detalhado e informatizado sobre todas as despesas realizadas com os recursos do FRDR. Além desse documento, já existe a obrigação de encaminharem ao Legislativo relatórios semestrais, nos meses de julho e novembro de cada ano.

2018: a Lei nº 10.778, de 14/12/2017, reduziu para 40% o percentual dos recursos do FRDR que poderão ser utilizados em despesas correntes e manteve as restrições de aplicações e a obrigação de prestação de contas anual ao Legislativo estadual da Lei anterior.

2019 e 2020: a Lei nº 10.988, de 26/04/2019, repete o disposto pela Lei anterior, aumentando para 50% a parcela dos recursos do FRDR para o pagamento de despesas correntes e estendendo sua validade por dois anos, ou seja, até 2020.

ROYALTIES E PARTICIPAÇÕES ESPECIAIS¹ - 2013-2018

Municípios	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Variação relativa 2018/2017	Partic. no total dos royalties 2018	Participação na receita corrente ² 2018	Royalties per capita 2018
	em R\$ mil - IPCA médio de 2018							em %		em R\$
Afonso Cláudio	3.406,3	3.708,4	2.561,9	1.940,1	2.310,1	3.052,4	32,1	0,3	3,9	99,36
Água Doce do Norte	2.554,7	2.781,3	1.921,4	1.455,1	1.732,6	2.289,3	32,1	0,2	6,8	205,67
Água Branca	2.433,1	2.648,8	1.829,9	1.385,8	1.650,1	2.180,3	32,1	0,2	6,2	225,86
Alegre	3.406,3	3.708,4	2.561,9	1.940,1	2.310,1	3.052,4	32,1	0,3	3,5	99,85
Alfredo Chaves	2.676,4	2.913,7	2.012,9	1.524,3	1.815,1	2.398,3	32,1	0,2	4,9	164,65
Alto Rio Novo	2.433,1	2.648,8	1.829,9	1.385,8	1.650,1	2.180,3	32,1	0,2	8,7	279,59
Anchieta	45.821,5	41.672,3	28.760,6	16.029,4	20.465,3	35.062,7	71,3	3,0	14,6	1.220,16
Apiacá	2.433,1	2.648,8	1.829,9	1.385,8	1.650,1	2.180,3	32,1	0,2	8,9	287,63
Aracruz	52.023,5	55.625,0	32.134,3	23.065,8	28.358,2	36.385,0	28,3	3,2	9,1	366,40
Atilio Vivácqua	2.433,1	2.648,8	1.829,9	1.385,8	1.650,1	2.180,3	32,1	0,2	6,0	185,32
Baixo Guandu	3.406,3	3.708,4	2.561,9	1.940,1	2.310,1	3.052,4	32,1	0,3	3,5	98,90
Barra de São Francisco	3.771,2	4.105,7	2.836,3	2.147,9	2.557,7	3.379,4	32,1	0,3	..	76,26
Boa Esperança	2.798,0	3.046,2	2.104,4	1.593,6	1.897,6	2.507,3	32,1	0,2	5,1	167,35
Bom Jesus do Norte	2.433,1	2.648,8	1.829,9	1.385,8	1.650,1	2.180,3	32,1	0,2	7,6	220,01
Brejetuba	2.554,7	2.781,3	1.921,4	1.455,1	1.732,6	2.289,3	32,1	0,2	5,9	184,90
Cachoeiro de Itapemirim	4.866,1	5.297,7	3.659,8	2.771,5	3.300,2	4.360,5	32,1	0,4	1,0	21,03
Cariacica	4.866,1	5.297,7	3.659,8	2.771,5	3.300,2	4.360,5	32,1	0,4	0,7	11,52
Castelo	3.527,9	3.840,8	2.653,3	2.009,4	2.392,7	3.161,4	32,1	0,3	3,4	84,72
Colatina	4.501,1	4.900,3	3.385,3	2.563,7	3.052,7	4.033,5	32,1	0,3	1,3	33,18
Conceição da Barra	5.510,3	5.385,1	3.545,3	2.552,6	2.871,2	3.714,0	29,4	0,3	4,0	120,39
Conceição do Castelo	2.554,7	2.781,3	1.921,4	1.455,1	1.732,6	2.289,3	32,1	0,2	6,0	181,14
Divino de São Lourenço	2.433,1	2.648,8	1.829,9	1.385,8	1.650,1	2.180,3	32,1	0,2	11,1	502,60
Domingos Martins	3.406,3	3.708,4	2.561,9	1.940,1	2.310,1	3.052,4	32,1	0,3	2,7	90,55
Dores do Rio Preto	2.433,1	2.648,8	1.829,9	1.385,8	1.650,1	2.180,3	32,1	0,2	7,8	324,11
Ecoporanga	3.163,0	3.443,5	2.378,9	1.801,5	2.145,1	2.834,3	32,1	0,2	4,5	123,16
Fundão	16.406,5	17.764,1	12.123,1	9.247,0	11.228,9	14.898,3	32,7	1,3	20,9	707,39
Governador Lindenberg	2.554,7	2.781,3	1.921,4	1.455,1	1.732,6	2.289,3	32,1	0,2	6,6	182,63
Guaçu	3.284,6	3.575,9	2.470,4	1.870,8	2.227,6	2.943,4	32,1	0,3	3,7	96,17
Guarapari	4.501,1	4.900,3	3.385,3	2.563,7	3.052,7	4.033,5	32,1	0,3	1,3	32,80
Ibatiba	3.163,0	3.443,5	2.378,9	1.801,5	2.145,1	2.834,3	32,1	0,2	4,8	110,15
Ibiraçu	2.554,7	2.781,3	1.921,4	1.455,1	1.732,6	2.289,3	32,1	0,2	5,7	185,14
Ibitirama	2.433,1	2.648,8	1.829,9	1.385,8	1.650,1	2.180,3	32,1	0,2	7,3	244,45
Iconha	2.676,4	2.913,7	2.012,9	1.524,3	1.815,1	2.398,3	32,1	0,2	5,0	174,48
Irupi	2.554,7	2.781,3	1.921,4	1.455,1	1.732,6	2.289,3	32,1	0,2	6,4	173,09
Itaguacu	2.798,0	3.046,2	2.104,4	1.593,6	1.897,6	2.507,3	32,1	0,2	6,0	177,71
Itapemirim	225.786,5	247.415,1	179.890,1	131.741,4	175.184,9	243.217,2	38,8	21,1	63,1	7.146,72
Itarana	2.554,7	2.781,3	1.921,4	1.455,1	1.732,6	2.289,3	32,1	0,2	6,8	215,58
Iúna	3.284,6	3.575,9	2.470,4	1.870,8	2.227,6	2.943,4	32,1	0,3	4,4	101,39
Jaguaré	14.350,6	11.769,9	6.660,4	5.654,1	8.056,2	9.217,7	14,4	0,8	10,3	308,24
Jerônimo Monteiro	2.554,7	2.781,3	1.921,4	1.455,1	1.732,6	2.289,3	32,1	0,2	6,5	194,93
João Neiva	2.798,0	3.046,2	2.104,4	1.593,6	1.897,6	2.507,3	32,1	0,2	4,5	150,91
Laranja da Terra	2.554,7	2.781,3	1.921,4	1.455,1	1.732,6	2.289,3	32,1	0,2	7,3	208,86
Linhares	147.033,0	143.963,2	100.393,8	76.745,8	90.772,2	123.900,3	36,5	10,7	18,3	727,27
Mantenópolis	2.676,4	2.913,7	2.012,9	1.524,3	1.815,1	2.398,3	32,1	0,2	5,7	157,84
Marataizes	115.894,3	116.902,4	78.410,7	56.485,6	64.810,6	79.122,7	22,1	6,9	45,2	2.076,27
Marechal Floriano	2.798,0	3.046,2	2.104,4	1.593,6	1.897,6	2.507,3	32,1	0,2	4,3	152,29
Marilândia	2.554,7	2.781,3	1.921,4	1.455,1	1.732,6	2.289,3	32,1	0,2	6,5	180,26
Mimoso do Sul	3.284,6	3.575,9	2.470,4	1.870,8	2.227,6	2.943,4	32,1	0,3	4,5	112,38
Montanha	2.919,7	3.178,6	2.195,9	1.662,9	1.980,1	2.616,3	32,1	0,2	4,7	139,39
Mucurici	2.433,1	2.648,8	1.829,9	1.385,8	1.650,1	2.180,3	32,1	0,2	8,1	392,70
Muniz Freire	3.041,3	3.311,0	2.287,4	1.732,2	2.062,6	2.725,3	32,1	0,2	5,0	154,73
Muqui	2.798,0	3.046,2	2.104,4	1.593,6	1.897,6	2.507,3	32,1	0,2	6,8	163,13
Nova Venécia	3.771,2	4.105,7	2.836,3	2.147,9	2.557,7	3.379,4	32,1	0,3	2,7	67,89
Pancas	3.163,0	3.443,5	2.378,9	1.801,5	2.145,1	2.834,3	32,1	0,2	5,7	122,92
Pedro Canário	3.163,0	3.443,5	2.378,9	1.801,5	2.145,1	2.834,3	32,1	0,2	4,4	109,09
Pinheiros	3.163,0	3.443,5	2.378,9	1.801,5	2.145,1	2.834,3	32,1	0,2	4,1	105,91
Piúma	19.014,8	24.145,8	16.588,2	12.027,9	15.227,0	19.949,1	31,0	1,7	25,4	933,82
Ponto Belo	2.433,1	2.648,8	1.829,9	1.385,8	1.650,1	2.180,3	32,1	0,2	9,2	280,10
Presidente Kennedy	340.483,6	366.327,9	264.014,8	169.183,3	219.742,5	306.566,3	39,5	26,6	72,2	26.685,79
Rio Bananal	2.919,7	3.178,6	2.195,9	1.662,9	1.980,1	2.616,3	32,1	0,2	3,2	137,64
Rio Novo do Sul	2.554,7	2.781,3	1.921,4	1.455,1	1.732,6	2.289,3	32,1	0,2	5,7	197,05
Santa Leopoldina	2.676,4	2.913,7	2.012,9	1.524,3	1.815,1	2.398,3	32,1	0,2	5,7	194,98
Santa Maria de Jetibá	3.527,9	3.840,8	2.653,3	2.009,4	2.392,7	3.161,4	32,1	0,3	2,5	79,33
Santa Teresa	3.163,0	3.443,5	2.378,9	1.801,5	2.145,1	2.834,3	32,1	0,2	3,7	121,17
São Domingos do Norte	2.433,1	2.648,8	1.829,9	1.385,8	1.650,1	2.180,3	32,1	0,2	6,7	253,84
São Gabriel da Palha	3.406,3	3.708,4	2.561,9	1.940,1	2.310,1	3.052,4	32,1	0,3	3,4	81,70
São José do Calçado	2.554,7	2.781,3	1.921,4	1.455,1	1.732,6	2.289,3	32,1	0,2	..	216,66
São Mateus	55.676,6	63.638,0	38.102,6	21.641,9	23.341,5	33.211,0	42,3	2,9	11,8	258,37
São Roque do Canaã	2.554,7	2.781,3	1.921,4	1.455,1	1.732,6	2.289,3	32,1	0,2	7,5	185,85
Serra	35.199,0	38.748,7	25.814,6	19.465,6	23.309,1	30.857,8	32,4	2,7	2,6	60,79
Sooretama	3.163,0	3.443,5	2.378,9	1.801,5	2.145,1	2.834,3	32,1	0,2	4,2	96,25
Vargem Alta	3.041,3	3.311,0	2.287,4	1.732,2	2.062,6	2.725,3	32,1	0,2	4,6	128,51
Venda Nova do Imigrante	3.163,0	3.443,5	2.378,9	1.801,5	2.145,1	2.834,3	32,1	0,2	4,2	114,29
Viana	8.860,0	10.442,6	6.682,4	4.766,1	5.162,0	5.554,5	7,6	0,5	2,7	72,18
Vila Pavão	2.433,1	2.648,8	1.829,9	1.385,8	1.650,1	2.180,3	32,1	0,2	8,0	237,73
Vila Valério	2.676,4	2.913,7	2.012,9	1.524,3	1.815,1	2.398,3	32,1	0,2	5,4	170,25
Vila Velha	22.895,7	24.925,1	17.220,1	13.040,6	15.528,2	20.517,1	32,1	1,8	2,2	42,20
Vitória	28.947,7	32.926,1	21.871,2	16.563,4	19.278,3	24.245,9	25,8	2,1	1,5	67,68
TOTAL	1.321.127,1	1.405.478,7	973.022,7	684.845,6	850.311,7	1.154.190,7	35,7	100,0	9,9	290,55

Fonte: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Notas: ¹ inclui os valores das Participações Especiais; ² receita corrente, exceto intraorçamentárias, deduzida da parcela destinada ao Fundeb (ver "Notas metodológicas" na página 4).

ROYALTIES E PARTICIPAÇÕES ESPECIAIS

Posição	Município	Royalties e participações especiais em R\$	População 2018
1º	Presidente Kennedy	306.566.316,98	11.488
2º	Itapemirim	243.217.165,44	34.032
3º	Linhares	123.900.335,54	170.364
4º	Marataizes	79.122.656,27	38.108
5º	Aracruz	36.384.995,87	99.305
6º	Anchieta	35.062.657,87	28.736
7º	São Mateus	33.211.028,25	128.542
8º	Serra	30.857.816,78	507.598
9º	Vitória	24.245.934,41	358.267
10º	Vila Velha	20.517.125,08	486.208
11º	Piúma	19.949.145,19	21.363
12º	Fundão	14.898.308,72	21.061
13º	Jaguaré	9.217.693,73	29.904
14º	Viana	5.554.536,59	76.954
15º	Cachoeiro de Itapemirim	4.360.519,11	207.324
15º	Cariacica	4.360.519,11	378.603
17º	Colatina	4.033.480,18	121.580
17º	Guarapari	4.033.480,18	122.982
19º	Conceição da Barra	3.714.002,33	30.849
20º	Barra de São Francisco	3.379.402,29	44.315
20º	Nova Venécia	3.379.402,29	49.780
22º	Castelo	3.161.376,34	37.317
22º	Santa Maria de Jetibá	3.161.376,34	39.849
24º	Afonso Cláudio	3.052.363,32	30.720
24º	Alegre	3.052.363,32	30.568
24º	Baixo Guandu	3.052.363,32	30.862
24º	Domingos Martins	3.052.363,32	33.711
24º	São Gabriel da Palha	3.052.363,32	37.361
29º	Guaçuí	2.943.350,36	30.607
29º	Iúna	2.943.350,36	29.030
29º	Mimoso do Sul	2.943.350,36	26.191
32º	Ecoporanga	2.834.337,43	23.014
32º	Ibatiba	2.834.337,43	25.732
32º	Pancas	2.834.337,43	23.059
32º	Pedro Canário	2.834.337,43	25.982
32º	Pinheiros	2.834.337,43	26.763
32º	Santa Teresa	2.834.337,43	23.392
32º	Sooretama	2.834.337,43	29.449
32º	Venda Nova do Imigrante	2.834.337,43	24.800
40º	Muniz Freire	2.725.324,40	17.613
40º	Vargem Alta	2.725.324,40	21.207
42º	Montanha	2.616.311,40	18.770
42º	Rio Bananal	2.616.311,40	19.009
44º	Boa Esperança	2.507.298,43	14.982
44º	Itaguaçu	2.507.298,43	14.109
44º	João Neiva	2.507.298,43	16.614
44º	Marechal Floriano	2.507.298,43	16.464
44º	Muqui	2.507.298,43	15.370
49º	Alfredo Chaves	2.398.285,48	14.566
49º	Iconha	2.398.285,48	13.745
49º	Mantenópolis	2.398.285,48	15.194
49º	Santa Leopoldina	2.398.285,48	12.300
49º	Vila Valério	2.398.285,48	14.087
54º	Água Doce do Norte	2.289.272,49	11.131
54º	Brejetuba	2.289.272,49	12.381
54º	Conceição do Castelo	2.289.272,49	12.638
54º	Governador Lindenberg	2.289.272,49	12.535
54º	Ibiraçu	2.289.272,49	12.365
54º	Irupi	2.289.272,49	13.226
54º	Itarana	2.289.272,49	10.619
54º	Jerônimo Monteiro	2.289.272,49	11.744
54º	Laranja da Terra	2.289.272,49	10.961
54º	Marilândia	2.289.272,49	12.700
54º	Rio Novo do Sul	2.289.272,49	11.618
54º	São José do Calçado	2.289.272,49	10.566
54º	São Roque do Canaã	2.289.272,49	12.318
67º	Água Branca	2.180.259,48	9.653
67º	Alto Rio Novo	2.180.259,48	7.798
67º	Apiacá	2.180.259,48	7.580
67º	Atílio Vivácqua	2.180.259,48	11.765
67º	Bom Jesus do Norte	2.180.259,48	9.910
67º	Divino de São Lourenço	2.180.259,48	4.338
67º	Dores do Rio Preto	2.180.259,48	6.727
67º	Ibitirama	2.180.259,48	8.919
67º	Mucurici	2.180.259,48	5.552
67º	Ponto Belo	2.180.259,48	7.784
67º	São Domingos do Norte	2.180.259,48	8.589
67º	Vila Pavão	2.180.259,48	9.171
TOTAL		1.154.190.689,29	3.972.388

ROYALTIES E PARTICIPAÇÕES ESPECIAIS PER CAPITA

Posição	Município	A / B	Royalties e participações especiais (A)	População 2018 (B)
			em R\$	
1º	Presidente Kennedy	26.685,79	306.566.316,98	11.488
2º	Itapemirim	7.146,72	243.217.165,44	34.032
3º	Marataizes	2.076,27	79.122.656,27	38.108
4º	Anchieta	1.220,16	35.062.657,87	28.736
5º	Piúma	933,82	19.949.145,19	21.363
6º	Linhares	727,27	123.900.335,54	170.364
7º	Fundão	707,39	14.898.308,72	21.061
8º	Divino de São Lourenço	502,60	2.180.259,48	4.338
9º	Mucurici	392,70	2.180.259,48	5.552
10º	Aracruz	366,40	36.384.995,87	99.305
11º	Dores do Rio Preto	324,11	2.180.259,48	6.727
12º	Jaguaré	308,24	9.217.693,73	29.904
13º	Apiacá	287,63	2.180.259,48	7.580
14º	Ponto Belo	280,10	2.180.259,48	7.784
15º	Alto Rio Novo	279,59	2.180.259,48	7.798
16º	São Mateus	258,37	33.211.028,25	128.542
17º	São Domingos do Norte	253,84	2.180.259,48	8.589
18º	Ibitirama	244,45	2.180.259,48	8.919
19º	Vila Pavão	237,73	2.180.259,48	9.171
20º	Água Branca	225,86	2.180.259,48	9.653
21º	Bom Jesus do Norte	220,01	2.180.259,48	9.910
22º	São José do Calçado	216,66	2.289.272,49	10.566
23º	Itarana	215,58	2.289.272,49	10.619
24º	Laranja da Terra	208,86	2.289.272,49	10.961
25º	Água Doce do Norte	205,67	2.289.272,49	11.131
26º	Rio Novo do Sul	197,05	2.289.272,49	11.618
27º	Santa Leopoldina	194,98	2.398.285,48	12.300
28º	Jerônimo Monteiro	194,93	2.289.272,49	11.744
29º	São Roque do Canaã	185,85	2.289.272,49	12.318
30º	Atílio Vivácqua	185,32	2.180.259,48	11.765
31º	Ibiraçu	185,14	2.289.272,49	12.365
32º	Brejetuba	184,90	2.289.272,49	12.381
33º	Governador Lindenberg	182,63	2.289.272,49	12.535
34º	Conceição do Castelo	181,14	2.289.272,49	12.638
35º	Marilândia	180,26	2.289.272,49	12.700
36º	Itaguaçu	177,71	2.507.298,43	14.109
37º	Iconha	174,48	2.398.285,48	13.745
38º	Irupi	173,09	2.289.272,49	13.226
39º	Vila Valério	170,25	2.398.285,48	14.087
40º	Boa Esperança	167,35	2.507.298,43	14.982
41º	Alfredo Chaves	164,65	2.398.285,48	14.566
42º	Muqui	163,13	2.507.298,43	15.370
43º	Mantenópolis	157,84	2.398.285,48	15.194
44º	Muniz Freire	154,73	2.725.324,40	17.613
45º	Marechal Floriano	152,29	2.507.298,43	16.464
46º	João Neiva	150,91	2.507.298,43	16.614
47º	Montanha	139,39	2.616.311,40	18.770
48º	Rio Bananal	137,64	2.616.311,40	19.009
49º	Vargem Alta	128,51	2.725.324,40	21.207
50º	Ecoporanga	123,16	2.834.337,43	23.014
51º	Pancas	122,92	2.834.337,43	23.059
52º	Santa Teresa	121,17	2.834.337,43	23.392
53º	Conceição da Barra	120,39	3.714.002,33	30.849
54º	Venda Nova do Imigrante	114,29	2.834.337,43	24.800
55º	Mimoso do Sul	112,38	2.943.350,36	26.191
56º	Ibatiba	110,15	2.834.337,43	25.732
57º	Pedro Canário	109,09	2.834.337,43	25.982
58º	Pinheiros	105,91	2.834.337,43	26.763
59º	Iúna	101,39	2.943.350,36	29.030
60º	Alegre	99,85	3.052.363,32	30.568
61º	Afonso Cláudio	99,36	3.052.363,32	30.720
62º	Baixo Guandu	98,90	3.052.363,32	30.862
63º	Sooretama	96,25	2.834.337,43	29.449
64º	Guaçuí	96,17	2.943.350,36	30.607
65º	Domingos Martins	90,55	3.052.363,32	33.711
66º	Castelo	84,72	3.161.376,34	37.317
67º	São Gabriel da Palha	81,70	3.052.363,32	37.361
68º	Santa Maria de Jetibá	79,33	3.161.376,34	39.849
69º	Barra de São Francisco	76,26	3.379.402,29	44.315
70º	Viana	72,18	5.554.536,59	76.954
71º	Nova Venécia	67,89	3.379.402,29	49.780
72º	Vitória	67,68	24.245.934,41	358.267
73º	Serra	60,79	30.857.816,78	507.598
74º	Vila Velha	42,20	20.517.125,08	486.208
75º	Colatina	33,18	4.033.480,18	121.580
76º	Guarapari	32,80	4.033.480,18	122.982
77º	Cachoeiro de Itapemirim	21,03	4.360.519,11	207.324
78º	Cariacica	11,52	4.360.519,11	378.603
TOTAL		290,55	1.154.190.689,29	3.972.388

RANKING 2018

Fonte: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). População para 2018 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

DESEMPENHO

Depois de três anos seguidos de queda, a despesa dos municípios capixabas com pessoal cresceu apenas 1,7% em 2018, já descontada a taxa inflacionária medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) médio do ano. Para o cálculo, são considerados os gastos dos poderes Executivo e Legislativo (câmaras municipais).

O aumento ocorreu concomitantemente ao da receita corrente, que também passou por três anos seguidos de retração e subiu 7,4%, em 2018. Percebe-se ainda que as administrações municipais permaneceram cautelosas com relação à expansão do pagamento com pessoal, para poderem arcar com a alta mais acentuada observada nos demais custos (11,9%).

A forte crise que se abateu sobre a economia brasileira no biênio 2015-2016 e a lenta recuperação nos dois anos seguintes acabaram por gerar grandes demandas reprimidas nas diversas áreas da administração municipal. Assim, sempre que as receitas alcançarem elevações, as carências repressadas, que abrangem tanto as da própria população por serviços públicos, quanto as de servidores por reposições salariais, exercerão cada vez mais pressão sobre o orçamento.

Evolução da despesa com pessoal

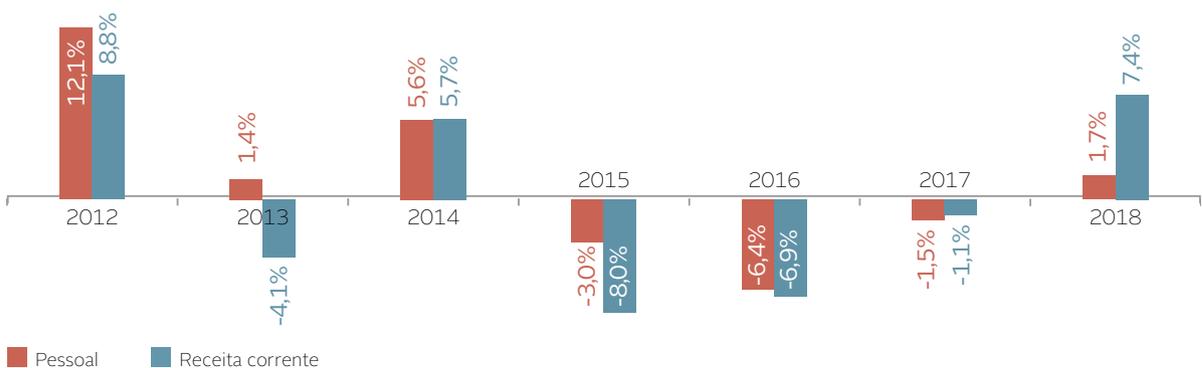
em R\$ bilhões - IPCA médio de 2018



NOTA

Com o objetivo de evitar dupla contagem dos gastos com pessoal, sempre que possível foram expurgados os valores referentes às aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos (intraorçamentárias), já que essas cifras são computadas tanto pela prefeitura como pela administração indireta. Não excluí-los implicaria lançamento dobrado de uma única obrigação. Contudo, apesar do esforço desta publicação em veicular as informações de modo correto, existe a possibilidade de ter sido utilizado o balanço de algum município sem a devida discriminação da despesa intraorçamentária em algum ano. Nesses casos, podem ocorrer variações muito acentuadas de um exercício para o outro nos dados aqui divulgados.

Taxa de crescimento da despesa com pessoal em relação ao ano anterior



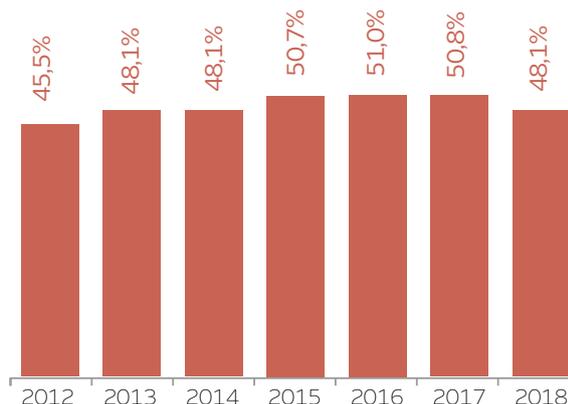
Dos 76 municípios com dados disponíveis até a data de fechamento desta edição, 34 registraram aumentos na despesa com pessoal, de 2017 para 2018, acima de 2%, sendo as maiores variações as de Cachoeiro de Itapemirim (14,1%), Santa Leopoldina (12,5%), São Gabriel da Palha (11,5%), Apiacá (11,2%), Vargem Alta (10,7%) e Linhares (10,4%). Foram 18 aqueles que reduziram o gasto em mais de 1%, com as quedas mais significativas tendo sido vistas em Ecoporanga (-9,2%), Água Doce do Norte (-9%), Presidente Kennedy (-7,6%), Anchieta (-6,3%), Ibitirama (-6,3%) e Muqui (-6,1%). Outras 24 cidades tiveram pequenas variações ou ficaram com a despesa estável, em um patamar entre -0,9% e 1,8%. Destaca-se que Anchieta atingiu o menor volume destinado a pessoal dos últimos sete anos. Foram quatro anos seguidos de redução nesse dispêndio, consequência das fortes perdas de receitas sofridas desde 2015, devido, principalmente, à paralisação da Samarco Mineração S.A., a principal empresa instalada naquele território. A companhia era a proprietária da barragem de rejeitos de minério de ferro de Fundão, em Mariana-MG, que se rompeu em novembro de 2015 e causou a morte de 19 pessoas e o maior desastre ambiental do Brasil.

PARTICIPAÇÃO na receita corrente

O crescimento mais intenso da receita corrente do que da despesa com pessoal fez com que o indicador pessoal/receita corrente recuasse de 50,8%, em 2017, para 48,1%, em 2018. Quando excluídos os royalties de petróleo das entradas correntes, pois estes não podem ser aplicados em pessoal, a média pula para 53,4%.

Dos 76 municípios do Espírito Santo com dados disponíveis até a data de fechamento desta edição, 40 anotaram despesas com pessoal acima de 50% do valor de suas receitas correntes, em 2018. Dentre eles, os maiores comprometimentos foram verificados em Muniz Freire (64,3%), Água Doce do Norte (63,4%), São Mateus (62,5%) e Guaçuí (60,5%).

Participação da despesa com pessoal na receita corrente



É importante ressaltar que os dados do gasto com pessoal e da receita corrente apurados por **Finanças dos Municípios Capixabas** não são exatamente os mesmos utilizados para o cálculo dos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), publicado nos Relatórios de Gestão Fiscal (RGF). Sobre o indicador da LRF, leia a próxima subseção.

LIMITES DA LRF para a despesa com pessoal

A expansão mais acentuada da receita corrente em comparação com a despesa com salários e aposentadorias, entre outras obrigações semelhantes, também abriu espaço para o melhor enquadramento das cidades na Lei de Responsabilidade Fiscal, no quesito teto de desembolso com pessoal. A LRF, Lei nº 101, de 4 de maio de 2000, estabelece cifras máximas para o gasto com pessoal em relação à receita corrente líquida (RCL) para todos os poderes (Legislativo, Executivo e Judiciário) dos três níveis de governo (municípios, estados e União). Na esfera municipal, ficou determinado que o percentual não pode extrapolar 54% para o Poder Executivo e 6% para o Legislativo.

Observando-se o Executivo, dados do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES)

revelam que apenas quatro municípios terminaram 2018 com porcentagem acima da máxima (esse número já havia chegado a 11 em 2017 e a 18 em 2016). São eles: São José do Calçado (62,17%), Muniz Freire (60,98%), Água Doce do Norte (59,95%) e São Mateus (56,09%). Destes, somente São José do Calçado não é reincidente. Os demais vêm cometendo a mesma infração há vários anos consecutivos.

Mas o que chamou mais atenção foi o crescimento do número de municípios que ficaram abaixo do nível de alerta, ou seja, os que comprometeram

menos de 48,6% de suas receitas correntes líquidas com pessoal. Esse número mais que dobrou, passando de 20, em 2017, para 49, em 2018. Ou seja, a maioria (62,8%) está bem posicionada em relação ao controle do dispêndio. Os que se encontravam numa situação intermediária somavam 25, sendo que destes 14 estavam alocados entre o limite de alerta e o prudencial; e 11, entre o prudencial e o máximo, o que já exige uma série de medidas para que reduzam seus pagamentos com pessoal e voltem para a faixa permitida pela LRF.

Número de municípios em relação ao cumprimento do limite para o gasto com pessoal do Poder Executivo de acordo com a LRF

Limites da LRF	2014		2015		2016		2017		2018	
	Quant.	%								
Abaixo do limite de alerta (48,6%)	29	37,2%	16	20,5%	22	28,2%	20	25,6%	49	62,8%
Entre o limite de alerta (48,6%) e o prudencial (51,3%)	22	28,2%	18	23,1%	19	24,4%	26	33,3%	14	17,9%
Entre o limite prudencial (51,3%) e o máximo (54%)	20	25,6%	26	33,3%	19	24,4%	21	26,9%	11	14,1%
Acima do limite máximo (54%)	7	9,0%	18	23,1%	18	23,1%	11	14,1%	4	5,1%
Total	78	100,0%								

Fonte: Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo. Acesso em 10 de julho de 2019

Com relação aos limites impostos ao Poder Legislativo sobre esse gasto, as estatísticas do TCE-ES mostram que todas as 78 câmaras de vereadores ficaram abaixo do teto de 6% em 2018, assim como nos anos anteriores. As três casas legislativas que registraram os maiores percentuais foram Anchieta,

com 4,64%, Divino de São Lourenço, com 4,48%, e Alegre, com 4,37%.

Cabe esclarecer que o cálculo do limite estabelecido pela LRF considera a despesa bruta com pessoal (ativos, inativos e outros), retirados desse montante as indenizações por demissões voluntárias, os gastos

por decisões judiciais e os custos relativos aos exercícios anteriores e aos inativos e pensionistas com recursos vinculados. A receita corrente líquida, por sua vez, é a receita corrente deduzida das contribuições para o plano de previdência do servidor, das compensações para os regimes de previdência e do Fundeb, fundo destinado à educação básica.

Sanções aplicáveis – De acordo com o artigo 22 da LRF, o Poder ou órgão que ultrapassar o limite prudencial, que corresponde a 95% do teto fixado, ficam suspensos de conceder vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração aos servidores, de criar cargo, emprego ou função, de realizar novas admissões e de contratar horas extras, salvo sob sentença judicial. Ficam proibidos também de realizarem qualquer alteração na estrutura de carreira que provoque elevação na despesa com pessoal.

Ultrapassando a margem permitida, o artigo 23 da LRF estipula que o Poder ou órgão deverá retornar às faixas regulares no prazo de dois quadrimestres seguintes. No primeiro deles, a redução deve ser de pelo menos um terço. Para os municípios retornarem aos patamares definidos pela Lei, deverão

baixar em pelo menos 20% os dispêndios com cargos em comissão e funções de confiança, por meio da extinção destes ou dos valores a eles atribuídos, além de poderem exonerar servidores não estáveis. Caso essas medidas não resultem no efeito desejado, poderão ser exonerados servidores estáveis, desde que não seja criado cargo, emprego ou função com atribuições semelhantes, pelo prazo de quatro anos.

A LRF também previa a diminuição da jornada de trabalho com adequação dos vencimentos à nova carga horária. Porém, a medida foi suspensa pelo Supremo Tribunal Federal (STF), em caráter liminar, numa ação direta de inconstitucionalidade (Adin 2.238-5), logo após sancionada a LRF.

Não alcançando a redução, o ente fica proibido de receber transferências voluntárias, de obter garantia direta ou indireta de outro membro da Federação e de contratar operações de crédito, ressalvadas as destinadas ao refinanciamento da dívida mobiliária e as que visem à retração das despesas com pessoal. Essas restrições são aplicadas imediatamente se o município exceder o limite no primeiro quadrimestre do último ano de mandato.

DESPESA resistente à baixa

O corte da despesa com pessoal é sempre uma tarefa difícil para a administração pública devido a fatores que tornam os custos mais resistentes à queda e pouco sensíveis à conjuntura econômica. O principal motivo para essa rigidez é a existência da estabilidade do emprego público, que impede a redução no número de servidores através de demissões.

Além disso, o servidor público conta com progressões verticais e horizontais em seus salários, que ocorrem conforme os planos de carreira, além

das gratificações por tempo de serviço, benefícios esses que causam o crescimento vegetativo da folha de pagamentos.

Outros fatores que afetam diretamente o montante da despesa com pessoal nos municípios e que fogem da alçada da decisão dos prefeitos são a política nacional de valorização do salário mínimo e o piso salarial dos profissionais do magistério. Tudo isso explica a dificuldade de se conter o gasto e torna limitado o raio de manobra que a administração tem para reduzi-lo.

Despesa com pessoal em relação à receita corrente líquida - 2018

Município	Poder Executivo	Poder Legislativo	Município	Poder Executivo	Poder Legislativo
	em %			em %	
Afonso Cláudio	48,1	3,2	Jerônimo Monteiro	54,0	2,9
Água Doce do Norte	60,0	3,4	João Neiva	41,0	2,6
Águia Branca	50,7	3,4	Laranja da Terra	51,0	3,5
Alegre	50,2	4,4	Linhares	39,2	1,9
Alfredo Chaves	43,8	2,5	Mantenópolis	46,8	3,2
Alto Rio Novo	46,8	3,2	Marataízes	51,5	2,1
Anchieta	46,7	4,6	Marechal Floriano	42,6	3,0
Apiacá	51,1	3,5	Marilândia	49,1	2,7
Aracruz	42,4	2,7	Mimoso do Sul	48,3	2,6
Atílio Vivácqua	49,7	3,1	Montanha	45,7	2,1
Baixo Guandu	46,5	3,0	Mucurici	45,2	2,7
Barra de São Francisco	52,2	3,3	Muniz Freire	61,0	3,4
Boa Esperança	47,9	2,7	Muqui	47,9	3,6
Bom Jesus do Norte	52,2	2,7	Nova Venécia	45,1	2,9
Brejetuba	43,4	2,7	Pancas	45,7	3,4
Cachoeiro de Itapemirim	48,3	2,4	Pedro Canário	48,6	2,7
Cariacica	48,0	2,2	Pinheiros	52,0	3,2
Castelo	48,6	2,8	Piúma	47,5	3,1
Colatina	47,0	1,7	Ponto Belo	45,7	3,4
Conceição da Barra	47,1	2,3	Presidente Kennedy	17,5	0,4
Conceição do Castelo	48,9	2,8	Rio Bananal	48,5	2,7
Divino de São Lourenço	53,3	4,5	Rio Novo do Sul	49,6	3,1
Domingos Martins	43,3	2,1	Santa Leopoldina	45,7	3,5
Dores do Rio Preto	48,2	3,0	Santa Maria de Jetibá	23,5	1,3
Ecoporanga	38,7	3,2	Santa Teresa	43,1	2,1
Fundão	53,0	2,9	São Domingos do Norte	47,0	3,3
Governador Lindenberg	49,4	49,4	São Gabriel da Palha	49,5	3,1
Guaçuí	52,5	52,5	São José do Calçado	62,2	3,3
Guarapari	48,5	48,5	São Mateus	56,1	2,4
Ibatiba	48,1	48,1	São Roque do Canaã	47,5	3,1
Ibiraçu	43,5	43,5	Serra	48,3	2,2
Ibitirama	46,6	46,6	Sooretama	51,9	2,2
Iconha	47,6	47,6	Vargem Alta	43,4	2,6
Irupi	52,8	52,8	Venda Nova do Imigrante	46,8	1,9
Itaguaçu	48,4	48,4	Viana	50,2	2,6
Itapemirim	47,2	47,2	Vila Pavão	48,5	3,5
Itarana	44,5	44,5	Vila Valério	49,4	3,7
Iúna	48,6	48,6	Vila Velha	45,3	2,6
Jaguaré	51,5	51,5	Vitória	43,0	1,3

Fonte: Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo. Acesso em 10 de julho de 2019.

ARACRUZ: A MELHOR CIDADE PRA SE VIVER E INVESTIR.



Em estudo realizado pela Firjan (Federação das Indústrias do Rio de Janeiro), Aracruz foi considerada a melhor cidade do Espírito Santo para se viver. Esse levantamento considerou três indicadores: emprego e renda, educação e saúde.

Mas esse cuidado não fica somente nas pessoas. É também dedicado aos empreendedores. Para isso foi criada a Sala do Empreendedor, onde o cidadão encontra num só lugar, tudo o que ele precisa saber para investir em Aracruz. Para empresas de baixo ou médio impacto, o processo fica mais fácil, já que 150 atividades não precisam de licenciamento ambiental e outras 90 passam por protocolo simplificado.



Prefeitura de
ARACRUZ



DESPESA COM PESSOAL¹ - 2013-2018

Municípios	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Variação 2018/2017	Participação 2018		Despesa pessoal per capita 2018 em R\$
								no total da desp. Pessoal	na receita corrente ²	
em R\$ mil - IPCA médio de 2018							em %			
Afonso Cláudio	47.366,4	46.856,3	43.436,0	39.639,9	40.048,4	39.660,6	-1,0	0,7	51,3	1.291,03
Água Doce do Norte	24.677,4	22.719,7	24.765,2	24.237,8	23.562,5	21.431,0	-9,0	0,4	63,4	1.925,34
Águia Branca	17.503,9	17.751,5	17.321,4	17.117,8	17.230,3	17.970,3	4,3	0,3	50,9	1.861,63
Alegre	50.324,7	50.516,8	47.129,4	45.592,1	46.792,4	47.127,2	0,7	0,8	53,7	1.541,72
Alfredo Chaves	21.679,2	22.254,4	21.949,0	22.552,5	22.873,9	22.875,7	0,0	0,4	46,3	1.570,48
Alto Rio Novo	15.615,6	15.124,1	13.894,9	13.802,0	12.271,1	12.495,0	1,8	0,2	50,0	1.602,33
Anchieta	161.874,4	183.708,6	174.287,4	137.689,5	122.359,5	114.599,2	-6,3	2,1	47,6	3.988,00
Apiacá	13.224,3	15.046,8	13.836,2	13.226,0	12.076,1	13.427,7	11,2	0,2	54,5	1.771,46
Aracruz	185.211,0	215.124,6	210.757,7	190.227,0	188.883,0	188.645,4	-0,1	3,4	47,4	1.899,66
Atilio Vivácqua	18.993,1	21.450,2	20.269,1	18.144,6	17.817,1	18.540,3	4,1	0,3	51,4	1.575,89
Baixo Guandu	46.198,9	50.378,4	46.195,7	41.584,8	43.179,1	43.363,2	0,4	0,8	50,2	1.405,07
Barra de São Francisco	64.622,2	67.335,8	68.381,8	70.853,1	67.118,3
Boa Esperança	24.419,4	23.871,3	24.832,7	22.619,0	23.043,2	22.937,5	-0,5	0,4	46,8	1.531,00
Bom Jesus do Norte	16.738,1	16.707,0	13.529,3	15.537,6	15.606,2	15.848,6	1,6	0,3	55,5	1.599,26
Brejetuba	21.062,0	21.451,1	20.616,8	18.674,7	17.288,9	17.992,5	4,1	0,3	46,1	1.453,23
Cachoeira de Itapemirim	231.921,7	231.513,2	228.462,3	212.981,9	214.449,0	244.643,2	14,1	4,4	55,8	1.180,00
Cariacica	323.521,7	342.102,5	329.671,7	291.857,9	280.199,3	283.231,1	1,1	5,1	47,3	748,10
Castelo	53.991,4	55.108,0	53.531,8	52.146,5	49.380,3	48.573,2	-1,6	0,9	52,1	1.301,64
Colatina	135.283,3	151.956,8	140.003,6	140.076,2	149.789,1	144.849,4	-3,3	2,6	45,1	1.191,39
Conceição da Barra	43.467,7	52.102,6	44.380,2	48.194,7	47.273,6	48.934,2	3,5	0,9	53,2	1.586,25
Conceição do Castelo	21.267,6	22.631,7	21.003,0	19.426,4	20.119,2	19.684,0	-2,2	0,4	51,7	1.557,53
Divino de São Lourenço	10.507,5	12.944,0	11.328,2	10.732,2	10.313,4	10.156,1	-1,5	0,2	51,5	2.341,19
Domingos Martins	49.215,8	52.938,0	51.919,0	50.561,3	47.172,5	49.153,8	4,2	0,9	43,1	1.458,09
Dores do Rio Preto	10.852,8	12.098,2	12.105,4	12.026,5	13.292,0	13.272,0	-0,2	0,2	47,5	1.972,94
Ecoporanga	36.207,7	34.222,1	30.678,2	28.944,0	26.907,8	24.425,7	-9,2	0,4	38,7	1.061,34
Fundão	39.409,3	40.000,1	36.754,6	31.461,0	31.830,3	33.716,4	5,9	0,6	47,3	1.600,89
Governador Lindenberg	19.345,5	19.651,4	19.097,8	17.940,4	17.715,3	18.128,6	2,3	0,3	52,1	1.446,24
Guacuí	43.514,1	44.948,9	44.859,4	44.532,1	45.508,2	47.852,1	5,2	0,9	60,5	1.563,44
Guarapari	159.979,7	149.582,4	165.329,1	164.275,1	170.850,1	162.653,5	-4,8	2,9	53,1	1.322,58
Ibatiba	32.905,2	34.454,9	33.549,3	34.099,7	30.678,3	30.552,5	-0,4	0,5	51,6	1.187,33
Ibiraçu	20.312,9	21.283,6	20.750,7	19.281,6	19.434,5	19.716,4	1,5	0,4	49,3	1.594,53
Ibitirama	18.665,0	18.494,5	16.292,0	17.265,4	15.815,8	14.821,2	-6,3	0,3	49,8	1.661,75
Iconha	20.981,8	23.664,7	24.462,7	22.836,2	24.595,6	24.871,5	1,1	0,4	51,8	1.809,50
Irupi	21.507,3	21.083,2	19.084,7	18.773,8	18.841,9	20.104,3	6,7	0,4	56,4	1.520,06
Itaguaçu	23.276,8	24.440,5	22.750,4	21.382,6	20.822,1	21.315,0	2,4	0,4	50,9	1.510,74
Itapemirim	114.785,7	138.048,3	159.302,9	167.497,1	160.668,5	159.957,2	-0,4	2,9	41,5	4.700,20
Itarana	16.689,7	18.396,4	17.746,1	16.188,8	15.571,9	16.033,3	3,0	0,3	47,4	1.509,87
Itápolis	37.679,0	39.888,0	36.717,6	34.063,4	34.070,7	33.989,7	-0,2	0,6	51,1	1.170,85
Jaguaré	43.216,0	51.147,5	49.756,7	48.442,8	45.093,2	48.688,3	8,0	0,9	54,5	1.628,15
Jerônimo Monteiro	20.008,6	20.395,0	21.562,3	19.445,5	19.832,3	20.474,2	3,2	0,4	57,8	1.743,38
João Neiva	22.241,6	26.084,8	27.885,9	27.291,4	27.063,3	26.267,3	-2,9	0,5	46,7	1.581,03
Laranja da Terra	18.964,9	19.675,3	20.234,9	17.063,8	16.386,8	17.018,5	3,9	0,3	54,5	1.552,64
Linhares	287.140,0	301.676,8	286.783,4	249.685,3	249.402,6	275.337,8	10,4	4,9	40,6	1.616,17
Mantenópolis	22.991,3	24.895,6	24.160,2	22.693,2	21.620,1	21.348,0	-1,3	0,4	51,1	1.405,03
Maratápolis	69.890,6	85.523,5	98.410,8	96.608,6	94.328,4	93.535,9	-0,8	1,7	53,4	2.454,49
Marechal Floriano	29.390,1	29.852,1	28.832,0	24.908,7	26.738,8	26.279,8	-1,7	0,5	45,6	1.596,20
Marilândia	18.862,4	19.966,8	18.979,6	17.401,7	17.584,0	18.116,0	3,0	0,3	51,8	1.426,46
Mimoso do Sul	38.347,3	37.991,8	37.853,4	35.662,4	35.424,5	36.886,9	4,1	0,7	56,0	1.408,38
Montanha	27.551,1	28.440,5	27.229,8	26.710,2	27.488,6	27.273,8	-0,8	0,5	48,8	1.453,05
Mucurici	13.454,9	13.305,7	13.155,0	13.090,0	11.497,4	12.109,2	5,3	0,2	45,2	2.181,06
Muniz Freire	38.512,9	37.515,9	36.304,7	33.946,0	33.448,5	34.754,6	3,9	0,6	64,3	1.973,24
Muqui	20.953,6	22.000,2	21.547,0	18.657,2	18.851,3	17.707,6	-6,1	0,3	47,7	1.152,09
Nova Venécia	69.620,6	67.397,2	67.635,8	63.889,8	58.833,8	60.411,1	2,7	1,1	48,0	1.213,56
Pancas	27.208,3	29.231,1	27.778,2	24.303,4	25.192,2	24.579,3	-2,4	0,4	49,2	1.065,93
Pedro Canário	32.249,7	35.689,4	31.124,6	29.141,9	29.392,4	31.084,2	5,8	0,6	48,7	1.196,37
Pinheiros	46.408,6	43.046,3	41.286,2	37.733,6	37.590,7	38.940,8	3,6	0,7	56,8	1.455,02
Piúma	38.799,5	42.982,0	43.384,5	39.320,1	40.168,6	39.611,7	-1,4	0,7	50,5	1.854,22
Ponto Belo	13.986,5	14.512,4	12.927,8	12.349,6	11.584,7	11.478,3	-0,9	0,2	48,5	1.474,60
Presidente Kennedy	48.522,0	61.796,6	65.900,0	77.346,4	75.224,0	69.478,2	-7,6	1,2	16,4	6.047,90
Rio Bananal	34.280,5	35.357,1	35.017,0	36.612,8	31.999,9	34.294,6	7,2	0,6	42,3	1.804,12
Rio Novo do Sul	22.225,0	22.141,3	19.526,9	18.617,5	18.053,5	19.051,0	5,5	0,3	47,2	1.639,78
Santa Leopoldina	19.473,2	20.989,3	21.162,6	19.376,1	19.163,8	21.555,2	12,5	0,4	51,5	1.752,46
Santa Maria de Jetibá	52.149,9	58.814,6	54.639,6	54.971,0	52.319,0	57.386,2	9,7	1,0	45,9	1.440,09
Santa Teresa	39.108,9	39.086,6	38.221,3	34.707,2	34.447,0	34.121,6	-0,9	0,6	45,1	1.458,69
São Domingos do Norte	16.229,7	17.368,7	17.230,5	15.579,8	15.596,7	16.356,5	4,9	0,3	50,3	1.904,35
São Gabriel da Palha	39.062,8	45.137,0	46.170,1	42.346,9	44.036,6	49.104,5	11,5	0,9	54,6	1.314,33
São José do Calçado	19.847,8	21.863,4	18.283,2	18.515,5	17.540,2
São Mateus	189.523,7	206.876,7	210.978,6	185.685,8	179.822,7	176.545,6	-1,8	3,2	62,5	1.373,45
São Roque do Canaã	16.509,9	17.643,7	16.245,6	16.208,5	15.492,7	15.392,7	-0,6	0,3	50,4	1.249,61
Serra	573.985,9	602.509,9	587.642,4	583.976,8	557.453,3	555.946,6	-0,3	10,0	47,6	1.095,25
Sooretama	36.538,0	37.426,4	33.962,9	30.318,9	33.627,8	36.571,8	8,8	0,7	54,1	1.241,87
Vargem Alta	30.048,4	28.638,7	29.516,9	26.708,6	23.351,0	25.857,1	10,7	0,5	43,2	1.219,27
Venda Nova do Imigrante	30.427,2	33.660,8	32.457,3	29.834,8	30.246,3	32.138,9	6,3	0,6	47,7	1.295,92
Viana	97.033,6	105.113,3	102.219,4	99.501,9	97.231,3	95.486,8	-1,8	1,7	45,9	1.240,83
Vila Pavão	16.203,6	16.859,4	15.206,5	14.611,3	12.929,1	13.151,3	1,7	0,2	48,4	1.434,00
Vila Valério	23.622,1	25.905,3	24.870,6	23.635,6	23.378,5	23.403,7	0,1	0,4	53,1	1.661,37
Vila Velha	439.398,1	466.516,2	411.957,6	382.295,9	388.336,2	416.280,3	7,2	7,5	45,2	856,18
Vitória	953.464,6	973.012,8	933.885,1	835.406,7	837.248,6	834.905,0	-0,3	15,0	53,3	2.330,40
TOTAL	5.812.253,3	6.139.898,3	5.952.910,5	5.572.646,6	5.490.468,2	5.582.621,5	1,7	100,0	48,1	1.405,36

Fonte: balanços municipais coletados no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi) e no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), ainda não apreciados em plenário. Nota: ¹ inclui encargos, inativos, pensionistas e salário-família; ² receita corrente, exceto intraorçamentárias, deduzida da parcela destinada ao Fundeb (ver "Notas metodológicas" na página 4).

DESPESA COM PESSOAL

Posição	Município	Despesa com pessoal ¹ em R\$	População 2018
1º	Vitória	834.904.961,58	358.267
2º	Serra	555.946.558,78	507.598
3º	Vila Velha	416.280.295,55	486.208
4º	Cariacica	283.231.141,14	378.603
5º	Linhares	275.337.762,68	170.364
6º	Cachoeiro de Itapemirim	244.643.209,17	207.324
7º	Aracruz	188.645.445,55	99.305
8º	São Mateus	176.545.612,76	128.542
9º	Guarapari	162.653.521,81	122.982
10º	Itapemirim	159.957.161,04	34.032
11º	Colatina	144.849.377,52	121.580
12º	Anchieta	114.599.242,62	28.736
13º	Viana	95.486.833,38	76.954
14º	Marataizes	93.535.887,51	38.108
15º	Presidente Kennedy	69.478.227,85	11.488
16º	Nova Venécia	60.411.052,08	49.780
17º	Santa Maria de Jetibá	57.386.158,71	39.849
18º	Domingos Martins	49.153.818,73	33.711
19º	São Gabriel da Palha	49.104.548,94	37.361
20º	Conceição da Barra	48.934.165,24	30.849
21º	Jaguaré	48.688.254,64	29.904
22º	Castelo	48.573.150,11	37.317
23º	Guacuí	47.852.111,20	30.607
24º	Alegre	47.127.175,90	30.568
25º	Baixo Guandu	43.363.234,39	30.862
26º	Afonso Cláudio	39.660.570,13	30.720
27º	Piúma	39.611.680,81	21.363
28º	Pinheiros	38.940.806,76	26.763
29º	Mimoso do Sul	36.886.898,39	26.191
30º	Sooretama	36.571.807,21	29.449
31º	Muniz Freire	34.754.604,37	17.613
32º	Rio Bananal	34.294.602,81	19.009
33º	Santa Teresa	34.121.612,74	23.392
34º	Iúna	33.989.676,40	29.030
35º	Fundão	33.716.395,40	21.061
36º	Venda Nova do Imigrante	32.138.854,18	24.800
37º	Pedro Canário	31.084.178,29	25.982
38º	Ibatiba	30.552.468,01	25.732
39º	Montanha	27.273.756,95	18.770
40º	Marechal Floriano	26.279.795,53	16.464
41º	João Neiva	26.267.302,10	16.614
42º	Vargem Alta	25.857.105,32	21.207
43º	Iconha	24.871.543,57	13.745
44º	Pancas	24.579.307,91	23.059
45º	Ecoporanga	24.425.664,47	23.014
46º	Vila Valério	23.403.661,14	14.087
47º	Boa Esperança	22.937.460,48	14.982
48º	Alfredo Chaves	22.875.672,13	14.566
49º	Santa Leopoldina	21.555.202,94	12.300
50º	Água Doce do Norte	21.430.985,06	11.131
51º	Mantenópolis	21.347.989,08	15.194
52º	Itaguaçu	21.315.019,79	14.109
53º	Jerônimo Monteiro	20.474.219,73	11.744
54º	Irupi	20.104.297,02	13.226
55º	Ibiraçu	19.716.399,80	12.365
56º	Conceição do Castelo	19.684.044,90	12.638
57º	Rio Novo do Sul	19.050.966,46	11.618
58º	Atílio Vivácqua	18.540.309,71	11.765
59º	Governador Lindenberg	18.128.618,03	12.535
60º	Marilândia	18.116.008,25	12.700
61º	Brejetuba	17.992.472,37	12.381
62º	Água Branca	17.970.295,42	9.653
63º	Muqui	17.707.635,69	15.370
64º	Laranja da Terra	17.018.530,19	10.961
65º	São Domingos do Norte	16.356.457,44	8.589
66º	Itarana	16.033.294,00	10.619
67º	Bom Jesus do Norte	15.848.623,97	9.910
68º	São Roque do Canaã	15.392.749,37	12.318
69º	Ibitirama	14.821.180,51	8.919
70º	Apicá	13.427.658,25	7.580
71º	Dores do Rio Preto	13.271.982,69	6.727
72º	Vila Pavão	13.151.254,01	9.171
73º	Alto Rio Novo	12.494.952,08	7.798
74º	Mucurici	12.109.224,21	5.552
75º	Ponto Belo	11.478.281,85	7.784
76º	Divino de São Lourenço	10.156.081,78	4.338
77º	Barra de São Francisco	...	44.315
78º	São José do Calçado	...	10.566
TOTAL		5.582.621.470,43	3.972.388

DESPESA COM PESSOAL PER CAPITA

Posição	Município	A / B	Despesa com	População
			pessoal ¹ (A)	
em R\$				
1º	Presidente Kennedy	6.047,90	69.478.227,85	11.488
2º	Itapemirim	4.700,20	159.957.161,04	34.032
3º	Anchieta	3.988,00	114.599.242,62	28.736
4º	Marataizes	2.454,49	93.535.887,51	38.108
5º	Divino de São Lourenço	2.341,19	10.156.081,78	4.338
6º	Vitória	2.330,40	834.904.961,58	358.267
7º	Mucurici	2.181,06	12.109.224,21	5.552
8º	Muniz Freire	1.973,24	34.754.604,37	17.613
9º	Dores do Rio Preto	1.972,94	13.271.982,69	6.727
10º	Água Doce do Norte	1.925,34	21.430.985,06	11.131
11º	São Domingos do Norte	1.904,35	16.356.457,44	8.589
12º	Aracruz	1.899,66	188.645.445,55	99.305
13º	Água Branca	1.861,63	17.970.295,42	9.653
14º	Piúma	1.854,22	39.611.680,81	21.363
15º	Iconha	1.809,50	24.871.543,57	13.745
16º	Rio Bananal	1.804,12	34.294.602,81	19.009
17º	Apicá	1.771,46	13.427.658,25	7.580
18º	Santa Leopoldina	1.752,46	21.555.202,94	12.300
19º	Jerônimo Monteiro	1.743,38	20.474.219,73	11.744
20º	Ibitirama	1.661,75	14.821.180,51	8.919
21º	Vila Valério	1.661,37	23.403.661,14	14.087
22º	Rio Novo do Sul	1.639,78	19.050.966,46	11.618
23º	Jaguaré	1.628,15	48.688.254,64	29.904
24º	Linhares	1.616,17	275.337.762,68	170.364
25º	Alto Rio Novo	1.602,33	12.494.952,08	7.798
26º	Fundão	1.600,89	33.716.395,40	21.061
27º	Bom Jesus do Norte	1.599,26	15.848.623,97	9.910
28º	Marechal Floriano	1.596,20	26.279.795,53	16.464
29º	Ibiraçu	1.594,53	19.716.399,80	12.365
30º	Conceição da Barra	1.586,25	48.934.165,24	30.849
31º	João Neiva	1.581,03	26.267.302,10	16.614
32º	Atílio Vivácqua	1.575,89	18.540.309,71	11.765
33º	Alfredo Chaves	1.570,48	22.875.672,13	14.566
34º	Guacuí	1.563,44	47.852.111,20	30.607
35º	Conceição do Castelo	1.557,53	19.684.044,90	12.638
36º	Laranja da Terra	1.552,64	17.018.530,19	10.961
37º	Alegre	1.541,72	47.127.175,90	30.568
38º	Boa Esperança	1.531,00	22.937.460,48	14.982
39º	Irupi	1.520,06	20.104.297,02	13.226
40º	Itaguaçu	1.510,74	21.315.019,79	14.109
41º	Itarana	1.509,87	16.033.294,00	10.619
42º	Ponto Belo	1.474,60	11.478.281,85	7.784
43º	Santa Teresa	1.458,69	34.121.612,74	23.392
44º	Domingos Martins	1.458,09	49.153.818,73	33.711
45º	Pinheiros	1.455,02	38.940.806,76	26.763
46º	Brejetuba	1.453,23	17.992.472,37	12.381
47º	Montanha	1.453,05	27.273.756,95	18.770
48º	Governador Lindenberg	1.446,24	18.128.618,03	12.535
49º	Santa Maria de Jetibá	1.440,09	57.386.158,71	39.849
50º	Vila Pavão	1.434,00	13.151.254,01	9.171
51º	Marilândia	1.426,46	18.116.008,25	12.700
52º	Mimoso do Sul	1.408,38	36.886.898,39	26.191
53º	Baixo Guandu	1.405,07	43.363.234,39	30.862
54º	Mantenópolis	1.405,03	21.347.989,08	15.194
55º	São Mateus	1.373,45	176.545.612,76	128.542
56º	Guarapari	1.322,58	162.653.521,81	122.982
57º	São Gabriel da Palha	1.314,33	49.104.548,94	37.361
58º	Castelo	1.301,64	48.573.150,11	37.317
59º	Venda Nova do Imigrante	1.295,92	32.138.854,18	24.800
60º	Afonso Cláudio	1.291,03	39.660.570,13	30.720
61º	São Roque do Canaã	1.249,61	15.392.749,37	12.318
62º	Sooretama	1.241,87	36.571.807,21	29.449
63º	Viana	1.240,83	95.486.833,38	76.954
64º	Vargem Alta	1.219,27	25.857.105,32	21.207
65º	Nova Venécia	1.213,56	60.411.052,08	49.780
66º	Pedro Canário	1.196,37	31.084.178,29	25.982
67º	Colatina	1.191,39	144.849.377,52	121.580
68º	Ibatiba	1.187,33	30.552.468,01	25.732
69º	Cachoeiro de Itapemirim	1.180,00	244.643.209,17	207.324
70º	Iúna	1.170,85	33.989.676,40	29.030
71º	Muqui	1.152,09	17.707.635,69	15.370
72º	Serra	1.095,25	555.946.558,78	507.598
73º	Pancas	1.065,93	24.579.307,91	23.059
74º	Ecoporanga	1.061,34	24.425.664,47	23.014
75º	Vila Velha	856,18	416.280.295,55	486.208
76º	Cariacica	748,10	283.231.141,14	378.603
77º	São José do Calçado	10.566
78º	Barra de São Francisco	44.315
TOTAL		1.405,36	5.582.621.470,43	3.972.388

Fonte: balanços municipais coletados no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi) e no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), ainda não apreciados em plenário. População para 2018 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nota: ¹ inclui inativos, pensionistas e salário-família.

DESEMPENHO

Após três anos de cortes nos gastos, os municípios capixabas voltaram a expandir as despesas com custeio em 2018. Em relação ao ano anterior, o aumento foi de 11,9%, passando de R\$ 4,13 bilhões para R\$ 4,62 bilhões. Foram R\$ 491,6 milhões a mais que o empenhado em 2017, em valores corrigidos pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Embora tenha apresentado uma expressiva taxa de crescimento, o volume despendido em 2018 ficou abaixo daquele praticado em 2014, de R\$ 4,80 bilhões. Nesse período de quatro anos, os esforços realizados pelas administrações municipais para ajustar as despesas ao impacto da crise econômica geraram um conjunto de demandas represadas que naturalmente transbordariam tão logo as receitas dessem algum sinal de melhora.

Foi o que aconteceu em 2018, quando a alta de 7,4% na receita corrente também interrompeu uma série de três anos de seu encolhimento. Ou seja, a elevação dos gastos de custeio em 2018 deu vazão a demandas reprimidas assim que as receitas municipais esboçaram um cenário mais positivo.

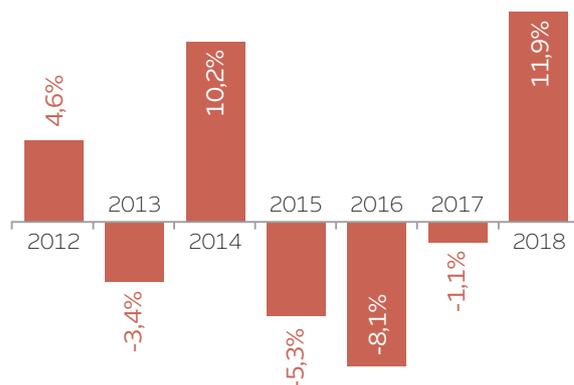
Outro fator que ajuda a explicar o salto desses desembolsos foi a expansão dos investimentos em 39,3% no mesmo período. Como é sabido, maiores investimentos se repercutem em maiores custos para a manutenção e o funcionamento das obras realizadas e dos equipamentos adquiridos.

Evolução da despesa com custeio

em R\$ bilhões - IPCA médio de 2018



Taxa de crescimento da despesa com custeio em relação ao ano anterior



Dos 76 municípios com dados nesta edição do anuário **Finanças dos Municípios Capixabas**, em 66 houve incremento nas despesas de custeio entre 2017 e 2018. Linhares e Vitória anotaram os maiores acréscimos em números absolutos. No primeiro, foram adicionados R\$ 53,7 milhões aos custeios, que alcançaram R\$ 274,2 milhões, a mesma cifra que prevaleceu em 2014, de R\$ 274,4 milhões, ano que antecedeu a crise econômica e seus desdobramentos nas finanças municipais. Esse salto, entretanto, foi amparado por forte avanço de sua receita corrente, de 18,8%, o que significou R\$ 107,3 milhões de recursos adicionais para o município.

Na capital, o volume empenhado, em 2018, foi de R\$ 597,1 milhões, fruto de uma expansão de 9,8% que equivaliu a R\$ 53,3 milhões adicionais, praticamente o mesmo montante acrescido em Linhares. Mesmo com tal crescimento, o dispêndio de 2018 ainda é inferior àquele observado em 2015 (R\$ 606,4 milhões).

Em seguida aparecem os municípios de Presidente Kennedy, com o incremento de R\$ 48,4 milhões na despesa com custeio, financiados pelo excelente desempenho na receita de royalties em 2018, Vila Velha (R\$ 48 milhões), Cachoeiro de Itapemirim (R\$ 34,8 milhões), Serra (R\$ 31,9 milhões), Itapemirim (R\$ 29,8 milhões) e São Mateus (R\$ 27 milhões).

Em termos relativos, a maior elevação ocorreu em São Mateus. Com ampliação de 40,3%, o patamar registrado foi de R\$ 94 milhões. Apesar da

forte subida, seu nível de gasto ainda está bastante aquém daqueles constatados anualmente de 2005 a 2015.

Os cortes mais significativos se deram em Anchieta (R\$ -3,1 milhões) e Marataízes (R\$ -2,7 milhões). Em ambos os casos o comportamento do custeio está atrelado a perdas na arrecadação do ICMS. Em Anchieta, a paralisação das atividades da Samarco Mineração e a queda do preço do barril de petróleo em 2015 e 2016 reduziram o Índice de Participação do Município (IPM) em 35,1% para o exercício de 2018, afetando fortemente seu recebimento de ICMS. A cotação internacional do petróleo também teve influência sobre o IPM de Marataízes, que caiu 44,3% entre 2017 e 2018.

A despesa com custeio contabilizada neste anuário corresponde ao total da despesa corrente excluídas as despesas com pessoal e os juros e encargos da dívida. Elas abarcam tanto os gastos com a burocracia estatal como a aquisição de materiais e a prestação de serviços. São classificados como despesas de custeio, por exemplo, os desembolsos com os serviços de iluminação pública, telefonia, consultorias, treinamentos e cursos, locação e manutenção de sistemas informatizados, coleta de lixo, manutenção de equipamentos e áreas públicas, como vias, escolas, postos de saúde, parques, jardins, bem como a compra de remédios e materiais utilizados na prestação dos serviços de saúde, combustíveis, peças, material das escolas, de limpeza, de escritório etc.

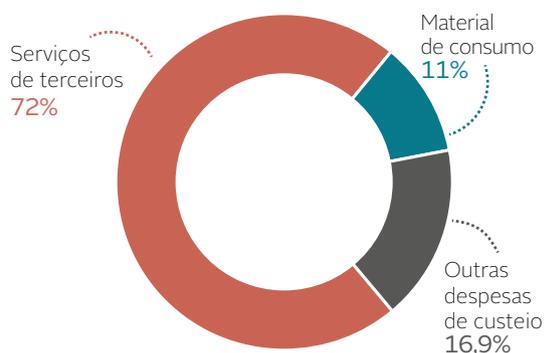
representou 39,9%, e em 2002, ano em que alcançou seu recorde de 41,4%.

Embora tenha ganhado relevância na grande maioria dos municípios capixabas em 2018, o peso do custeio nos orçamentos varia bastante entre os municípios, tendo em Rio Bananal (26,1%) seu piso e em Presidente Kennedy (58,9%) seu teto. A relação com os percentuais de todas as cidades pode ser conferida na penúltima coluna da tabela na página 72.

No caso de Presidente Kennedy, a elevada participação do custeio na receita corrente decorre da forte presença dos royalties no orçamento municipal, recursos que, por lei, têm sua aplicação vetada em despesas com pessoal e no pagamento de dívidas, mas possuem destinação liberada ao custeio, aos investimentos e ao pagamento da dívida com a União.

Entre os demais municípios, a grande discrepância é, em boa parte, explicada pelos diferentes modos de prestação dos serviços. Entre eles, destaca-se a contratação de serviços terceiros versus a execução dessas mesmas atividades pelo pessoal do quadro efetivo. A realização de alguns serviços públicos por intermédio da contratação de terceiros tem sido uma opção para administrações que não desejam infringir os limites de gasto com pessoal impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Os desembolsos com serviços de terceiros para o conjunto das cidades capixabas chegaram a R\$ 3,33 bilhões em 2018, o que equivale a 72% dos dispêndios que compõem o custeio municipal.

Composição das despesas com custeio - 2018



PESO no orçamento

Como o crescimento do custeio ocorreu de forma mais acentuada que o verificado na receita corrente, no exercício de 2018 esse dispêndio ganhou mais importância no orçamento municipal. Em 2017, 38,2% da receita corrente era destinada ao custeio, fatia que chegou a 39,8%, em 2018. Vale ressaltar que esse indicador só esteve nesse nível em duas outras oportunidades neste século: em 2003, quando

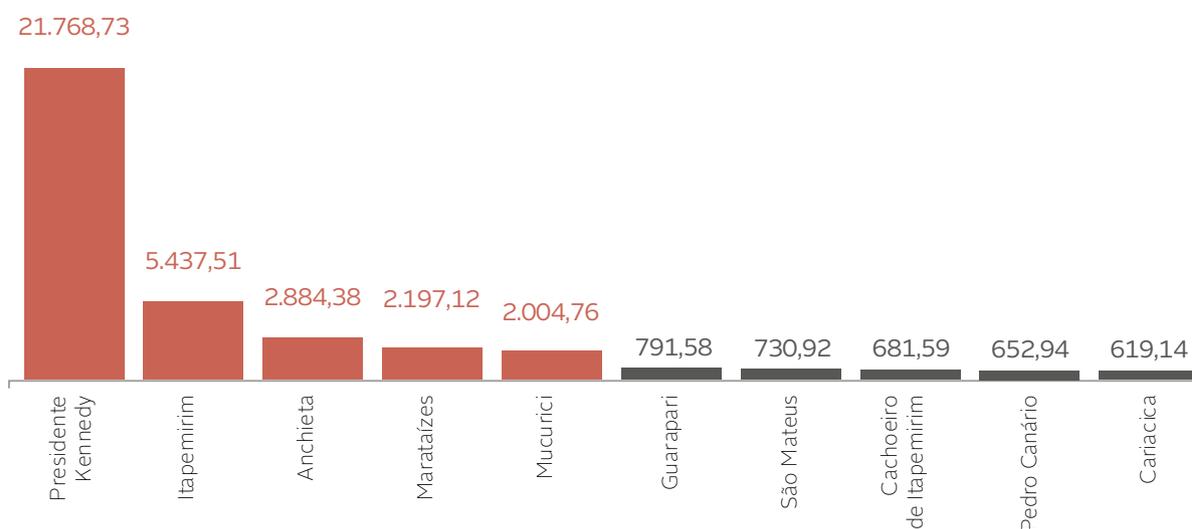
CUSTEIO per capita

Os mesmos motivos expostos anteriormente, ou seja, as diferentes formas adotadas nos municípios para a realização dos serviços públicos, privilegiando a contratação de terceiros ou a utilização de profissionais do quadro fixo de pessoal, são um dos fatores que explicam as distinções nos valores per capita para o custeio. Mas a variável preponderante é, sem dúvida, o próprio volume

da receita corrente per capita local. É o que permite ou não a um município avançar nos diversos itens de suas despesas em relação ao tamanho de sua população.

Para os municípios capixabas, o valor médio do custeio per capita foi de R\$ 1.162,93, em 2018. O gráfico a seguir mostra os cinco maiores e os cinco menores valores.

As cinco maiores e as cinco menores despesas de custeio per capita - 2018 em R\$



Quanto mais a cidade cresce mais a gente vive feliz

Linhares é a cidade do Espírito Santo que mais gerou **vagas de empregos** formais em 2019: **2,5 mil oportunidades** para os linharenses e quem escolheu aqui para viver.

Fonte: (CAGED/MTE)

A recuperação da economia e o equilíbrio nas contas públicas, Linhares atrai investimentos e promove o desenvolvimento e a qualidade de vida aos seus cidadãos.

Uma cidade que cresce, sem se esquecer das pessoas.



Prefeitura
de Linhares

Cidade moderna,
cidade humana.



DESPESA DE CUSTEIO¹ - 2013-2018

Municípios	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Variação 2018/2017	Participação 2018		Desp. custeio per capita 2018 em R\$
								no total da desp. de custeio	na receita corrente ²	
em R\$ mil - IPCA médio de 2018										
em %										
Afonso Cláudio	31.479,8	36.519,2	31.522,8	28.538,5	29.645,5	31.903,2	7,6	0,7	41,3	1.038,52
Água Doce do Norte	10.834,4	10.625,6	12.003,6	10.390,9	11.743,4	11.579,4	-1,4	0,3	34,3	1.040,29
Água Branca	12.031,7	12.608,6	12.395,2	11.166,8	9.568,7	12.842,4	34,2	0,3	36,4	1.330,40
Alegre	23.786,7	28.778,8	26.107,6	26.796,2	26.265,9	31.313,8	19,2	0,7	35,7	1.024,40
Alfredo Chaves	23.561,8	24.395,7	23.097,1	19.877,0	20.847,3	21.798,5	4,6	0,5	44,1	1.496,53
Alto Rio Novo	7.796,0	10.639,1	9.767,0	9.482,6	8.036,8	10.077,4	25,4	0,2	40,4	1.292,30
Anchieta	127.750,3	180.416,9	155.059,0	104.367,9	86.028,0	82.885,6	-3,7	1,8	34,4	2.884,38
Apiacá	11.089,5	10.845,7	9.821,5	9.592,8	10.907,3	9.400,3	-13,8	0,2	38,2	1.240,14
Aracruz	182.486,3	173.556,4	178.270,5	164.146,1	151.428,6	157.598,7	4,1	3,4	39,6	1.587,02
Átilio Vivácqua	12.389,5	13.073,8	12.729,8	16.103,3	13.808,1	14.208,8	2,9	0,3	39,4	1.207,72
Baixo Guandu	28.607,2	33.090,7	32.541,7	30.368,8	28.871,9	32.425,7	12,3	0,7	37,5	1.050,67
Barra de São Francisco	35.744,1	43.514,1	36.866,1	38.318,9	24.808,9
Boa Esperança	16.162,7	17.389,9	17.263,1	14.426,1	14.980,7	15.515,6	3,6	0,3	31,7	1.035,62
Bom Jesus do Norte	7.403,8	10.494,7	9.183,9	6.184,7	7.752,1	9.358,2	20,7	0,2	32,8	944,31
Brejetuba	13.978,8	16.148,0	15.487,2	14.012,6	14.068,4	16.454,1	17,0	0,4	42,1	1.328,98
Cachoeiro de Itapemirim	125.631,7	135.852,4	124.146,7	122.386,7	106.484,7	141.310,1	32,7	3,1	32,2	681,59
Cariacica	211.735,3	261.283,3	250.588,5	213.908,9	214.787,5	234.409,0	9,1	5,1	39,1	619,14
Castelo	36.813,8	42.897,0	35.238,5	33.431,0	31.002,0	39.003,7	25,8	0,8	41,8	1.045,20
Colatina	169.636,6	174.253,5	174.879,3	145.146,2	156.246,5	164.540,3	5,3	3,6	51,2	1.353,35
Conceição da Barra	39.916,5	30.966,1	30.185,2	25.207,7	30.414,5	30.195,9	-0,7	0,7	32,8	978,83
Conceição do Castelo	12.217,6	14.619,2	13.782,7	13.152,3	14.626,0	16.607,0	13,5	0,4	43,6	1.314,06
Divino de São Lourenço	8.899,0	7.342,8	7.283,0	7.675,5	6.667,5	8.268,4	24,0	0,2	41,9	1.906,04
Domingos Martins	46.177,2	50.334,3	46.917,3	44.887,5	42.289,3	46.049,8	8,9	1,0	40,4	1.366,02
Dores do Rio Preto	8.760,3	9.058,4	8.522,3	8.522,3	8.642,3	10.792,7	24,9	0,2	38,6	1.604,38
Ecoporanga	28.917,4	29.960,9	30.422,6	27.654,1	24.918,8	25.510,1	2,4	0,6	40,4	1.108,46
Fundão	22.558,2	32.298,3	32.585,3	26.464,1	22.953,7	26.276,2	14,5	0,6	36,8	1.247,62
Governador Lindenberg	11.116,8	15.002,4	15.246,0	12.332,9	13.289,7	13.952,3	5,0	0,3	40,1	1.113,06
Guaçuí	29.435,6	30.802,6	27.847,3	25.994,5	24.941,4	25.953,0	4,1	0,6	32,8	847,94
Guarapari	79.893,1	81.688,9	90.528,0	93.697,8	88.530,4	97.349,8	10,0	2,1	31,8	791,58
Ibatiba	17.444,0	20.943,4	23.366,7	20.943,1	19.024,2	22.354,4	17,5	0,5	37,8	868,74
Ibiraçu	13.705,1	13.788,6	13.292,3	12.996,7	13.051,9	13.785,8	5,6	0,3	34,5	1.114,91
Ibitirama	12.306,5	14.710,0	11.789,9	11.315,3	13.651,1	12.115,2	-11,3	0,3	40,7	1.358,35
Iconha	16.716,7	17.870,6	17.651,3	16.194,3	17.019,1	17.881,4	5,1	0,4	37,2	1.300,94
Irupi	16.464,6	15.685,8	13.575,3	15.425,6	13.970,8	15.683,1	12,3	0,3	44,0	1.185,78
Itaguaçu	16.936,6	19.879,7	16.845,3	14.725,6	15.119,4	18.205,2	20,4	0,4	43,5	1.290,33
Itapemirim	99.189,0	150.728,3	164.104,9	182.312,4	155.255,7	185.049,3	19,2	4,0	48,0	5.437,51
Itarana	13.356,7	15.333,6	13.403,6	12.527,9	12.073,6	13.228,9	9,6	0,3	39,1	1.245,77
Iúna	26.728,4	30.179,6	29.133,8	27.121,7	25.063,5	25.980,7	3,7	0,6	39,1	894,96
Jaguaré	51.459,6	45.848,7	45.603,5	40.167,3	39.799,1	37.834,5	-4,9	0,8	42,3	1.265,20
Jerônimo Monteiro	12.317,3	12.045,3	11.163,7	9.383,6	10.084,5	11.577,6	14,8	0,3	32,7	985,83
João Neiva	23.467,2	25.920,6	23.336,1	20.731,2	17.352,0	18.326,9	5,6	0,4	32,6	1.103,10
Laranja da Terra	12.053,6	12.296,5	10.629,6	10.728,5	10.384,3	12.291,3	18,4	0,3	39,4	1.121,37
Linhares	240.022,7	274.410,2	277.992,9	229.511,8	220.468,3	274.160,9	24,4	5,9	40,4	1.609,27
Mantenópolis	16.018,6	14.202,3	15.770,1	15.035,8	12.646,5	13.939,0	10,2	0,3	33,4	917,40
Marataízes	46.076,1	56.755,6	83.107,7	95.258,4	86.378,6	83.727,8	-3,1	1,8	47,8	2.197,12
Marechal Floriano	18.516,4	21.908,4	21.415,3	20.718,2	25.417,4	29.393,9	15,6	0,6	51,0	1.785,34
Marilândia	13.632,5	16.512,6	15.750,6	13.887,0	13.964,1	14.817,2	6,1	0,3	42,3	1.166,71
Mimoso do Sul	25.381,5	29.465,0	23.913,9	25.687,0	23.703,2	23.682,3	-0,1	0,5	35,9	904,21
Montanha	24.237,7	26.878,5	24.785,0	25.017,5	21.842,7	23.735,4	8,7	0,5	42,5	1.264,54
Mucurici	12.517,9	12.965,6	11.570,7	10.457,5	10.119,6	11.130,5	10,0	0,2	41,6	2.004,76
Muniz Freire	23.761,5	22.851,6	21.331,5	20.927,0	18.111,4	18.783,3	3,7	0,4	34,7	1.066,45
Muqui	13.780,6	14.259,7	12.737,7	11.850,4	13.076,5	13.819,7	5,7	0,3	37,2	899,13
Nova Venécia	43.432,0	58.300,1	53.056,2	48.147,4	51.123,5	54.016,9	5,7	1,2	42,9	1.085,11
Pancas	19.760,3	22.019,8	18.401,0	19.588,4	19.552,3	22.904,1	17,1	0,5	45,8	993,28
Pedro Canário	16.066,5	14.453,3	13.668,1	12.255,0	14.382,0	16.964,7	13,0	0,4	26,6	652,94
Pinheiros	21.459,5	25.155,7	23.648,4	27.617,6	20.524,6	25.353,5	23,5	0,5	37,0	947,33
Piúma	35.781,7	37.890,4	35.034,8	27.294,8	30.559,4	33.781,4	10,5	0,7	43,0	1.581,30
Ponto Belo	10.110,4	10.422,2	8.052,9	8.888,1	8.522,4	8.724,6	2,4	0,2	36,8	1.120,83
Presidente Kennedy	85.492,2	121.226,5	142.778,3	198.245,5	201.679,3	250.079,1	24,0	5,4	58,9	2.176,87
Rio Bananal	23.149,8	28.124,2	21.936,9	20.086,0	20.460,1	21.146,1	3,4	0,5	26,1	1.112,42
Rio Novo do Sul	9.647,2	12.173,0	10.702,4	9.397,2	9.756,9	13.521,2	38,6	0,3	33,5	1.163,81
Santa Leopoldina	14.405,9	15.274,5	13.830,9	13.152,2	12.127,9	14.943,8	23,2	0,3	35,7	1.214,94
Santa Maria de Jetibá	39.176,4	44.924,4	41.448,1	39.301,6	39.568,6	41.717,7	5,4	0,9	33,4	1.046,90
Santa Teresa	30.151,7	36.969,6	36.712,9	27.737,6	28.498,2	34.047,6	19,5	0,7	45,0	1.455,52
São Domingos do Norte	10.513,6	12.340,4	11.813,0	9.550,8	9.818,7	12.616,2	28,5	0,3	38,8	1.468,87
São Gabriel da Palha	32.155,5	39.826,2	34.683,0	28.346,9	25.949,2	29.947,6	15,4	0,6	33,3	801,57
São José do Calçado	12.957,3	15.079,2	11.005,4	9.317,1	8.887,2
São Mateus	105.901,4	116.585,2	96.549,3	79.660,2	66.989,5	93.953,6	40,3	2,0	33,3	730,92
São Roque do Canaã	13.452,9	13.925,5	13.424,7	12.236,2	11.234,1	10.932,7	-2,7	0,2	35,8	887,54
Serra	434.396,8	462.930,6	433.434,7	396.813,3	450.690,3	482.540,4	7,1	10,4	41,3	950,63
Sooretama	34.086,2	33.430,1	32.397,3	26.328,2	21.375,4	25.959,3	21,4	0,6	38,4	881,50
Vargem Alta	25.133,8	28.800,1	23.954,1	21.504,6	23.482,6	22.452,6	-4,4	0,5	37,5	1.058,74
Venda Nova do Imigrante	27.377,5	28.310,7	28.795,5	25.685,5	26.838,0	30.423,1	13,4	0,7	45,2	1.226,74
Viana	67.221,5	70.479,2	63.613,5	54.010,9	59.019,9	67.553,9	14,5	1,5	32,4	877,85
Vila Pavão	14.135,9	13.654,6	10.087,9	8.832,0	9.586,5	10.680,8	11,4	0,2	39,3	1.164,63
Vila Valério	17.297,9	21.033,9	17.661,8	17.912,1	13.997,9	16.144,2	15,3	0,3	36,6	1.146,04
Vila Velha	338.202,3	386.594,4	369.505,7	368.149,3	347.427,7	395.433,2	13,8	8,6	43,0	813,30
Vitória	728.411,9	704.086,1	606.350,7	499.046,9	543.851,4	597.125,0	9,8	12,9	38,1	1.666,70
TOTAL	4.352.780,8	4.797.907,2	4.545.107,7	4.176.009,3	4.128.037,2	4.619.626,6	11,9	100,0	39,8	1.162,93

Fonte: balanços municipais coletados no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Sicofin) e no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), ainda não apreciados em plenário. Nota: ¹ exceto os gastos com pessoal, encargos, inativos, pensionistas e salário-família; ² receita corrente, exceto intra-orçamentárias, deduzida da parcela destinada ao Fundeb (ver "Notas metodológicas" na página 4).

DESPESA COM CUSTEIO

Posição	Município	Despesa com custeio ¹ em R\$	População 2018
1º	Vitória	597.125.008,50	358.267
2º	Serra	482.540.353,79	507.598
3º	Vila Velha	395.433.180,86	486.208
4º	Linhães	274.160.947,82	170.364
5º	Presidente Kennedy	250.079.140,40	11.488
6º	Cariacica	234.409.029,47	378.603
7º	Itapemirim	185.049.286,48	34.032
8º	Colatina	164.540.268,26	121.580
9º	Aracruz	157.598.747,44	99.305
10º	Cachoeiro de Itapemirim	141.310.090,55	207.324
11º	Guarapari	97.349.827,10	122.982
12º	São Mateus	93.953.642,87	128.542
13º	Marataizes	83.727.842,94	38.108
14º	Anchieta	82.885.563,03	28.736
15º	Viana	67.553.877,32	76.954
16º	Nova Venécia	54.016.928,63	49.780
17º	Domingos Martins	46.049.814,93	33.711
18º	Santa Maria de Jetibá	41.717.722,88	39.849
19º	Castelo	39.003.675,46	37.317
20º	Jaguare	37.834.455,50	29.904
21º	Santa Teresa	34.047.570,10	23.392
22º	Piúma	33.781.379,82	21.363
23º	Baixo Guandu	32.425.692,40	30.862
24º	Afonso Cláudio	31.903.201,00	30.720
25º	Alegre	31.313.756,31	30.568
26º	Venda Nova do Imigrante	30.423.131,14	24.800
27º	Conceição da Barra	30.195.878,51	30.849
28º	São Gabriel da Palha	29.947.637,75	37.361
29º	Marechal Floriano	29.393.860,32	16.464
30º	Fundão	26.276.177,50	21.061
31º	Iúna	25.980.723,39	29.030
32º	Sooretama	25.959.286,92	29.449
33º	Guaçuí	25.953.015,09	30.607
34º	Ecoporanga	25.510.102,46	23.014
35º	Pinheiros	25.353.480,26	26.763
36º	Montanha	23.735.419,15	18.770
37º	Mimoso do Sul	23.682.277,86	26.191
38º	Pancas	22.904.096,11	23.059
39º	Vargem Alta	22.452.604,04	21.207
40º	Ibatiba	22.354.390,53	25.732
41º	Alfredo Chaves	21.798.514,70	14.566
42º	Rio Bananal	21.146.062,18	19.009
43º	Muniz Freire	18.783.331,04	17.613
44º	João Neiva	18.326.933,74	16.614
45º	Itaguaçu	18.205.228,26	14.109
46º	Iconha	17.881.404,40	13.745
47º	Pedro Canário	16.964.743,37	25.982
48º	Conceição do Castelo	16.607.028,33	12.638
49º	Brejetuba	16.454.086,98	12.381
50º	Vila Valério	16.144.231,67	14.087
51º	Irupi	15.683.106,29	13.226
52º	Boa Esperança	15.515.630,23	14.982
53º	Santa Leopoldina	14.943.758,14	12.300
54º	Marilândia	14.817.166,63	12.700
55º	Átilio Vivácqua	14.208.836,20	11.765
56º	Governador Lindenberg	13.952.259,04	12.535
57º	Mantenópolis	13.939.039,39	15.194
58º	Muqui	13.819.655,86	15.370
59º	Ibiraçu	13.785.816,23	12.365
60º	Rio Novo do Sul	13.521.200,89	11.618
61º	Itarana	13.228.867,03	10.619
62º	Água Branca	12.842.384,79	9.653
63º	São Domingos do Norte	12.616.157,80	8.589
64º	Laranja da Terra	12.291.322,73	10.961
65º	Ibitirama	12.115.151,03	8.919
66º	Água Doce do Norte	11.579.448,38	11.131
67º	Jerônimo Monteiro	11.577.617,59	11.744
68º	Mucurici	11.130.452,29	5.552
69º	São Roque do Canaã	10.932.662,63	12.318
70º	Dores do Rio Preto	10.792.678,13	6.727
71º	Vila Pavão	10.680.795,61	9.171
72º	Alto Rio Novo	10.077.370,27	7.798
73º	Apiacá	9.400.293,95	7.580
74º	Bom Jesus do Norte	9.358.158,12	9.910
75º	Ponto Belo	8.724.570,01	7.784
76º	Divino de São Lourenço	8.268.418,68	4.338
77º	Barra de São Francisco	...	44.315
78º	São José do Calçado	...	10.566
TOTAL		4.619.626.618,66	3.972.388

DESPESA COM CUSTEIO PER CAPITA

Posição	Município	A / B	Despesa com custeio ¹ (A)	População 2018 (B)
			em R\$	
1º	Presidente Kennedy	21.768,73	250.079.140,40	11.488
2º	Itapemirim	5.437,51	185.049.286,48	34.032
3º	Anchieta	2.884,38	82.885.563,03	28.736
4º	Marataizes	2.197,12	83.727.842,94	38.108
5º	Mucurici	2.004,76	11.130.452,29	5.552
6º	Divino de São Lourenço	1.906,04	8.268.418,68	4.338
7º	Marechal Floriano	1.785,34	29.393.860,32	16.464
8º	Vitória	1.666,70	597.125.008,50	358.267
9º	Linhães	1.609,27	274.160.947,82	170.364
10º	Dores do Rio Preto	1.604,38	10.792.678,13	6.727
11º	Aracruz	1.587,02	157.598.747,44	99.305
12º	Piúma	1.581,30	33.781.379,82	21.363
13º	Alfredo Chaves	1.496,53	21.798.514,70	14.566
14º	São Domingos do Norte	1.468,87	12.616.157,80	8.589
15º	Santa Teresa	1.455,52	34.047.570,10	23.392
16º	Domingos Martins	1.366,02	46.049.814,93	33.711
17º	Ibitirama	1.358,35	12.115.151,03	8.919
18º	Colatina	1.353,35	164.540.268,26	121.580
19º	Água Branca	1.330,40	12.842.384,79	9.653
20º	Brejetuba	1.328,98	16.454.086,98	12.381
21º	Conceição do Castelo	1.314,06	16.607.028,33	12.638
22º	Iconha	1.300,94	17.881.404,40	13.745
23º	Alto Rio Novo	1.292,30	10.077.370,27	7.798
24º	Itaguaçu	1.290,33	18.205.228,26	14.109
25º	Jaguare	1.265,20	37.834.455,50	29.904
26º	Montanha	1.264,54	23.735.419,15	18.770
27º	Fundão	1.247,62	26.276.177,50	21.061
28º	Itarana	1.245,77	13.228.867,03	10.619
29º	Apiacá	1.240,14	9.400.293,95	7.580
30º	Venda Nova do Imigrante	1.226,74	30.423.131,14	24.800
31º	Santa Leopoldina	1.214,94	14.943.758,14	12.300
32º	Átilio Vivácqua	1.207,72	14.208.836,20	11.765
33º	Irupi	1.185,78	15.683.106,29	13.226
34º	Marilândia	1.166,71	14.817.166,63	12.700
35º	Vila Pavão	1.164,63	10.680.795,61	9.171
36º	Rio Novo do Sul	1.163,81	13.521.200,89	11.618
37º	Vila Valério	1.146,04	16.144.231,67	14.087
38º	Laranja da Terra	1.121,37	12.291.322,73	10.961
39º	Ponto Belo	1.120,83	8.724.570,01	7.784
40º	Ibiraçu	1.114,91	13.785.816,23	12.365
41º	Governador Lindenberg	1.113,06	13.952.259,04	12.535
42º	Rio Bananal	1.112,42	21.146.062,18	19.009
43º	Ecoporanga	1.108,46	25.510.102,46	23.014
44º	João Neiva	1.103,10	18.326.933,74	16.614
45º	Nova Venécia	1.085,11	54.016.928,63	49.780
46º	Muniz Freire	1.066,45	18.783.331,04	17.613
47º	Vargem Alta	1.058,74	22.452.604,04	21.207
48º	Baixo Guandu	1.050,67	32.425.692,40	30.862
49º	Santa Maria de Jetibá	1.046,90	41.717.722,88	39.849
50º	Castelo	1.045,20	39.003.675,46	37.317
51º	Água Doce do Norte	1.040,29	11.579.448,38	11.131
52º	Afonso Cláudio	1.038,52	31.903.201,00	30.720
53º	Boa Esperança	1.035,62	15.515.630,23	14.982
54º	Alegre	1.024,40	31.313.756,31	30.568
55º	Pancas	993,28	22.904.096,11	23.059
56º	Jerônimo Monteiro	985,83	11.577.617,59	11.744
57º	Conceição da Barra	978,83	30.195.878,51	30.849
58º	Serra	950,63	482.540.353,79	507.598
59º	Pinheiros	947,33	25.353.480,26	26.763
60º	Bom Jesus do Norte	944,31	9.358.158,12	9.910
61º	Mantenópolis	917,40	13.939.039,39	15.194
62º	Mimoso do Sul	904,21	23.682.277,86	26.191
63º	Muqui	899,13	13.819.655,86	15.370
64º	Iúna	894,96	25.980.723,39	29.030
65º	São Roque do Canaã	887,54	10.932.662,63	12.318
66º	Sooretama	881,50	25.959.286,92	29.449
67º	Viana	877,85	67.553.877,32	76.954
68º	Ibatiba	868,74	22.354.390,53	25.732
69º	Guaçuí	847,94	25.953.015,09	30.607
70º	Vila Velha	813,30	395.433.180,86	486.208
71º	São Gabriel da Palha	801,57	29.947.637,75	37.361
72º	Guarapari	791,58	97.349.827,10	122.982
73º	São Mateus	730,92	93.953.642,87	128.542
74º	Cachoeiro de Itapemirim	681,59	141.310.090,55	207.324
75º	Pedro Canário	652,94	16.964.743,37	25.982
76º	Cariacica	619,14	234.409.029,47	378.603
77º	São José do Calçado	10.566
78º	Barra de São Francisco	44.315
TOTAL		1.162,93	4.619.626.618,66	3.972.388

RANKING 2018

Fonte: balanços municipais coletados no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi) e no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), ainda não apreciados em plenário. População para 2018 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nota: ¹ exceto os gastos com pessoal, encargos, inativos, pensionistas e salários-família.

DESEMPENHO

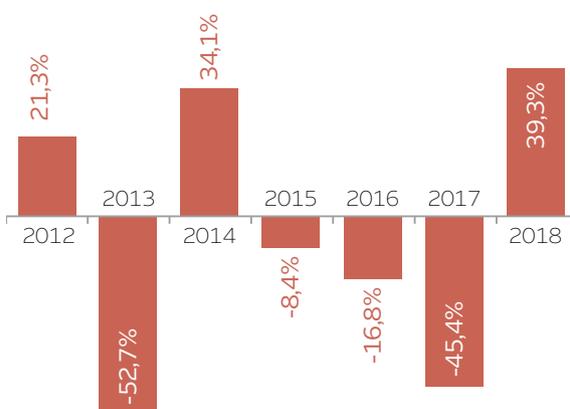
Apesar de ser um exemplo dos demais grandes itens da despesa municipal, os investimentos das cidades capixabas cresceram em 2018, após três anos seguidos de queda. No entanto, apesar da expressiva taxa de aumento real (39,3%), o volume, da ordem de R\$ 812,5 milhões, não alcançou sequer os níveis registrados na fase mais aguda da crise econômica do país, em 2015 e 2016. Assim, nos últimos 14 anos, os aportes de 2018 só não foram menores que os de 2017.

Evolução dos investimentos

em R\$ milhões - IPCA médio de 2018



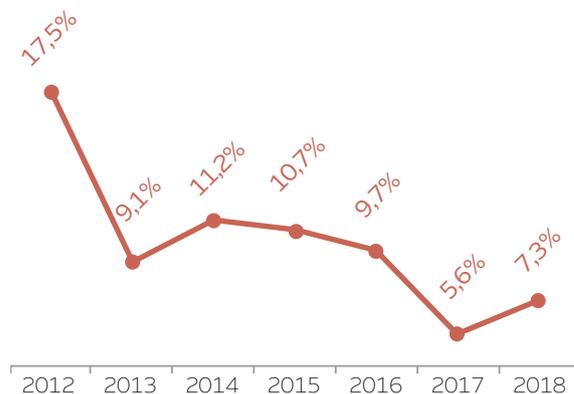
Taxa de crescimento da despesa com investimento em relação ao ano anterior



Como consequência do aumento dos investimentos, sua participação na despesa total do conjunto dos municípios do Espírito Santo recuperou-se levemente, subindo de 5,6%, em 2017, o seu nível mais

baixo desde 1998, para 7,3%, em 2018. Para se ter uma ideia de como esse percentual ainda é tímido, no período mais recente de forte crescimento econômico no Brasil, de 2004 a 2008, a fatia foi de 16,7%.

Participação dos investimentos na despesa total



A elevação dos investimentos em 2018 foi impulsionada pelas transferências de capital da União e, sobretudo, pelas do governo estadual. Houve também a captação de recursos via operações de crédito realizadas por alguns dos maiores municípios capixabas.

As transferências de capital, montantes destinados exclusivamente a investimento, apresentaram alta em 2018, após terem chegado a um de seus menores níveis históricos em 2017. Como pode ser conferido na tabela da página 76, os repasses dessa modalidade feitos pela União pularam de R\$ 97,8 milhões para R\$ 169 milhões, uma ascensão de 72,8%, ou R\$ 71,2 milhões a mais. Já os do Estado, que haviam sido de apenas de R\$ 18,1 milhões em 2017, foram alçados para R\$ 149,1 milhões, uma expansão de 724%, ou R\$ 131 milhões adicionais.

As operações de crédito, por sua vez, se tornaram responsáveis por injetar R\$ 114,4 milhões nos investimentos municipais, em 2018, um acréscimo de R\$ 100,5 milhões em relação a 2017. Porém, apenas 10 cidades tiveram acesso a esses recursos, sendo que 79% do total ficou concentrado em apenas três: Vitória (R\$ 41,2 milhões), Serra (R\$ 25 milhões) e Cariacica (R\$ 23,8 milhões). Nas demais, as quantias variaram de R\$ 750 mil a R\$ 8 milhões, de acordo com dados obtidos nos balanços municipais disponibilizados pelo

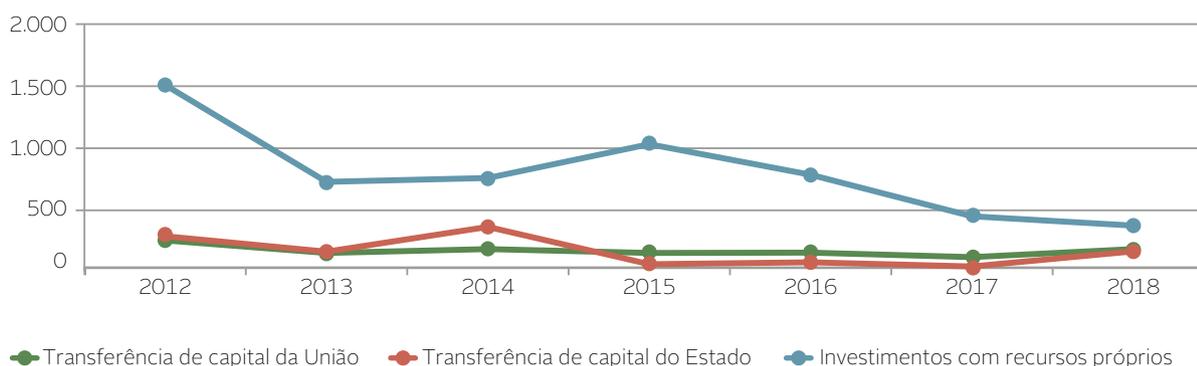
Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo até a data de fechamento desta publicação.

Em contraposição aos avanços nas transferências e nos financiamentos, os municípios reduziram a parcela de recursos próprios destinada aos investimentos. Esta, que já havia encolhido fortemente em 2017, chegando a R\$ 443,4 milhões, caiu ainda mais em 2018, para R\$ 364,9 milhões,

o menor patamar em 20 anos. Tal cenário ilustra claramente a perda da capacidade de investimento, o que é resultado não apenas da queda da receita ocorrida nos últimos anos, mas também do aumento das responsabilidades das prefeituras na manutenção dos serviços nas áreas da educação, saúde e segurança. Veja sobre educação e saúde nas páginas 86 e 80.

Evolução das transferências de capital da União, do Estado e dos investimentos com recursos próprios dos municípios

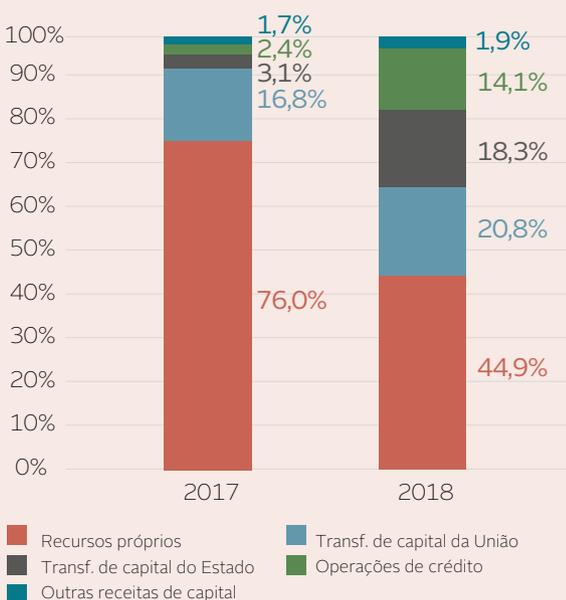
IPCA médio de 2018 - em R\$ milhões



FONTES DOS recursos investidos

Os investimentos públicos municipais são financiados pelos recursos próprios das prefeituras, pelas transferências de capital federais e estaduais, pelas operações de crédito e por outras fontes de menor relevância. O conceito de investimentos com recursos próprios, utilizado por **Finanças dos Municípios Capixabas**, equivale ao total da despesa com investimento, adicionadas as inversões financeiras e subtraído o valor das receitas de capital. Dessa forma, é possível avaliar quanto das receitas correntes municipais é utilizado para investimentos, sem contar com as operações de crédito e as transferências de capital recebidas do Estado ou da União.

Origens dos recursos investidos



Evolução dos recursos destinados aos investimentos municipais - 2012-2018

Origem dos recursos	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Varição 2018/2017
	em R\$ mil - IPCA médio de 2018							em %
Recursos próprios	1.555.470,5	735.869,7	768.045,5	1.054.301,1	796.295,9	443.379,3	364.887,6	-17,7
Receita de capital	658.585,3	310.617,5	635.476,8	230.730,8	272.784,3	139.818,7	447.620,0	220,1
Transferências de capital	519.397,7	279.875,2	524.194,2	172.355,9	193.684,3	117.539,2	319.636,9	171,9
Transferências da União	239.112,5	133.859,3	164.759,7	133.736,4	136.067,4	97.804,1	168.988,3	72,8
Transferências do Estado	274.444,1	144.144,1	353.768,8	38.618,7	54.387,4	18.095,4	149.083,4	723,9
Outras transferências de capital	5.841,1	1.871,9	5.665,6	0,7	3.229,6	1.639,7	1.565,2	-4,5
Operações de crédito	128.536,7	26.601,9	98.771,0	47.525,5	67.292,5	13.880,2	114.404,1	724,2
Outras receitas de capital ¹	10.650,8	4.140,4	12.511,6	10.849,4	11.807,4	8.399,2	13.579,0	61,7
Investimento total	2.214.055,8	1.046.487,2	1.403.522,3	1.285.031,9	1.069.080,1	583.198,0	812.507,7	39,3

¹ Inclui alienação de bens e outras receitas de capital.

Fonte: balanços municipais coletados no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi) e no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES), ainda não apreciados em plenário.

Composição dos recursos destinados aos investimentos municipais - 2012-2018

Origem dos recursos	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
	em %						
Recursos próprios	70,3	70,3	54,7	82,0	74,5	76,0	44,9
Receita de capital	29,7	29,7	45,3	18,0	25,5	24,0	55,1
Transferências de capital	23,5	26,7	37,3	13,4	18,1	20,2	39,3
Transferências da União	10,8	12,8	11,7	10,4	12,7	16,8	20,8
Transferências do Estado	12,4	13,8	25,2	3,0	5,1	3,1	18,3
Outras transferências de capital	0,3	0,2	0,4	0,0	0,3	0,3	0,2
Operações de crédito	5,8	2,5	7,0	3,7	6,3	2,4	14,1
Outras receitas de capital ¹	0,5	0,4	0,9	0,8	1,1	1,4	1,7
Investimento total	100,0						

¹ Inclui alienação de bens e outras receitas de capital.

Fonte: balanços municipais coletados no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi) e no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES), ainda não apreciados em plenário.

COMPORTAMENTO dos municípios

Dos 76 municípios com dados disponíveis para 2018, até a data de fechamento desta publicação, apenas 12 haviam recuado seus investimentos. O maior declínio, tanto em termos percentuais quanto em valores absolutos, ocorreu em Itapemirim, onde os aportes passaram de R\$ 56,6 milhões para R\$ 24,9 milhões, uma variação de -55,9%, ou seja, foram R\$ 31,7 milhões a menos em relação a 2017. Em Presidente Kennedy também houve diminuição significativa em números absolutos, de menos R\$ 11,2 milhões, ou -16%.

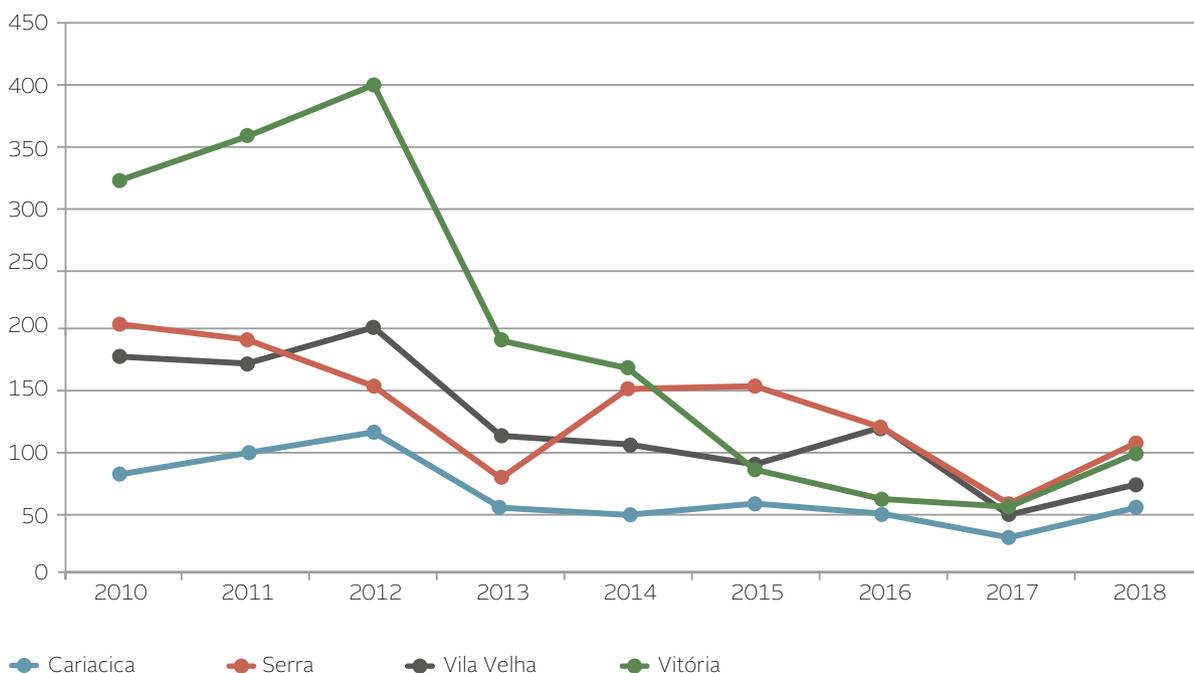
Cabe destaque ao aumento de R\$ 52,9 milhões verificado no município de Serra, que saiu de R\$ 58,1 milhões, em 2017, para R\$ 111 milhões, em 2018. O incremento voltou a colocar a cidade em primeiro lugar no ranking dos maiores investimentos municipais do Estado, posição alcançada pela primeira vez em 2015.

Na segunda colocação nessa lista está Vitória. A vice-liderança é garantida tanto em termos de volume de investimento (R\$ 99,3 milhões) quanto em ascensão em valor absoluto (R\$ 43,9 milhões adicionais, em 2018). Em seguida vem Vila Velha, com R\$ 71,2 milhões aplicados e um acréscimo de R\$ 26,2 milhões. Presidente Kennedy, com a baixa já mencionada, caiu do primeiro para o quarto lugar. E Itapemirim passou do terceiro lugar para o oitavo, entre os maiores investimentos municipais no Espírito Santo.

Quanto aos investimentos em relação ao tamanho da população, Presidente Kennedy continua, disparadamente, no topo: R\$ 5.133,00 per capita. Itapemirim se mantém como segundo no ranking per capita, com R\$ 733,25. O último lugar fica para São Mateus, com R\$ 46,13 por habitante, posto consolidado devido à retração de 48% (de R\$ 11,4 milhões para R\$ 5,9 milhões). Veja os rankings completos na página 79.

Evolução dos investimentos dos maiores municípios capixabas

IPCA médio de 2018 - em R\$ milhões



DESPESA COM INVESTIMENTOS¹ - 2013-2018

Municípios	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Variação 2018/2017	Participação 2018		Despesa invest. per capita 2018
								no total da desp. com invest.	na desp. total ²	
em R\$ mil - IPCA médio de 2018							em %		em R\$	
Afonso Cláudio	10.656,3	11.673,6	6.189,4	5.158,8	2.091,2	4.408,2	110,8	0,5	5,8	143,50
Água Doce do Norte	4.124,9	8.672,4	4.728,7	2.107,9	1.682,5	2.984,4	77,4	0,4	8,2	268,12
Água Branca	5.667,5	7.075,1	3.265,9	2.595,4	1.199,4	5.702,0	375,4	0,7	15,6	590,69
Alegre	2.504,6	6.068,9	6.453,9	7.759,1	1.137,2	2.210,6	94,4	0,3	2,6	72,32
Alfredo Chaves	7.363,2	6.798,2	5.459,5	4.479,9	2.142,5	3.437,7	60,5	0,4	7,1	236,01
Alto Rio Novo	598,9	12.307,5	1.624,1	293,7	1.740,7	2.935,1	68,6	0,4	11,5	376,39
Anchieta	58.179,5	51.581,7	46.556,7	21.286,8	1.626,3	7.634,7	369,4	0,9	3,6	265,68
Apiacá	814,2	877,5	1.008,6	814,1	163,9	836,4	410,2	0,1	3,5	110,34
Aracruz	13.528,6	30.299,9	37.006,9	48.273,1	19.326,9	17.153,5	-11,2	2,1	4,7	172,74
Átilio Vivácqua	4.990,7	7.453,2	4.339,0	6.298,4	977,4	1.764,8	80,6	0,2	5,1	150,01
Baixo Guandu	4.757,0	11.049,2	12.911,4	7.465,8	2.715,1	4.096,7	50,9	0,5	5,1	132,74
Barra de São Francisco	3.040,5	14.166,7	8.604,8	9.947,5	2.517,8
Boa Esperança	11.662,4	10.207,6	3.869,9	5.036,2	3.937,7	4.742,7	20,4	0,6	10,7	316,56
Bom Jesus do Norte	3.457,4	5.359,6	2.829,8	4.000,2	790,3	2.134,4	170,1	0,3	7,8	215,38
Brejetuba	2.175,9	6.629,7	3.694,8	1.226,3	1.295,0	2.113,1	63,2	0,3	5,8	170,67
Cachoeiro de Itapemirim	21.811,2	41.623,7	28.195,5	35.379,0	15.143,3	15.625,8	3,2	1,9	3,8	75,37
Cariacica	55.246,4	49.644,7	58.638,5	50.629,7	30.592,7	55.417,0	81,1	6,8	9,5	146,37
Castelo	7.519,3	7.878,4	5.531,6	9.133,8	2.117,3	3.356,8	58,5	0,4	3,7	89,95
Colatina	37.454,0	37.744,0	34.753,6	26.752,7	17.322,2	16.374,3	-5,5	2,0	5,0	134,68
Conceição da Barra	9.734,9	9.559,4	16.978,9	9.846,0	6.352,6	6.604,2	4,0	0,8	7,6	214,08
Conceição do Castelo	3.601,4	4.332,3	6.800,0	2.917,8	2.881,4	3.844,5	33,4	0,5	9,6	304,20
Divino de São Lourenço	940,6	2.795,2	302,6	534,5	737,5	840,7	14,0	0,1	4,4	193,80
Domingos Martins	11.805,9	13.440,1	11.184,9	5.175,9	4.588,0	8.011,3	74,6	1,0	7,7	237,65
Dores do Rio Preto	1.547,2	2.492,4	3.863,6	3.877,9	1.015,2	3.287,9	223,9	0,4	12,0	488,76
Ecoporanga	2.106,1	6.177,4	5.302,7	1.872,6	572,1	5.079,9	788,0	0,6	9,1	220,73
Fundão	2.220,9	4.285,7	5.715,4	8.661,7	813,4	1.543,9	89,8	0,2	2,5	73,31
Governador Lindenberg	3.373,9	8.953,5	3.946,9	4.931,4	2.251,8	4.358,1	93,5	0,5	11,9	347,67
Guacuí	5.742,8	9.519,2	2.661,7	4.744,0	3.024,2	4.277,3	41,4	0,5	5,3	139,75
Guarapari	31.926,3	36.905,2	35.293,8	25.287,3	14.217,6	27.554,0	93,8	3,4	9,4	224,05
Ibatiba	3.401,6	8.308,7	4.799,0	5.549,9	3.195,4	4.488,2	40,5	0,6	7,8	174,42
Ibiraçu	3.575,1	8.070,5	4.383,5	2.435,6	1.992,7	4.181,4	109,8	0,5	11,0	338,17
Ibitirama	3.833,1	2.684,6	2.794,3	2.514,3	939,5	2.097,5	123,2	0,3	7,2	235,17
Iconha	5.791,6	5.923,2	4.835,3	2.670,4	1.969,8	3.597,8	82,6	0,4	7,6	261,75
Irupi	2.321,3	4.032,4	1.250,2	1.401,0	822,6	1.252,6	52,3	0,2	3,4	94,71
Itaguaçu	6.166,7	8.727,5	9.334,9	2.737,9	2.544,5	6.232,8	145,0	0,8	13,6	441,76
Itapemirim	31.360,2	87.516,5	166.227,7	102.394,8	56.625,9	24.953,9	-55,9	3,1	6,7	733,25
Itarana	3.648,9	5.459,5	5.597,5	7.885,3	2.693,5	3.631,1	34,8	0,4	11,0	341,95
Íluna	5.295,8	6.333,8	2.849,9	4.017,7	1.822,5	2.278,0	25,0	0,3	3,7	78,47
Jaguaré	5.975,4	8.079,1	7.807,0	8.767,2	2.029,5	3.469,5	71,0	0,4	3,8	116,02
Jerônimo Monteiro	3.755,1	6.000,3	3.592,9	2.801,4	3.495,3	5.405,3	54,6	0,7	14,3	460,26
João Neiva	1.266,7	6.248,9	2.145,4	3.281,6	606,9	2.606,3	329,5	0,3	5,4	156,87
Laranja da Terra	4.137,7	11.789,6	3.528,1	5.275,9	1.610,7	3.319,7	106,1	0,4	10,1	302,86
Linhares	27.441,6	52.106,3	38.719,8	13.092,5	5.353,8	13.438,7	151,0	1,7	2,4	78,88
Mantenópolis	3.039,4	6.309,3	3.358,8	1.797,6	1.495,0	4.099,0	174,2	0,5	10,3	269,78
Maratáizes	29.863,9	21.196,5	29.086,0	32.533,3	14.630,6	9.223,1	-37,0	1,1	4,9	242,03
Marechal Floriano	3.449,7	4.660,5	8.541,9	6.108,9	1.341,2	4.115,0	206,8	0,5	6,9	249,94
Marilândia	3.655,3	4.775,4	4.872,5	3.103,6	1.780,8	3.530,5	98,3	0,4	9,7	277,99
Mimoso do Sul	4.879,9	5.358,7	4.575,2	2.862,9	2.381,7	2.297,0	-3,6	0,3	3,6	87,70
Montanha	5.474,8	13.127,5	2.988,0	2.136,5	1.343,8	3.251,4	142,0	0,4	5,9	173,22
Mucurici	3.648,6	7.612,3	3.571,7	1.908,2	2.352,2	1.977,3	-15,9	0,2	7,8	356,14
Muniz Freire	3.630,4	2.996,0	3.768,5	1.970,2	1.323,9	1.713,9	29,5	0,2	3,0	97,31
Muqui	2.575,5	4.758,2	3.318,1	5.791,6	3.234,8	3.967,4	22,6	0,5	11,0	258,12
Nova Venécia	6.733,1	11.572,0	18.416,4	9.214,9	8.285,1	7.846,4	-5,3	1,0	6,4	157,62
Pancas	3.887,5	4.922,7	3.972,9	4.605,6	1.236,2	3.805,2	207,8	0,5	7,3	165,02
Pedro Canário	7.272,5	8.502,4	8.378,0	3.525,4	8.992,0	6.573,3	-26,9	0,8	11,9	252,99
Pinheiros	6.650,3	7.011,4	6.871,9	4.136,2	2.548,1	4.399,1	72,6	0,5	6,4	164,37
Piúma	4.338,6	15.209,7	13.769,9	7.322,2	1.484,5	1.645,1	10,8	0,2	2,2	77,01
Ponto Belo	4.506,5	5.819,1	2.738,4	2.175,3	2.138,9	1.023,6	-52,1	0,1	4,8	131,50
Presidente Kennedy	7.664,3	12.765,6	66.237,6	71.744,7	70.165,8	58.967,9	-16,0	7,3	15,6	5.133,00
Rio Bananal	3.599,2	3.901,0	7.372,7	8.544,0	2.408,4	2.394,6	-0,6	0,3	4,1	125,97
Rio Novo do Sul	3.263,6	2.421,4	4.064,0	5.517,1	1.221,2	2.095,6	71,6	0,3	6,0	180,38
Santa Leopoldina	2.653,5	4.643,6	4.260,2	3.193,4	1.159,6	3.371,3	190,7	0,4	8,3	274,09
Santa Maria de Jetibá	8.427,5	9.428,9	11.172,8	9.997,7	5.870,9	9.399,2	60,1	1,2	8,7	235,87
Santa Teresa	2.765,1	4.414,9	5.716,6	5.838,4	1.586,6	4.423,8	178,8	0,5	6,1	189,12
São Domingos do Norte	1.841,2	9.708,0	5.448,5	2.892,1	2.477,1	5.423,7	119,0	0,7	15,7	631,48
São Gabriel da Palha	6.564,2	14.007,4	8.337,1	1.636,5	1.722,9	5.320,3	208,8	0,7	6,2	142,40
São José do Calçado	1.112,3	3.458,0	2.758,1	435,8	8.918,8
São Mateus	39.397,6	50.110,6	23.062,1	22.231,0	11.414,3	5.929,9	-48,0	0,7	2,1	46,13
São Roque do Canaã	3.875,8	8.266,3	2.403,6	4.220,0	1.286,0	5.107,1	297,1	0,6	16,2	414,61
Serra	80.569,6	158.219,9	160.478,9	124.397,7	58.087,3	110.984,6	91,1	13,7	9,5	218,65
Sooretama	7.792,3	18.154,1	11.472,0	12.523,3	3.294,4	7.367,0	123,6	0,9	10,4	250,16
Vargem Alta	6.464,6	5.945,0	9.406,2	5.940,0	4.847,3	6.253,2	29,0	0,8	10,8	294,87
Venda Nova do Imigrante	7.931,8	8.617,2	7.364,3	6.578,7	2.795,9	6.498,3	132,4	0,8	9,4	262,03
Viana	19.286,2	30.103,3	27.463,4	19.378,3	16.117,6	28.546,0	77,1	3,5	14,8	370,95
Vila Pavão	997,6	6.133,6	4.320,4	4.855,5	1.456,7	2.324,2	59,6	0,3	4,4	253,43
Vila Valério	7.025,6	7.606,7	5.470,4	6.480,2	2.630,7	5.499,5	109,0	0,7	12,1	390,39
Vila Velha	113.199,6	105.545,3	88.610,3	120.257,6	45.048,5	71.225,1	58,1	8,8	7,9	146,49
Vitória	191.926,3	169.387,2	85.806,1	61.912,9	55.443,3	99.318,2	79,1	12,2	6,3	277,22
TOTAL	1.046.487,2	1.403.522,3	1.285.031,9	1.069.080,1	583.198,0	812.507,7	39,3	100,0	7,3	204,54

Fonte: balanços municipais coletados no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi) e no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), ainda não apreciados em plenário. Nota: ¹ toda a despesa de capital exceto as amortizações com a dívida. ² despesa total, exceto intraorçamentárias (ver "Notas metodológicas" na página 4).

INVESTIMENTOS

Posição	Município	Investimentos ¹ em R\$	População 2018
1º	Serra	110.984.624,05	507.598
2º	Vitória	99.318.152,68	358.267
3º	Vila Velha	71.225.091,79	486.208
4º	Presidente Kennedy	58.967.911,44	11.488
5º	Cariacica	55.416.972,65	378.603
6º	Viana	28.546.045,34	76.954
7º	Guarapari	27.554.038,77	122.982
8º	Itapemirim	24.953.907,70	34.032
9º	Aracruz	17.153.523,89	99.305
10º	Colatina	16.374.311,52	121.580
11º	Cachoeiro de Itapemirim	15.625.810,28	207.324
12º	Linhares	13.438.685,98	170.364
13º	Santa Maria de Jetibá	9.399.243,23	39.849
14º	Marataízes	9.223.106,35	38.108
15º	Domingos Martins	8.011.297,31	33.711
16º	Nova Venécia	7.846.392,96	49.780
17º	Anchieta	7.634.664,87	28.736
18º	Sooretama	7.367.015,69	29.449
19º	Conceição da Barra	6.604.157,09	30.849
20º	Pedro Canário	6.573.301,12	25.982
21º	Venda Nova do Imigrante	6.498.301,06	24.800
22º	Vargem Alta	6.253.207,02	21.207
23º	Itaguaçu	6.232.773,96	14.109
24º	São Mateus	5.929.932,55	128.542
25º	Água Branca	5.701.967,83	9.653
26º	Vila Valério	5.499.469,47	14.087
27º	São Domingos do Norte	5.423.743,79	8.589
28º	Jerônimo Monteiro	5.405.312,62	11.744
29º	São Gabriel da Palha	5.320.321,36	37.361
30º	São Roque do Canaã	5.107.140,45	12.318
31º	Ecoporanga	5.079.884,94	23.014
32º	Boa Esperança	4.742.720,44	14.982
33º	Ibatiba	4.488.153,18	25.732
34º	Santa Teresa	4.423.837,98	23.392
35º	Afonso Cláudio	4.408.244,34	30.720
36º	Pinheiros	4.399.089,36	26.763
37º	Governador Lindenberg	4.358.085,14	12.535
38º	Guaçuí	4.277.326,13	30.607
39º	Ibiraçu	4.181.448,32	12.365
40º	Marechal Floriano	4.115.035,44	16.464
41º	Mantenópolis	4.098.997,43	15.194
42º	Baixo Guandu	4.096.719,56	30.862
43º	Muqui	3.967.374,60	15.370
44º	Conceição do Castelo	3.844.484,79	12.638
45º	Pancas	3.805.202,07	23.059
46º	Itarana	3.631.145,07	10.619
47º	Iconha	3.597.758,07	13.745
48º	Marilândia	3.530.511,27	12.700
49º	Jaguaré	3.469.529,62	29.904
50º	Alfredo Chaves	3.437.699,69	14.566
51º	Santa Leopoldina	3.371.251,30	12.300
52º	Castelo	3.356.788,88	37.317
53º	Laranja da Terra	3.319.655,73	10.961
54º	Dores do Rio Preto	3.287.873,62	6.727
55º	Montanha	3.251.402,09	18.770
56º	Água Doce do Norte	2.984.430,08	11.131
57º	Alto Rio Novo	2.935.112,69	7.798
58º	João Neiva	2.606.280,84	16.614
59º	Rio Bananal	2.394.620,32	19.009
60º	Vila Pavão	2.324.236,56	9.171
61º	Mimoso do Sul	2.297.043,35	26.191
62º	Ilúna	2.278.020,59	29.030
63º	Alegre	2.210.559,72	30.568
64º	Bom Jesus do Norte	2.134.391,33	9.910
65º	Brejetuba	2.113.125,25	12.381
66º	Ibitirama	2.097.483,55	8.919
67º	Rio Novo do Sul	2.095.646,71	11.618
68º	Mucurici	1.977.299,92	5.552
69º	Atílio Vivácqua	1.764.846,22	11.765
70º	Muniz Freire	1.713.945,31	17.613
71º	Piúma	1.645.099,69	21.363
72º	Fundão	1.543.884,22	21.061
73º	Irupi	1.252.593,68	13.226
74º	Ponto Belo	1.023.578,39	7.784
75º	Divino de São Lourenço	840.711,40	4.338
76º	Apiacá	836.384,86	7.580
77º	São José do Calçado	...	10.566
78º	Barra de São Francisco	...	44.315
TOTAL		812.507.660,90	3.972.388

INVESTIMENTOS PER CAPITA

Posição	Município	A / B	Investimentos ¹ (A)	População
			em R\$	2018 (B)
1º	Presidente Kennedy	5.133,00	58.967.911,44	11.488
2º	Itapemirim	733,25	24.953.907,70	34.032
3º	São Domingos do Norte	631,48	5.423.743,79	8.589
4º	Água Branca	590,69	5.701.967,83	9.653
5º	Dores do Rio Preto	488,76	3.287.873,62	6.727
6º	Jerônimo Monteiro	460,26	5.405.312,62	11.744
7º	Itaguaçu	441,76	6.232.773,96	14.109
8º	São Roque do Canaã	414,61	5.107.140,45	12.318
9º	Vila Valério	390,39	5.499.469,47	14.087
10º	Alto Rio Novo	376,39	2.935.112,69	7.798
11º	Viana	370,95	28.546.045,34	76.954
12º	Mucurici	356,14	1.977.299,92	5.552
13º	Governador Lindenberg	347,67	4.358.085,14	12.535
14º	Itarana	341,95	3.631.145,07	10.619
15º	Ibiraçu	338,17	4.181.448,32	12.365
16º	Boa Esperança	316,56	4.742.720,44	14.982
17º	Conceição do Castelo	304,20	3.844.484,79	12.638
18º	Laranja da Terra	302,86	3.319.655,73	10.961
19º	Vargem Alta	294,87	6.253.207,02	21.207
20º	Marilândia	277,99	3.530.511,27	12.700
21º	Vitória	277,22	99.318.152,68	358.267
22º	Santa Leopoldina	274,09	3.371.251,30	12.300
23º	Mantenópolis	269,78	4.098.997,43	15.194
24º	Água Doce do Norte	268,12	2.984.430,08	11.131
25º	Anchieta	265,68	7.634.664,87	28.736
26º	Venda Nova do Imigrante	262,03	6.498.301,06	24.800
27º	Iconha	261,75	3.597.758,07	13.745
28º	Muqui	258,12	3.967.374,60	15.370
29º	Vila Pavão	253,43	2.324.236,56	9.171
30º	Pedro Canário	252,99	6.573.301,12	25.982
31º	Sooretama	250,16	7.367.015,69	29.449
32º	Marechal Floriano	249,94	4.115.035,44	16.464
33º	Marataízes	242,03	9.223.106,35	38.108
34º	Domingos Martins	237,65	8.011.297,31	33.711
35º	Alfredo Chaves	236,01	3.437.699,69	14.566
36º	Santa Maria de Jetibá	235,87	9.399.243,23	39.849
37º	Ibitirama	235,17	2.097.483,55	8.919
38º	Guarapari	224,05	27.554.038,77	122.982
39º	Ecoporanga	220,73	5.079.884,94	23.014
40º	Serra	218,65	110.984.624,05	507.598
41º	Bom Jesus do Norte	215,38	2.134.391,33	9.910
42º	Conceição da Barra	214,08	6.604.157,09	30.849
43º	Divino de São Lourenço	193,80	840.711,40	4.338
44º	Santa Teresa	189,12	4.423.837,98	23.392
45º	Rio Novo do Sul	180,38	2.095.646,71	11.618
46º	Ibatiba	174,42	4.488.153,18	25.732
47º	Montanha	173,22	3.251.402,09	18.770
48º	Aracruz	172,74	17.153.523,89	99.305
49º	Brejetuba	170,67	2.113.125,25	12.381
50º	Pancas	165,02	3.805.202,07	23.059
51º	Pinheiros	164,37	4.399.089,36	26.763
52º	Nova Venécia	157,62	7.846.392,96	49.780
53º	João Neiva	156,87	2.606.280,84	16.614
54º	Atílio Vivácqua	150,01	1.764.846,22	11.765
55º	Vila Velha	146,49	71.225.091,79	486.208
56º	Cariacica	146,37	55.416.972,65	378.603
57º	Afonso Cláudio	143,50	4.408.244,34	30.720
58º	São Gabriel da Palha	142,40	5.320.321,36	37.361
59º	Guaçuí	139,75	4.277.326,13	30.607
60º	Colatina	134,68	16.374.311,52	121.580
61º	Baixo Guandu	132,74	4.096.719,56	30.862
62º	Ponto Belo	131,50	1.023.578,39	7.784
63º	Rio Bananal	125,97	2.394.620,32	19.009
64º	Jaguaré	116,02	3.469.529,62	29.904
65º	Apiacá	110,34	836.384,86	7.580
66º	Muniz Freire	97,31	1.713.945,31	17.613
67º	Irupi	94,71	1.252.593,68	13.226
68º	Castelo	89,95	3.356.788,88	37.317
69º	Mimoso do Sul	87,70	2.297.043,35	26.191
70º	Linhares	78,88	13.438.685,98	170.364
71º	Ilúna	78,47	2.278.020,59	29.030
72º	Piúma	77,01	1.645.099,69	21.363
73º	Cachoeiro de Itapemirim	75,37	15.625.810,28	207.324
74º	Fundão	73,31	1.543.884,22	21.061
75º	Alegre	72,32	2.210.559,72	30.568
76º	São Mateus	46,13	5.929.932,55	128.542
77º	São José do Calçado	10.566
78º	Barra de São Francisco	44.315
TOTAL		204,54	812.507.660,90	3.972.388

RANKING 2018

Fonte: balanços municipais coletados no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi) e no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), ainda não apreciados em plenário. População para 2018 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nota: ¹ toda a despesa de capital, exceto as amortizações da dívida.

DESEMPENHO

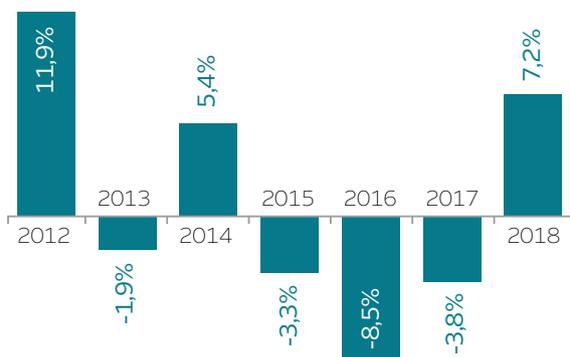
Em 2018, depois de três anos de sucessivas reduções, a despesa total dos municípios capixabas na área de saúde cresceu 7,2%, já descontada a variação da inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), e atingiu R\$ 2,21 bilhões. Esse aumento, entretanto, não foi suficiente para compensar completamente a retração acumulada de 14,9% no período de 2015 a 2017, e o nível do dispêndio ainda ficou abaixo do registrado de 2012 a 2015.

Evolução das despesas com saúde

em R\$ milhões - IPCA médio 2018



Taxa de crescimento da despesa municipal com saúde em relação ao ano anterior



Fontes de financiamento da saúde nos municípios

Os municípios contam basicamente com duas fontes de recursos para custear a saúde pública:

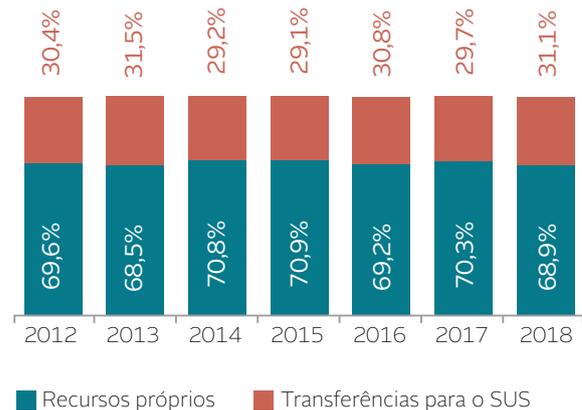
a) As entradas de verbas oriundas da União e do Estado para serem aplicadas diretamente no

custeio de suas unidades do Sistema Único de Saúde, o SUS, englobando os chamados recursos Fundo a Fundo, os convênios e as transferências de capital para investimentos.

b) Os recursos próprios compostos por sua arrecadação direta de tributos e as transferências constitucionais recebidas regularmente e aplicáveis em qualquer área que o município definir, além de aportes advindos de operações de crédito e de outras receitas menores.

Nos últimos 17 anos, a participação dos recursos próprios das cidades no financiamento da saúde local tem permanecido bastante próxima da média de 70%, enquanto que o dinheiro recebido pelas prefeituras via repasse da União e do Estado para ser direcionado ao SUS completa os 30% restantes.

Participação dos recursos próprios e das transferências para o SUS no financiamento da saúde



A alta da despesa foi favorecida pela ampliação tanto dos recursos próprios reservados à saúde, quanto da receita advinda das transferências dos demais níveis de governo para o custeio do SUS. Os recursos próprios atingiram R\$ 1,52 bilhão, o que significou expansão de 5% em relação ao valor de 2017, ou um adicional de R\$ 72,5 milhões. Já a cifra referente às transferências destinadas ao SUS, de R\$ 689,5 milhões, subiu 12,3%, levando a um acréscimo de R\$ 75,4 milhões.

Dos 74 municípios que apresentaram dados até a data de fechamento desta edição, em 65 houve elevações na despesa com saúde, em 2018, sendo as mais robustas as de São Gabriel da Palha (44,5%), Águia Branca (31,3%), Sooretama (29,5%), Itapemirim (26,3%), Divino de São Lourenço (25,8%) e Santa Teresa (24,8%). Destaca-se que São Gabriel da Palha atingiu o seu maior valor histórico destinado à saúde com os R\$ 21,4 milhões aplicados em 2018. Sooretama chamou atenção por ter anotado altas por dois anos consecutivos, diferentemente da maioria das cidades que adotaram cortes em 2017, devido ao fraco desempenho das receitas. Quanto às variações negativas, estas são lideradas por Marataízes (-8,3%) e Ibatiba (-7,7%).

Entre os quatro municípios metropolitanos de maior porte populacional, cabe citar o crescimento de 12,1% verificado em Vila Velha. Com acréscimo de R\$ 15,8 milhões, seus gastos alcançaram R\$ 146,8 milhões em 2018. Em Cariacica, o valor chegou a R\$ 87 milhões, avanço de 5,8% frente ao ano anterior. A capital, Vitória, por sua vez, apresentou ascensão de 3,2%, alocando em saúde R\$ 265,3 milhões, em 2018.

FINANCIAMENTO da saúde pública

Assim como a educação, o financiamento da saúde pública no Brasil está estruturado num sistema tripartite, ou seja, o custeio do SUS é arcado com recursos da União, dos estados e dos municípios. Por determinação constitucional, cada ente deve dedicar uma parcela mínima de suas receitas de impostos e de transferências constitucionais para ações e serviços públicos na área. No caso dos municípios e dos estados, esse percentual é de 15% e de 12% dos recebimentos tributários, respectivamente. Em relação

à União, esta deveria destinar fatia a partir de 15% de sua receita corrente líquida do exercício financeiro, conforme a Emenda Constitucional nº 86/2015.¹ Porém, como foi aprovado o Novo Regime Fiscal, conhecido como Teto dos Gastos, pela EC nº 95, de 15 de dezembro de 2016, a aplicação vigorou apenas de 2014 até 2017. Em 2018, o índice de recursos da União na saúde passou a ser de, pelo menos, o valor realizado no exercício anterior, mais a variação do IPCA. Como o Novo Regime Fiscal deverá durar por 20 anos, durante este período fica suspensa a regra de aporte mínimo de 15% da União.

Analisando-se os dados dos municípios capixabas sobre as receitas vinculadas às ações e aos serviços públicos de saúde, divulgados pelo Sistema de Informações sobre Orçamento Público em Saúde (Siops), observa-se que a cada ano o índice só subiu, cravando o máximo de 22% em 2014, decrescendo levemente nos exercícios seguintes, para chegar a 20,6% em 2018. Essa percentagem representou uma alocação de R\$ 367,3 milhões acima do mínimo exigido em lei. Para se ter uma ideia do montante injetado além do patamar obrigatório, a verba foi superior à receita de IPTU do conjunto das cidades capixabas, de R\$ 298,8 milhões, em 2018.

No caso de descumprimento das parcelas mínimas de aplicação, a União e os estados poderão restringir suas respectivas transferências constitucionais aos entes em falta até a cifra correspondente ao percentual piso que deixou de ser efetuado em exercícios anteriores, depositando essa diferença diretamente na conta-corrente do Fundo de Saúde do ente, pelo tempo que a pendência perdurar. Além disso, enquanto se mantiver essa inobservância, ficam suspensas as transferências voluntárias para os cofres das administrações infratoras. Em 2018, nenhum dos 78 municípios capixabas havia direcionado menos de 15% de seus recursos vinculados à saúde.

¹ A Emenda Constitucional nº 29/2000 definiu um patamar mínimo de 7% das receitas municipais e estaduais a serem aplicadas em saúde no ano de 2000. Nos anos seguintes, até 2004, os percentuais previstos para estados e municípios deveriam elevar-se à razão de, pelo menos, um quinto ao ano, até atingir 12% das receitas estaduais e 15% das receitas municipais. Para a União, sua participação em 2000 era o valor empenhado em 1999 acrescido de 5% e, a partir de 2001, o montante do ano anterior passou a ser corrigido pela variação nominal do Produto Interno Bruto (PIB). Com a EC nº 86/2015, a União passou a ter um percentual mínimo fixo de 15% sobre sua receita corrente líquida do respectivo exercício financeiro. A EC 86 foi aplicada sobre os resultados dos exercícios de 2014 a 2017. A partir de 2018, a EC 86 fica suspensa pelo tempo que vigorar o Novo Regime Fiscal, instituído no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias pela EC nº 95/2016.

Despesa em saúde com recursos próprios sobre a receita vinculada dos municípios



— Limite mínimo: 15%

SAÚDE x educação

Saúde e educação são as duas grandes áreas sociais do gasto municipal, respondendo pela metade (49,4%) do somatório da despesa das cidades capixabas em 2018. A primeira foi responsável pela fatia de 19,8% do total e a segunda, por 29,6%.

A participação dessas duas funções é cada vez maior nos orçamentos municipais. Em 2002, alcançava 43,5%, sendo que 16,5% eram referentes à saúde e 27%, à educação. Vale notar que, a partir de 2008, a entrada de recursos em saúde tem crescido num ritmo mais intenso do que em educação, pois enquanto a taxa média anual de expansão da primeira foi de 2,6% a.a., na segunda foi de 1,6% a.a.

DESPESA per capita

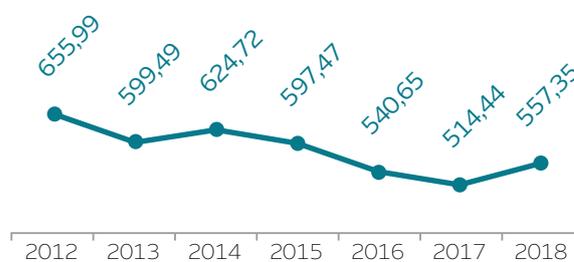
A população do Estado do Espírito Santo sofreu redução de 1,1% em 2018 em relação ao ano anterior, de acordo com estimativas do IBGE. Como em 2017 houve aumento de 1,1%, o número de habitantes de 2018 voltou ao mesmo patamar de 2016.

O movimento de pequena queda no contingente populacional, aliado à alta de 7,2% na despesa com

saúde, resultou na expansão do indicador do gasto per capita médio, que passou de R\$ 514,44 para R\$ 557,35, no mesmo período. Um incremento de 8,3%, depois de três anos seguidos de retrações.

Despesa com saúde per capita

em R\$ - IPCA médio 2018



O menor valor por morador, em 2018, continuou sendo o de Cariacica, com R\$ 229,80, e o maior ainda é o de Presidente Kennedy, com R\$ 4.782,77. Como já explicado em edições anteriores deste anuário, essa discrepância está diretamente relacionada às diferenças de receita per capita entre os municípios, uma vez que a despesa com saúde está vinculada às entradas de recursos nos cofres das prefeituras e consiste em um dos maiores gastos da máquina pública. Sobre as causas das fortes variações de receita per capita entre os municípios, ver página 10.



ArcelorMittal

O mundo se transformou. Nosso aço também.



P6

Buscamos soluções inovadoras para que o aço seja mais leve, resistente, sustentável e, consequentemente, agregue valor aos produtos.

Seja para produzir latas para tintas, eletrodomésticos ou componentes para um carro, nosso compromisso com a excelência é o mesmo.

 /ArcelorMittalTubarao
 @ArcelorMittalTubarao

transformando
o amanhã

SAÚDE - 2013-2018

Municípios	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Variação 2018/2017	Participação na desp. total ² 2018	Gasto em saúde com recursos próprios sobre a receita vinculada ¹ 2018	Gasto com saúde per capita 2018 em R\$
	em R\$ mil - IPCA médio de 2018						em %			
Afonso Cláudio	19.027	21.388	19.081	16.708	16.603	20.134	21,3	26,4	24,1	655,39
Água Doce do Norte	6.223	8.024	7.338	7.389	7.506	7.773	3,5	21,4	20,0	698,28
Água Branca	8.032	7.160	6.659	6.152	5.941	7.798	31,3	21,3	22,4	807,86
Alegre	18.930	21.472	19.580	19.115	17.250	18.383	6,6	21,3	24,8	601,40
Alfredo Chaves	11.702	11.941	10.797	10.030	11.869	13.364	12,6	27,7	26,9	917,45
Alto Rio Novo	4.927	5.816	6.309	5.034	5.203	5.811	11,7	22,8	19,9	745,22
Anchieta	65.794	86.679	83.058	53.429	47.274	44.382	-6,1	21,1	19,8	1.544,46
Apiacá	5.615	6.082	5.481	5.162	5.095	5.312	4,2	22,2	26,3	700,74
Aracruz	70.597	74.583	78.472	72.866	69.469	70.864	2,0	19,3	17,4	713,60
Atílio Vivácqua	10.844	10.900	9.272	9.360	9.417	10.509	11,6	30,3	30,2	893,22
Baixo Guandu	14.487	16.876	14.767	14.616	12.837	11.921	-7,1	14,7	16,1	386,27
Barra de São Francisco	16.476	20.045	19.576	25.198	16.248
Boa Esperança	9.545	10.765	9.941	8.418	9.019	9.425	4,5	21,3	18,5	629,10
Bom Jesus do Norte	7.122	8.382	6.934	6.708	6.619	8.010	21,0	29,2	21,7	808,27
Brejetuba	9.850	10.523	9.504	8.684	7.469	8.450	13,1	23,1	21,8	682,50
Cachoeira de Itapemirim	68.046	76.341	69.796	68.867	58.659	67.482	15,0	16,5	17,9	325,49
Cariacica	101.743	120.218	116.175	91.407	82.241	87.002	5,8	14,9	17,0	229,80
Castelo	25.863	30.591	23.341	20.895	19.727	21.056	6,7	22,9	23,1	564,24
Colatina	95.454	98.185	96.017	82.082	95.370	96.736	1,4	29,3	19,4	795,66
Conceição da Barra	16.777	17.961	17.829	16.374	16.281	15.715	-3,5	18,0	18,8	509,42
Conceição do Castelo	7.496	8.757	9.298	7.404	8.092	7.992	-1,2	19,9	21,1	632,41
Divino de São Lourenço	5.136	5.241	4.185	4.299	3.687	4.639	25,8	24,1	17,6	1.069,49
Domingos Martins	28.079	27.844	27.589	25.838	25.177	25.293	0,5	24,4	18,9	750,29
Dores do Rio Preto	4.575	4.747	4.836	5.181	5.319	6.501	22,2	23,8	20,7	966,47
Ecoporanga	15.790	16.541	14.691	15.643	12.122	14.038	15,8	25,3	23,0	609,98
Fundão	13.841	14.128	13.989	12.128	9.322	10.915	17,1	17,3	23,8	518,26
Governador Lindenberg	9.252	9.751	9.155	9.494	9.477	10.156	7,2	27,8	25,4	801,25
Guacuí	16.172	17.405	15.640	14.281	14.379	15.455	7,5	19,1	17,1	504,96
Guarapari	46.830	52.482	43.213	42.337	41.792	45.171	8,1	15,4	20,8	367,30
Ibatiba	14.330	15.477	15.138	15.251	16.571	15.292	-7,7	26,5	31,8	594,29
Ibiraçu	7.941	9.059	9.379	7.964	7.358	8.751	18,9	23,0	28,4	707,75
Ibitirama	6.941	7.252	5.600	5.573	6.454	6.138	-4,9	21,1	21,2	688,17
Iconha	9.232	10.416	9.918	9.466	9.591	10.789	12,5	22,9	23,1	784,93
Irupi	9.385	9.788	8.578	8.588	7.437	9.014	21,2	24,2	23,0	681,50
Itaguaçu	10.278	7.122	6.743	8.377	8.532	8.880	4,1	19,4	18,4	629,37
Itapemirim	39.979	46.640	77.685	63.386	56.392	71.230	26,3	19,2	20,4	2.093,02
Itarana	7.068	10.244	9.025	8.372	8.102	8.152	0,6	24,6	24,8	767,67
Iúna	14.801	15.273	12.705	11.322	12.550	13.658	8,8	21,9	22,8	470,48
Jaguaré	19.540	21.537	20.159	22.198	21.854	23.050	5,5	25,4	32,2	770,79
Jerônimo Monteiro	5.736	6.310	6.723	5.822	6.073	6.846	12,7	18,1	18,4	582,93
João Neiva	11.156	11.901	10.459	9.894	9.336	10.453	12,0	21,6	18,7	629,17
Laranja da Terra	9.038	10.380	10.085	8.086	8.182	9.308	13,8	28,2	25,6	849,20
Linhares	168.274	159.502	161.077	133.547	132.751	150.058	13,0	26,4	33,0	880,81
Mantenópolis	9.275	8.764	8.260	9.066	8.122	8.431	3,8	21,2	18,6	554,86
Marataizes	23.046	33.352	41.780	45.863	41.255	37.835	-8,3	20,3	30,5	992,83
Marechal Floriano	12.352	12.715	13.357	11.744	11.705	11.854	1,3	19,8	18,6	719,99
Marilândia	8.121	9.765	9.892	8.650	8.445	9.695	14,8	26,5	23,5	763,35
Mimoso do Sul	16.225	17.772	15.100	13.392	12.727	13.577	6,7	21,2	15,7	518,40
Montanha	13.158	14.811	12.291	13.022	11.964	12.766	6,7	23,3	21,8	680,10
Mucurici	7.488	8.287	7.383	7.197	7.210	7.606	5,5	30,1	23,5	1.369,93
Muniz Freire	16.118	15.191	14.693	13.744	13.687	13.754	0,5	24,4	30,1	780,91
Muqui	10.366	10.851	12.364	9.687	9.268	26,5	...
Nova Venécia	26.475	32.645	33.148	28.205	29.696	31.388	5,7	25,5	20,2	630,54
Pancas	12.062	12.701	12.245	11.891	11.344	11.885	4,8	22,8	20,1	515,44
Pedro Canário	13.331	13.196	11.866	11.289	14.298	14.408	0,8	26,1	23,2	554,52
Pinheiros	16.009	17.330	15.856	15.541	14.584	15.869	8,8	23,0	25,9	592,93
Piúma	18.426	18.404	20.751	17.511	16.141	16.396	1,6	21,8	19,6	767,48
Ponto Belo	4.986	6.725	5.336	5.384	5.228	5.769	10,4	27,1	24,1	741,20
Presidente Kennedy	22.528	28.115	26.382	55.994	51.143	54.944	7,4	14,5	17,2	4.782,77
Rio Bananal	16.131	17.203	16.780	17.279	15.442	14.646	-5,2	25,1	24,0	770,47
Rio Novo do Sul	8.108	10.450	7.578	7.013	8.002	24,3	...
Santa Leopoldina	7.903	7.946	8.810	7.235	6.062	6.984	15,2	17,2	21,4	567,78
Santa Maria de Jetibá	25.477	29.293	25.688	26.497	25.449	26.262	3,2	24,2	21,4	659,05
Santa Teresa	21.907	21.658	21.717	19.887	18.519	23.111	24,8	31,7	19,9	987,98
São Domingos do Norte	6.303	6.591	6.559	5.561	6.408	7.315	14,1	21,2	18,4	851,61
São Gabriel da Palha	17.222	20.863	20.501	16.255	14.832	21.430	44,5	25,0	21,7	573,59
São José do Calçado	7.836	8.974	5.834	6.115	4.978	16,2	...
São Mateus	55.542	56.030	49.700	46.762	39.576	42.924	8,5	15,4	19,2	333,93
São Roque do Canaã	8.967	9.503	9.337	8.199	7.677	7.645	-0,4	24,3	24,1	620,64
Serra	262.471	239.926	232.520	216.472	214.971	217.089	1,0	18,6	20,0	427,68
Sooretama	12.829	11.521	11.162	8.803	9.888	12.805	29,5	18,2	21,2	434,83
Vargem Alta	12.814	14.836	15.484	13.707	12.097	12.594	4,1	21,7	23,7	593,84
Venda Nova do Imigrante	18.199	22.454	21.787	18.005	18.257	21.304	16,7	30,7	28,2	859,02
Viana	31.601	36.231	36.473	34.213	33.070	39.032	18,0	20,2	17,6	507,22
Vila Pavão	5.707	7.208	6.519	5.681	5.327	6.465	21,4	12,3	23,7	704,95
Vila Valério	11.891	11.542	11.039	10.428	10.221	12.586	23,1	27,7	27,5	893,47
Vila Velha	129.171	147.550	138.839	139.080	130.938	146.753	12,1	16,3	18,4	301,83
Vitória	343.683	324.922	305.155	260.044	257.008	265.276	3,2	16,8	18,5	740,44
TOTAL	2.301.653	2.427.057	2.347.987	2.148.363	2.066.189	2.214.006	7,2	19,8	20,6	557,35

Fonte: balanços municipais coletados no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi) e no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), ainda não apreciados em plenário; Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos da Saúde (Siops). Nota: ¹ valores para atende à Emenda Constitucional nº 29, dados do Siops. ² despesa total, exceto intraorçamentárias (ver "Notas metodológicas" na página 4).

DESPESA COM SAÚDE

Posição	Município	Despesa com saúde em R\$	População 2018
1º	Vitória	265.275.762,19	358.267
2º	Serra	217.089.459,67	507.598
3º	Linhares	150.058.062,11	170.364
4º	Vila Velha	146.752.915,80	486.208
5º	Colatina	96.736.053,64	121.580
6º	Cariacica	87.001.846,81	378.603
7º	Itapemirim	71.229.663,32	34.032
8º	Aracruz	70.864.369,12	99.305
9º	Cachoeiro de Itapemirim	67.482.051,29	207.324
10º	Presidente Kennedy	54.944.465,80	11.488
11º	Guarapari	45.171.277,54	122.982
12º	Anchieta	44.381.622,68	28.736
13º	São Mateus	42.923.816,36	128.542
14º	Viana	39.032.276,29	76.954
15º	Marataízes	37.834.713,04	38.108
16º	Nova Venécia	31.388.169,16	49.780
17º	Santa Maria de Jetibá	26.262.494,33	39.849
18º	Domingos Martins	25.292.947,14	33.711
19º	Santa Teresa	23.110.922,62	23.392
20º	Jaguare	23.049.593,48	29.904
21º	São Gabriel da Palha	21.429.839,98	37.361
22º	Venda Nova do Imigrante	21.303.610,37	24.800
23º	Castelo	21.055.904,98	37.317
24º	Afonso Cláudio	20.133.621,83	30.720
25º	Alegre	18.383.445,21	30.568
26º	Piúma	16.395.573,72	21.363
27º	Pinheiros	15.868.647,90	26.763
28º	Conceição da Barra	15.715.138,79	30.849
29º	Guaçu	15.455.418,55	30.607
30º	Ibatiba	15.292.195,01	25.732
31º	Rio Bananal	14.645.899,07	19.009
32º	Pedro Canário	14.407.505,98	25.982
33º	Ecoporanga	14.038.150,91	23.014
34º	Muniz Freire	13.754.227,27	17.613
35º	Iúna	13.657.971,82	29.030
36º	Mimoso do Sul	13.577.476,70	26.191
37º	Alfredo Chaves	13.363.532,18	14.566
38º	Sooretama	12.805.364,07	29.449
39º	Montanha	12.765.505,09	18.770
40º	Vargem Alta	12.593.650,74	21.207
41º	Vila Valério	12.586.294,13	14.087
42º	Baixo Guandu	11.921.190,21	30.862
43º	Pancas	11.885.493,51	23.059
44º	Marechal Floriano	11.853.846,35	16.464
45º	Fundão	10.915.006,19	21.061
46º	Iconha	10.788.878,61	13.745
47º	Atílio Vivácqua	10.508.770,41	11.765
48º	João Neiva	10.453.071,90	16.614
49º	Governador Lindenberg	10.156.458,62	12.535
50º	Marilândia	9.694.532,77	12.700
51º	Boa Esperança	9.425.228,75	14.982
52º	Laranja da Terra	9.308.035,33	10.961
53º	Irupi	9.013.558,26	13.226
54º	Itaguaçu	8.879.752,74	14.109
55º	Ibiraçu	8.751.269,62	12.365
56º	Brejetuba	8.449.972,37	12.381
57º	Mantenópolis	8.430.505,50	15.194
58º	Itarana	8.151.850,59	10.619
59º	Bom Jesus do Norte	8.009.984,51	9.910
60º	Conceição do Castelo	7.992.403,46	12.638
61º	Água Branca	7.798.316,13	9.653
62º	Água Doce do Norte	7.772.577,07	11.131
63º	São Roque do Canaã	7.645.044,79	12.318
64º	Mucurici	7.605.858,74	5.552
65º	São Domingos do Norte	7.314.501,81	8.589
66º	Santa Leopoldina	6.983.681,34	12.300
67º	Jerônimo Monteiro	6.845.963,30	11.744
68º	Dores do Rio Preto	6.501.459,31	6.727
69º	Vila Pavão	6.465.061,91	9.171
70º	Ibitirama	6.137.746,39	8.919
71º	Alto Rio Novo	5.811.257,03	7.798
72º	Ponto Belo	5.769.477,52	7.784
73º	Apiacá	5.311.603,19	7.580
74º	Divino de São Lourenço	4.639.432,16	4.338
75º	Barra de São Francisco	...	44.315
76º	Muqui	...	15.370
77º	Rio Novo do Sul	...	11.618
78º	São José do Calçado	...	10.566
TOTAL		2.214.006.382,71	3.972.388

DESPESA COM SAÚDE PER CAPITA

Posição	Município	A / B	Despesa com saúde (A)	População 2018 (B)
			em R\$	
1º	Presidente Kennedy	4.782,77	54.944.465,80	11.488
2º	Itapemirim	2.093,02	71.229.663,32	34.032
3º	Anchieta	1.544,46	44.381.622,68	28.736
4º	Mucurici	1.369,93	7.605.858,74	5.552
5º	Divino de São Lourenço	1.069,49	4.639.432,16	4.338
6º	Marataízes	992,83	37.834.713,04	38.108
7º	Santa Teresa	987,98	23.110.922,62	23.392
8º	Dores do Rio Preto	966,47	6.501.459,31	6.727
9º	Alfredo Chaves	917,45	13.363.532,18	14.566
10º	Vila Valério	893,47	12.586.294,13	14.087
11º	Atílio Vivácqua	893,22	10.508.770,41	11.765
12º	Linhares	880,81	150.058.062,11	170.364
13º	Venda Nova do Imigrante	859,02	21.303.610,37	24.800
14º	São Domingos do Norte	851,61	7.314.501,81	8.589
15º	Laranja da Terra	849,20	9.308.035,33	10.961
16º	Governador Lindenberg	810,25	10.156.458,62	12.535
17º	Bom Jesus do Norte	808,27	8.009.984,51	9.910
18º	Água Branca	807,86	7.798.316,13	9.653
19º	Colatina	795,66	96.736.053,64	121.580
20º	Iconha	784,93	10.788.878,61	13.745
21º	Muniz Freire	780,91	13.754.227,27	17.613
22º	Jaguare	770,79	23.049.593,48	29.904
23º	Rio Bananal	770,47	14.645.899,07	19.009
24º	Itarana	767,67	8.151.850,59	10.619
25º	Piúma	767,48	16.395.573,72	21.363
26º	Marilândia	763,35	9.694.532,77	12.700
27º	Domingos Martins	750,29	25.292.947,14	33.711
28º	Alto Rio Novo	745,22	5.811.257,03	7.798
29º	Ponto Belo	741,20	5.769.477,52	7.784
30º	Vitória	740,44	265.275.762,19	358.267
31º	Marechal Floriano	719,99	11.853.846,35	16.464
32º	Aracruz	713,60	70.864.369,12	99.305
33º	Ibiraçu	707,75	8.751.269,62	12.365
34º	Vila Pavão	704,95	6.465.061,91	9.171
35º	Apiacá	700,74	5.311.603,19	7.580
36º	Água Doce do Norte	698,28	7.772.577,07	11.131
37º	Ibitirama	688,17	6.137.746,39	8.919
38º	Brejetuba	682,50	8.449.972,37	12.381
39º	Irupi	681,50	9.013.558,26	13.226
40º	Montanha	680,10	12.765.505,09	18.770
41º	Santa Maria de Jetibá	659,05	26.262.494,33	39.849
42º	Afonso Cláudio	655,39	20.133.621,83	30.720
43º	Conceição do Castelo	632,41	7.992.403,46	12.638
44º	Nova Venécia	630,54	31.388.169,16	49.780
45º	Itaguaçu	629,37	8.879.752,74	14.109
46º	João Neiva	629,17	10.453.071,90	16.614
47º	Boa Esperança	629,10	9.425.228,75	14.982
48º	São Roque do Canaã	620,64	7.645.044,79	12.318
49º	Ecoporanga	609,98	14.038.150,91	23.014
50º	Alegre	601,40	18.383.445,21	30.568
51º	Ibatiba	594,29	15.292.195,01	25.732
52º	Vargem Alta	593,84	12.593.650,74	21.207
53º	Pinheiros	592,93	15.868.647,90	26.763
54º	Jerônimo Monteiro	582,93	6.845.963,30	11.744
55º	São Gabriel da Palha	573,59	21.429.839,98	37.361
56º	Santa Leopoldina	567,78	6.983.681,34	12.300
57º	Castelo	564,24	21.055.904,98	37.317
58º	Mantenópolis	554,86	8.430.505,50	15.194
59º	Pedro Canário	554,52	14.407.505,98	25.982
60º	Mimoso do Sul	518,40	13.577.476,70	26.191
61º	Fundão	518,26	10.915.006,19	21.061
62º	Pancas	515,44	11.885.493,51	23.059
63º	Conceição da Barra	509,42	15.715.138,79	30.849
64º	Viana	507,22	39.032.276,29	76.954
65º	Guaçu	504,96	15.455.418,55	30.607
66º	Iúna	470,48	13.657.971,82	29.030
67º	Sooretama	434,83	12.805.364,07	29.449
68º	Serra	427,68	217.089.459,67	507.598
69º	Baixo Guandu	386,27	11.921.190,21	30.862
70º	Guarapari	367,30	45.171.277,54	122.982
71º	São Mateus	333,93	42.923.816,36	128.542
72º	Cachoeiro de Itapemirim	325,49	67.482.051,29	207.324
73º	Vila Velha	301,83	146.752.915,80	486.208
74º	Cariacica	229,80	87.001.846,81	378.603
75º	Rio Novo do Sul	11.618
76º	Muqui	15.370
77º	São José do Calçado	10.566
78º	Barra de São Francisco	44.315
TOTAL		557,35	2.214.006.382,71	3.972.388

RANKING 2018

Fonte: balanços municipais coletados no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Sicofin) e no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), ainda não apreciados em plenário. População para 2018 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

DESEMPENHO

Assim como praticamente todos os itens das despesas dos municípios do Espírito Santo, o gasto com educação teve aumento em 2018, depois de três anos seguidos de quedas.

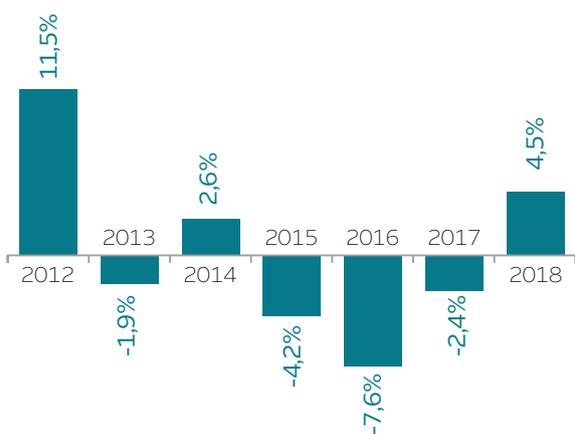
O valor de R\$ 3,32 bilhões, já descontada a inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) médio do período, foi 4,5% maior que o de 2017. Ainda assim, o resultado é menor do que os dos seis exercícios anteriores.

Evolução das despesas com educação

em R\$ milhão - IPCA médio 2018



Taxa de crescimento das despesas com educação em relação ao ano anterior



Das 74 cidades capixabas que apresentaram dados até a data de fechamento desta publicação, 54

elevaram seu consumo de verbas com educação, dentre as quais se destacam Laranja da Terra, com alta de 51,8%, São Domingos do Norte (25,6%), Sooretama (23%) e Dorés do Rio Preto (20,3%). Todas elas haviam reduzido os volumes destinados à área em 2017. Já as maiores quedas relativas foram as de Anchieta (-13,8%), Aracruz (-12,3%) e Vila Pavão (-11%).

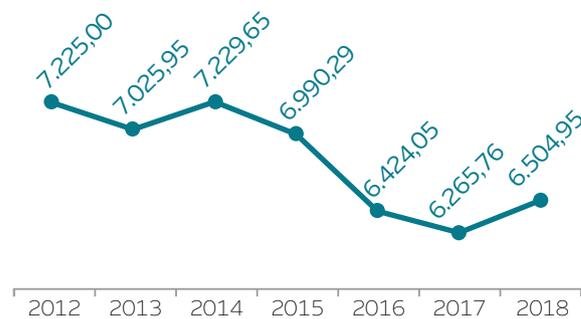
Em termos absolutos, o maior acréscimo ocorreu em Vila Velha: R\$ 34,6 milhões. Na sequência vêm Vitória, Linhares, Cachoeiro de Itapemirim, Cariacica e Serra, com adicionais que variam de R\$ 17,9 milhões a R\$ 11,8 milhões. E as retrações mais significativas se deram em Aracruz (R\$ -12,8 milhões), Anchieta (R\$ -9,1 milhões), Guarapari (R\$ -5,8 milhões) e Marataízes (R\$ -3,5 milhões).

DESPESA por aluno

Assim como a despesa total com educação, o gasto médio anual por aluno também subiu em 2018, alcançando R\$ 6,5 mil, um avanço de 3,8% em relação a 2017. No Espírito Santo, o número de matriculados ficou praticamente estável no período, com ligeiro incremento de 0,6%, chegando a 510.229 estudantes na rede municipal de ensino e voltando, desse modo, ao mesmo nível registrado em 2013.

Despesa média anual por aluno

em R\$ - IPCA médio de 2018



Número de alunos na rede municipal



Cabe ressaltar que a dispersão em torno do valor médio desse resultado é forte entre os municípios de todo o Brasil. No Espírito Santo, a menor cifra verificada em 2018, entre as administrações com dados disponíveis até a data de fechamento desta edição, foi a de Guarapari: R\$ 4.918,91 por aluno, sendo que há 19.780 matriculados em sua rede municipal. A quantia mais robusta, de R\$ 26.186,04 por estudante, foi registrada em Presidente Kennedy, onde existem apenas 2.949 cadastrados para frequentar as unidades escolares geridas pela prefeitura local. Veja no ranking na página 93.

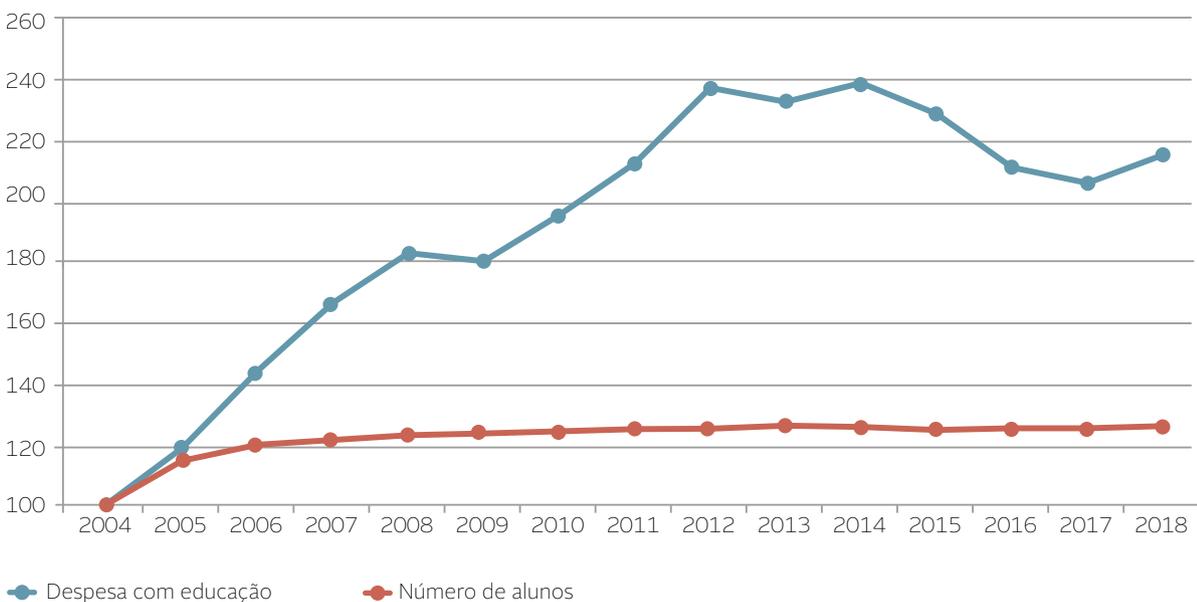
Essa disparidade se deve às grandes diferenças de receita per capita e de número de estudantes entre as cidades e às atuais regras de vinculação dos recursos à área. Como se sabe, a Constituição exige

uma aplicação mínima de 25% da arrecadação de impostos em educação, independentemente do número de alunos. Dessa forma, aqueles locais com reduzida quantidade de matrículas são obrigados a manter uma parte significativa de suas maiores receitas direcionada para a despesa com esses estudantes, em detrimento de outras áreas da atuação que, talvez, estejam precisando de mais recursos.

Nesse sentido, ressalta-se a importância da vinculação de receitas para a educação brasileira, que tem uma longa história, porém, é evidente a necessidade de se aperfeiçoar o mecanismo de forma a atenuar os desequilíbrios entre os municípios e de evitar distorções, ineficiências e desperdícios na alocação dos recursos da administração municipal. Veja tabela com resumo do histórico das vinculações em educação ao final desta seção.

Partindo-se de uma mesma base (o ano de 2004) na qual os valores são relacionados a 100, percebe-se que a progressão do gasto nos municípios foi muito mais intensa que a evolução na quantidade de matriculados. O gráfico abaixo mostra como a linha da despesa distanciou-se rapidamente do traçado do número de alunos, que ficou relativamente estável. Nos anos de crise econômica (2015-2017) houve quedas nos gastos, que, em 2018, voltaram a se afastar da trajetória referente às matrículas.

Despesa com educação e número de alunos ano-base 2004 = 100



Em variação percentual, no período de 2004 a 2018, o desembolso com educação teve crescimento real de 111,8%, ou seja, mais do que dobrou, saltando de R\$ 1,57 bilhão para R\$ 3,32 bilhões. Já o total de matrículas na rede municipal avançou 27,9%, indo de 398.986 para 510.229, no mesmo período. Assim, o valor da despesa por aluno disparou 65,6%, passando de R\$ 3.927,02 para R\$ 6.504,95.

PARTICIPAÇÃO orçamentária

O gasto municipal com educação é o maior entre todas as funções¹. Em 2018, essa área foi a responsável por 29,6% de todos os dispêndios do conjunto dos municípios capixabas. As cifras direcionadas à saúde vêm em seguida, compondo 19,8%. Juntos, os dois grandes segmentos sociais consumiram a metade (49,4%) de todo o orçamento dos municípios capixabas. Em 2002, essa proporção era menor, de 43,5%, sendo 27% para a educação e 16,5% para a saúde. Percebe-se, assim, que os recursos reservados a essas funções ocuparam um espaço cada vez mais extenso. No entanto, a saúde teve um aumento ainda mais acentuado que o da educação. Veja mais sobre a despesa com saúde na página 80.

Participação da despesa com educação e saúde na despesa total dos municípios - 2018

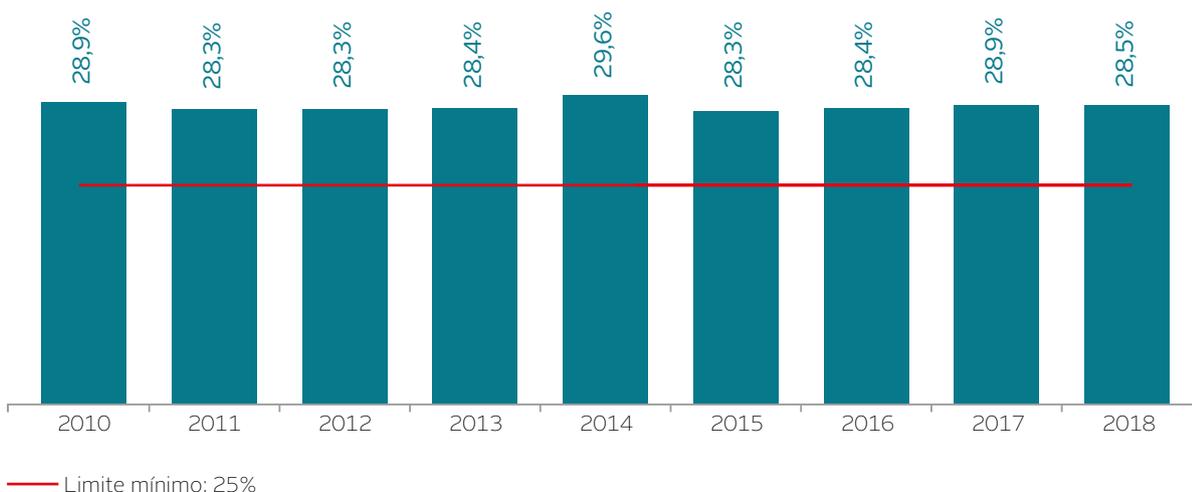


A APLICAÇÃO MÍNIMA de recursos na educação

A alta participação da educação nas contas das prefeituras deve-se, fundamentalmente, à obrigatoriedade estabelecida pela Constituição, em seu artigo 212, de que os governos locais concentrem na área um mínimo de 25% de toda a receita bruta municipal proveniente das arrecadações de impostos (IPTU, ITBI, ISS e IRRF), das transferências constitucionais originárias de receitas de impostos (FPM, ICMS, Compensação pela Desoneração do ICMS das Exportações, IPI-Exportação, ITR, IPVA e IOF-Ouro) e das respectivas receitas da dívida ativa, juros e multas. A Constituição Federal define ainda, no mesmo artigo, que os estados apliquem 25% de seus recolhimentos de impostos e transferências, e a União, 18%.

¹ Na classificação funcional, cada função inclui os diversos gastos por categoria econômica que foram a ela destinados. Por exemplo, na despesa com a função educação estão incluídos todos os investimentos, as despesas correntes, como pessoal e demais custeios, e os pagamentos de dívidas relacionados à educação.

Despesa com a educação sobre a receita vinculada dos municípios



Os 77 municípios capixabas com dados disponíveis no Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (Siope) aplicaram, em média, 28,5% das receitas vinculadas nessa área, em 2018, mantendo-se assim dentro do patamar dos últimos 12 anos. Nesse período, somente em 2014, ano no qual a crise fiscal e econômica brasileira apenas começava a se configurar, é que houve o aporte de uma parcela maior, de 29,6%.

Todos os municípios com dados no Siope injetaram acima do mínimo requerido pela Constituição Federal, em 2018. O menor percentual foi registrado em Água Doce do Norte (25,2%) e o maior, em Marataízes (38,2%). Veja os valores de todos eles na tabela da página 92.

BREVE HISTÓRICO da vinculação constitucional²

A vinculação constitucional de recursos para a despesa com educação é bastante antiga no Brasil, remontando à Constituição Federal de 1934. A Lei Maior,

assim, em seu artigo 156, estabelecia que “A União e os municípios aplicarão nunca menos de 10%, e os estados e o Distrito Federal nunca menos de 20% da renda resultante dos impostos na manutenção e no desenvolvimento dos sistemas educativos”.

A Constituição da ditadura do Estado Novo, promulgada em 1937, revogou a vinculação, que, no entanto, foi retomada e ampliada na Carta Magna de 1946, quando o índice dos municípios passou de 10% para um mínimo de 20%. Em 1961, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 4.024, elevou a vinculação de recursos da União para 12%, destinando esse percentual aos Fundos Nacionais de Ensino Primário, de Ensino Médio e de Ensino Superior.

Novamente, a exigência é anulada na Carta de 1967, sob o regime militar. E através da Emenda Constitucional nº 1, de 1969 (artigo 15, §3º, f), o governo militar estipulou tal obrigação apenas para os municípios em 20%, a serem voltados para o ensino primário. Essa porcentagem era incidente unicamente sobre a receita tributária própria das cidades, e não mais sobre o recebimento resultante da totalidade de impostos. A União e os estados ficaram sem nenhuma vinculação obrigatória. Essa norma foi complementada pela Lei de Diretrizes e

² Texto baseado no artigo de Janaina S.S. Menezes, “A Vinculação Constitucional de Recursos para a Educação: Os (Des)Caminhos do Ordenamento Constitucional”, Unirio, em Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.30, p149 –163, jun 2008 - ISSN: 1676-2584.

Bases do Ensino de 1º e 2º Graus, Lei nº 5.692/71, cujos dispositivos determinavam que as prefeituras investissem no ensino de 1º grau pelo menos 20% das transferências captadas via Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

Somente em 1983, durante o processo de redemocratização, com a Emenda Constitucional nº 24, de autoria do senador capixaba João Calmon, é que a vinculação de verbas para a educação foi retomada. Pela Emenda Calmon, a União deveria aplicar pelo menos 13% da receita resultante de impostos, e os estados, Distrito Federal e municípios, 25%.

Finalmente, na atual Constituição, de 1988, as fatias estipuladas para estados, Distrito Federal e municípios foram mantidas em 25%, e a da União, ampliada para 18%. No entanto, a alta da parcela desta última não significou aumento de recursos para a área educacional, uma vez que na Constituinte houve um processo de descentralização de receitas da União para estados e municípios. Dessa forma, os 18% da União passaram a ser aplicados sobre uma base tributária mais restrita que aquela adotada antes da promulgação da Carta hoje em vigor.

Histórico das vinculações de recursos para a educação no Brasil

Determinação constitucional ou legal	União	Estados	Distrito Federal	Municípios	Fonte de recursos
CF 1934	10%	20%	20%	10%	Da renda resultante de impostos.
CF 1937	-	-	-	-	Sem vinculação.
CF 1946	10%	20%	20%	20%	Da renda resultante de impostos.
LDBEN 1961	12%	20%	20%	20%	Da renda resultante de impostos.
CF 1967	-	-	-	-	Sem vinculação.
EC nº 1/1969	-	-	-	20%	Da receita tributária própria dos municípios a ser destinada apenas para o ensino primário.
LDBE 1971	-	-	-	20%	Manteve a fonte de recurso anterior e acrescentou 20% do FPM a ser aplicado no ensino de 1º grau.
EC nº 24/1983	13%	25%	25%	25%	Da renda resultante de impostos.
CF 1988	18%	25%	25%	25%	Da renda resultante de impostos, porém houve descentralização de recursos, o que reduziu a base da União.

Fonte: baseado no artigo de Janaina S.S. Menezes, "A Vinculação Constitucional de Recursos para a Educação: Os (Des)Caminhos do Ordenamento Constitucional", Unirio, em Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.30, p149-163, jun 2008 - ISSN: 1676-2584.

Notas: CF = Constituição Federal. EC = Emenda Constitucional. LDBEN = Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 4.024 de 20/12/1961. LDBE = Lei de Diretrizes e Bases para o Ensino de 1º e 2º graus, nº 5.692 de 11/08/1971.

Parabéns Nova Venécia

Nosso turismo rural vai
cada vez mais longe!

Com o Projeto "Campo Vivo Turismo Rural", vencemos a etapa estadual do Prêmio Sebrae Empreendedor 2019.

E juntos vamos seguindo nos rumos de novas conquistas para o nosso município.



EDUCAÇÃO - 2013-2018

Municípios	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Variação 2018/2017	Particip. na desp. total ² 2018	Particip. das receitas de impostos na MDE (CF art. 212) ¹ 2018	Gasto com educ. por aluno da rede municipal - 2018 - em R\$	Nº de matrículas na rede municipal 2018
	em R\$ mil - IPCA médio de 2018										
Afonso Cláudio	31.927,8	32.688,4	28.408,2	25.558,7	25.344,5	26.688,1	5,3	35,0	30,5	7.220,80	3.696
Água Doce do Norte	13.129,6	12.402,0	15.123,0	12.569,8	12.323,4	11.439,3	-7,2	31,6	25,2	6.920,35	1.653
Água Branca	11.794,0	14.689,4	11.671,8	10.675,1	9.462,5	11.035,0	16,6	30,2	35,6	7.787,57	1.417
Alegre	24.075,0	23.699,8	20.575,5	19.022,2	18.036,8	19.426,5	7,7	22,6	27,8	7.663,30	2.535
Alfredo Chaves	13.773,2	13.495,7	13.071,8	12.493,8	12.353,9	13.259,0	7,3	27,5	26,6	6.982,10	1.899
Alto Rio Novo	9.648,2	9.217,3	8.143,0	7.418,5	7.166,5	7.367,9	2,8	28,9	26,3	6.885,89	1.070
Anchieta	96.796,0	112.620,9	97.649,3	76.132,0	66.189,7	57.055,8	-13,8	27,1	29,2	9.987,02	5.713
Apiacá	6.436,1	6.876,3	6.537,5	6.349,3	6.454,7	6.823,6	5,7	28,5	26,9	5.812,27	1.174
Aracruz	126.278,2	122.146,9	112.027,8	103.891,9	104.421,0	91.617,8	-12,3	25,0	27,0	6.052,58	15.137
Atílio Vivacqua	11.680,4	14.554,4	12.421,2	13.383,8	11.150,5	11.370,8	2,0	32,8	27,1	5.283,82	2.152
Baixo Guandu	27.262,5	31.007,6	30.577,8	26.753,8	27.340,4	28.794,9	5,3	35,6	30,7	6.967,07	4.133
Barra de São Francisco	42.711,3	43.892,0	41.634,0	40.265,2	35.681,2	5.526
Boa Esperança	15.209,0	13.163,2	12.802,1	10.340,1	10.887,3	10.784,2	-0,9	24,3	27,2	5.449,32	1.979
Bom Jesus do Norte	6.947,1	7.820,9	5.938,7	6.554,2	7.217,2	7.539,6	4,5	27,5	26,6	7.126,25	1.058
Brejetuba	12.649,4	14.529,1	13.881,8	12.602,8	12.287,7	13.040,5	6,1	35,6	30,3	8.064,61	1.617
Cachoeira de Itapemirim	133.083,3	134.358,2	130.291,1	117.350,6	111.596,3	127.107,4	13,9	31,1	26,5	6.047,55	21.018
Cariacica	251.873,1	234.795,1	232.291,5	203.960,2	200.697,9	215.583,2	7,4	37,0	27,8	5.163,05	41.755
Castelo	35.115,2	33.774,7	31.584,0	30.024,5	29.413,3	31.181,7	6,0	34,0	27,9	6.354,54	4.907
Colatina	97.445,1	102.833,9	95.135,4	84.698,4	89.232,1	88.956,3	-0,3	27,0	31,7	5.997,19	14.833
Conceição da Barra	32.159,0	31.445,8	34.548,3	29.590,6	28.478,9	29.016,7	1,9	33,2	26,1	5.600,60	5.181
Conceição do Castelo	12.175,1	13.016,0	11.911,4	12.358,9	13.345,9	13.258,0	-0,7	33,0	29,8	6.642,27	1.996
Divino de São Lourenço	3.629,2	4.282,4	3.710,0	3.668,0	3.648,4	3.802,1	4,2	19,7	28,0	9.528,96	399
Domingos Martins	36.459,4	37.195,9	38.964,8	34.516,3	33.894,4	36.709,7	8,3	35,4	30,6	6.436,90	5.703
Dores do Rio Preto	6.032,0	5.939,0	5.203,0	5.950,3	5.181,9	6.236,0	20,3	22,8	29,3	7.423,82	840
Ecoporanga	22.003,8	24.215,9	20.717,3	19.508,3	17.941,8	17.639,1	-1,7	31,8	27,1	7.445,80	2.369
Fundão	19.082,6	22.092,7	20.872,9	19.145,7	16.868,0	16.905,7	0,2	26,8	27,1	5.639,00	2.998
Governador Lindenberg	8.157,8	9.947,7	10.455,8	9.325,3	10.013,6	11.084,0	10,7	30,3	36,3	12.858,50	862
Guacuí	26.596,0	29.455,3	23.298,0	22.615,1	22.489,4	22.997,8	2,3	28,4	31,2	5.467,85	4.206
Guarapari	94.847,2	100.987,8	111.769,3	110.173,7	103.070,5	97.296,0	-5,6	33,2	29,7	4.918,91	19.780
Ibatiba	20.709,6	22.800,2	22.554,6	24.991,9	19.118,6	20.267,7	6,0	35,1	25,4	5.009,32	4.046
Ibiraçu	9.498,2	11.657,3	9.812,6	8.263,6	8.778,8	8.542,2	-2,7	22,5	32,9	6.956,17	1.228
Ibitirama	13.065,6	12.151,4	11.328,1	11.071,9	11.050,6	10.642,2	-3,7	36,6	27,6	7.617,92	1.397
Iconha	13.640,7	12.507,2	13.143,2	11.177,1	11.829,9	11.857,9	0,2	25,1	28,2	6.838,45	1.734
Irupi	12.982,1	12.399,0	11.173,1	11.615,5	11.397,8	11.674,0	2,4	31,3	33,3	7.036,78	1.659
Itaguaçu	12.701,6	9.534,5	9.389,8	10.552,0	10.508,1	11.603,5	10,4	25,3	28,3	7.898,89	1.469
Itapemirim	55.389,5	76.792,2	113.646,7	90.330,3	78.199,0	86.529,4	10,7	23,4	32,8	10.954,48	7.899
Itarana	8.344,6	8.451,3	7.904,1	7.675,6	7.227,0	8.411,5	16,4	25,4	26,2	10.715,27	785
Itá	28.867,7	31.526,4	28.556,0	25.553,2	27.053,7	26.099,0	-3,5	41,9	26,9	5.755,02	4.535
Jaguaré	34.894,3	34.456,3	38.825,1	34.419,4	31.101,0	31.633,5	1,7	34,9	25,9	6.091,56	5.193
Jerônimo Monteiro	9.343,0	8.848,3	8.267,1	7.899,9	7.606,0	7.800,3	2,6	20,7	27,4	6.060,81	1.287
João Neiva	13.794,0	16.207,2	14.993,0	13.781,9	12.753,7	12.859,9	0,8	26,6	26,5	5.333,84	2.411
Laranja da Terra	8.991,7	7.351,6	7.660,7	8.488,7	6.297,8	9.562,7	51,8	29,0	27,8	8.854,37	1.080
Linhares	168.443,8	167.204,6	164.639,6	130.017,7	138.305,5	154.536,1	11,7	27,2	29,3	6.309,14	24.494
Mantenópolis	13.674,5	13.888,5	13.027,4	12.433,8	10.952,2	11.656,0	6,4	29,3	27,4	6.310,80	1.847
Maratáizes	48.184,4	61.478,5	75.319,5	75.260,3	73.798,8	70.282,3	-4,8	37,6	38,2	9.729,00	7.224
Marechal Floriano	16.529,7	17.219,1	18.058,6	16.692,9	16.593,9	17.802,7	7,3	29,8	25,6	6.554,74	2.716
Mariópolis	11.246,7	11.983,0	10.611,9	10.774,0	11.954,0	11.447,7	-4,2	31,3	28,8	8.423,62	1.359
Mimoso do Sul	20.671,7	19.313,7	17.341,8	17.293,5	15.889,5	14.926,0	-6,1	23,3	25,9	7.400,08	2.017
Montanha	21.773,1	22.927,8	19.396,2	18.920,0	18.840,7	18.709,0	-0,7	34,2	27,4	6.337,74	2.952
Mucurici	8.179,0	7.612,7	7.545,9	6.871,4	6.259,4	6.486,3	3,6	25,7	29,2	8.836,89	734
Muniz Freire	22.830,0	23.016,9	21.872,6	20.124,5	20.078,9	20.480,1	2,0	36,3	33,7	7.551,67	2.712
Murici	12.117,6	13.640,4	11.872,8	10.793,7	11.140,5	34,1	...	1.597
Nova Venécia	46.533,3	50.347,4	48.172,9	47.794,3	41.910,7	42.457,7	1,3	34,5	27,4	5.912,50	7.181
Pancas	16.917,1	19.278,3	15.216,7	14.747,3	15.367,4	16.527,2	7,5	31,7	26,1	8.501,67	1.944
Pedro Canário	17.836,3	17.704,9	15.436,4	14.529,2	13.646,3	16.059,6	17,7	29,1	25,7	5.609,36	2.863
Pinheiros	28.297,7	26.341,1	24.713,2	24.334,3	23.408,5	24.689,1	5,5	35,8	25,7	5.991,05	4.121
Piúma	24.888,7	32.028,7	29.677,0	26.165,1	26.703,5	26.610,5	-0,3	35,4	37,6	7.302,54	3.644
Ponto Belo	8.987,8	9.353,8	8.552,8	7.651,7	7.074,7	7.113,2	0,5	33,5	33,8	7.519,21	946
Presidente Kennedy	45.398,6	47.613,6	51.645,1	87.216,4	78.323,7	77.222,6	-1,4	20,4	27,5	26.186,04	2.949
Rio Bananal	21.739,5	25.688,3	24.228,8	23.251,7	21.925,2	22.703,2	3,5	38,9	25,0	6.642,24	3.418
Rio Novo do Sul	11.924,9	9.679,6	9.605,6	8.400,7	7.587,0	26,6	...	1.282
Santa Leopoldina	11.366,8	11.053,1	10.171,5	9.565,8	9.624,8	10.213,4	6,1	25,2	26,3	8.684,85	1.176
Santa Maria de Jetibá	29.364,6	31.775,4	30.034,5	31.316,5	32.970,1	34.211,5	3,8	31,5	33,7	8.890,72	3.848
Santa Teresa	22.442,6	16.607,8	15.748,6	20.289,1	20.542,6	20.306,3	-1,2	27,9	28,0	6.153,43	3.300
São Domingos do Norte	8.917,7	13.027,6	10.548,0	9.493,6	9.035,9	11.349,5	25,6	33,0	27,9	8.798,08	1.290
São Gabriel da Palha	21.513,9	24.620,9	22.155,6	17.916,9	17.832,0	21.169,6	18,7	24,7	25,9	5.069,34	4.176
São José do Calçado	9.054,4	9.787,2	7.121,3	6.893,0	6.734,1	1.381
São Mateus	132.505,9	141.178,0	137.055,4	114.645,4	113.811,8	115.018,4	1,1	41,3	35,0	6.526,61	17.623
São Roque do Canaã	8.888,2	8.829,6	8.411,3	8.441,6	8.208,3	9.142,2	11,4	29,1	29,7	9.664,01	946
Serra	388.207,4	381.635,3	357.019,6	348.093,6	332.424,1	344.185,6	3,5	29,5	27,7	5.398,99	63.750
Sooretama	30.782,3	35.184,9	31.262,5	27.302,0	25.262,1	31.084,0	23,0	44,1	31,0	5.791,70	5.367
Vargem Alta	22.576,1	22.980,4	20.260,6	16.972,5	18.737,4	18.379,2	-1,9	31,6	28,3	6.482,95	2.835
Venda Nova do Imigrante	17.574,5	18.880,8	17.403,5	18.005,2	17.301,3	18.153,1	4,9	26,1	29,8	7.421,55	2.446
Viana	58.230,0	67.704,1	60.087,6	58.715,8	56.770,0	65.575,3	15,5	33,9	26,7	5.155,29	12.720
Vila Pavão	9.553,8	13.716,6	10.594,8	9.685,5	9.072,1	8.073,7	-11,0	15,4	27,1	5.910,45	1.366
Vila Valério	15.439,9	14.326,7	13.495,0	13.511,1	13.491,8	14.376,1	6,6	31,6	27,7	6.948,32	2.069
Vila Velha	324.081,9	290.108,0	271.926,1	250.490,7	252.179,0	286.792,9	13,7	31,9	27,1	5.551,44	51.661
Vitória	438.525,2	459.734,8	417.173,4	368.978,5	378.321,4	396.194,4	4,7	25,1	28,7	8.623,05	45.946
TOTAL	3.586.398,6	3.679.299,3	3.525.875,0	3.256.307,4	3.177.190,9	3.319.015,2	4,5	29,6	28,5	6.504,95	510.229

Fonte: balanços municipais coletados no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi) e no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), ainda não apreciados em plenário; Número de matrículas do Instituto Nacional e Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep); Participação na receita de impostos e transferências constitucionais na manutenção e no desenvolvimento do ensino, coletada no Sistema de Informações de Orçamento Públicos da Educação (Siope); Nota: ¹ valores para atendimento do artigo 212 da Constituição Federal, dados do Siope. ² despesa total, exceto intraorçamentárias (ver "Notas metodológicas" na página 4).

DESPESA COM EDUCAÇÃO

Posição	Município	Despesa com educação em R\$	Matrículas 2018
1º	Vitória	396.194.427,53	45.946
2º	Serra	344.185.580,68	63.750
3º	Vila Velha	286.792.907,44	51.661
4º	Cariacica	215.583.199,32	41.755
5º	Linhares	154.536.069,98	24.494
6º	Cachoeiro de Itapemirim	127.107.350,46	21.018
7º	São Mateus	115.018.423,48	17.623
8º	Guarapari	97.295.953,19	19.780
9º	Aracruz	91.617.827,99	15.137
10º	Colatina	88.956.300,56	14.833
11º	Itapemirim	86.529.422,00	7.899
12º	Presidente Kennedy	77.222.633,41	2.949
13º	Marataízes	70.282.292,47	7.224
14º	Viana	65.575.274,54	12.720
15º	Anchieta	57.055.834,75	5.713
16º	Nova Venécia	42.457.692,22	7.181
17º	Domingos Martins	36.709.657,44	5.703
18º	Santa Maria de Jetibá	34.211.478,35	3.848
19º	Jaguaré	31.633.482,39	5.193
20º	Castelo	31.181.714,63	4.907
21º	Sooretama	31.084.030,12	5.367
22º	Conceição da Barra	29.016.682,70	5.181
23º	Baixo Guandu	28.794.892,59	4.133
24º	Afonso Cláudio	26.688.084,24	3.696
25º	Piúma	26.610.461,74	3.644
26º	Ilúna	26.099.009,30	4.535
27º	Pinheiros	24.689.127,49	4.121
28º	Guaçuí	22.997.787,07	4.206
29º	Rio Bananal	22.703.174,76	3.418
30º	São Gabriel da Palha	21.169.574,07	4.176
31º	Muniz Freire	20.480.138,80	2.712
32º	Santa Teresa	20.306.331,10	3.300
33º	Ibatiba	20.267.695,84	4.046
34º	Alegre	19.426.467,12	2.535
35º	Montanha	18.709.007,22	2.952
36º	Vargem Alta	18.379.170,22	2.835
37º	Venda Nova do Imigrante	18.153.106,70	2.446
38º	Marechal Floriano	17.802.684,87	2.716
39º	Ecoporanga	17.639.101,77	2.369
40º	Fundão	16.905.717,81	2.998
41º	Pancas	16.527.237,20	1.944
42º	Pedro Canário	16.059.606,43	2.863
43º	Mimoso do Sul	14.925.952,13	2.017
44º	Vila Valério	14.376.068,47	2.069
45º	Alfredo Chaves	13.259.006,42	1.899
46º	Conceição do Castelo	13.257.965,02	1.996
47º	Brejetuba	13.040.469,27	1.617
48º	João Neiva	12.859.879,19	2.411
49º	Iconha	11.857.879,46	1.734
50º	Irupi	11.674.018,09	1.659
51º	Mantenópolis	11.656.039,92	1.847
52º	Itaguaçu	11.603.473,55	1.469
53º	Marilândia	11.447.696,41	1.359
54º	Água Doce do Norte	11.439.332,47	1.653
55º	Atílio Vivácqua	11.370.776,63	2.152
56º	São Domingos do Norte	11.349.520,65	1.290
57º	Governador Lindenberg	11.084.026,06	862
58º	Água Branca	11.034.988,97	1.417
59º	Boa Esperança	10.784.203,17	1.979
60º	Ibitirama	10.642.231,34	1.397
61º	Santa Leopoldina	10.213.386,57	1.176
62º	Laranja da Terra	9.562.720,48	1.080
63º	São Roque do Canaã	9.142.155,56	946
64º	Ibiraçu	8.542.181,53	1.228
65º	Itarana	8.411.489,83	785
66º	Vila Pavão	8.073.670,97	1.366
67º	Jerônimo Monteiro	7.800.267,06	1.287
68º	Bom Jesus do Norte	7.539.567,69	1.058
69º	Alto Rio Novo	7.367.905,89	1.070
70º	Ponto Belo	7.113.176,50	946
71º	Apiaçá	6.823.609,87	1.174
72º	Mucurici	6.486.280,85	734
73º	Dores do Rio Preto	6.236.007,31	840
74º	Divino de São Lourenço	3.802.055,59	399
75º	Barra de São Francisco	...	5.526
76º	Muqui	...	1.597
77º	Rio Novo do Sul	...	1.282
78º	São José do Calçado	...	1.381
TOTAL		3.319.015.154,04	510.229

DESPESA COM EDUCAÇÃO POR ALUNO

Posição	Município	A / B	Despesa com educação (A)	Matrículas (B)
			em R\$	
1º	Presidente Kennedy	26.186,04	77.222.633,41	2.949
2º	Governador Lindenberg	12.858,50	11.084.026,06	862
3º	Itapemirim	10.954,48	86.529.422,00	7.899
4º	Itarana	10.715,27	8.411.489,83	785
5º	Anchieta	9.987,02	57.055.834,75	5.713
6º	Marataízes	9.729,00	70.282.292,47	7.224
7º	São Roque do Canaã	9.664,01	9.142.155,56	946
8º	Divino de São Lourenço	9.528,96	3.802.055,59	399
9º	Santa Maria de Jetibá	8.890,72	34.211.478,35	3.848
10º	Laranja da Terra	8.854,37	9.562.720,48	1.080
11º	Mucurici	8.836,89	6.486.280,85	734
12º	São Domingos do Norte	8.798,08	11.349.520,65	1.290
13º	Santa Leopoldina	8.684,85	10.213.386,57	1.176
14º	Vitória	8.623,05	396.194.427,53	45.946
15º	Pancas	8.501,67	16.527.237,20	1.944
16º	Marilândia	8.423,62	11.447.696,41	1.359
17º	Brejetuba	8.064,61	13.040.469,27	1.617
18º	Itaguaçu	7.898,89	11.603.473,55	1.469
19º	Água Branca	7.787,57	11.034.988,97	1.417
20º	Alegre	7.663,30	19.426.467,12	2.535
21º	Ibitirama	7.617,92	10.642.231,34	1.397
22º	Muniz Freire	7.551,67	20.480.138,80	2.712
23º	Ponto Belo	7.519,21	7.113.176,50	946
24º	Ecoporanga	7.445,80	17.639.101,77	2.369
25º	Dores do Rio Preto	7.423,82	6.236.007,31	840
26º	Venda Nova do Imigrante	7.421,55	18.153.106,70	2.446
27º	Mimoso do Sul	7.400,08	14.925.952,13	2.017
28º	Piúma	7.302,54	26.610.461,74	3.644
29º	Afonso Cláudio	7.220,80	26.688.084,24	3.696
30º	Bom Jesus do Norte	7.126,25	7.539.567,69	1.058
31º	Irupi	7.036,78	11.674.018,09	1.659
32º	Alfredo Chaves	6.982,10	13.259.006,42	1.899
33º	Baixo Guandu	6.967,07	28.794.892,59	4.133
34º	Ibiraçu	6.956,17	8.542.181,53	1.228
35º	Vila Valério	6.948,32	14.376.068,47	2.069
36º	Água Doce do Norte	6.920,35	11.439.332,47	1.653
37º	Alto Rio Novo	6.885,89	7.367.905,89	1.070
38º	Iconha	6.838,45	11.857.879,46	1.734
39º	Conceição do Castelo	6.642,27	13.257.965,02	1.996
40º	Rio Bananal	6.642,24	22.703.174,76	3.418
41º	Marechal Floriano	6.554,74	17.802.684,87	2.716
42º	São Mateus	6.526,61	115.018.423,48	17.623
43º	Vargem Alta	6.482,95	18.379.170,22	2.835
44º	Domingos Martins	6.436,90	36.709.657,44	5.703
45º	Castelo	6.354,54	31.181.714,63	4.907
46º	Montanha	6.337,74	18.709.007,22	2.952
47º	Mantenópolis	6.310,80	11.656.039,92	1.847
48º	Linhares	6.309,14	154.536.069,98	24.494
49º	Santa Teresa	6.153,43	20.306.331,10	3.300
50º	Jaguaré	6.091,56	31.633.482,39	5.193
51º	Jerônimo Monteiro	6.060,81	7.800.267,06	1.287
52º	Aracruz	6.052,58	91.617.827,99	15.137
53º	Cachoeiro de Itapemirim	6.047,55	127.107.350,46	21.018
54º	Colatina	5.997,19	88.956.300,56	14.833
55º	Pinheiros	5.991,05	24.689.127,49	4.121
56º	Nova Venécia	5.912,50	42.457.692,22	7.181
57º	Vila Pavão	5.910,45	8.073.670,97	1.366
58º	Apiaçá	5.812,27	6.823.609,87	1.174
59º	Sooretama	5.791,70	31.084.030,12	5.367
60º	Ilúna	5.755,02	26.099.009,30	4.535
61º	Fundão	5.639,00	16.905.717,81	2.998
62º	Pedro Canário	5.609,36	16.059.606,43	2.863
63º	Conceição da Barra	5.600,60	29.016.682,70	5.181
64º	Vila Velha	5.551,44	286.792.907,44	51.661
65º	Guaçuí	5.467,85	22.997.787,07	4.206
66º	Boa Esperança	5.449,32	10.784.203,17	1.979
67º	Serra	5.398,99	344.185.580,68	63.750
68º	João Neiva	5.333,84	12.859.879,19	2.411
69º	Atílio Vivácqua	5.283,82	11.370.776,63	2.152
70º	Cariacica	5.163,05	215.583.199,32	41.755
71º	Viana	5.155,29	65.575.274,54	12.720
72º	São Gabriel da Palha	5.069,34	21.169.574,07	4.176
73º	Ibatiba	5.009,32	20.267.695,84	4.046
74º	Guarapari	4.918,91	97.295.953,19	19.780
75º	Muqui	1.597
76º	Barra de São Francisco	5.526
77º	Rio Novo do Sul	1.282
78º	São José do Calçado	1.381
TOTAL		6.504,95	3.319.015.154,04	510.229

RANKING 2018

Fonte: balanços municipais coletados no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi) e no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), ainda não apreciados em plenário. Matrículas para 2018 do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

DESEMPENHO

As despesas dos legislativos dos municípios capixabas ficaram estáveis em 2018, com uma pequena variação de 0,2% em relação a 2017, e se situaram no patamar de R\$ 317,8 milhões.

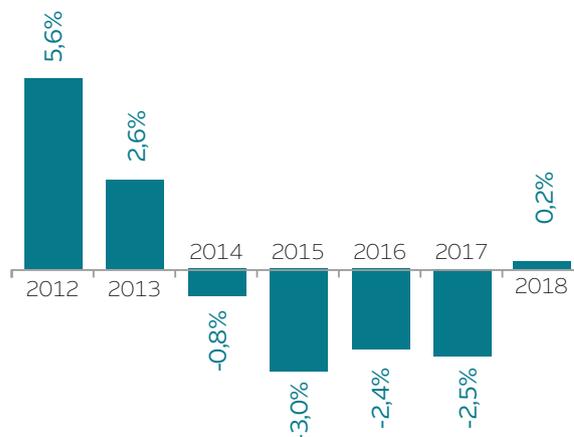
Os valores consideram a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) médio no período. O desempenho marca a interrupção de cinco exercícios seguidos de recuos motivados pelo contínuo encolhimento das receitas municipais, mais especificamente aquelas vinculadas aos repasses ao Poder Legislativo.

Evolução da despesa com as câmaras municipais

em R\$ milhões - IPCA médio de 2018



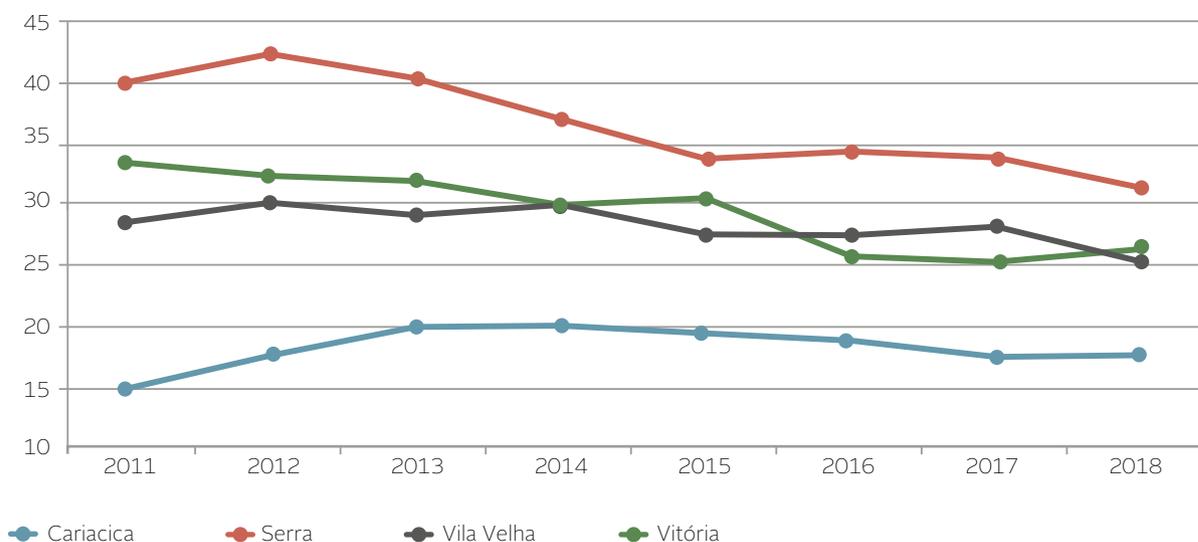
Taxa de crescimento da despesa com as câmaras municipais em relação ao ano anterior



Entre as 69 cidades com dados simultaneamente disponíveis para 2017 e 2018 no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi), as maiores quedas nos gastos com as câmaras se deram em Conceição do Castelo (-11,4%), Pedro Canário (-10,9%), Vila Velha (-9,2%) e Presidente Kennedy (-8,4%). Por outro lado, os aumentos mais expressivos em termos relativos foram verificados em Montanha (25%), Aracruz (18,7%), Pancas (17,2%) e Mucurici (15,6%).

Despesa com câmaras dos maiores municípios capixabas

em R\$ milhões - IPCA médio de 2018



Em Vila Velha, tal desembolso caiu de R\$ 28,5 milhões para R\$ 25,9 milhões. Em Serra, somou R\$ 31,7 milhões, montante 6,7% menor que o do ano anterior. Ainda assim, este continua a ser o maior nível entre os municípios do Estado. Cachoeiro de Itapemirim e Vitória, por sua vez, registraram altas de 5,7% e 3,7%, respectivamente. Nos dois casos, os incrementos ocorreram sobre uma base que já estava reduzida, ou seja, ambas as câmaras utilizaram menos recursos em 2017, comparando-se a 2016. Já em Cariacica, o legislativo contou com praticamente a mesma cifra do ano anterior, pois a variação foi de apenas 0,8%, alcançando R\$ 17,5 milhões.

PESO DAS CÂMARAS no orçamento

Em 2018, o comprometimento médio da receita corrente dos municípios com as câmaras foi de 2,7%, piso que também foi observado em 2012 e 2014. Apesar de estar num de seus patamares mais retraídos desde a entrada em vigor da Emenda Constitucional nº 58/2009, ocorrida em 2010, o peso do Poder Legislativo nos orçamentos municipais não apresentou variação significativa, situando-se um pouco abaixo de 3% da receita corrente.

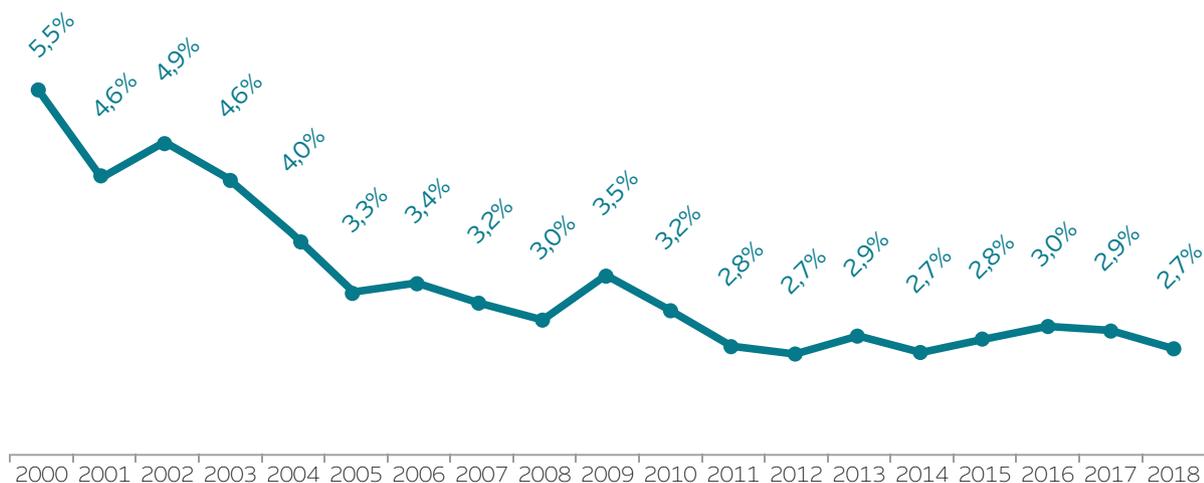
O cenário atual difere muito daquele constatado nos primeiros anos do século, quando a receita corrente dos municípios capixabas experimentou um excelente crescimento, da ordem de 9,5% ao ano entre 2000 e 2009, ante um avanço dos dispêndios das câmaras bem inferior, de 4,2% a.a. Por esse motivo, o comprometimento, que em 2000 era de 5,5%, contraiu-se a percentuais inferiores a 3% nos últimos exercícios.

ORÇAMENTO dos legislativos

O volume de recursos movimentado pelas casas legislativas é reflexo direto do modelo de financiamento estabelecido, inicialmente, pela EC 25 de 2000, depois alterado pela EC 58/2009. O modelo atrela as despesas das câmaras às receitas provenientes dos tributos municipais e das transferências previstas na Constituição Federal no § 5º do artigo 153 (IOF-Ouro) e nos artigos 158 (IRRF, ITR, IPVA e ICMS) e 159 (FPM, IPI-Exportação e Cide).

Já a partir da EC 25/2000 ficou determinado que o critério para a definição dos percentuais a serem aplicados sobre o somatório dessas receitas seria o quantitativo populacional. A EC 58/2009 ampliou o número de faixas populacionais de quatro para seis e

Participação da despesa com câmaras municipais na receita corrente



reduziu as percentagens aplicadas sobre a receita de impostos de cada uma. Assim, para a primeira faixa, a que abrange municípios com até 100 mil habitantes, fixou-se a percentagem máxima de 7%. Esses limites caem paulatinamente ao longo das demais faixas, até que na última, aquela de municípios com mais de 8 milhões habitantes, chega-se ao teto de 3,5%.

Finalmente, a EC 58 também vinculou o número de vereadores ao tamanho populacional, estabelecendo o máximo de nove para municípios com até 15 mil moradores e de 55, para aqueles com mais de 8 milhões de habitantes. Anteriormente à Emenda, havia uma Resolução do Tribunal Superior Eleitoral, a de nº 21.702, de 2004, que se utilizava de 36

faixas. Com a nova regra, as faixas foram reduzidas para 24, conforme pode-se conferir na tabela da página a seguir.

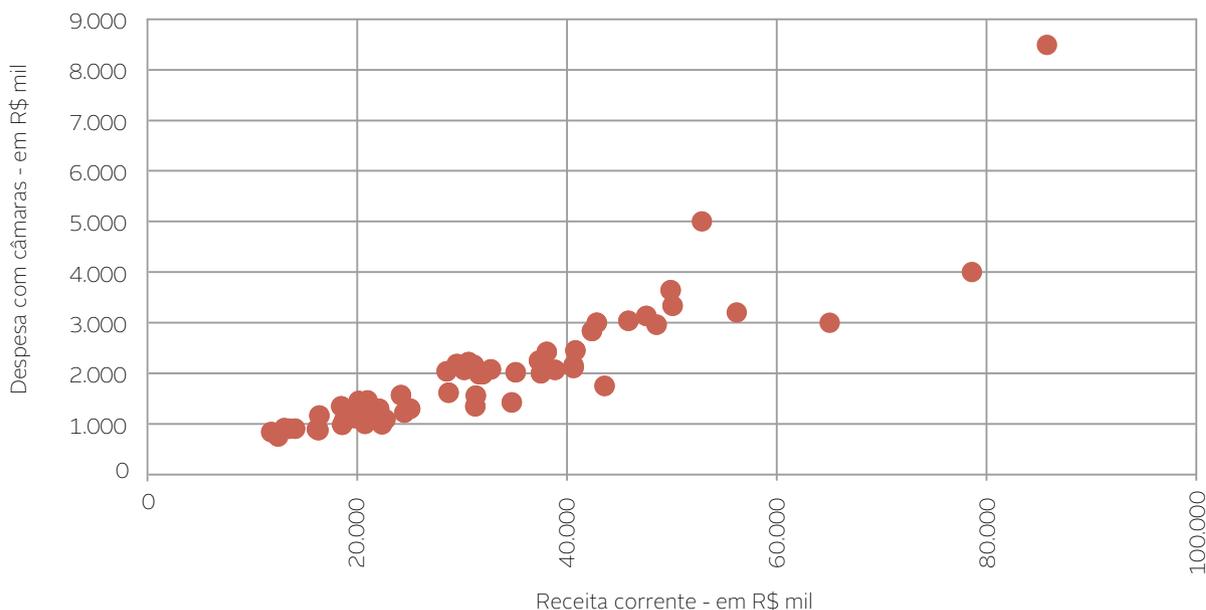
Como resultado desse arranjo, as verbas direcionadas às câmaras não guardam nenhuma relação com o custo para o exercício da atividade legislativa propriamente dita. Em 2018, por exemplo, o orçamento médio de uma câmara municipal do Espírito Santo com até 15 mil habitantes foi de R\$ 1,3 milhão. Para os municípios entre 15 mil e 30 mil habitantes, a média saltou para R\$ 2,7 milhões, ou seja, um pouco mais que o dobro do valor da faixa anterior, sendo que de uma para outra foram acrescentados apenas dois vereadores, passando de nove para 11.

Limites do gasto com câmaras municipais por faixas populacionais

Faixas populacionais	Limites máximos
Até 100 mil habitantes	7%
De 100 mil e um a 300 mil habitantes	6%
De 300 mil e um a 500 mil habitantes	5%
De 500 mil e um a 3 milhões de habitantes	4,5%
De 3 milhões e um a 8 milhões de habitantes	4%
Acima de 8 milhões de habitantes	3,5%

Fonte: Emenda Constitucional nº 58, 23/09/2009.

Distribuição dos municípios com até 100 mil habitantes¹ conforme a receita de impostos² e a despesa com câmara - 2018



¹ Exceto Aracruz e Anchieta. ² Receita de impostos conforme definida pela EC 58/2009.

Segundo as regras vigentes, os orçamentos das câmaras brasileiras estão associados ao volume de receita obtido pelo Poder Executivo. O gráfico na página anterior abrange os municípios da faixa de até 100 mil habitantes, cujos desembolsos com o legislativo estão restringidos a 7% da receita de impostos e das transferências que têm origem nessa modalidade de tributo. Foram excluídos Aracruz e Anchieta pelo fato de apresentarem elevadas receitas oriundas de impostos, conforme a definição da EC 58, o que dificultaria a visualização dos demais municípios no gráfico. Assim, o gráfico em questão contém 56 municípios e aponta, claramente, como se dá a ascensão dos gastos com as câmaras conforme sobe a receita de impostos.

O fato de os orçamentos dos legislativos serem mais robustos quanto mais alta for a receita municipal é justificado, em parte, pelo aumento de custos inerentes ao crescimento das organizações. Com efeito, as câmaras de municípios maiores demandam volumes mais vultosos de serviços e investimentos se comparadas às de cidades de menor porte. Entretanto, a expansão nas despesas desses parlamentos ocorre num ritmo mais acelerado que o crescimento no número de vereadores, como citado anteriormente. Esses indicadores revelam que o Brasil precisa rever a legislação sobre o financiamento das câmaras, levando-se em conta as reais necessidades de recursos humanos e materiais para o pleno funcionamento das atividades parlamentares.

Número máximo de vereadores, despesa média das câmaras e despesa média por vereador no Espírito Santo, por faixa populacional - 2018

Número de habitantes do município	Número máximo de vereadores	Despesa média das câmaras por município em R\$	Despesa média por vereador em R\$	Número de municípios ¹
até 15.000	9	1.279.654,23	142.183,80	28
de 15.000 até 30.000	11	2.688.852,18	244.441,11	20
de 30.000 até 50.000	13	3.603.741,09	277.210,85	11
de 50.000 até 80.000	15	-	-	0
de 80.000 até 120.000	17	12.436.932,20	731.584,25	1
de 120.000 até 160.000	19	8.073.418,92	424.916,79	3
de 160.000 até 300.000	21	13.809.632,25	657.601,54	2
de 300.000 até 450.000	23	22.117.962,10	961.650,53	2
de 450.000 até 600.000	25	28.806.501,05	1.152.260,04	2
de 600.000 até 750.000	27	-	-	0
de 750.000 até 900.000	29	-	-	0
de 900.000 até 1.050.000	31	-	-	0
de 1.050.000 até 1.200.000	33	-	-	0
de 1.200.000 até 1.350.000	35	-	-	0
de 1.350.000 até 1.500.000	37	-	-	0
de 1.500.000 até 1.800.000	39	-	-	0
de 1.800.000 até 2.400.000	41	-	-	0
de 2.400.000 até 3.000.000	43	-	-	0
de 3.000.000 até 4.000.000	45	-	-	0
de 4.000.000 até 5.000.000	47	-	-	0
de 5.000.000 até 6.000.000	49	-	-	0
de 6.000.000 até 7.000.000	51	-	-	0
de 7.000.000 até 8.000.000	53	-	-	0
Acima de 8.000.000	55	-	-	0

Fonte: a Emenda Constitucional nº 58, de 23/09/2009, estabelece o número de vereadores por faixa populacional. Nota:¹ municípios do Espírito Santo com dados para 2018.

DESPESA COM AS CÂMARAS MUNICIPAIS - 2013-2018

Municípios	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Variação 2018/2017	Participação 2018		Desp. câmaras per capita 2018 em R\$
								no total da desp. com câmaras	na receita corrente ¹	
em R\$ mil - IPCA médio de 2018							em %			
Afonso Cláudio	3.021,9	3.055,7	3.263,0	3.009,4	3.145,2	3.029,6	-3,7	1,0	3,9	98,62
Água Doce do Norte	1.323,0	1.381,6	1.377,7	1.311,0	1.432,0	1.396,0	-2,5	0,4	4,1	125,41
Água Branca	1.468,4	1.357,1	1.265,5	1.092,5	1.122,4	1.056,5	-5,9	0,3	3,0	109,45
Alegre	2.129,4	2.144,4	2.109,4	1.997,6	2.072,6	2.130,2	2,8	0,7	2,4	69,69
Alfredo Chaves	1.535,9	1.343,7	1.336,3	1.328,9	1.381,0	1.393,1	0,9	0,4	2,8	95,64
Alto Rio Novo	1.154,4	1.036,8	1.027,2	978,3	971,5	989,4	1,8	0,3	4,0	126,88
Anchieta	15.268,0	16.639,2	14.275,3	15.804,4	13.963,3	13.223,8	-5,3	4,2	5,5	460,18
Apiacá	604,0	851,7	800,9	806,5	842,8	847,0	0,5	0,3	3,4	111,74
Aracruz	11.435,9	11.521,4	11.234,0	11.272,9	10.477,2	12.436,9	18,7	3,9	3,1	125,24
Atílio Vivacqua	1.313,7	1.405,7	1.337,4	1.235,2	1.309,7	1.403,2	7,1	0,4	3,9	119,27
Baixo Guandu	2.712,1	2.939,9	2.458,4	2.797,4	3.036,6	3.209,1	5,7	1,0	3,7	103,98
Barra de São Francisco	4.553,5	4.240,6	4.012,1	4.002,8	3.780,8
Boa Esperança	1.328,8	1.280,4	1.264,8	1.236,8	1.244,4	1.279,4	2,8	0,4	2,6	85,39
Bom Jesus do Norte	1.153,9	1.088,0	988,1	944,2	1.014,5	962,2	-5,2	0,3	3,4	97,09
Brejetuba	1.325,5	1.233,1	1.238,7	1.053,5	1.036,9	1.158,0	11,7	0,4	3,0	93,53
Cachoeira de Itapemirim	14.508,5	13.284,3	13.387,0	13.283,9	11.646,6	12.312,8	5,7	3,9	2,8	59,39
Cariacica	19.572,3	19.677,6	19.097,1	18.544,1	17.318,1	17.459,7	0,8	5,5	2,9	46,12
Castelo	3.455,9	3.216,6	3.045,7	2.950,9	2.951,9	3.151,8	6,8	1,0	3,4	84,46
Colatina	5.532,1	5.842,8	6.282,8	5.983,0	6.581,8	6.460,2	-1,8	2,0	2,0	53,14
Conceição da Barra	3.641,4	3.685,8	3.601,3	3.187,8	2.921,6	2.865,7	-1,9	0,9	3,1	92,89
Conceição do Castelo	1.279,2	1.415,0	1.343,6	1.280,1	1.521,1	1.348,1	-11,4	0,4	3,5	106,67
Divino de São Lourenço	1.005,3	942,4	975,3	951,2	970,9	928,9	-4,3	0,3	4,7	214,13
Domingos Martins	4.398,1	4.055,9	3.475,3	3.356,9	2.658,8	2.826,2	6,3	0,9	2,5	83,84
Dores do Rio Preto	973,3	911,0	914,2	...	1.059,1
Ecoporanga	2.698,7	2.553,2	2.374,9	...	2.725,8
Fundão	...	2.219,2	2.087,9	2.167,3	2.326,3	2.194,6	-5,7	0,7	3,1	104,20
Governador Lindenberg	1.531,5	1.442,4	1.461,2	1.390,2	1.099,3	1.071,1	-2,6	0,3	3,1	85,45
Guaçu	2.114,6	1.875,9	1.762,7	1.741,2	1.834,4	2.053,3	11,9	0,6	2,6	67,09
Guarapari	10.278,8	10.366,6	10.589,9	10.684,6	9.812,6	9.727,7	-0,9	3,1	3,2	79,10
Ibatiba	1.726,9	1.798,4	1.865,4	1.849,8	2.119,1	1.971,4	-7,0	0,6	3,3	76,61
Ibiraçu	1.636,6	1.338,3	1.398,2	1.161,3	1.140,3	1.198,6	5,1	0,4	3,0	96,94
Ibitirama	1.272,4	1.175,8	1.155,6	1.070,1	1.018,4	993,8	-2,4	0,3	3,3	111,42
Iconha	1.810,0	1.780,1	1.810,5	1.812,1	1.969,3	2.028,6	3,0	0,6	4,2	147,59
Irupi	1.625,8	1.602,8	1.530,4	1.438,0	1.462,6	1.489,1	1,8	0,5	4,2	112,59
Itaguaçu	1.491,6	1.513,0	1.374,7	1.351,7	1.332,9	1.351,9	1,4	0,4	3,2	95,82
Itapemirim	5.926,2	6.011,1	7.552,5	8.707,1	7.794,5	8.486,4	8,9	2,7	2,2	249,37
Itarana	1.427,2	1.448,6	1.245,3	1.152,8	1.246,2	1.184,6	-4,9	0,4	3,5	111,55
Iúna	2.418,1	2.506,6	2.501,4	2.397,7	2.325,9	2.216,8	-4,7	0,7	3,3	76,36
Jaguaré	3.767,7	3.207,6	3.231,4	3.405,3	3.637,7	3.494,7	-3,9	1,1	3,9	116,86
Jerônimo Monteiro	1.576,4	1.399,9	1.227,9	1.188,4	1.150,3	1.231,8	7,1	0,4	3,5	104,89
João Neiva	1.338,8	1.333,4	1.392,5	1.405,7	1.532,0	1.640,7	7,1	0,5	2,9	98,76
Laranja da Terra	1.479,8	1.462,1	1.396,9	1.348,8	1.319,5	1.284,0	-2,7	0,4	4,1	117,14
Linhares	15.418,0	18.214,7	17.098,6	15.908,8	15.050,0	15.306,5	1,7	4,8	2,3	89,85
Mantenópolis	1.625,0	1.530,9	1.572,5	1.477,6	1.494,9	1.497,6	0,2	0,5	3,6	98,56
Marataízes	3.507,5	3.092,8	3.271,8	4.310,8	5.195,3	4.878,7	-6,1	1,5	2,8	128,02
Marechal Floriano	2.323,9	2.169,3	2.172,1	1.907,5	2.109,2	2.382,2	12,9	0,7	4,1	144,69
Marilândia	1.698,0	1.672,0	1.637,4	1.564,8	1.298,2	1.222,8	-5,8	0,4	3,5	96,28
Mimoso do Sul	2.455,7	2.461,3	1.945,3	1.941,2	2.089,7	2.010,4	-3,8	0,6	3,1	76,76
Montanha	1.281,6	1.271,3	1.211,6	1.132,1	1.172,3	1.465,2	25,0	0,5	2,6	78,06
Mucurici	1.188,4	1.168,4	919,9	938,1	846,4	978,4	15,6	0,3	3,7	176,22
Muniz Freire	2.392,5	2.387,4	2.235,9	2.278,4	2.207,9	2.143,3	-2,9	0,7	4,0	121,69
Muqui	1.713,5	1.685,0	1.579,7	1.528,9	1.604,7
Nova Venécia	3.674,8	3.699,4	3.745,7	4.084,1	3.787,7	4.073,5	7,5	1,3	3,2	81,83
Pancas	2.013,0	1.834,9	1.688,3	1.729,8	1.753,8	2.055,7	17,2	0,6	4,1	89,15
Pedro Canário	2.342,1	2.349,8	1.936,5	2.028,7	2.219,7	1.978,0	-10,9	0,6	3,1	76,13
Pinheiros	3.102,8	3.072,9	2.650,1	2.554,2	2.801,7	2.759,6	-1,5	0,9	4,0	103,11
Piúma	2.728,1	2.791,3	2.888,8	2.532,8	2.891,0	2.903,8	0,4	0,9	3,7	135,92
Ponto Belo	1.259,4	1.129,2	1.056,8	1.001,3	924,0	996,9	7,9	0,3	4,2	128,07
Presidente Kennedy	1.985,3	1.798,0	1.918,8	1.684,8	2.253,7	2.063,4	-8,4	0,6	0,5	179,61
Rio Bananal	2.535,4	2.506,0	2.404,6	2.175,0	2.332,5	2.403,6	3,0	0,8	3,0	126,45
Rio Novo do Sul	1.477,2	1.302,9	1.301,9	1.145,4	1.256,6
Santa Leopoldina	1.489,5	1.464,7	1.622,0	1.729,2	1.562,3	1.598,7	2,3	0,5	3,8	129,98
Santa Maria de Jetibá	3.915,1	4.839,5	4.042,4	3.853,5	3.764,8
Santa Teresa	2.690,2	2.602,6	2.724,9	2.586,7	2.098,9	2.087,9	-0,5	0,7	2,8	89,26
São Domingos do Norte	1.215,6	1.139,3	1.079,2	1.116,5	1.069,5	1.079,6	0,9	0,3	3,3	125,69
São Gabriel da Palha	2.855,9	3.094,7	3.057,3	...	2.800,3	2.936,6	4,9	0,9	3,3	78,60
São José do Calçado	1.466,9	1.448,6	1.308,3	1.465,7	1.265,0
São Mateus	7.551,4	8.639,4	9.496,5	8.767,8	7.809,6	8.032,3	2,9	2,5	2,8	62,49
São Roque do Canaã	1.460,0	1.510,3	1.357,7	1.292,0	1.144,6	1.139,8	-0,4	0,4	3,7	92,53
Serra	40.003,0	36.938,0	33.912,0	34.472,3	34.020,1	31.727,3	-6,7	10,0	2,7	62,50
Sooretama	2.165,4	1.913,4	1.926,8	1.703,7	1.779,9	1.993,6	12,0	0,6	3,0	67,70
Vargem Alta	1.891,0	1.836,0	1.735,0	1.671,5	1.497,0	1.590,5	6,2	0,5	2,7	75,00
Venda Nova do Imigrante	1.809,1	1.697,4	2.880,9	1.730,7	1.565,2	1.763,6	12,7	0,6	2,6	71,11
Viana	7.119,4	7.049,9	7.029,4	6.725,6	6.673,4
Vila Pavão	1.427,3	1.289,2	1.104,8
Vila Valério	1.909,4	2.019,6	2.024,4	2.031,2	2.058,8	2.155,4	4,7	0,7	4,9	153,01
Vila Velha	29.395,5	30.177,7	27.939,2	27.871,9	28.520,9	25.885,7	-9,2	8,1	2,8	53,24
Vitória	31.918,5	30.121,2	30.641,0	26.225,2	25.815,9	26.776,2	3,7	8,4	1,7	74,74
TOTAL	346.284,9	343.504,6	333.188,5	325.327,7	317.043,3	317.784,3	0,2	100,0	2,7	80,00

Fonte: balanços municipais coletados no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi) e no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), ainda não apreciados em plenário. Nota: ¹ receita corrente, exceto intraincrementárias, deduzida da parcela destinada ao Fundeb (ver "Notas metodológicas" na página 4).

DESPESA COM AS CÂMARAS

Posição	Município	Despesa com câmara em R\$	População 2018
1º	Serra	31.727.334,94	507.598
2º	Vitória	26.776.237,22	358.267
3º	Vila Velha	25.885.667,16	486.208
4º	Cariacica	17.459.686,98	378.603
5º	Linhares	15.306.488,99	170.364
6º	Anchieta	13.223.828,88	28.736
7º	Aracruz	12.436.932,20	99.305
8º	Cachoeiro de Itapemirim	12.312.775,51	207.324
9º	Guarapari	9.727.732,28	122.982
10º	Itapemirim	8.486.430,21	34.032
11º	São Mateus	8.032.290,22	128.542
12º	Colatina	6.460.234,25	121.580
13º	Marataízes	4.878.745,04	38.108
14º	Nova Venécia	4.073.517,04	49.780
15º	Jaguare	3.494.678,64	29.904
16º	Baixo Guandu	3.209.115,39	30.862
17º	Castelo	3.151.755,80	37.317
18º	Afonso Cláudio	3.029.624,65	30.720
19º	São Gabriel da Palha	2.936.556,58	37.361
20º	Piúma	2.903.760,11	21.363
21º	Conceição da Barra	2.865.703,48	30.849
22º	Domingos Martins	2.826.199,72	33.711
23º	Pinheiros	2.759.572,80	26.763
24º	Rio Bananal	2.403.620,73	19.009
25º	Marechal Floriano	2.382.235,32	16.464
26º	Iúna	2.216.761,85	29.030
27º	Fundão	2.194.640,05	21.061
28º	Vila Valério	2.155.386,60	14.087
29º	Muniz Freire	2.143.304,82	17.613
30º	Alegre	2.130.214,74	30.568
31º	Santa Teresa	2.087.889,80	23.392
32º	Presidente Kennedy	2.063.358,64	11.488
33º	Pancas	2.055.702,62	23.059
34º	Guaçuí	2.053.289,34	30.607
35º	Iconha	2.028.611,58	13.745
36º	Mimoso do Sul	2.010.408,34	26.191
37º	Sooretama	1.993.591,37	29.449
38º	Pedro Canário	1.978.018,18	25.982
39º	Ibatiba	1.971.436,50	25.732
40º	Venda Nova do Imigrante	1.763.628,96	24.800
41º	João Neiva	1.640.740,20	16.614
42º	Santa Leopoldina	1.598.712,89	12.300
43º	Vargem Alta	1.590.508,75	21.207
44º	Mantenópolis	1.497.562,49	15.194
45º	Irupi	1.489.100,53	13.226
46º	Montanha	1.465.153,17	18.770
47º	Atílio Vivácqua	1.403.208,20	11.765
48º	Água Doce do Norte	1.395.967,22	11.131
49º	Alfredo Chaves	1.393.071,65	14.566
50º	Itaguaçu	1.351.926,68	14.109
51º	Conceição do Castelo	1.348.139,70	12.638
52º	Laranja da Terra	1.283.994,14	10.961
53º	Boa Esperança	1.279.358,65	14.982
54º	Jerônimo Monteiro	1.231.839,74	11.744
55º	Marilândia	1.222.817,69	12.700
56º	Ibiraçu	1.198.649,54	12.365
57º	Itarana	1.184.585,55	10.619
58º	Brejetuba	1.157.970,86	12.381
59º	São Roque do Canaã	1.139.828,28	12.318
60º	São Domingos do Norte	1.079.583,50	8.589
61º	Governador Lindenberg	1.071.137,40	12.535
62º	Água Branca	1.056.476,76	9.653
63º	Ponto Belo	996.926,68	7.784
64º	Ibitirama	993.759,19	8.919
65º	Alto Rio Novo	989.447,88	7.798
66º	Mucurici	978.389,99	5.552
67º	Bom Jesus do Norte	962.162,02	9.910
68º	Divino de São Lourenço	928.898,87	4.338
69º	Apicá	847.008,05	7.580
70º	Viana	...	76.954
71º	Barra de São Francisco	...	44.315
72º	Santa Maria de Jetibá	...	39.849
73º	Ecoporanga	...	23.014
74º	Muqui	...	15.370
75º	São José do Calçado	...	10.566
76º	Rio Novo do Sul	...	11.618
77º	Dores do Rio Preto	...	6.727
78º	Vila Pavão	...	9.171
TOTAL		317.784.274,09	3.972.388

DESPESA COM AS CÂMARAS PER CAPITA

Posição	Município	A / B	Despesa com câmara (A)	População 2018 (B)
			em R\$	
1º	Anchieta	460,18	13.223.828,88	28.736
2º	Itapemirim	249,37	8.486.430,21	34.032
3º	Divino de São Lourenço	214,13	928.898,87	4.338
4º	Presidente Kennedy	179,61	2.063.358,64	11.488
5º	Mucurici	176,22	978.389,99	5.552
6º	Vila Valério	153,01	2.155.386,60	14.087
7º	Iconha	147,59	2.028.611,58	13.745
8º	Marechal Floriano	144,69	2.382.235,32	16.464
9º	Piúma	135,92	2.903.760,11	21.363
10º	Santa Leopoldina	129,98	1.598.712,89	12.300
11º	Ponto Belo	128,07	996.926,68	7.784
12º	Marataízes	128,02	4.878.745,04	38.108
13º	Alto Rio Novo	126,88	989.447,88	7.798
14º	Rio Bananal	126,45	2.403.620,73	19.009
15º	São Domingos do Norte	125,69	1.079.583,50	8.589
16º	Água Doce do Norte	125,41	1.395.967,22	11.131
17º	Aracruz	125,24	12.436.932,20	99.305
18º	Muniz Freire	121,69	2.143.304,82	17.613
19º	Atílio Vivácqua	119,27	1.403.208,20	11.765
20º	Laranja da Terra	117,14	1.283.994,14	10.961
21º	Jaguare	116,86	3.494.678,64	29.904
22º	Irupi	112,59	1.489.100,53	13.226
23º	Apicá	111,74	847.008,05	7.580
24º	Itarana	111,55	1.184.585,55	10.619
25º	Ibitirama	111,42	993.759,19	8.919
26º	Água Branca	109,45	1.056.476,76	9.653
27º	Conceição do Castelo	106,67	1.348.139,70	12.638
28º	Jerônimo Monteiro	104,89	1.231.839,74	11.744
29º	Fundão	104,20	2.194.640,05	21.061
30º	Baixo Guandu	103,98	3.209.115,39	30.862
31º	Pinheiros	103,11	2.759.572,80	26.763
32º	João Neiva	98,76	1.640.740,20	16.614
33º	Afonso Cláudio	98,62	3.029.624,65	30.720
34º	Mantenópolis	98,56	1.497.562,49	15.194
35º	Bom Jesus do Norte	97,09	962.162,02	9.910
36º	Ibiraçu	96,94	1.198.649,54	12.365
37º	Marilândia	96,28	1.222.817,69	12.700
38º	Itaguaçu	95,82	1.351.926,68	14.109
39º	Alfredo Chaves	95,64	1.393.071,65	14.566
40º	Brejetuba	93,53	1.157.970,86	12.381
41º	Conceição da Barra	92,89	2.865.703,48	30.849
42º	São Roque do Canaã	92,53	1.139.828,28	12.318
43º	Linhares	89,85	15.306.488,99	170.364
44º	Santa Teresa	89,26	2.087.889,80	23.392
45º	Pancas	89,15	2.055.702,62	23.059
46º	Governador Lindenberg	85,45	1.071.137,40	12.535
47º	Boa Esperança	85,39	1.279.358,65	14.982
48º	Castelo	84,46	3.151.755,80	37.317
49º	Domingos Martins	83,84	2.826.199,72	33.711
50º	Nova Venécia	81,83	4.073.517,04	49.780
51º	Guarapari	79,10	9.727.732,28	122.982
52º	São Gabriel da Palha	78,60	2.936.556,58	37.361
53º	Montanha	78,06	1.465.153,17	18.770
54º	Mimoso do Sul	76,76	2.010.408,34	26.191
55º	Ibatiba	76,61	1.971.436,50	25.732
56º	Iúna	76,36	2.216.761,85	29.030
57º	Pedro Canário	76,13	1.978.018,18	25.982
58º	Vargem Alta	75,00	1.590.508,75	21.207
59º	Vitória	74,74	26.776.237,22	358.267
60º	Venda Nova do Imigrante	71,11	1.763.628,96	24.800
61º	Alegre	69,69	2.130.214,74	30.568
62º	Sooretama	67,70	1.993.591,37	29.449
63º	Guaçuí	67,09	2.053.289,34	30.607
64º	Serra	62,50	31.727.334,94	507.598
65º	São Mateus	62,49	8.032.290,22	128.542
66º	Cachoeiro de Itapemirim	59,39	12.312.775,51	207.324
67º	Vila Velha	53,24	25.885.667,16	486.208
68º	Colatina	53,14	6.460.234,25	121.580
69º	Cariacica	46,12	17.459.686,98	378.603
70º	Dores do Rio Preto	6.727
71º	São José do Calçado	10.566
72º	Ecoporanga	23.014
73º	Rio Novo do Sul	11.618
74º	Muqui	15.370
75º	Santa Maria de Jetibá	39.849
76º	Viana	76.954
77º	Barra de São Francisco	44.315
78º	Vila Pavão	9.171
TOTAL		80,00	317.784.274,09	3.972.388

RANKING 2018

Fonte: balanços municipais coletados no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi) e no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), ainda não apreciados em plenário. População para 2018 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Trinta anos zelando pelo princípio constitucional da autonomia municipal e pela participação dos municípios no aprimoramento permanente do pacto federativo.



anos



CARIACICA

AQUI TEM TRABALHO COM RESPONSABILIDADE



ARTECOM

Cuidar das contas é ter responsabilidade com o desenvolvimento econômico e social de uma cidade.

E, assim, Cariacica segue crescendo. Mesmo sendo o município com a menor receita per capita do Estado, é avaliado com a **nota A** pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN. Além disso, **é a cidade mais transparente do Espírito Santo e também primeiro lugar em Controle Interno**, segundo o Tribunal de Contas do Estado. Quando se trabalha com responsabilidade fiscal, é possível garantir mais qualidade de vida e oportunidades para o cidadão.



NOVAS PRAÇAS



NOVAS CRECHES EM CONSTRUÇÃO



MENOS BUROCRACIA, MAIS EMPREGO E RENDA

www.cariacica.es.gov.br



**PREFEITURA DE
CARIACICA**

Serra

A cidade
**bicampeã em
investimentos**
é também a mais
transparente do Brasil

ARTCOM



SAÚDE

- Construção do Hospital Materno Infantil - a maior obra pública do estado do Espírito Santo com 135 novos leitos
- Entrega em outubro da nova UPA de Castelândia

INFRAESTRUTURA

- Construção da rotatória de Maringá
- Construção da rotatória do Dório Silva
- Mais de 100 mil pessoas beneficiadas

EDUCAÇÃO

- Construção de cinco novas SUPERCRECHES e uma nova EMEF
- Mais de 2.100 novas vagas
- 14 creches entregues desde 2013

LAZER

- O maior parque público do estado - mais 20 mil m² de área verde com parque, bosque, quadras, orquidário, Cãotinho Pet e muito mais
- Construção do Arena Riviera Parque - complexo cultural e esportivo com capacidade para receber mais de 3.500 pessoas

AÇÃO SOCIAL

- Mais de R\$ 38 milhões investidos em assistência social



PREFEITURA MUNICIPAL DA

SERRA

**Gente é o nosso
maior investimento**